**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

**A LUTA PELO ESPAÇO
Da Segurança da Posse à Política de Regularização Fundiária
de Interesse Social em São Paulo**

Fabiana Valdoski Ribeiro

São Paulo
Outubro
2012

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

A LUTA PELO ESPAÇO
Da Segurança da Posse à Política de Regularização Fundiária
de Interesse Social em São Paulo

Fabiana Valdoski Ribeiro

Tese apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Geografia Humana, do
Departamento de Geografia da Faculdade de
Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos

São Paulo
Outubro
2012

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

- R1 Ribeiro, Fabiana Valdoski
 A Luta Pelo Espaço: Da Segurança da Posse à Política
de Regularização Fundiária de Interesse Social em São
Paulo / Fabiana Valdoski Ribeiro ; orientadora Ana
Fani Alessandri Carlos. - São Paulo, 2012.
 349 f.
- Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.
1. produção do espaço. 2. segregação socioespacial.
3. resistência. 4. Apropriação do espaço. 5.
regularização fundiária. I. Carlos, Ana Fani
Alessandri , orient. II. Título.

A Exceção e a Regra

Estranhem o que não for estranho.
Tomem por inexplicável o habitual.
Sintam-se perplexos ante o cotidiano.
Tratem de achar um remédio para o
abuso.

Mas não se esqueçam de que o
abuso é sempre a regra.

Bertold Brecht

Dedico este trabalho
À minha mãe,
Um exemplo de mulher lutadora sem jamais perder a ternura.
Ao meu pai,
Um trabalhador sempre em busca dos direitos.
Às minhas avós Isabel e Edne,
Pela coragem em enfrentar o mundo.

RESUMO

No início do século XXI as mudanças oriundas das recentes determinações da economia sobre os níveis do político e social adquirem novos conteúdos, especialmente para o Brasil. É neste momento que muitas das reivindicações dos movimentos sociais urbanos, atrelados ao Fórum da Reforma Urbana, transformam-se em políticas públicas, principalmente, a partir da constituição do Ministério das Cidades em 2003. Esta realidade posta em tela traz consigo o desafio de refletir sobre o significado destas mudanças, sobretudo, no contexto do processo de urbanização contemporânea.

Na pesquisa que desenvolvemos, procuramos refletir sobre como uma das reivindicações centrais das organizações populares – segurança da posse da terra - se torna uma política pública nesse contexto.

A segurança da posse da terra é um dos marcos reivindicativos dos movimentos sociais e está ligada ao direito à moradia dos favelados, além de ser um dos instrumentos mais contundentes para resistir às reiteradas expulsões de moradores, muitas vezes empreendidas pelo Estado.

No entanto, na passagem da reivindicação da posse para a regularização fundiária de interesse social, há a produção de contradições espaciais vistas por muitos como limites da própria política. São as contradições entre uso/troca e apropriação/dominação do espaço. Uma série de pesquisadores que se debruçam sobre o tema diz que estas contradições são “limites” e decorrem de um “equívoco” do planejamento e gestão da cidade. Todavia, partimos da hipótese de que estas contradições espaciais advêm da lógica hegemônica da produção do espaço capitalista e que se conflita com os espaços-tempos dos moradores que resistem às estratégias de expropriação.

Nessa orientação, consideramos que a produção capitalista do espaço urbano nega a possibilidade de uso dos espaços-tempos garantidores da existência humana, pois estão subsumidos a existência da propriedade privada. Numa sociedade de classes fundada pela desigualdade e a diferenciação, a condição primeira da realização da vida coloca para uma classe a impossibilidade da existência a não ser por uma luta constante - primeiro pelo acesso à moradia como transgressão à propriedade - como a ocupação de lugares da cidade aonde se constroem as moradias - e em segundo lugar pela manutenção desta moradia.

Para compreender alguns dos conteúdos das contradições espaciais, tratamos de construir um raciocínio que buscasse entender a produção de três lugares (favelas) na cidade de São Paulo envolvidos no programa de regularização fundiária de interesse social em áreas públicas. Foram selecionadas as favelas Nova Guarapiranga (Capela do Socorro), Abatia (Itaim Paulista) e Maria Cursi (São Mateus).

Como método de exposição, alicerçamos o movimento da reflexão sobre uma tríade segregação socioespacial-resistência-apropriação do espaço. Essa tríade representa a articulação contraditória de processos e nos concede a possibilidade de, ao tratarmos algumas das contradições atuais da produção do espaço urbano de São Paulo, vislumbrarmos apontamentos para pensar sobre o direito à cidade.

Palavras-chaves:

produção do espaço – segregação socioespacial – resistência – apropriação do espaço – morfologia diferenciada - regularização fundiária

ABSTRACT

In the beginning of the 21st century, social and political changes stemming from economic determinations take on new meanings, especially in Brazil. It is in this context that many of the demands put forward by urban social movements, linked to the urban reform agenda, have turned into public policies, especially after the inauguration of the Ministry of Cities in 2003. This reality poses the challenge of thinking about the meaning of these changes for present day urbanization.

In our research, we have considered how one of the key demands of political organizations – the security provided by tenure – has become a public policy. The security provided by land tenure is at the forefront of the demands made by social movements and is attached to the right to housing for slum dwellers. It is also a crucial instrument for resisting efforts – often by the state – to remove slums and its inhabitants.

However, in the transition from a demand of tenure to the regularization of slum occupation, contradictions emerge and many see these as placing serious limitations to these policies. A host of scholars that have studied this issue claim that these limitations stem from planning and management mistakes. Instead, we put forward the hypothesis that these spatial contradictions result from the hegemonic logic associated with capitalist production of space. This logic ends up clashing with the space-time of dwellers who resist strategies of displacement.

In order to understand some of the contents of these spatial contradictions, we have brought into focus the production of three places (slums) in Sao Paulo that are part of the program of slum regularization in public land. We have thus selected the slums of Nova Guarapiranga (district of Capela do Socorro), Abatia (district of Itaim Paulista) and Maria Cursi (district of Sao Mateus).

As a method of exposition, we have founded our understanding on a triad: socio-spatial segregation-resistance-appropriation of space. This triad expresses a contradictory articulation of processes and, in the analysis of some of the contradictions in the production of urban space, it has offered us the possibility of opening up a path to think about the right to the city.

Key-words:

the production of space – socio-spatial segregation – resistance – appropriation of space – differential morphology – land regularization.

RESUMEN

A principios del siglo XXI los cambios derivados de las recientes determinaciones de la economía sobre los niveles de lo político y social adquieren nuevos contenidos, especialmente para Brasil. Es en este momento cuando muchas de las reivindicaciones de los movimientos sociales urbanos vinculados a la plataforma de la reforma urbana, se convierten en políticas públicas, principalmente a partir de la constitución del Ministerio de las Ciudades en 2003. Esta realidad llevada a la pantalla trae consigo el reto de reflexionar sobre el significado de estos cambios, especialmente en el contexto del proceso de urbanización contemporánea.

En la investigación que desarrollamos, buscamos reflexionar sobre cómo una de las demandas centrales de las organizaciones populares - la seguridad de la tenencia - se convierte en una política pública en este contexto.

La seguridad de tenencia es uno de los marcos reivindicativos de los movimientos sociales y está vinculada con el derecho a la vivienda de los habitantes de barrios marginales, además de ser uno de los instrumentos más contundentes para resistir las reiteradas expulsiones de residentes, a menudo emprendidas por el Estado.

Sin embargo, es durante el paso de la reclamación de la propiedad del suelo para la regularización de interés social, cuando ocurre la producción de las contradicciones espaciales vistas por muchos como los límites de esa misma política. Un número de investigadores que se centran en el tema dice que estos límites se derivan de un "malentendido" de la planificación y gestión de la ciudad. Sin embargo, partimos de la hipótesis de que estas contradicciones surgen de la lógica hegemónica de la producción del espacio capitalista al entrar en conflicto con los espacios-tiempos de los habitantes que se resisten a las estrategias de expropiación.

Para comprender algunos de los contenidos de las contradicciones espaciales, tratamos de construir un argumento para entender la producción de tres lugares (favelas) en la ciudad de São Paulo que participan en el programa de regularización de tierras de interés social en áreas públicas. Hemos seleccionado las favelas de Nova Guarapiranga (Capela do Socorro), Abatia (Itaim Paulista) y Maria Cursi (São Mateus).

Como método de exposición, basamos el movimiento de la reflexión sobre una tríada - segregación socio-espacial / resistencia / apropiación del espacio. Esta tríada representa la articulación contradictoria de los procesos y nos da la posibilidad, con el tratamiento de algunas de las contradicciones de la actual producción del espacio urbano de São Paulo, de vislumbrar varios apuntes que pensar sobre el derecho a la ciudad.

Palabras claves:

producción del espacio - segregación espacial - resistencia - apropiación del espacio - morfología diferenciada – regularización de la propiedad

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer àqueles que deram vida e corpo a tese. São os sujeitos que lutam pelo espaço nas práticas cotidianas das resistências contra as contínuas e violentas desapropriações na cidade. Eles representam exemplos de valentia e criatividade na vida para sobreviver. Em Maria Cursi, gostaria de agradecer moradores e companheiros do MDF – Movimento de Defesa dos Favelados, como Sivoniza, Seu Osvaldo e Dona Tina. Do MDF agradeço também a Zeza da comunidade Vergueirinho e que possibilitou o encontro com o pessoal de Maria Cursi, além de André e Mané da coordenação do movimento.

Em Abatia fico grata com Cazuzza, liderança do Parque Veredas, e Vânia e Valdo, moradores que lutaram para conquistar uma moradia para a família.

Em Nova Guarapiranga, agradeço a contribuição de Nei Favela na pesquisa e também pela possibilidade de realização de trabalho de campo com os alunos de Planejamento para compreenderem os processos contínuos de luta pela terra. Fico grata também aos moradores, como Dona Josefa, Deyse, Joana, Simone e Dalva.

Quero agradecer aos técnicos da Prefeitura de São Paulo e de outros órgãos que tratam do tema sobre regularização fundiária e me auxiliaram na compilação de materiais e em entrevistas concedidas: Candelária, Silvia Mesquita, Natasha Bautto, Ellade Imparato, Rinaldo Pinheiro (núcleo de regularização fundiária), Mábia (HABSul), Patrícia e Marina (Hab-Leste). Especialmente, para Natasha Bautto, Ellade Imparato, Candelária, Patrícia, Ana Paula Bruno e Rafael Bischof.

Agradeço a minha orientadora Ana Fani Alessandri Carlos, que na paixão pela universidade e pelo conhecimento, me restituiu a ideia que na geografia era possível construir um conhecimento que estivesse de acordo com um questionamento desta sociedade. No percurso de mais de 10 anos de trabalho e convivência, ela proporcionou uma formação crítica.

Este percurso acadêmico não seria o mesmo se não tivesse encontrado companheiros de estudo e de pesquisa, e, sobretudo, de vida. No encontro com Camila, Danilo, Rafael e Sávio, tive a oportunidade de participar de um grupo de amigos que debatiam, nos ajudavam nos momentos mais difíceis, compartilhavam risadas e ideias. Eles se tornaram imprescindíveis para minha vida. Especialmente, quero agradecer a Camila pelo incentivo de todos os dias e por sempre estar disposta a me ajudar em tudo. Ela é uma parceira de debate fundamental. Sua perspectiva crítica nos faz sempre pensar. Também quero salientar a importância de Sávio, que leu alguns dos capítulos da tese no sentido de me auxiliar no “meu português” e, além disso, discutiu pontos fundamentais dela. Aos “moçoilos”, Danilo e Rafael, que estão sempre me incentivando a todos os momentos sendo de grande apoio em ideias que muitas vezes precisa ser melhor construídas (suas piadinhas também são fundamentais).

Muitos amigos também fizeram parte dessa jornada e merece meu agradecimento, a Marília Roggero pelas conversas, pelo apoio e os mapas. A Renata Sampaio e César Simone pela presença no GESP. Ao Grupo de Estudos da FAU com Ricardo Baitz, Bia tone, Tiaraju D’Andrea, Luciana Ferrara e outros. Aos companheiros do Labur, como Rinaldo que me ajudou na indicação de técnicos para conversar sobre a regularização fundiária. A Florzinha (Flóripes), que sempre foi um ponto de apoio para resolver muitas das burocracias que acompanha o trabalho acadêmico.

Aos amigos da geografia – Alexandre Rocha (in memoriam), Ricardo Baitz, Flávia, Daniel Sanfelici (inclusive pela gentileza de traduzir para o inglês o resumo da tese).

Agradeço com muito carinho a muitos dos professores que se tornaram exemplos de vida e de trabalho – Ariovaldo (a importância do compromisso da universidade com os oprimidos), Arlete (por conversas ao longo de minha vida acadêmica e, especialmente, no doutorado, além da inspiração de seguir procurando compreender como a luta pelo espaço urbano atualmente se realiza), Amélia Damiani (pela postura crítica), Margarida Maria Andrade (pelo incentivo na pesquisa e nas leituras minuciosas das obras que realizamos no grupo de estudos), a Lucio Kowarick, a Ermínia Maricato, entre muitos outros. Fico grata também pelas oportunidades de trabalho com Monica Arroyo, Rita de Cássia e Cleide Rodrigues em alguns momentos do caminho do doutorado.

Fico também contente pela oportunidade do convívio com os colegas do GESP – Silvana Pintaui, Glória da Anunciação, Elisa, Rita de Cássia, Simone Scifone, Isabel Alvarez.

Também não posso deixar de mencionar os amigos que tive a oportunidade de conhecer no estágio de doutorado na Universidade de Barcelona. Os professores Nuria Benach (supervisora de estágio), Rosa Tello e Manuel Delgado que me receberam com todo carinho. A Stefano e o Grupo Repensar Bon Pastor, o grupo de V de Vivienda, a Llorenç, a Marcela, Fernando, Nara, Azucena e o apoio do Danilo na chegada à terra estranha.

Agradecimento aos amigos da geografia que compartilharam de alguma maneira momentos vividos no departamento, nas greves, nas mobilizações estudantis ao longo deste trajeto na geografia, mas que também estiveram presentes nos encontros entre amigos externamente aos muros da universidade. Perdão a aqueles que esqueci: Carlos Renato, André Viterbo, André Baldráia, Júnior, Renata Smocowisk, Bona, Paulinha, Paolinha, Fernanda, Rosa, Sinthia, e muitos outros que de alguma maneira tiveram apoiando neste longo percurso...

Agradeço a Ana da xerox Aquários e sua equipe que sempre resolveu todos meus problemas sobre impressões, mapas, arquivos e tudo mais.

Fico grata ao pessoal da Secretaria de Pós Graduação – Jurema, Rosangela e Ana (já aposentada) pelo auxílio nos processos burocráticos que uma tese de doutorado também envolve.

Também exponho minha gratidão a Cacá Feliciano, que numa gentileza e generosidade, quando da finalização da tese desenhou a linda ilustração de capa.

Igualmente agradeço a Rosa de Oliveira pela valiosa contribuição ao corrigir a ortografia do trabalho – e quanto trabalho dei a ela. E a Ana Paula, que sempre corrigiu meus artigos ao longo desse percurso.

Aos atuantes na luta pelo direito à moradia, especialmente Juliana Hereda e Tiaraju.

Ao meu irmão Duda e Aline Pedroso pela ajuda na diagramação.

Aos amigos da vida – ao grupo da Ala Vermelha, Maria Luiza, Maria Lucia, Hamilcar, Delmar e minha madrinha Lea e a amiga Sandra Mafra.

Um agradecimento especial ao meu grupo de amigas que me acompanham a duas décadas. Elas foram e são fundamentais no percurso da vida e me ajudaram nos momentos mais difíceis de elaboração da tese: Viviane Dias, Débora Dourado e Rosana Cássia.

O que posso dizer é que nos caminhos trilhados na geografia e nas pesquisas tive a sorte de conhecer muitas pessoas, construir muitas amizades e ver como a solidariedade é elemento imprescindível para a vida. Obrigada amigos!

Dedico essa tese a minha mãe, que sempre esteve ao meu lado me incentivando para fazer um trabalho acadêmico sem jamais esquecer o compromisso com os moradores da periferia. Devo a ela o estímulo pela prática da curiosidade de conhecer o mundo, pois desde pequena me ensinou o prazer das descobertas sobre as conquistas da humanidade.

Ao meu pai agradeço pelo exemplo de vida de operário e de morador da periferia. Trabalhando em fábrica esteve envolvido nas organizações que lutavam por direitos, tanto para os operários como para os moradores do bairro da periferia (Jardim Icaraí), e resistiu as coerções das ações repressivas.

As minhas avós, Isabel e Edne, também dedico a tese por sempre me apoiarem mesmo sem entender o que eu faço “trancada e sozinha” horas e horas dos dias no escritório. O amor delas é fundamental em minha trajetória e elas são exemplos de mulheres que na periferia lutavam no cotidiano para criar os filhos e superando precariedades.

Quero exprimir meu grande agradecimento a Pako Belmonte - meu companheiro e amor -, que chegou para dar um colorido especial a minha vida com um grande incentivo e apoio em todos os momentos. Sua presença e carinho na finalização da tese foi fundamental para passar com maior tranquilidade as turbulências dos últimos momentos.

Por fim, agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP pela bolsa de doutorado concedida, pela disponibilização de recursos para a participação em eventos científicos e fomentar o debate e pela possibilidade de realização de estágio na Universidade de Barcelona, na qual pude aprofundar os temas relacionados à morfologia urbana e processos participativos.

PREFÁCIO

“todo projeto supõe vínculos comunitários. Se o sonho é pessoal, o projeto é coletivo. (...) Viver por um projeto, uma causa, uma missão, um ideal ou mesmo uma utopia é o que imprime sentido à vida. E uma vida plena de sentido é, ainda que afetada por dores e sofrimentos, o que nos imprime felicidade.”¹

O trajeto das pesquisas realizadas por mim na geografia pretendeu mostrar (com erros e acertos) a história de luta do proletariado para permanecer morador na cidade. Este caminho está situado num projeto de vida e de sociedade: a possibilidade de superação da desigualdade.

Esse objetivo surge a partir do vivido. Ao ver a prática de militância de meus pais e de muitos companheiros de luta na periferia de São Paulo percebi como a indignação aos processos de espoliação, exploração e expropriação deve ser uma prática obrigatória para reproduzir a vida. Ao longo do tempo, entendi que minha vida estava envolvida nas lutas urbanas, com a observação de filha que acompanhava os pais nas manifestações por transporte público, de regularização de loteamentos clandestinos, por asfalto, por luz...

Quando criança participava de um espaço de sociabilidade, local onde se realizavam os preparativos para as manifestações, as reuniões de bairro, festas para arrecadação de dinheiro para melhorias do lugar, atividades de ensino ou política. O “mutirão” – nome do espaço de sociabilidade – reunia os moradores do bairro, membros de organizações de esquerda, pessoal ligado a Igreja Católica e a Teologia da Libertação. Nele, as matrizes discursivas estavam em pleno movimento de elaboração e o encontro de jovens da periferia com os demais sujeitos proporcionaram mudar vidas, não apenas daqueles que viviam o momento conscientemente, mas também de seus filhos.

As lutas urbanas das décadas de 1970 e 1980 reverberaram para as gerações seguintes revelando o quanto este momento da história e a prática na periferia é fundamental para mudar relações sociais e abrir novos caminhos e objetivos. A mudança estava posta pelos novos horizontes abertos e principalmente pela consolidação de valores relacionados ao sentido do coletivo. Por sorte, meus pais envolvidos nas tramas destes encontros levaram a mim e meu irmão a objetivos marcados por estes valores. Esta experiência vivida traçou a orientação de meu trabalho na geografia. A própria busca pela universidade pública era influência destas experiências.

No ingresso na universidade e na geografia, logo apareceram as oportunidades de participar de laboratórios (Agrária e Urbana) que alimentavam minhas expectativas em poder, de alguma forma, contribuir com um pensamento e uma prática atrelada aos movimentos de resistência (seja da universidade, seja da sociedade). Em cada fase de estudos (monografia, mestrado e doutorado) e na participação em trabalhos de campo se somavam descobertas e desafios. Muitas vezes me deparava com processos que “aparentemente” eram considerados de resistências, mas no aprofundar da compreensão

¹ Frei Betto. Artigo: **Insaciável busca da Felicidade**. Correio da Cidadania. Disponível em: http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=7491:freibetto100812&catid=17:frei-betto&Itemid=55. Acesso em 11 de agosto de 2012.

deles se revelava a reprodução dos processos hegemônicos. Outras vezes, a experiência da pesquisa me proporcionou entender as duras formas de “sobreviver” na cidade capitalista por meio de várias formas de transgressão.

Agora, no considerado encerramento de um ciclo de formação, com a apresentação da pesquisa de doutorado, percebo o quanto ainda é preciso caminhar para compreender os conteúdos da resistência e contribuir praticamente com o desvendamento das ideologias que justificam muitas das expropriações dos moradores na produção capitalista do espaço urbano. A apresentação da pesquisa revela para a autora que os objetivos postos logo no ingresso na universidade permanecem e com mais força, após ter um melhor esclarecimento do imprescindível papel das organizações sociais para a construção de outro mundo.

O tema da pesquisa apresentada nasceu da vontade de entender o significado das conquistas de reivindicações construídas no período dos anos 1970/80 e que, após a instalação da nova pobreza com uma lógica neoliberal e de uma fase de governo com um representante de origem popular, traçam desafios importantes para a análise das práticas urbanas. A reunião destes fatores trouxe um grande desafio para os processos de resistência no espaço urbano e, à luz da geografia, tentei construir uma interpretação que se baseava em um pensamento não amarrado em modelos, mas sim, que mostrasse o movimento da realidade complexa em que vivemos. A realidade pela qual passamos nos exige construir noções e conceitos que estejam articulados a este movimento incessante da vida. Este caminho não é considerado uma “verdade”, mas sim uma proposta de via possível para incentivar um debate e estimular a construção do conhecimento coletivo.

Estou de acordo com Frei Betto, quando afirma que a felicidade reside numa vida com sentido, mesmo com percalços próprios dessa sociedade desigual.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

MAPAS

MAPA 1 – Localização dos Lugares	18
MAPA 2 – Localização Nova Guarapiranga	68
MAPA 3 – Localização Abatia	69
MAPA 4 – Localização Maria Cursi	70
MAPA 5 – Perímetro da Regularização Fundiária - Nova Guarapiranga	249
MAPA 6 – Perímetro da Regularização Fundiária – Abatia	282
MAPA 7 – Perímetro da Regularização Fundiária – Maria Cursi	305

FIGURAS

FIGURA 01 – Expansão Urbana de São Paulo	37
FIGURA 02 – Favelas Existentes Segundo Censo de 1973	48
FIGURA 03 – Distribuição de Favelas – São Paulo - 2009	49
FIGURA 04 – A Morfologia da Região – Nova Guarapiranga - 1962	80
FIGURA 05 - Morfologia da Região – Nova Guarapiranga - 1972	82
FIGURA 06 - Morfologia da Região – Nova Guarapiranga - 1994	83
FIGURA 07 - Morfologia da Região – Nova Guarapiranga - 2012	84
FIGURA 08 – Croqui do Projeto do Loteamento San Isidro	86
FIGURA 09 – Traçado das Ruas em Abatia - 2012	89
FIGURA 10 – Morfologia da Região – Abatia - 1962	95
FIGURA 11 – Morfologia da Região – Abatia - 1973	95
FIGURA 12 – Morfologia da Região – Abatia - 1994	96
FIGURA 13 – Morfologia da Região – Abatia - 2012	96
FIGURA 14 – Loteamento Cidade de São Mateus	109
FIGURA 15 – A Morfologia da Região – Maria Cursi - 1958	110
FIGURA 16 – A Morfologia da Região – Maria Cursi - 1994	112
FIGURA 17 – A Morfologia da Região – Maria Cursi - 2012	113
FIGURA 18 - Projeto de Revitalização da Orla da Guarapiranga – Conjunto de Parques	262

FOTOS

FOTO 01 – Nova Guarapiranga – Casas Auto-construídas	77
FOTO 02 – Nova Guarapiranga – Produção da Casa	78
FOTO 03 – Nova Guarapiranga – Produção da Casa	78
FOTO 04 – Abatia – Área Institucional em 1987 que será ocupada em 1989	87
FOTO 05 – Abatia – Ocupação do Loteamento San Isidro	88
FOTO 06 – Abatia – Casas Auto-construídas no final da década de 1980 – San Isidro	88
FOTO 07 – Abatia – Lugar de Ocupação de Abatia - 1990	90
FOTO 08 – Abatia – Lugar de Ocupação de Abatia - 1990	90
FOTO 09 – Abatia – Paisagem do Parque Veredas – Itaim Paulista - 1990	93
FOTO 10 – Abatia – Paisagem do Parque Veredas – Itaim Paulista - 1990	93
FOTO 11 – Abatia – CEU Parque Veredas - 2010	94
FOTO 12 – Maria Cursi - A Morfologia do Lugar – O processo de adensamento	105
FOTO 13 – Maria Cursi – A Morfologia do Lugar – As áreas de risco	105
FOTO 14 – Maria Cursi – A Morfologia do Lugar – Córrego	106
FOTO 15 – Maria Cursi – A Morfologia do Lugar – Ocupação em cima do córrego	106
FOTO 16 – Maria Cursi - Comércio	108
FOTO 17 – Maria Cursi – Centralidade de São Mateus	108
FOTO 18 – Maria Cursi – Centralidade na Periferia	114
FOTO 19 – Maria Cursi – Centralidade na Periferia	114
FOTO 20 – Maria Cursi – Centralidade na Periferia	115
FOTO 21 – Maria Cursi – Centralidade na Periferia	115
FOTO 22 – Maria Cursi – Centralidade na Periferia	116
FOTO 23 – Maria Cursi – Centralidade na Periferia	116
FOTO 24 - Uma das vielas de Nova Guarapiranga	240
FOTO 25 - Casas sem acabamento	240
FOTO 26 - Vela do núcleo I	241
FOTO 27 - Entrada principal do núcleo II	241
FOTO 28 - Projetos de Ampliação das Casas	257
FOTO 29 - Horta Comunitária	258
FOTO 30 - Casa verticalizada e comércio no núcleo II da Nova Guarapiranga	258
FOTO 31 – Barracas de Festa Junina no núcleo II da Nova Guarapiranga	259
FOTO 32 – Campo de Futebol localizado em frente onde iniciou a ocupação	259
FOTO 33 – Casas localizadas à esquerda serão desapropriadas para a implantação do Parque	268
FOTO 34 – As últimas casas à esquerda não obtiveram títulos por ser área particular	268
FOTO 35 – Documento de Outorga do Título com a Planta de Lote de Abatiá	281
FOTO 36 – Os dois perímetros de Abatiá	284
FOTO 37 – A morfologia de Abatiá	285
FOTO 38 – Paisagem na qual está inserido o perímetro que possui concessão de uso	286

FOTO 39 – Áreas de Lazer no entorno do lugar	286
FOTO 40 – Áreas de Lazer no entorno do lugar – campo de futebol socite	287
FOTO 41 – Áreas de Lazer no entorno do lugar – campo de futebol	287
FOTO 42 – Infraestrutura no entorno do lugar	288
FOTO 43 – Infraestrutura no entorno do lugar	288
FOTO 44– Comunidade onde se realizavam as reuniões com os moradores em Maria Cursi	294
FOTO 45 – Muros de contenção conquistados na gestão Marta Suplicy	302
FOTO 46 – Muros de contenção conquistados na gestão Marta Suplicy	302
FOTO 47 – O córrego em Maria Cursi	308
FOTO 48 – Bloqueio à Avenida Mateo Bei garantindo a rua para as festas dos moradores de Maria Cursi	316

GRÁFICOS

GRÁFICO 01 - Origem dos Moradores - Estados Brasileiros - 2008	250
GRÁFICO 02 - Condição de Propriedade do Imóvel - 2008	251
GRÁFICO 03 - Origem dos Moradores - Estados Brasileiros - 2008	290
GRÁFICO 04 - Proporção dos Termos Outorgados e Não Autorizados	306
GRÁFICO 05 - Tamanho dos Lotes Titulados – Maria Cursi - 2004	307
GRÁFICO 06 - Renda dos Chefes de Família – Maria Cursi - 2004	307

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - Evolução do Crescimento da População e Domicílios em Favela	56
TABELA 02 - Distribuição das Favelas	57
TABELA 03 - Produção de Núcleos de Favelas – São Paulo - 1946 - 2010	188
TABELA 04 - Títulos Outorgados por tipo - Primeira Fase	206
TABELA 05 - Títulos Outorgados por tipo - Segunda Fase - 2008	216
TABELA 06 - Números Totais do Programa – 2003 e 2008	219
TABELA 07 - Título Outorgados por Tipo – Total 2003 - 2008	219
TABELA 08 - Renda do Chefe de Família (salário mínimo) – 2003 e 2008	220
TABELA 09 - Gênero do Chefe de Família – 2003 e 2008	220
TABELA 10 - Edificações Cadastradas por Tipo de Uso – 2003 - 2008	221
TABELA 11 - Tamanho dos lotes (metros quadrados) – 2003 - 2008	221
TABELA 12 - Nova Guarapiranga I e II – Renda dos Moradores - 2008	252
TABELA 13 - Abatiá - Número de Moradores e Renda - 2008	290
TABELA 14 - Distribuição dos Títulos de Concessão – Maria Cursi - 2004	306

LISTA DE SIGLAS

AIU	Área de Intervenção Urbana
APP	Área de Proteção Permanente
ARA	Área de Recuperação Ambiental
BMG	Banco Minas Gerais
CadUni	Cadastro Único
CASE	Departamento de Cadastro Setorial
CASMU	Comissão de Assistência Social Municipal
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CDRU	Concessão de Direito Real de Uso
CEU	Centro Educacional Unificado
COHAB	Companhia Municipal de Habitação
Corafasp	Conselho Coordenador de Favelas das Associações de Favelas
CUEM	Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia
DAIA	Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais
EMAE	Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A
FSEADE	Fundação
FAUUSP	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo Universidade de São Paulo
FNRU	Fórum Nacional da Reforma Urbana
FUNAPS	Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal
GESP	Grupos de Estudos Sobre São Paulo – FFLCH -USP
HABI	Superintendência de Habitação Popular
HIS	Habitação de Interesse Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABHAB	Laboratório de Habitação – FAU - USP
LABUR	Laboratório de Geografia Urbana – FFLCH - USP
LEPAC	Levantamento Planialtimétrico
MDF	Movimento de Defesa dos Favelados
MP	Medida Provisória
MUD	Movimento Universitário de Desfavelamento
MUF	Movimento Unificado de Favelas
OGU	Orçamento Geral da União
PATR	Departamento de Patrimônio da Prefeitura
PRIS	Plano de Recuperação de Interesse Social
SEBES	Secretaria Municipal de Bem Estar Social
SEHAB	Secretaria Municipal de Habitação
SEMPLA	Secretaria Municipal de Planejamento
SMDU	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SNPU	Secretaria Nacional do Patrimônio da União
UMM	União do Movimento de Moradia
ZCP	Zona de Centralidade Polar
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
O ponto de partida e de chegada - A paisagem desigual e a morfologia diferenciada.....	11
A produção dos lugares na cidade e as contradições espaciais.....	16
O Percurso da Exposição.....	19

PARTE I – PRIMEIRO TERMO: A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Capítulo 1 - PROPRIEDADE, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CRISE URBANA.....	23
A Paisagem Desigual da Cidade e a Morfologia Diferenciada dos Lugares..	27
Da Reprodução da Cidade de São Paulo à Produção dos Lugares	35
A Produção dos Lugares: Nova Guarapiranga, Abatia e Maria Cursi.....	60
A Nova Guarapiranga.....	71
A Ocupação.....	71
Os Primeiros Conflitos e Transgressões.....	74
Negócios Possíveis?.....	75
A Morfologia Espacial.....	76
A morfologia da região.....	79
A Abatia	84
Situação Fundiária e o Processo de “Irregularidade”	85
Ocupação e Conflitos na luta pelo espaço.....	91
A morfologia da região.....	92
A Maria Cursi.....	97
A produção do Lugar.....	98
A organização por melhorias.....	99
As organizações em Maria Cursi.....	100
A sociabilidade no cotidiano.....	101
A morfologia espacial e social de Maria Cursi.....	104
A morfologia da região.....	109
Apontamentos sobre o Fundamento da Produção do Espaço Capitalista - A Propriedade Privada	117

A Propriedade Privada da Terra no Brasil.....	120
A função social da propriedade privada.....	126
A crise urbana: a generalização da segregação socioespacial.....	130

PARTE II – SEGUNDO TERMO: A RESISTÊNCIA.

Capítulo 2 - LUTAS URBANAS, POLÍTICAS DE ESPAÇO E CONTRADIÇÕES ESPACIAIS	141
Transgressões e Resistências: A luta pelo espaço.....	145
Origens, Concepções e Contradições da Política de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social no Brasil.....	162
Das Concepções da Regularização Fundiária de Interesse Social na América Latina.....	166
A Concepção Brasileira da Política de Regularização Fundiária de Interesse Social – Os anos 2000.....	171
Da reivindicação para conquista da política pública - A Política de Regularização Fundiária de Interesse Social em Áreas Públicas de São Paulo.....	181
Das metamorfoses na realização da política de regularização fundiária de interesse social em áreas públicas na cidade de São Paulo	196
Os antecedentes.....	196
Gestão Luiza Erundina – 1989-1992.....	196
Gestão Marta Suplicy – 2000-2003.....	200
Gestão José Serra e Gilberto Kassab – 2005 – 2012.....	208
a) Balanço Geral.....	218
b) Em torno das Transferências.....	221
c) Registros.....	225
O discurso tecnocrático e a concepção dos movimentos sociais.....	227
Políticas de Espaço e Discursos Espaciais.....	230
Capítulo 3 – AS CONTRADIÇÕES DAS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL.....	235
Nova Guarapiranga: Resistências à Expropriação	238

As Políticas de Espaço e a Produção do Lugar.....	238
Os Desafios e Vitórias do Processo de Regularização Fundiária.....	246
Segregação Socioespacial: Luta pelo Espaço versus Visibilidade.....	261
As transgressões no Lugar : Abatia e a Consolidação da Permanência.....	278
As relações dos moradores e a Conquista da Regularização.....	278
A morfologia espacial e social do lugar e da região.....	283
A permanente luta pelo espaço: Experiências em Maria Cursi.....	292
Tentativa de Metamorfose da Favela.....	296
A conquista da segurança da posse.....	301
Mudanças após a regularização.....	309
A persistência da luta e o uso da segurança da posse como instrumento.....	309
Relações entre as práticas do Estado e da Participação.....	314
As experiências da luta pelo espaço.....	315
Das Contradições Espaciais.....	317
O Mito da “Gestão Equivocada da Cidade”	319
PARTE III – TERCEIRO TERMO: APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	
Capítulo 4 – DA SOCIEDADE SEM DIREITOS AO DIREITO À CIDADE: NA BUSCA POR UMA ESTRATÉGIA URBANA.....	321
Os termos da Cidadania Consentida.....	323
A Apropriação e Dominação do Espaço.....	330
Na busca pelo direito à cidade.....	335
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	336
BIBLIOGRAFIA.....	338

INTRODUÇÃO

“A geografia humana busca ater-se àquilo que é propriamente humano, às massas humanas e suas obras, efêmeras ou permanentes” (Sorre:1984:87)

A centralidade das lutas de resistência no Brasil tanto no campo como na cidade esteve em grande parte assentada na conquista da terra para a reprodução da vida. Os movimentos sociais destacavam a urgência da segurança da posse como uma das reivindicações basilares das reformas agrária e urbana e, nesta direção, exigiam (e ainda exigem) do Estado o cumprimento de ações que resultassem em políticas públicas redistributivas principalmente no tocante à terra.

Bonduki (1994), ao tratar das condições de habitação no pós-guerra e que redefine a luta urbana apresenta como a terra adquire centralidade nas reivindicações populares. ,

“A reivindicação da posse da terra centra todos os movimentos de invasão ou de favelados. Conforme alegam seus representantes, ‘nós só queremos um terreninho para nós mesmos construirmos nossas casas, que isto sabemos fazer’. Nem mesmo equipamentos urbanos ou infra-estrutura eles colocam, ao menos inicialmente, na sua pauta de reivindicações. Deixam para mais tarde, como quem já sabe como conseguir depois. Surgem assim os movimentos sem-terra. Seu pedido é essencialmente uma terra para morar.”¹

É essa reivindicação que já expõe determinada tendência à precarização da vida nas cidades na medida em que, ao avançar a urbanização brasileira com os profundos processos expropriatórios, reduz a luta a, pelo menos, obter o direito à terra urbana.

Uma das formas propostas para superar as precariedades do acesso à moradia era a imediata regularização fundiária de interesse social configurando-se na segurança da posse. Tal proposta, elaborada nos espaços de conflito da década de 1970 se sustenta na ideia de impor limites à racionalidade de produção do espaço capitalista, que lança mão da expulsão dos não-proprietários nas centralidades econômicas da cidade. Desse modo, inicia-se uma prática reivindicativa pela regularização fundiária de interesse social concretizando-se como luta pelo espaço da vida.

Essa luta situa-se no âmbito da conquista dos direitos elementares da reprodução da força de trabalho que na impossibilidade de um “Estado de Bem Estar Social” nos moldes dos países do centro capitalista, foram negados historicamente no Brasil,

¹ Bonduki, Nabil, **Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra**, In: Kowarick, L. (org) São Paulo passado e presente: As lutas sociais e a Cidade, Paz e Terra, São Paulo, 1994.

caracterizando os processos de profunda exploração e expropriação da periferia do capitalismo.

Nessa perspectiva, assentado na formação político-social do país e no desenvolvimento do processo de urbanização, as práticas autoritárias que garantem a manutenção da exploração e expropriação começam a ser questionadas com a politização dos espaços de sociabilidade na conjuntura das décadas de 1970/80. É nesse momento que emergem os espaços de conflitos, considerados como aqueles em que se empreende publicamente o confronto entre as práticas concebidas por um Estado que leva a cabo práticas arcaicas e parte da sociedade organizada que vive a inserção precária. Diante do encontro de sujeitos políticos e sociais gestam-se os termos da resistência à lógica da produção do espaço capitalista tomando forma nas reivindicações da Reforma Urbana, na qual a terra é o núcleo da denúncia sobre a desigualdade reproduzida pela urbanização.

Um longo percurso se constituirá na luta pelo espaço urbano, ao mesmo tempo em que haverá mudanças significativas nas relações econômicas, políticas e sociais nos anos 1990. Configura-se uma fase distinta daquele momento da redemocratização do país da década de 1980. Os ditames da lógica neoliberal em nível global chegam ao país e incorporam os mecanismos historicamente expropriatórios advindos de nossos arcaísmos. O resultado é a nova pobreza a qual está representada pela produção de mais camadas de expropriação decorrentes dos ajustes estruturais nas mudanças drásticas das relações de trabalho. Pessoas em grande número são descartadas do mundo do trabalho, não sendo consideradas mais como exército de reserva, mas sim, como “sobrantes” de um período pretérito em que a sociedade girava em tor no da indústria.

Nesse contexto, a produção do espaço adquire nova dimensão no processo de acumulação, sendo este imprescindível para economia, bem como para a manutenção das relações de produção. A financeirização e a lógica do consumo se sobrepõem à sociedade e ao espaço. Novos sentidos, capitaneados pelas recentes determinações alavancadas pelo nível econômico impõem estratégias renovadas e levadas a cabo pelo Estado. Esse fato conduzirá a implicações profundas ao nível social.

Aos moradores das cidades coube sentir os efeitos da nova pobreza que se instalava e, nas palavras de Martins (2003), não estava somente resumida à miséria material, mas num processo de desumanização. Como esclarece Damiani (2005:40), ao tratar da precarização da vida articulada à produção e ao trabalho, revelam-se conteúdos da nova pobreza, ou seja, *“disso à nova pobreza, que não vem estritamente da*

exploração do trabalho, mas da exclusão na produção, são desempregados permanentes: vai-se do desemprego temporário e dramático ao permanente.” Do ponto de vista do conhecimento, o pensamento único sobre a cidade reina com a produção de discursos espaciais que legitimam e justificam a mercantilização não apenas de produtos em si, mas do espaço urbano. O saber caminha aliando-se a estruturas ideológicas que vão escamoteando o papel político do espaço já explicitado pelos movimentos sociais dos anos 1970.

Nesse percurso, engendra-se a sociedade urbana marcada pela passagem da sociedade sem direitos para aquela do consumo, a qual arrasta continuidades de autoritarismo e patrimonialismo, agora metamorfoseadas em formas ditas “democráticas”, desvirtuando as ideias apregoadas nas organizações populares. Pela ótica espacial, temos a generalização da segregação socioespacial dada pelo desenvolvimento da nova pobreza na qual o acesso dado pela propriedade privada impede a compra da casa e o uso do espaço, ou então, de acordo com a lógica do consumo, impõe uma autosegregação para referendar um modo de vida atrelado a representações espaciais que o legitimem diante da sociedade.

No sentido de gerenciar as sociabilidades dadas pelas determinações vindas da deslegitimação dos direitos e do reforço do consumo, as normas sobre o vivido se acirram, sobrepondo-se uma fragmentação social vivida no espaço. Os espaços de sociabilidade constituídos nos anos 1970 para a produção de identidades concretas para sustentar os espaços de conflitos ingressam numa crise atravessada pela abstração dada pelo mundo da troca.

No decorrer do avanço da complexidade dos processos de produção do espaço urbano, a transgressão se transforma em prática socioespacial obrigatória no vivido. Ela é considerada como uma resistência primeira e se generaliza como solução improvisada e, muitas vezes individual, de desvios à inserção precária e à nova pobreza. A resistência, por sua vez, se vê comprometida ao longo dessas décadas de composição da problemática urbana. A luta pelas reivindicações da Reforma Urbana persiste, todavia, enfrentando os percalços das sociabilidades ditadas pela abstração da mercadoria e a fragmentação do espaço, bem como, pela consolidação do consumo.

Mesmo diante desses desafios, os debates sobre um projeto que pudesse abrir canais de participação e denunciasse a prática autoritária do Estado continuavam. Ocupações de prédios, manifestações nas ruas, elaboração de projetos, mesmo não tendo visibilidade, estavam sendo orquestradas pelos movimentos e organizações

populares. Não é à toa que a criminalização deles se estende e o controle sobre o espaço aumenta.

No entanto, na persistência da resistência e com as implicações dadas pela estrutura que se produzia, nos anos 2000, inaugura-se uma nova realidade para o Brasil e que nos traz a urgência de analisá-la. Há um momento novo no que diz respeito à relação dos movimentos sociais urbanos e o Estado e, que terá profundas implicações para as cidades brasileiras. Haverá uma passagem das reivindicações gestadas nos processos de resistência para a transformação delas em políticas públicas institucionalizadas.

Por um lado, no campo das relações formais e jurídicas, aprova-se o Estatuto da Cidade após longo processo de debates e negociações. Esta lei se torna um marco de ação daqueles que formularam as reivindicações constituintes no corpo da Reforma Urbana. De outro lado, na perspectiva conjuntural, a eleição de uma candidatura “dita” popular (Luis Inácio Lula da Silva) inseriu no cenário político e estatal a figura do Ministério das Cidades, que no início das ações pôs em marcha, no formato de políticas públicas, reivindicações inseridas no projeto de Reforma Urbana elaborado nos anos 1980 pelos movimentos sociais e apoiadores.

No cenário conjuntural, o pacto formado entre Estado e movimentos sociais é interpretado como uma nova era, na qual a proposta de conquista de direitos, construída pela sociedade civil, encontra solo fértil ao adentrar às portas do governo federal. Estabelece-se a passagem das reivindicações engendradas nos espaços de conflitos para a elaboração de políticas públicas. As metamorfoses das ações vão se desenrolando, como a tentativa de execução de planos nacionais (Projeto Moradia, Plano Nacional da Reforma Agrária II), ao mesmo tempo em que as pressões se arrefecem. A contradição entre os processos de institucionalização e mobilização popular começa a tomar forma e o desafio de desvelar o significado de políticas que representam direitos é posto à prova.

As ferramentas para o deciframento deste pacto consolidado nos anos 2000, no qual há um caminho para “consensos”, ainda estão sendo construídas e debatidas por uma série de pesquisadores (Oliveira:2010, Singer:2010, Maringoni:2011). O fato é, que nestas contradições das novas relações pactuadas estão as ações em curso que transformavam as reivindicações populares em políticas públicas tocando os temas de transporte, mobilidade, habitação e fundamentalmente a política fundiária. Esta última previa elaborar e pôr em execução um programa específico para regularização fundiária de interesse social no sentido de avançar sobre a questão da segurança da posse dos

trabalhadores inseridos precariamente e impedidos de entrar no mercado formal de terras.

Nessa direção, a presente pesquisa se insere na perspectiva de contribuir, a partir da geografia, na compreensão do debate acerca desta transformação do processo de resistência. Isto significa dizer como a produção do espaço está articulada com tal problemática que se constitui e, que por sua vez, é integrante da problemática urbana. Para tanto, a mediação empírica do tema está posta sobre o direito à moradia e focada na reivindicação da segurança da posse, por tocar no fundamento da desigualdade socioespacial, ou seja, a propriedade privada da terra.

É sabido que esta questão é uma das mais cruciais para os movimentos de moradia no Brasil, principalmente pela regra estabelecida ao longo das décadas de formação das cidades brasileiras, na qual a forma do acesso produz uma paisagem desigual. Na impossibilidade de acesso ao solo urbano para maior parte dos habitantes das cidades, a ocupação se torna a regra, seja por meio dos loteamentos irregulares que constituíram a maior parte do tecido urbano periférico, seja pelas favelas como “**formas do possível**”, denunciando a precariedade da vida de parcela significativa dos habitantes.

Esta “forma do possível” representa, concretamente, a única maneira encontrada de sobrevivência da maior parte dos moradores espoliados. As **formas das favelas**, fruto de um avassalador processo de segregação socioespacial, se apresentam como informais e, do ponto de vista desta condição formal, o poder público produz discursos espaciais para que estas sejam varridas e, assim, ceder lugar às renovações/intervenções urbanas nos momentos de valorização destes lugares no conjunto da cidade. Na possibilidade da produção do conjunto destas formas reunidas numa morfologia precária já estava incluído a luta pelo espaço desde sua gênese, como também, a permanente luta para não serem expulsos.

A resistência diante destas expulsões se elaborava estrategicamente enquanto possíveis reformas sobre o espaço, com a possibilidade de acesso ao solo urbano por meio da pressão sobre o Estado. Na medida em que elas se constituíam, havia um amplo confronto ao nível do lugar, com as estratégias que ratificavam a mercantilização do espaço e inserção dele aos recentes processos de valorização, bem como se defrontavam com medidas que reproduzem os arcaísmos da prática urbana estatal.

Diante deste contexto dos anos 2000, nos instigou **esmiuçar as implicações da política de regularização fundiária em constituição**, já que ela é considerada uma

representação de avanço em relação à **luta urbana** empreendida nas últimas quatro décadas. Portanto, neste início de século, compôs-se um quadro ainda mais complexo a ser analisado por trazer à tona contradições profundas da luta urbana no Brasil e por destacar o papel estratégico da produção do espaço urbano para a reprodução da sociedade.

Esta produção traz novas relações entre os sujeitos envolvidos na produção do espaço urbano. São eles: moradores, movimentos sociais e Estado. Se nos anos 2000, mesmo com aumento da renda e de programas sociais, há um aumento da inserção precária dos moradores, um aprofundar da institucionalização dos movimentos sociais e um Estado que se reproduz sob lógica historicamente pautada no autoritarismo em relação às políticas implementadas, sabemos que o espaço reforça seu papel de instrumento estratégico. Portanto, a leitura geográfica sobre estas estratégias da luta urbana postas em curso pelos sujeitos envolvidos e as relações estabelecidas na política de regularização fundiária se tornam imprescindíveis.

A pesquisa está orientada por uma leitura geográfica do processo de urbanização que compreende a produção do espaço como central na reprodução da sociedade, seja para a realização dos processos de acumulação, seja para a reprodução da vida. Como apresentado por Carlos (2011),

“A sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço-tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido. Nesse contexto, a reprodução continuada do espaço se realiza como aspecto fundamental da reprodução ininterrupta da vida. Nessa perspectiva, revela-se uma prática social que é e se realiza espacialmente, o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles. Esse caminho indica a imanência da produção do espaço no processo de constituição da sociedade.”²

O espaço, nesta pesquisa, é compreendido, portanto, como condição, meio e produto da sociedade (Carlos;1988) e resta-nos desvendar as implicações dessa produção no momento em que ele se metamorfoseia em mercadoria e, simultaneamente, produz os conflitos com espaços-tempos pretéritos. O momento de análise da urbanização da sociedade nos coloca diante deste desafio. Mesmo que o processo de urbanização esteja posto no decorrer da história, é em um contexto do pós-guerra (século XX) que delineamos a problemática da produção do espaço, adquirindo robustez

² Carlos, Ana Fani Alessandri, **Da ‘organização’ à ‘produção’ do espaço no movimento do pensamento geográfico**, In: A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios, Carlos, A.F.A, Souza, M. L., Sposito, M.E.B, Editora Contexto, São Paulo, 2011.

no movimento de mundialização da tendência à integração do espaço aos ciclos cumulativos especificamente capitalistas.

A produção do espaço torna-se estratégica e o empreender de lógicas hegemônicas sobre o solo urbano vão impingindo uma profunda degradação da vida daqueles que apenas possuem, no embate entre capital-trabalho, a força de trabalho. Simultaneamente, estes sujeitos reduzidos à força de trabalho pelo capital transgrediam e resistiam às expropriações cotidianas, como na ocupação de glebas que até o momento não interessavam ao setor imobiliário. Por isso, no mundo contemporâneo, nos cabe refletir sobre as lógicas postas sobre o espaço e como Damiani (1999) apresenta,

“É necessário desvendar o espacial, que caracteriza este fim de século, como lógico, uma sócio-lógica, a lógica traduzida em estratégia real, se realizando no terreno. A essência do espacial, como se caracteriza neste momento, é a lógica, mais ainda, a lógica formal. Ela alimenta o planejamento, a informação, a deterioração da dialética do tempo. E somente um pensamento que localiza essa lógica, e a transcenda, revela a dialética do espaço.”

Deste profundo conflito de estratégias entre os que transgrediam, ao ocupar a terra para moradia, e aqueles que a tomavam como negócio emergia a luta pela segurança da posse. Ela esteve e está orientada pelo **uso** da moradia, isto é, na perspectiva do **valor-de-uso**. As organizações de favelados, os movimentos pela regularização de loteamentos construíam as ações para exigir o direito à moradia devido ao intenso processo de despejos pelo qual esses moradores passavam quando os mecanismos de expropriação apareciam para “limpar o terreno” em favor do mercado imobiliário.

Antes, na história, o processo de expulsão se realizou mais evidentemente no desenvolvimento da Lei do Inquilinato (1946) para aqueles que, impedidos de adquirir uma propriedade para realização da reprodução da família, dispunham de uma fatia de seus salários para o pagamento dos aluguéis. Nos anos 1970, outra dimensão adquire as expulsões de contingentes de moradores que, em um processo de empobrecimento, não terão mais nem a possibilidade do pagamento do aluguel, produzindo a periferia com as **formas das favelas** e revelando a inserção precária. As expropriações também se avolumavam na medida em que a cidade se produzia como o lócus da circulação e, assim, exigindo a implantação de infraestruturas tanto para aumentar a valorização do espaço como, também, viabilizar os negócios por meio dela.

Neste quadro de expulsões dos trabalhadores é que as políticas de regularização fundiária se tornam as formas mais efetivas de não expropriação, resistindo, por meio da permanência física, à avalanche de estratégias de valorização do espaço.

Em tal contexto, **o objetivo da pesquisa se elabora** na tentativa de revelar como uma conquista central para os movimentos sociais urbanos, como a segurança da posse do espaço urbano, se realiza no momento de constituição de uma política pública de regularização fundiária de interesse social.

Na busca do desvelar deste processo, **a hipótese** se fundamenta na ideia de que a conquista da regularização fundiária de interesse social faz emergir e acirrar as contradições intrínsecas da produção do espaço urbano na sociedade capitalista brasileira. Este fato ocorre tanto no solo privado quanto no de domínio público, em relação à finalidade dada pela reprodução do capital e da vida, ou seja, emergem as **contradições entre uso e troca, apropriação e domínio na produção do espaço urbano**.

Esta política avança no sentido de compreender que a segurança da posse permite a manutenção da ocupação do espaço urbano aos moradores espoliados, questionando o processo de reprodução do capitalismo rentista brasileiro, destacadamente, uma das formas do processo de segregação socioespacial. Contudo, uma política que em si aparece como fruto da resistência, ao se realizar, pode levar a cabo o cumprimento das funções expropriatórias exercidas pela forma da propriedade privada (que pode ser ou não especificamente capitalista) na medida em que ratifica o espaço em um ativo econômico.

Desse modo, **a regularização fundiária de interesse social pode se tornar o seu contrário** transformando-se em uma estratégia do Estado para controlar o conflito entre a reprodução da vida e a reprodução do capital. Tal estratégia **pode** inibir a potência subversiva da segurança da posse da terra urbana apregoada pelos movimentos sociais e ceder lugar à manutenção da reprodução das relações de produção por lógicas de reforço da propriedade privada.

Nesses processos estão presentes as **contradições espaciais**, apontando que, na cidade capitalista, a luta pelo espaço é permanente. A segurança da posse é uma dessas lutas envolvidas nas contradições ao tentar subverter o sentido da propriedade e, com isso, seu deslocamento do plano do valor de troca (a subsunção dessas áreas como produtivas da metrópole) para o plano do uso - áreas de consumo improdutivo. Como posto por Baitz,

“É possível decalcar suavemente parte da Propriedade, de maneira a restabelecê-la enquanto uso, permitindo o gozo e a festa. Esse decalque a situaria no âmbito do comum, e não do público ou do privado. A possibilidade disso não se dará enquanto uma negação da Propriedade, mas acirrando a figura do proprietário que detém direito irrestrito sobre seu ‘bem’, podendo fazê-lo adentrar ao jogo na contramão do carteador. Esse projeto carrega consigo contradições; mas de ordem formal. Ele, apesar de se constituir enquanto uma luta subterrânea, está, de certo modo, anunciado no Estatuto que permite lutas mais frontais: a concessão de uso espacial para fins de moradia dá mostras da possibilidade de concessões coletivas, embora seja preciso desconfiar, por exemplo, da possibilidade da transferência de concessão para outro local.”

Alguns autores de referência para as avaliações das políticas de regularização fundiária apontam que há muitos limites, não modificando a relação de riqueza e pobreza no país. Todavia, segundo eles, as mudanças não ocorridas são atribuídas a uma falha no processo de **planejamento e gestão da cidade**. Essa afirmação ratifica a ideia de que elas podem ser equacionadas conforme há uma série de reformas no âmbito jurídico e de organização do espaço. Como afirma Fernandes (2007),

“pesquisas mostram que não há um laço claro entre regularização/legalização e a erradicação da pobreza, o que só pode ser obtido com uma reforma urbana estrutural, que por sua vez, depende, dentre outros fatores, de uma reforma compreensiva da ordem jurídica que afeta a regulação dos direitos de propriedade imobiliária e o processo mais amplo de desenvolvimento urbano, planejamento e gestão.”

No entanto, nesta pesquisa abordamos outra perspectiva para os limites apontados pelos pesquisadores e técnicos que se debruçam sobre o tema. Consideramos que os limites advêm das contradições espaciais decorrentes da produção do espaço urbano especificamente capitalista, portanto, os limites não são consequências de uma “equivocada” gestão ou planejamento urbano ou da tentativa de organização do espaço, como apresentado por Fernandes. Ao caminharmos nessa direção, evidenciamos o papel do espaço no processo de reprodução da sociedade, bem como, intuímos desconstruir os obstáculos, muitas vezes ideológicos, que acobertam os mecanismos de produção espacial.

A pesquisa desenvolve alguns dos conteúdos das contradições espaciais por meio da conquista advinda da resistência e transmutada em política. No desenvolvimento do tema, vamos construindo as articulações entre os diferentes níveis e dimensões da produção do espaço.

Como salientado por Lefebvre (2002:77), os níveis e dimensões estão justapostos e sobrepostos e envolvem a prática socioespacial, bem como, as concepções elaboradas pelas instituições. Estão imbricados e se realizam um no outro. Por isso, se a resistência emergiu do vivido e foi no percebido (atravessado pelas contradições dadas pela sociedade) que permitiu manifestar uma proposta reivindicativa é no momento da disputa pelas concepções do espaço para efetivá-la (embate entre ordem próxima e distante) que claramente se colocam as contradições espaciais.

Ademais, na articulação e embate entre vivido e concebido, há níveis que repõem e aprofundam o confronto de estratégias. O lugar, nível do imediato, começa a ser alvo das estratégias da ordem distante (instituições). As representações espaciais são postas como mecanismos de domínio sobre o espaço, como por exemplo, as estigmatizações sobre os moradores das favelas e das morfologias mais precárias. Por outro lado, os espaços-tempos da vida dos moradores, construídos ao longo da produção do lugar, tendem a ser desintegrados por novos que comportam uma homogeneização. Isto resulta numa precarização da resistência, pois os espaços-tempos pretéritos que reúnem uma identidade que servem como base para a constituição dela se diluem com as estratégias da ordem distante.

Estes conflitos estão dispostos a um nível intermediário, aquele da cidade, que nos concede a compreensão de uma totalidade aberta sobre o desenvolvimento da urbanização ao observar a paisagem desigual e as morfologias diferenciadas.

Com o pressuposto de que níveis e dimensões estão implicados um no outro, esta posição metodológica se torna fundamental para sustentar o desenvolvimento de uma pesquisa que se propõe a desvendar contradições, notadamente, as espaciais. Por isso, destacamos o fato de que a análise sobre as políticas de regularização fundiária de interesse social estão situadas sob o movimento dinâmico da realidade e não cerradas em modelos teóricos.

De acordo com a perspectiva acima, o estudo sobre a **regularização fundiária de interesse social** - produto das lutas pelo espaço na cidade - necessita de um recorte analítico dado pela propriedade. Dependendo da forma da propriedade (privada ou pública), haverá uma plasticidade de mecanismos internos às lutas e que redundam em desdobramentos específicos das contradições espaciais. Por isso, na pesquisa, nos referimos àquelas localizadas em propriedade de domínio público, porque são as que apresentam a maior parte das morfologias mais precárias (ou inicialmente impróprias ao estabelecimento da habitação por serem áreas de encostas, inundáveis, ou sem infra-

estrutura) do tecido urbano (formas das favelas) e onde a regularização fundiária está avançando em termos quantitativos. Podemos considerar que as ações de usucapião (propriedade privada e que se caracteriza na propriedade especificamente capitalista) é residual enquanto a de concessões (CUEM ou CDRU³) é a regra.

Para tanto, nos debruçamos sobre a experiência empreendida pela Prefeitura Municipal de São Paulo. Após algumas tentativas de regularização fundiária de favelas em propriedade pública nos anos 1980 e que não lograram êxito, foi, pela primeira vez, efetivado tal programa no ano de 2003 e com continuidade em 2008. No decorrer desses anos, muitas mudanças estruturais se transformaram em determinações importantes no momento de execução desta política.

O ponto de partida e de chegada - A paisagem desigual e a morfologia diferenciada

Como ponto de partida, iniciamos com as potencialidades que a paisagem desigual da cidade e a morfologia diferenciada dos lugares de São Paulo nos revelam sobre a produção do espaço urbano, nos permitindo compreender alguns dos conteúdos da problemática da urbanização contemporânea. Elas, além de serem o ponto de partida, consideramos como ponto de chegada, pois o intuito é explicitar algumas contradições espaciais que iluminem as razões da forma da cidade.

O olhar para a paisagem pressupõe estabelecer relações com as demais localidades e, dessa maneira, revela o sítio (onde se assentam as morfologias) e a situação (relação do lugar-cidade) dos lugares, com suas particularidades e diferenciações. É a forma que nos coloca o plano objetivo produzido ao nível da cidade, em sua materialidade objetiva. As localizações das favelas são exemplos de quanto necessário é esta compreensão, pois no município de São Paulo⁴ a ocupação por favelas ocorre em locais diferentes das realizadas no Rio de Janeiro. Enquanto no primeiro as casas se constroem, predominantemente, nas beiras de córregos e áreas de proteção ambiental, no segundo, os habitantes enfrentam a declividade dos morros cariocas. Ou seja, *“Sob esta aparência estática se esconde e se revela todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem, uma relação fundamentada em*

³ CUEM – concessão de uso especial para fins de moradia e CDRU – concessão de direito real de uso.

⁴ “Em São Paulo, elas estão localizadas, freqüentemente, em áreas de litígio, fundo de quintais, nas faixas marginais de vias e córregos, em terrenos ou construções temporariamente abandonados, áreas, enfim, que ainda não se destinaram para um uso coletivo ou não adquiriram um valor suficientemente rentável para serem comercializadas”, Kowarick, L., **A Espoliação Urbana**, Paz e Terra, São Paulo, 1993, pp. 90.

contradições; em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo de desenvolvimento das relações sociais.” (Carlos:1994:48)

São estas potencialidades apresentadas pela paisagem urbana que nos direcionou para a escolha desta como ponto de partida, pois ela se apresenta como a objetividade do processo de urbanização contemporâneo, que carrega as formas de degradação da vida e também as transgressões necessárias à sobrevivência decorrente dos conflitos entre espaços-tempos diferenciados.

Como desenvolve Faria (2007:07),

“As formas na paisagem guardam uma história, pois apontam o modo e o movimento da sociedade no determinado momento em que estamos olhando, além de revelarem uma justaposição de tempos: O momentâneo e seus antecedentes. Expressam no presente um modo de morar, de trabalhar, e, portanto, mostra a materialidade dos diferentes usos. Neste sentido, a paisagem contempla um tempo e uma história que podem ser notados de imediato através das construções, sejam antigas ou não, e assim convivem o novo e o velho no mesmo lugar...”

O olhar sobre a paisagem nos permite apreender ,num primeiro momento, esta desigualdade na qual a cidade continuamente se reproduz, revelando esta mesma desigualdade na qual está assentada a produção do espaço urbano. É ela que nos permite, primeiramente, apreender as porções da cidade onde há as concentrações de riqueza e pobreza. Nela, observamos as funções e estruturas espalhadas no espaço urbano. Mas se é o conteúdo na forma da paisagem que nos revela a desigualdade na objetivação da produção do espaço urbano, será a morfologia espacial que permitirá esmiuçar os conteúdos da diferenciação produzida.

A morfologia espacial estampa materialmente o acesso diferencial à riqueza produzida ao revelar o nível do lugar. É ela que nos faz esmiuçar as formas, funções e estruturas produtos de uma estratégia de classe em determinado momento da história e que hoje transforma o espaço em instrumento, ora de manutenção da reprodução das relações de produção ora em objeto e produto da acumulação ora das transgressões e resistências. A morfologia espacial em sua articulação com a morfologia social nos revela o nível do privado. Ela está composta pelo plano da cidade, pelo arruamento, pelos edifícios e pelos usos do solo. Capel (2002), apresenta que,

“El estudio de la morfología urbana supone siempre una atención a los elementos básicos que configuran el tejido urbano y a los mecanismos de transformación de las estructuras. Exige a la vez una aproximación estructural, es decir, que tenga en cuenta los diversos elementos componentes y sus interrelaciones, y diacrónica, es decir histórica, que dé cuenta de las transformaciones.”

Por meio da morfologia espacial, que põe à luz os usos diferenciados do solo urbano e suas transformações, alcançamos o plano do lugar, imprescindível para a realização das estratégias que compõem o movimento de reprodução da sociedade. É neste plano que se realiza a vida ao mesmo tempo em que se torna objeto privilegiado das lógicas quantitativas, muitas vezes expressas como políticas de espaço⁵, que pouco a pouco vai degradando os usos improdutivos da cidade.

Esses lugares vão adquirindo sentidos diferenciados pela mediação dos usos dados por seus habitantes, bem como pelas funcionalidades impostas por uma lógica do espaço-mercadoria. É nesta última tendência, a do espaço-mercadoria, assentada no movimento triádico elaborado por Lefebvre (1973), no qual aponta que o espaço se homogeniza como mercadoria, se fragmenta com a expansão da propriedade e se hierarquiza a partir dos usos e rendas, que temos uma função dada a cada lugar na cidade.

Desse modo, elegemos, para o desenvolvimento do objetivo proposto, a morfologia espacial mais precária, pela qual se revela a desigualdade mais profunda e se iluminam os processos de precarização da vida: as formas das favelas.

Além disso, no sentido de compreender que os lugares estão dispostos em uma hierarquia na cidade, produto da tendência posta acima, os conflitos e os desdobramentos das contradições se desenvolverão também de maneira diferente, ganhando nuances na particularidade do lugar.

É no lugar que vislumbramos as contradições do espaço, pois nos revelam a vida cotidiana dos habitantes que está permeada por uma série de normas, dominações, coerções, conformismo, mas igualmente revelam as transgressões, as resistências a uma tendência à inserção precária. Na compreensão de Carlos (2004),

“o plano do lugar pode ser entendido como a base da reprodução da vida e espaço da constituição da identidade criada na relação entre os usos, pois é através do uso que o cidadão se relaciona com o lugar e com o outro, criando uma relação de alteridade, tecendo uma rede de relações que sustentam a vida, conferindo-lhe sentido.”⁶

⁵ Como trataremos nos capítulos da tese, compreendemos políticas de espaço como aquelas intervenções no espaço urbano capitaneadas pelo Estado no sentido de homogeneizá-lo para transformar em equivalente. Esta condição é fundamental para inseri-lo nos espaços-tempos abstratos exigidos pela lógica da intercambialidade.

O plano do lugar, do imediato, é aquele da prática socioespacial, base real e material de realização dos espaços-tempos. Esta prática socioespacial revela o conteúdo da vida em seu conformismo, transgressões e resistência.

Portanto, a prática socioespacial é constantemente permeada pela ação transgressora. Como posto já na pesquisa de mestrado (Ribeiro, 2007), a transgressão⁷, compreendida nos termos apresentados por Henri Lefebvre, é considerada um elemento revelador das imposições e expropriações sobre os moradores, que necessitam a todo momento transgredir para manterem a reprodução de suas vidas.

Em outro patamar estão as resistências. Elas se alargam na compreensão ao situar um conjunto de reivindicações que tática e estrategicamente podem abrir caminho ao projeto daquilo que atualmente aparece como impossível. A resistência se fará sob aspectos distintos em cada país conforme a formação histórica. Os mecanismos de expropriação, exploração e espoliação produzem uma prática socioespacial distinta na luta social e política pelo espaço.

No Brasil, um país do capitalismo periférico, no qual não se constituiu um aparato de direitos fundamentais, como por exemplo, o acesso ao solo urbano para a reprodução da vida, a resistência é considerada uma luta por direitos. E é empreendida no processo de pressão sobre o Estado. Como explica Telles (2001:94),

“...nada garante – e isso é o mais importante – que essas experiências (e outras) serão capazes de generalizar e universalizar novos termos do contrato social. No entanto, por maiores que sejam suas ambivalências e contradições, limites e fraquezas, essas experiências permitem – e isso não é pouco – o pensamento e a imaginação políticas. Sobretudo, permitem nomear e formular o desafio que se tem pela frente.”

Nessa perspectiva, não podemos absolutizar a luta pela segurança da posse apenas como a reivindicação ligada aos estritos mecanismos conservadores da titulação e que pode transformá-la em ativo econômico, tampouco, como a solução de todos os males. A resistência produzida nas últimas décadas, fruto também da redemocratização do país, é permeada por ambiguidades, recuos e avanços, os quais põem em primeiro plano as contradições do espaço, como a relação específica da propriedade privada da terra no Brasil.

⁷ Lefebvre, “*As transgressões servem de reveladores-analisadores; este processo aparece na sua totalidade contraditória, por via do efeito das transgressões*”, **A reprodução das relações de produção**, pp 14.

Inicialmente, a resistência no urbano está no momento de recusa à expulsão dos lugares ocupados. Antes, estes lugares não representavam interesse ao mercado imobiliário e agora, incorporados aos novos circuitos de valorização, exigem estar “vazios”. A prática do Estado é pulverizar/expulsar os moradores ali alocados e que produziram nele as únicas possibilidades da forma de morar. Esta recusa poderia apenas estar circunscrita à transgressão, porém, a luta em São Paulo das organizações de favelas, destacadamente, a coloca em outro patamar reafirmando novamente a constituição da resistência articulada a um projeto político e social da reforma urbana. A resistência está em não ceder porção da cidade aos negócios urbanos, mesmo que esteja mergulhada em ambiguidades.

Nessa direção, consideramos que,

“A potência de ambos os conceitos, resistência e transgressão, reside no fato destes conterem os conflitos, latentes ou não, da reprodução da sociedade em sua totalidade, as formas distintas de apreensão de elementos para esta reprodução pelas classes que a compõem, com seus jogos de estratégias e ações, que se revelam concretamente em práticas socioespaciais.” (Ribeiro:2007)

Uma das estratégias é a luta pela segurança da posse. No entanto, estas políticas merecem ser problematizadas e este é o objeto de nossa pesquisa, porque, no aprofundamento dos estudos realizados, verificamos na produção dos lugares as contradições espaciais nos momentos que abrangem a conquista do solo urbano.

No caso de São Paulo, o programa de regularização fundiária esteve firmemente presente a partir do ano de 2003, atendendo relativamente à reivindicação das organizações de favelados. Antes, a tentativa de regularizar as morfologias onde estavam as formas das favelas foi realizada no período da prefeita Luiza Erundina (1989-1992) atendendo ao quadro legal que se apresentava com a Constituição Federal de 1988. Contudo, esta iniciativa não logrou êxito, devido aos impedimentos do empresariado ligado ao setor imobiliário.

Somente nos anos 2000, por meio de dois decretos de desafetação e destinação de áreas, são regularizados 160 núcleos (2003) e, posteriormente, no ano de 2008, outras 108. Sendo estas em sua grande parte localizadas na periferia e grafadas como zona especial de interesse social – ZEIS a partir do Plano Diretor de 2002.

No decorrer do avanço desta política institucionalizada, gestaram-se consequências das contradições espaciais, como as fragmentações dos lotes para que a família pudesse obter maior renda, a transformação da regularização como instrumento

de dominação do espaço pela reprodução de relações clientelistas e autoritárias, entre outras que destacaremos no trabalho. Ademais, tais consequências se formavam de acordo com a relação lugar-cidade, sujeitos implicados na produção do lugar e as ações específicas do poder público. Por isso, compreendê-las nos encaminhou ao desvendamento da produção de três lugares na cidade de São Paulo e que foram objetos de ambas as fases da política.

Ao verticalizarmos a análise na produção dos lugares, tentamos evidenciar os termos das implicações entre os sujeitos que os produziram, as matrizes discursivas que atravessaram o vivido, as representações do espaço destas favelas, os discursos espaciais sobre elas, bem como, a retomada do percurso das histórias dos moradores e como se gestaram a luta pelo espaço e os espaços de conflito que possibilitaram a regularização fundiária de interesse social.

A produção dos lugares na cidade e as contradições espaciais

Partimos da idéia de que, no avanço da urbanização brasileira, o processo de produção do espaço urbano está hegemonicamente pautado na tendência da homogeneização-fragmentação-hierarquização do espaço. Diante disso, há a produção de uma paisagem desigual, mas, sobretudo, uma morfologia diferenciada, nas quais vão atribuindo uma hierarquia aos lugares. Na medida em que esta hierarquia se desenvolve, há também o desdobrar-se das relações entre os lugares e o movimento da totalidade da produção da cidade, isto é, a articulação entre o nível mais imediato determinado pelo desenvolvimento dos processos dos níveis intermediário e global.

Esta imbricação, mesmo capitaneada por tendências hegemônicas, trará particularidades ao âmbito do imediato produzindo um mosaico de formas e relações gestadas na produção dos lugares. Nesse sentido, uma hipótese secundária se desenvolve no caminho da pesquisa na qual se refere que as contradições espaciais em torno da segurança da posse se apresentam com particularidades de acordo com a relação entre o lugar e seu papel no processo mais amplo de produção da cidade.

Nessa perspectiva, vamos desenvolver a análise no decurso da produção de três lugares que foram contemplados na primeira e segunda fases do programa de regularização fundiária de interesse social da Prefeitura de São Paulo. Cada um possui uma relação específica com o movimento de produção de São Paulo. Isto configurará os conflitos e desdobramentos das contradições espaciais em torno da segurança da posse.

Temos as favelas Nova Guarapiranga, localizada na zona sul e, atualmente na extensão do vetor sudoeste de valorização de São Paulo, temos Abatia, situada na região do Itaim Paulista (zona leste) da capital e Maria Cursi, localizada na centralidade da periferia de São Mateus (zona leste).

Em Nova Guarapiranga, a luta pela segurança da posse e melhorias do lugar de morada se iniciou ao longo de, aproximadamente, três décadas. Ela fora objeto de inúmeras políticas de espaço que estavam, intimamente, ligadas com o tema das infraestruturas para equacionar questões relativas ao meio ambiente, destacadamente, em relação aos recursos hídricos. Após a implantação das políticas de espaço ao longo dos anos 1990 e 2000, a favela em 2008 recebe os títulos de concessão, contudo, logo após as titulações o lugar se torna objeto de conflito diante da política de transformar as margens da Guarapiranga em um grande complexo de parques levando a profundas implicações na vida dos moradores.

Abatia, que também recebeu seus títulos de concessão no ano de 2008, é um lugar de morfologia espacial precária e com moradores de baixa renda, localizada em Itaim Paulista, extremo leste de São Paulo. O predomínio da morfologia da região é de loteamentos irregulares e implantados visando trabalhadores inseridos precariamente na cidade.

Maria Cursi está localizada em São Mateus. Ela é considerada uma favela que se iniciou entre o final da década de 1950 e princípios dos anos 1960. A produção do lugar se fez em conjunto com a formação da centralidade na periferia de São Mateus. Desde as décadas de 1970 e 1980 os moradores estiveram envolvidos nos movimentos sociais urbanos que lutavam pela segurança da posse e a “urbanização de favela” para superar as precariedades da moradia.

Diante do percurso para compreender o engendrar da luta pela segurança da posse, a sua execução e os efeitos de sua realização, desenvolveremos as implicações decorrentes das contradições espaciais produzidas em cada lugar.

MAPA 1
Localização dos lugares
2012

Legenda

Nova Guarapiranga	Favelas (2000)	Municípios RMSP
Maria Cursi	subprefeituras	hidrografia
Abatiá		

O Percurso da Exposição

No sentido de desenvolver o objetivo e a hipótese da reflexão, o método de exposição foi construído na perspectiva da produção dos processos que delineiam as contradições do espaço. Para tanto, elegemos tratar o tema a partir de uma tríade que consideramos como representativa da articulação entre termos contraditórios e que se realizam um no outro, acenando para o fato de que eles possuem uma profunda imbricação e a superação apenas se efetua na medida em que novas relações são compostas para produzir um espaço renovado.

Assim, compusemos a tese em torno da tríade **segregação socioespacial-resistência-apropriação do espaço**, apresentando as articulações desses processos, bem como, o desenvolvimento interno de cada um. Neles estarão dispostos os conflitos e, assim, evidenciando as contradições entre uso/troca e apropriação e dominação do espaço.

O primeiro termo envolve a tendência da urbanização contemporânea (**segregação socioespacial**), na qual o imperativo do valor-de-troca se impõe sobre o valor-de-uso realizando a vida em sua precariedade e negando-a na cidade (crise urbana). O segundo – **resistência** – em contradição e se realizando com o primeiro por meio da prática socioespacial, surge como negação às estratégias que compõem a segregação. Ele está representado pelas lutas sociais em torno do espaço urbano no qual se encontram as reivindicações relativas à segurança da posse. Esses dois processos de embate/conflito produzem e revelam contradições da produção do espaço em seus níveis revelando as fissuras diante à tendência dos processos hegemônicos.

Perante os dois primeiros termos é que podemos revelar o terceiro (**apropriação do espaço**), que se apresenta como superação das precarizações e da crise urbana e como momento de revelar o fundamento dessas contradições. Ele é o não realizado. Ele é o virtual. O terceiro termo aparece no sentido de pensar o projeto possível/impossível de realização plena do direito à cidade, ou seja, ele se transforma em recurso estratégico, teórico e prático, de busca das brechas e da superação postas pelas contradições dadas pelo embate entre os dois primeiros termos. Ele mesmo é parte de uma contradição espacial: dominação e apropriação do espaço. Sua presença é imprescindível por conter a exigência da busca pela construção de um projeto de cidade de acordo com a historicidade de cada país. Ele transita entre os movimentos de reforma e revolução, isto

é, nos fazendo considerar como as lutas pelo espaço e, que se confrontam com as estratégias de segregação socioespacial nos espaços de conflito, adquirem relevância num país que pertence à periferia do capitalismo e que empreende uma expropriação brutal.

Lefebvre (1971:113) ao desenvolver o significado da construção de um pensamento sob uma ótica triádica, nos apresenta que *“El tercer término es entonces la solución practica a los problemas planteados por la vida, a los conflictos y contradicciones nacidos de la práctica y experimentados prácticamente. La superación se sitúa en el movimiento de la acción, no en el tiempo puro del espíritu filosófico.”*

Nessa direção, a **apropriação do espaço**, enquanto terceiro termo de desenvolvimento da tríade, nos coloca o desafio de uma estratégia urbana ao nos debruçarmos sobre a questão dos termos possíveis do direito à cidade em nossa especificidade histórica. A impossibilidade da superação pela apropriação do espaço revela a crise urbana neste movimento da urbanização contemporânea.

Pelo foco da tríade, ao estudar a dinâmica dos processos segregatórios no espaço urbano em conflito com as resistências, o que emerge é a luta pelo espaço, revelando que ainda não se cumpriu um direito elementar como o da moradia. Assim, o direito à cidade, direito este que extrapola os indicadores de serviços e bens, como também a propriedade privada, retoma a perspectiva da apropriação como uso pleno do espaço-tempo. Ao questionarmos a perda do uso da cidade e a violência que a cotidianidade programada⁸ impõe, mesmo para aqueles que estão no grupo considerado de renda elevada, a segregação socioespacial é constatada.

A perspectiva do direito à cidade, também repõe contradições nas lutas pelo espaço, ou seja, no momento da resistência realizada hoje no e pelo espaço urbano.

A segurança da posse é garantida pelo contrato de concessão e pode ser considerada um momento a se pensar como fundamental na luta pelo espaço como processo de transição. Porém, traz em seu bojo uma possível inserção em mecanismos hegemônicos da produção do espaço e, dessa maneira, engendrando novas formas segregacionistas ao se transformar em ativo econômico.

Este caminho não se faz sem riscos e ambiguidades, o embate pela propriedade negada à maioria, para dar continente à realização dos negócios, pode vir a compor

⁸ A cotidianidade como noção é elaborado por Henri Lefebvre no sentido de apresentar que vivemos numa sociedade em que há uma profunda normatização da vida cotidiana. Estas normas se generalizam produzindo uma homogeneidade das relações e padrões que se tornam coerções.

estratégias de mercantilização do espaço e, pode vir a ser a construção de uma ideologia do espaço. Entretanto, a luta pela conquista da segurança da posse apresenta exatamente as contradições espaciais advindas da propriedade privada, revelando que a luta pelo espaço é o momento de conscientização da precariedade vivida pelos habitantes da cidade sem direitos. Aqui há a produção dos espaços de conflito apreendidos na pesquisa como momentos específicos em que se tornam visíveis as contradições no embate das estratégias com finalidades opostas. Neles reúnem-se as práticas de luta pelo espaço, as possibilidades de apropriação e a reelaboração de consciências sobre a cidade e os sujeitos que a produzem.

Nas experiências advindas dos espaços de sociabilidade, que podem ou não se transformar em espaços de conflitos, há possibilidades abertas. Especificamente da vida cotidiana dos moradores dessas favelas, a conquista da segurança da posse leva à seguinte afirmação: “*agora podemos usufruir, não somos mais invasores*”.

Postas as contradições, percebe-se que o terceiro termo mostra, ao tocar naquilo que se apresente como projeto, que há muito a se construir para mudar a qualidade das relações sociais atualmente estabelecidas. Por isso, ao desenvolver o terceiro termo, apresentamos a contradição entre dominação e apropriação do espaço. Significa dizer que, ao expor essa contradição, revela-se um momento para descortinar as ideologias em torno do espaço que insistem em ocultá-lo.

Intuímos que a estratégia necessária para a prática urbana, que leve à possibilidade de realização do direito à cidade, seria a busca pelos fundamentos dos processos de reprodução da sociedade. Ou seja, a compreensão do processo de segregação socioespacial e as resistências diante dela tornam-se uma estratégia no plano do pensamento e uma ação prática na busca pelo direito à cidade. Direito entendido para além do acesso aos bens e equipamentos, mas fundamentalmente, entendido como direito à centralidade urbana, à apropriação do espaço, enfim, torna-se a luta pelo direito ao uso em sua plenitude.

A segregação socioespacial seria a negação do direito à cidade, do processo de precarização do uso, do tempo do usufruir e das formas de apropriação. A segregação, na direção apresentada, somente pode ser diminuída a partir da realização plena do uso do espaço pelos cidadãos, significando a superação de sociabilidades fragmentadas.

Essa superação se gesta nas experiências dos espaços de sociabilidade que vão se constituindo com as identidades ao nível do vivido e assim, como visto nas décadas de 1970/80, com a politização do cotidiano, se formaram os espaços de conflitos.

Espaços estes que apenas se produziram com uma mudança nas relações que superaram muitos dos autoritarismos e de um domínio sobre os espaços das cidades. Como posto por Lefebvre, “*‘Mudar a vida’, ‘mudar a sociedade’, isso não quer dizer nada se não há produção de um espaço apropriado.*” (Lefebvre:2006:49).

Parte I

Primeiro Termo: A Segregação Socioespacial

Capítulo 1 - PROPRIEDADE, SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E CRISE URBANA

“As cidades brasileiras são reflexos da desigualdade social: em 2003 os 10% mais ricos da população se apropriavam de 75% da riqueza contabilizada restando 25% da riqueza para os demais 90% da população. Segundo a mesma fonte 5 mil famílias, de um total de 51 milhões, se apropriaram de 40% da riqueza nacional.”¹

As análises sobre o processo de urbanização no Brasil e no mundo continuam revelando a desigualdade profunda na qual se formaram (e se formam) as cidades. Já em 1971, Langenbuch descrevia a expulsão de parte das camadas de trabalhadores para a periferia em decorrência dos processos de especulação que ocorriam nos lugares mais centrais de São Paulo. Rodrigues (1988), ao desenvolver uma análise acerca dos movimentos sociais urbanos, destacadamente aqueles relacionados ao direito à moradia, revela os fundamentos do processo de produção das favelas. E Davis (2006), por sua vez, escancarava as implicações de uma urbanização mundial baseada na acumulação capitalista, apresentando a multiplicação da forma das favelas em escalas nunca antes imaginadas e o uso delas para perpetuar a própria desigualdade.

Os autores citados acima, cada qual abordando aspectos diferentes, expuseram como a desigualdade continua a se reproduzir e como ela produz na cidade uma paisagem, composta por morfologias diferenciadas, dada pelo caráter do modo de produção que impede a apropriação à riqueza produzida socialmente.

Em dados recentes, continuamos a observar a tendência a uma urbanização alicerçada na desigualdade e os mecanismos de impedimento ao acesso à terra. Através da constatação da quantidade de favelas no país e pelas reiteradas reintegrações de posse, especificamente, na cidade de São Paulo, estampam-se as contínuas expropriações dos moradores das cidades.

O último Censo Demográfico (2010) e publicado em 2012 pelo IBGE, apresenta que o Brasil possui mais de seis mil favelas. Elas estão dispersas em 323 municípios e abrigam cerca de 6% do total da população brasileira, representando mais de 11,5 milhões de moradores das cidades. Desse montante, 88,6% estão concentradas nas

¹ Maricato, Ermínia, **Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**, 2005.

regiões metropolitanas brasileiras e 49,8% na região Sudeste. Ao tratar do município de São Paulo, o número das favelas de 1987 para 2008 aumentou significativamente. De acordo com a Prefeitura Municipal (2008), há um incremento de mais que o dobro desses domicílios, que passaram de 150 mil para mais de 380 mil.

Além desse fato, em pesquisa realizada em 2009², verificam-se ações que dizem respeito aos conflitos coletivos de posse e propriedade urbana em São Paulo. Elas demonstram como as estratégias de expulsão estão em vigor e como os moradores estão resistindo para permanecerem no lugar. Segundo os números da pesquisa, apenas no Tribunal de São Paulo e no Tribunal Regional Federal, haviam 41 pedidos de reintegração de posse e 7 de expulsão e retirada.

Este quadro da realidade urbana brasileira, com destaque para o município de São Paulo, nos faz retomar algumas das ideias expostas por Pierre George em seu livro *Geografias de las Desigualdades* (1983). Nele, o autor aponta que as desigualdades econômicas e sociais mais evidentes se apresentam na utilização do espaço. E, sobretudo, elabora uma questão central, aquela na qual expõe que, mesmo com mudanças na geografia das desigualdades nas escalas de cidades ou países, os contrastes entre pobreza e riqueza estão crescendo e, por isso, é lícito interrogar até que ponto será suportável o crescente empobrecimento de mais de uma quarta parte da população mundial (George: 1983: 17).

É partindo das preocupações de Pierre George em relação ao crescimento da desigualdade e também observando a constatação dos dados acima expostos, que delineamos uma das possibilidades de compreensão da problemática urbana: aquela da possibilidade de entender os processos de aprofundamento da precarização da vida dos habitantes das cidades e as transgressões e as resistências, as quais se tornam obrigatórias para realizar a vida no espaço urbano.

Sustentamos que este aprofundamento está intimamente ligado a um dos processos centrais e lógicos que marcam a produção do espaço urbano especificamente capitalista, a generalização da segregação socioespacial. Por conseguinte, nossa preocupação neste capítulo é construir uma reflexão acerca do movimento desse processo social e espacial assentado na compreensão dos fundamentos da produção do espaço urbano capitalista.

² **Série Pensando o Direito:** conflitos coletivos sobre a posse e a propriedade de bens imóveis elaborado por equipes do Instituto Polis, Pontifícia Universidade Católica – SP e do Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos (2009, p. 148).

Ao tratar desse aspecto da problemática urbana, a generalização da segregação socioespacial, consideramos fundamental abordar as contribuições atuais da geografia no que diz respeito à compreensão da produção do espaço urbano capitalista, para desse modo, situá-la em uma corrente teórico-metodológica na qual este estudo se filia. Além disso, cabe explicitar que o desenvolvimento da reflexão se realizou em um contexto de produção coletiva por meio dos estudos realizados pelo Grupo de Estudos de Geografia Crítica Radical (GESP)³. Ele permitiu, de diferentes modos e conforme o desenrolar de cada pesquisa específica, avançar teoricamente em noções e conceitos oriundos de uma tradição da Geografia.

A própria noção de segregação socioespacial, à luz da produção do espaço, conquistou sentidos diversos ao se referenciar de um movimento da passagem da organização para a produção do espaço. De acordo com Carlos (2011), que em seu trajeto acadêmico desenvolve a compreensão da produção e reprodução do espaço a partir do materialismo dialético, afirma que a (re)produção espacial é imanente à constituição da sociedade, uma vez que a *“sociedade se apropria do mundo enquanto apropriação do espaço – tempo determinado, aquele de sua reprodução, num momento histórico definido”* (Carlos:2011: 54).

Disso resulta que esse caminho de pensamento proposto se direciona ao entendimento da dimensão espacial das relações sociais. No revelar das relações que envolvem a produção do espaço social, e dão a ele seu conteúdo específico em determinado momento da história, compreendemos os conflitos e contradições da sociedade. Mas, sobretudo, nos coloca diante do fato de que a Geografia não é somente uma ciência da localização dos objetos sobre o espaço ou uma geometrização das relações sociais e, sim, partindo da localização e a superando, contribui no desvendar das relações sociais através da produção deste espaço social⁴. Por isso, consideramos o espaço como produto, condição e meio da reprodução da sociedade (Carlos: 1994).

Considerando a produção do espaço nessa direção, exige-se um deslocamento necessário a se fazer em muitas das noções e conceitos geográficos, pois nos direcionamos a um movimento permanente do espaço determinado pelos conteúdos das

³ O projeto de estudo em torno da segregação socioespacial se realizou entre os anos de 2008-2010 com financiamento do CNPq. O projeto do Grupo de Estudos de Geografia Crítica Radical está disponível no sítio eletrônico: <www.gesp.fflch.usp.br>.

⁴ “Analisar e expor a *produção do espaço* (um conceito teórico e uma realidade prática), significa elegê-la como um momento da sociedade atual, isto é, como uma reveladora dessa mesma sociedade que permite apreendê-la como totalidade.” Oseki, J., **O único e o homogêneo na produção do espaço**, In: Martins, J.S., Henri Lefebvre: o retorno à dialética, Hucitec:São Paulo:1996, pag. 111.

relações de reprodução da sociedade. Nesse sentido, a segregação socioespacial, tratada na pesquisa no plano do real pela mediação de ações de expropriação e dos conflitos em torno da terra urbana, assume novos conteúdos. Igualmente supera-se a ideia de localização e reorienta a reflexão desse processo enquanto um movimento necessário para repor as condições de manutenção da reprodução das relações de produção, pois, como esclarece Lefebvre (2008:156), “*as relações sociais no capitalismo, isto é, as relações de exploração e de dominação, se mantêm pelo e no espaço inteiro, pelo e no espaço instrumental.*”

Passamos, portanto, de um conteúdo pautado na noção de organização para aquele da produção e reprodução que nos permite, ao colocar como núcleo o espaço, compreender a segregação socioespacial como um dos processos fundamentais da reprodução capitalista. E, ao tentar desvelar as estratégias lógicas contidas nela, procuramos nos aproximar de algumas reflexões sobre o que fundamenta esta urbanização contemporânea, sobre os mecanismos contraditórios e de conflito desta produção e principalmente, sobre como perceber alguns dos termos da crise urbana em que vivemos, destacadamente, aqueles relacionados a um país da periferia do capitalismo como o Brasil.

Simultaneamente à busca da compreensão da segregação socioespacial, nos deparamos com as estratégias que a negam. Elas revelam as possíveis transgressões e resistências aos processos de expropriação e espoliação sofridos pelos habitantes das cidades e que a cada dia se tornam mais intensos. Assim, os conflitos manifestam-se e são eles que apontam a luta pelo espaço envolvidas em ambiguidades e contradições internas às estratégias de resistência.

Essas lutas cotidianas se materializam na morfologia espacial mais precarizada, com formas específicas como as das favelas. Ao mesmo tempo em que a favela é produto da segregação, igualmente o é de sua negação, já que o ato de ocupar a propriedade de outro é em si uma negação da expropriação na qual está sujeitada e que se fundamenta na propriedade privada capitalista.

Nessa orientação, o ponto de partida é o da paisagem desigual da cidade e da morfologia diferenciada dos lugares produzidos pela prática socioespacial que contém as estratégias de reprodução da sociedade. Esta materialidade, dada pela forma, é a representação da historicidade construída ao longo dos anos, com rupturas e continuidades das determinações sociais que constrói o espaço social.

A Paisagem Desigual da Cidade e a Morfologia Diferenciada dos Lugares

“Esse mosaico geográfico é uma criação, aprofundada pelo tempo, de múltiplas atividades humanas”⁵

A cidade de São Paulo, não raro, é vista como uma cidade “caótica”, produto de um processo de urbanização “desordenado”. A paisagem urbana, nível mais aparente do processo social, aparece para a maioria dos “espectadores” como uma forma sem lógica, uma forma com um conteúdo difuso, confuso e difícil de ser apreendido. E essa impressão sobre a cidade e sua forma não é de todo falsa já que os conteúdos sociais estão velados pelos próprios mecanismos do trabalho social objetivado que produz o tecido urbano de forma desigual.

A paisagem mencionada nos aproxima da materialidade construída e se transforma em um primeiro recurso para compreender a produção do espaço social. Nessa reflexão, ela é apreendida como a forma primeira de aproximação dos conteúdos da desigualdade, pois em uma sociedade de classes, na qual o acesso à riqueza se realiza de modo desigual, a paisagem produzida é a expressão dessa condição. Por isso, ela será na Geografia um instrumento conceitual importante e potente para desvelar os conteúdos da sociedade na contemporaneidade. Como posto em estudo anterior (Ribeiro:2007:19), *“a partir desta forma genérica de manifestação, podemos esmiuçar os processos intrínsecos as práticas do movimento da urbanização contemporânea.”*

Nesta pesquisa, por considerar a potência teórica de noções e conceitos da Geografia em relação ao movimento do real, a noção de paisagem está relacionada à expressão material do nível intermediário, aquele que corresponde ao da cidade e que serve como mediação entre a ordem distante (aquelas referentes às instituições que normatizam) e a ordem próxima, dos lugares, do vivido. Seu movimento de transformação é constante pelas próprias relações da sociedade, como esclarece Carlos (1994:48), *“sob esta aparência estática se esconde e se revela todo o dinamismo inerente ao próprio processo de existência da paisagem, uma relação fundamentada em contradições; em que o ritmo das mudanças é dado pelo ritmo do desenvolvimento das relações sociais.”*

Consideramos também que há um relativo descompasso entre essa forma da cidade e o movimento temporal do conteúdo. A forma da cidade contém concretamente

⁵ Harvey, David, **Espaço de Esperança**, Edições Loyola, São Paulo, 2004, pag.111.

um acúmulo de tempos, estando em uma relativa divergência com o presente, próprio de um movimento dialético entre forma e conteúdo. Porém, os fundamentos do processo de produção do espaço estão contidos nessas formas revelando o conteúdo que sustenta sua reprodução e a determinando.⁶

Um desses conteúdos se refere ao processo de desigualdade, inerente ao modo de produção capitalista, que é produto das relações estabelecidas entre capital-trabalho. Por meio dessa desigualdade repousam os mecanismos de acesso à riqueza produzida, pois, internamente ao regime de trabalho assalariado, há uma desigualdade de rendas que consequentemente tende a impedir a apropriação dos produtos oriundos do esforço empregado pelo trabalho socializado. Além disso, ao nível da reprodução do sistema, a desigualdade é reforçada através de um jogo de arranjos espaciais imposto pelos planos estatais ao regular o uso do solo, que vão, nessa medida, funcionalizá-lo, aprofundando as marcas da desigualdade na paisagem.

Como o espaço urbano é produto desse trabalho social, a paisagem como expressão formal dessas relações, se constituirá, ao nível da aparência, de acordo com uma hierarquia dos lugares na totalidade da cidade. Portanto, essa paisagem desigual é composta por um mosaico de morfologias, já que *“A paisagem revela uma história, o passado inscrito nas formas geradas por tempos diferenciais acumulados, mas sempre atuais, sincrônicos e diacrônicos, que produzem uma impressão apreendida pelos sentidos.”* (Carlos:2004:35)

Observando a hierarquia dos lugares, evidente na paisagem desigual, emerge para esta nossa análise a diferenciação socioespacial. Porém, esmiuçar as condições da diferenciação nesta pesquisa e como ela se realiza e é produzida nos direciona ao plano do lugar, isto é, ao plano da morfologia, ao nível do imediato.

Capel (2002:30), ao abordar como a Geografia norteamericana se debruçava sobre o estudo da morfologia, mostra a relação entre paisagem e a morfologia quando Carl Sauer em 1925 definia que *“los objetos que existen juntos en el paisaje están en interrelación y constituyen la realidad como un todo, dando lugar a una asociación que se expresa en una morfología.”*

A noção de morfologia urbana, ao longo da tradição da Geografia, corresponde à compreensão do plano, e isto significa dizer que nos voltamos para a análise dos edifícios, dos quarteirões, do arruamento, dos usos do solo e também o modo de seu

⁶ Lefebvre (2008:86), expõe que o ponto de partida é a forma e esta possui um caráter abstrato-concreto e, por isso, “é o ponto de partida para a apreensão do conteúdo”.

parcelamento (Capel:2002:70 e Roncayolo:1982:90). Este conjunto irá compor formas distintas em sua produção a partir da diferenciação dada pelas funções urbanas e, principalmente, em relação à inserção das classes sociais na cidade. A morfologia espacial, por estar associada a essas formas, faz referência a um nível mais imediato que é o plano do lugar e da realização da prática socioespacial.

Nesse sentido, a Geografia construiu uma tradição acerca da morfologia espacial, com destaque para a morfologia urbana. O movimento de construção dessa noção aparece na obra *La morfologia de las ciudades: sociedad, cultura y paisaje urbano*, de Horacio Capel (2002). Ele discorre sobre como cada corrente/escola da Geografia toma a categoria de morfologia para avançar na compreensão do espaço urbano. Aponta que esses tipos de estudos iniciaram-se na tradição regional historicista, mas nos anos 1960, com as transformações teóricas e metodológicas na Geografia, os estudos sobre morfologia ganharam novos matizes.

Ao mencionar o estudo da morfologia urbana relacionada à Geografia Radical, Capel apresenta que o acento no social direcionou a compreensão dos agentes que constroem a cidade e a usam e, principalmente, destaca o fato de que a produção da morfologia não se realiza de forma passiva, mas está articulada às ações de grupos sociais. Como o autor afirma, a Geografia Radical a partir dos anos 1980,

“Se presto atención a los agentes urbanos que son responsables de la morfología (propietarios, promotores, constructores, técnicos y otros) actuando en espacios concretos de la ciudad, y en los procesos a través de los cuales actúan.” (Capel:2002:35)

Para Roncayolo (1982:91), a morfologia e o plano da cidade contêm coerções e cristalizam os interesses e os hábitos, portanto, não se trata somente de uma simples geometria, essa forma também encerra intenções. Ela, a morfologia espacial, está passível de metamorfoses constantes, somando e justapondo momentos diferentes da história.

É este movimento da morfologia que abrigará as continuidades e descontinuidades dadas ao longo do tempo e que dão a qualidade do processo de transformação da cidade. Como posto por Carlos (2001:46), esta forma “*coloca-nos diante da duração, daquilo que persiste e daquilo que se rompe, expondo dessa forma a dialética da continuidade/descontinuidade*”. E, ademais, revela que há uma diferenciação promovida pelas funções que essas formas tentam impor, como também. e, sobretudo, apresenta que tais diferenciações são produto da desigualdade, condição de

uma sociedade dividida em classes, e sustentada em seu fundamento pela propriedade privada. Estas diferenciações, como esclarece Harvey (2004:111), *“estão sendo perpetuamente reproduzidas, sustentadas, solapadas e reconfiguradas por meio de processos políticos-econômicos e socioecológicos que ocorrem no momento presente.”*

Portanto, a morfologia é diferenciada não apenas pela separação das funções dadas aos lugares produzidos, mas por uma produção material e pelos usos dos lugares pautados na distribuição desigual da riqueza. A diferenciação socioespacial também perfila entre as noções/conceitos em destaque e que a Geografia tratou de desvendar atribuindo pesos distintos a cada corrente teórico-metodológica. Mas, como posto por Lobato (2007:62), estas interpretações sobre ela se centravam *“no caráter necessário e inevitável dessas diferenças e, de outro, na possibilidade de minimizar essas diferenças”*.

Nesta orientação, ao ter a produção do espaço e sua condição imanente à produção da vida (Carlos:2011), tentamos refletir sobre a noção de diferenciação situada no movimento de produção do espaço. Referendada desta maneira, a noção de diferenciação traz o conteúdo das relações sociais, que remete à compreensão de que em uma sociedade desigual, expressa pela própria paisagem da cidade, haverá acessos distintos à riqueza produzida e, por isso, a produção dos lugares apresentará morfologias diferenciadas devido ao tipo de acesso a materiais de construção, à produção de uma tipologia de edificações diversificada, à métodos construtivos diferentes, à restrição a apropriação dos lugares pela propriedade privada da terra, isso tudo colocando em relevo a prática socioespacial determinada pelas relações de desigualdade.

Nessa direção, a morfologia diferenciada aparece nesta pesquisa como uma noção potente para desvendar a produção do lugar e as contradições espaciais, posto que a morfologia está associada ao imediato, ao plano da prática socioespacial, ao nível do privado. Ou, como Lefebvre (2002:80) desenvolve, *“chegamos ao nível P, considerado (equivocamente) modesto, senão negligenciável. Aqui, só o domínio edificado pode ser considerado: os imóveis (habitações: grandes prédios de apartamentos, casas, acampamentos e favelas)”*.

Desse modo, podemos afirmar que um lugar considerado por sua função residencial não apresenta somente uma homogeneidade de formas, pois nele poderá haver favelas, loteamentos irregulares com autoconstrução, conjuntos habitacionais, prédios e condomínios fechados com tipologias arquitetônicas distintas, com materiais

de construção variados, com emprego da técnica construtiva também diverso e formas de arruamento diferentes.

A morfologia diferenciada revela o processo imediato da produção da forma espacial. Ela faz conhecer o nível do lugar e as práticas socioespaciais, primordialmente a “**forma do possível**” – favelas - daqueles que estão resistindo à expropriação e espoliação cotidianas na cidade capitalista. A morfologia diferenciada manifesta os conteúdos da segregação socioespacial como condição e produto relevante e necessário na produção capitalista do espaço urbano.

Maricato (1982), no artigo intitulado *Autoconstrução, a arquitetura do possível*, esmiúça os aspectos da produção da casa autoconstruída, típica forma espacial da moradia dos trabalhadores espoliados que adquiriram um lote em parcelamentos, muitas vezes, irregulares ou clandestinos, e pouco a pouco constroem suas casas nos finais de semana, primeiro com um cômodo, depois aumentando a área construída conforme a renda e os “braços” que a família possui e a cooperação de outras pessoas.

A autora expõe também as possíveis práticas socioespaciais que podem se realizar em torno da produção da casa. Elas se dão a partir de relações de cooperação e de favores estabelecidas entre os vizinhos, que mutuamente se ajudam na construção da casa (mutirão) e, assim, aparecem formas criativas de transgredir na impossibilidade de acesso a outras formas de construção devido à renda diminuta. Uma das práticas em destaque é a solidariedade, pois “*A solidariedade, quando existe, é uma determinante para a sobrevivência.*” (Maricato:1982:73).

Do ponto de vista da produção *strictu sensu* da moradia, a autora revela a técnica construtiva empregada nesta forma de casa, como também os materiais de construção, que, geralmente, são os mais baratos. Isto fica evidente quando observamos a paisagem desigual de uma periferia, onde, pelo custo mais reduzido de determinados materiais, há um processo de substituição do tijolo convencional para o tijolo baiano estampando uma cor e forma específica na morfologia dos bairros.

Todavia, cabe destacar o fato de que essa mudança na morfologia dos bairros periféricos, dada pelo barateamento de determinados materiais, evidencia uma relativa precarização. Segundo a autora, na década de 1980, o tijolo convencional torna-se mais caro que o bloco de concreto e os moradores, em sua prática da autoconstrução, irão optar pelo último como saída para a construção de suas casas. Mas esta transformação aponta uma piora nas condições do conforto térmico, pois “*o tijolo comum de argila supera bastante em qualidade, relativamente ao conforto ambiental, o bloco de*

concreto” (Maricato: 1982:88). Outro exemplo destacado desta precarização dada tanto pelos materiais como pelas possíveis técnicas construtivas é o emprego da laje pré-fabricada. Como é considerada de fácil manipulação e por dispensar a utilização de madeiras, o que eleva em muito o custo do telhado, tornou-se a mais acessível. O resultado, igualmente ao da substituição do material do tijolo, é de uma piora das condições de conforto ambiental.

Como posto acima, a compreensão da morfologia espacial também revela as relações sociais estabelecidas na produção do lugar, como aquelas entre os amigos e vizinhos que irão ajudar na construção da casa, como, por exemplo, no já bem conhecido ato do “bater laje”. No transgredir para superar as condições adversas, a técnica construtiva se adéqua à não especialização, às ferramentas que essas pessoas possuem e, como isso, a solidariedade se torna item indispensável.

O estudo da produção do lugar também põe em relevo um elemento do plano que sustenta a morfologia, aquele relacionado à propriedade privada do solo. Maricato irá expor essa questão ao diferenciar o morador de favela daquele que adquiriu um lote, (mesmo que este último esteja em um loteamento irregular ou clandestino).

Acima de tudo, a propriedade privada da terra condicionará a morfologia do lugar e, por sua vez, sua produção. Haverá uma diferenciação do padrão das formas produzido pelo trabalhador que está de posse de um lote que ele comprou em comparação com aquele indivíduo que vive numa favela. Na primeira situação, a ação sobre o lote está regida, mesmo precariamente, a um contrato de compra e venda. Disso resulta que o morador poderá ter uma determinada segurança para investir uma parcela maior da renda familiar na construção da casa. Somado a isso, temos a demarcação do lote pelo tipo de parcelamento que, em maior ou menor medida, se assemelha aos perímetros dos lotes regulares. Nessa condição, se assegura uma não ocupação na delimitação do terreno dada por meio do contrato.

Já a forma da favela, considerada como uma das mais representativas do processo de expropriação e espoliação do morador da cidade, exprime, cabalmente, a luta pelo espaço da vida desde sua gênese. Inicialmente, como ninguém é considerado o “dono” do terreno (não há um contrato que defina um parcelamento), esta fração configura-se como um lugar em “disputa”, por isso, a tendência da divisão dos terrenos não se realiza sob as regras das metragens dos loteamentos, mas sim, por meio da luta pela moradia.

Essa luta se realiza de diversas maneiras. Busca-se um terreno que apareça como o menos provável de expulsão imediata, geralmente os de domínio público. Dependendo das primeiras relações estabelecidas na produção daquele lugar, aquele que primeiramente ocupou poderá exercer um poder para dimensionar a ocupação das famílias que virão. Poderá haver desde a cessão do terreno até as transações de compra e venda. Diferentemente do trabalhador que adquiriu um lote comercialmente, os traçados são delimitados pelas possibilidades de ocupação (resistências à expulsão)⁷ e não pelo projeto de parcelamento. Essa característica é fundamental para conformar a morfologia do lugar, pois ela condicionará o tipo de arruamento, mais o plano em que se assentam as moradias, explica a metragem reduzida das casas e do arruamento nas favelas e a precária ventilação e luminosidade.

A forma da favela, ao longo do processo, configura-se como a resistência às expulsões e expropriações dadas pelo impedimento de acesso a uma moradia pelo fundamento da propriedade privada.

Nessa forma estão contidas as relações estabelecidas para assegurar uma moradia às famílias ao usarem práticas que permitam apropriarem-se de uma porção de terreno para reprodução da vida. Há um parcelamento produzido pelo condicionamento da propriedade e a produção da casa se faz sob as determinações das rendas e da segurança da permanência.

Ai está a diferença dada na ocupação de um loteamento e a de uma favela. Àqueles trabalhadores que estão residindo em lotes privados oriundos de um parcelamento “formal” (mesmo irregular) haverá uma segurança quanto a sua “casa própria”, portanto, todos os esforços da família sobre o terreno estão relativamente assegurados. Para aquele morador que vive na favela, por ser considerado um “invasor” de terra “alheia”, há insistentes ameaças de expulsão. Devido a isto, o morador na favela já não pode converter toda a renda da família naquela casa em que o terreno não lhe pertence formalmente. Além disso, como o terreno, a princípio, está em disputa (seja pelos ditos proprietários ou pelas relações de poder estabelecidas por aqueles ocupantes), as metragens são diminutas, dimensionando o barraco em seu mínimo para caber a família.

⁷ Sabemos que quando se consegue construir um barraco e se instala a família, a lei considera essa situação como uma questão social. Dessa maneira, as formas de ocupação de terras tendem a utilizar ações de construção que permitam ingressar toda a família e os pertences básicos para enfrentar as reintegrações de posse.

Em outro plano que compõe a morfologia – o arruamento - nos permite perceber a luta pelo espaço da vida. Ele também revela os processos de precarização. No caso da forma da favela, como a referência é a conquista por um espaço, as ruas são subtraídas e se produzem as vielas, que são espaços mínimos para a ligação dos barracos com as ruas do bairro e os lugares do entorno. Os resultados mostram a inserção precária desses moradores, ao acarretar problemas de saúde por não possuir a ventilação e a iluminação necessárias. Esses fatores dão sustentação, posteriormente, às reivindicações que irão unir os moradores desses lugares, transformando a “urbanização da favela” em bandeira de luta para eles e, retomando, o movimento de metamorfose da morfologia.

Além disso, pesa o fato das famílias residentes nas favelas possuírem uma pequena ou nenhuma renda para adquirir blocos e os materiais habituais como aqueles utilizados nos loteamentos. Assim, o material que será empregado primeiramente é a madeira, muitas vezes doada de outras áreas de construção ou por entidades filantrópicas. Esses moradores recorrem a materiais ainda mais baratos que os empregados nas casas de autoconstrução de loteamentos irregulares ou clandestinos.

Por isso, resulta que o barraco de madeira é a regra no início de qualquer ocupação, seja para enfrentar as expulsões, seja porque é o *possível* para uma família espoliada. Como será desenvolvido mais adiante, veremos que a madeira é um material que permite uma tática de ocupação significativa e que impede os despejos forçados. Em virtude da rapidez de construção, pode a família entrar imediatamente e colocar seus pertences básicos caracterizando uma situação que legalmente a impede de sofrer uma ação de despejo.

No processo de produção do lugar, com a consolidação da favela, a morfologia se transforma. Principalmente, quando determinados benefícios começam a chegar, como água e luz, e a sensação de fixação no lugar tende a aumentar e as famílias iniciam uma jornada maior de investimentos em suas casas. Porém, a forma da favela, mesmo que esteja metamorfoseada pelos novos materiais, não perde as características de sua gênese.

Logo, se a paisagem desigual nos permite apreender a hierarquia dos lugares, com suas funções articuladas à estrutura da cidade, a morfologia diferenciada, por sua vez, alcança a produção dos lugares determinados pelo movimento da totalidade da cidade.

Como uma hipótese de trabalho, consideramos que esmiuçar a morfologia diferenciada na produção dos lugares permite compreender a tendência lógica de

produção do espaço capitalista e, desse modo, podemos alcançar os conteúdos da urbanização contemporânea e que revelam o sentido da paisagem desigual.

Estas noções, paisagem desigual e morfologia diferenciada, além de considerarem um ponto de partida para a pesquisa, colocam-se também como objeto de análise que nos concede a oportunidade de, ao revelar a forma, examinar em detalhes o conteúdo de sua produção em níveis distintos.

Da Reprodução da Cidade de São Paulo à Produção dos Lugares

A atual paisagem de São Paulo expressa o embate de estratégias na reprodução da sociedade, estando de um lado aqueles que tomam a cidade com a finalidade da acumulação capitalista e, de outro, os moradores com as estratégias de reprodução da vida. Logo, este conflito que emerge está intimamente relacionado ao movimento hegemônico de reprodução da cidade pondo em manifesto uma contradição fundamental no capitalismo, aquela entre o valor-de-uso e o valor-de-troca. A qualidade e algumas implicações dessa contradição pretendem ser analisadas com mais precisão ao longo da exposição desta pesquisa e apresentada por meio de alguns processos que delimitamos como proposta do trabalho.

A problemática proposta remete necessariamente à questão da habitação na reprodução da cidade de São Paulo. Podemos considerá-la como reveladora da crise urbana do século XXI e como afirma Carlos (2004:118), *“a habitação revela com força a fragmentação do espaço, raiz da segregação que marca a reprodução do espaço em São Paulo; o entrelaçamento entre morfologia espacial e social aponta a desigualdade do processo fonte das contradições.”*. Este papel é reforçado pela reflexão de Maricato (2011:105) pois, *“o universo da moradia precária é estratégico para denunciar o conjunto de produção da cidade no capitalismo periférico e por meio dele denunciar também as especificidades desse processo de acumulação.”* Por essas reflexões a questão que se depreende é a de como situar a produção da moradia precária, dando ênfase à forma das favelas em relação ao movimento de reprodução da cidade?

Partimos da afirmação de que o sentido e a finalidade do processo de reprodução da cidade capitalista é a acumulação. Quando o conteúdo se volta para este fim o espaço emerge como um elemento relevante, já que ele se transforma em um atributo econômico com um papel definido na engrenagem da reprodução da sociedade. Mas qual seria o motor propulsor desta metamorfose do espaço em atributo econômico?

Como muitos autores já apontaram (Langenbuch:1971; Kowarick:1994, Bonduki:1994), a grande expansão do tecido urbano de São Paulo decorreu do processo de industrialização empreendido principalmente a partir das primeiras década do século XX. O grande salto quantitativo da indústria se deu com destaque entre os anos de 1907 e 1919, implicando os primeiros passos na estruturação da cidade de acordo com as necessidades da fábrica. Como cidade, que concentrava capital, mão-de-obra, serviços que alicerçavam a indústria, infraestrutura para circulação das mercadorias e, principalmente, poder político, havia simultaneamente o movimento de expansão do tecido urbano, incorporando e transformando os lugares de acordo com a finalidade da própria industrialização.

Segundo Lefebvre (2010:11), “*a industrialização fornece o ponto de partida da reflexão de nossa época.*” No Brasil, a radical transformação do país de agrário para urbano se realiza no momento de pleno desenvolvimento da indústria, gestada no final do século XIX e impulsionada no início do século XX, em uma tentativa de modernização de sua estrutura econômica para se inserir no movimento global da economia. Um dos resultados é a aceleração da urbanização modificando a localização dos moradores que, na década de 1960, já estavam concentrados nas cidades.

Como mencionado acima, especificamente sobre São Paulo se apresentaram as condições ideais e necessárias para alavancar a indústria, na medida em que estavam presentes os capitais excedentes da economia do café, o mercado potencial para consumo, uma determinada reserva de mão-de-obra como a imigrante e os políticos que possuíam uma ascendência significativa na política local e nacional⁸. Configurava-se um espaço urbano que oferecia os atributos para a produção e a reprodução do valor. Assim, novas formas de uso do espaço se sobrepunham a este tecido urbano, agora determinado pelo crescimento orientado pela industrialização e emergindo, desse modo, os primeiros conflitos que constituíam a problemática urbana.

⁸ “Inicialmente, cabe lembrar que a economia cafeeira de São Paulo foi a que apresentou o maior dinamismo no contexto nacional. Resolvendo pioneiramente sérios problemas de infra-estrutura, como o dos transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização, estava, ao mesmo tempo, criando um acúmulo de economias externas que beneficiaram a formação industrial, reduzindo-lhe os gastos de inversão e os custos de produção.

Além disto, o complexo cafeeiro paulista, desde cedo, precipitou a gestação de algo não menos importante: a formação e desenvolvimento de um mercado de trabalho que, dadas as condições em que é formado e ampliado, resultaria em menores pressões nos custos de produção industrial. O satisfatório desempenho da agricultura paulista, por outro lado, proporcionava grande parte do suprimento alimentar à sua força de trabalho, e garantia o abastecimento local de matérias primas à indústria nascente.” (Cano:1977:227/228)

Na figura 01, observamos a expansão do tecido urbano de São Paulo ao longo das décadas e a aceleração desta mancha, principalmente a partir da segunda década do século XX, período que Langenbuch (1971) denomina de “início da metropolização” e se caracteriza pelo surgimento de loteamentos residenciais na periferia partindo da explosão do tecido urbano paulistano.

Figura 01 –Expansão Urbana de São Paulo

1881-2002

Fonte: PMSM, Município em Mapas – Panorama, 2007.

Esta realidade manifesta aponta um duplo processo mencionado por Lefebvre (2010), ou seja, aquele da industrialização e urbanização e que se desdobra em um processo conflitante entre desenvolvimento e crescimento, bem como, produção econômica e vida social. Esses conflitos estão circunscritos ao argumento da implosão-explosão da cidade desenvolvido por este autor ao situar o momento de introdução do espaço à hegemonia da reprodução do capital. Na direção de esclarecer que a industrialização induziu a urbanização e, deste modo, tendeu a produzir as grandes aglomerações urbanas, mostramos que houve, pelo movimento da quantidade para a qualidade, uma mudança no processo de urbanização até aquele momento. Ocorre a implosão das relações em que se constituíam anteriormente a vida na cidade e se reforça a centralidade de poder (econômico e político) ao integrar o espaço à nova racionalidade advinda da indústria. Assim, o tecido urbano se alastra e o espaço urbano como atributo econômico traz como consequência a expulsão dos sujeitos que não se enquadravam aos novos espaços-tempos impostos ou que não possuíam rendas compatíveis para a valorização do espaço. Por isso, a classe trabalhadora será rechaçada, por meio de

estratégias de classe (econômica e política) que levam a cabo a expropriação como condição de subordinação do trabalhador, acarretando, em parte, uma das determinantes da formação da periferia.

O Brasil, um país da periferia do capitalismo, trouxe nuances específicas no processo de industrialização e nas características de exploração do trabalhador devido ao seu papel na divisão internacional do trabalho. Se por um lado o mundo da indústria acelera a formação da mancha urbana paulistana, arrastando com ela processos expropriatórios, também é no decorrer de sua expansão que esteve intimamente atrelada à produção da moradia precária, primeiramente com os cortiços e depois com as favelas.

Como, então, este gigantesco processo de transformação da sociedade, induzido pela industrialização em seus primórdios, produziu um tecido urbano residencial tão precarizado?

Apenas no intuito de esboçar a relação capital-trabalho para aclarar as afirmações sobre como se efetivou a relação entre a industrialização e a produção de uma moradia precária no Brasil, afirmamos que, desde os primórdios de sua instalação, os salários, que mediam a relação entre o capitalista industrial e o operário, “*desde cedo, se mantiveram em níveis baixos, estabelecidos, em última análise, pelo café.*” e, “*a região mais industrializada – e que apresentava as maiores taxas de crescimento industrial – não era a que pagava os maiores salários.*” (Cano:1977:231). Na relação entre capital-trabalho, adicionamos também a propriedade privada da terra urbana. Em uma realidade de um país com traços profundos de um capitalismo rentista, as relações de propriedade mantêm o uso da terra cerceado para ser parte das engrenagens da economia industrial, pois é mais um dos mecanismos de subordinação do trabalho ao capital. Estas determinações (salário baixo e não acesso à terra) perfizeram uma subordinação do social materializada na morfologia precária e, assim, delineando a questão da habitação no Brasil.

Resumimos este processo ao recuperarmos uma citação do clássico livro de Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, e assim, situamos a produção da moradia precária dentro do movimento da industrialização..

“Aqui, tudo o que nos suscita mais horror e indignação é recente e data da época industrial. As poucas centenas de casas provenientes da velha Manchester já foram abandonadas há muito tempo pelos seus primitivos habitantes; foi a indústria que fez com que fossem invadidas por multidões de operários que atualmente as habitam; foi a indústria que obrigou a construir em cada espaço que separava estas velhas casas, a fim de aí abrigar as massas que obrigava a vir do

campo e da Irlanda; foi a indústria que permitiu aos proprietários destes estábulos alugá-los como se fossem habitações de seres humanos, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas em seu exclusivo proveito; foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém-libertado da servidão, pudesse ser utilizado de novo como simples material, como coisa, a ponto de ter de se deixar encerrar em habitações, que ninguém mais ocuparia, assumindo o direito de deixá-las cair em ruínas, por um alto preço. Isto foi obra da indústria, exclusivamente, ela que não poderia existir sem estes operários, sem a miséria e a servidão destes seres.” (Engels:1986:66)

Cabe salientar que, no início da industrialização em São Paulo, a moradia precária se caracterizava principalmente pelos cortiços pagos por aluguel. Isto era a regra até a década de 1940. Este padrão das formas de casas construídas com um conjunto de pequenos cômodos para aluguel era a expressão dos mecanismos de exploração pois

“na medida em que a economia baseia seu processo de extração de excedentes na pauperização dos trabalhadores e ao mesmo tempo precisa manter a unidade familiar operária a fim de explorá-la e garantir sua continuidade, o cortiço, subdivisão de cômodos em maior número possível de cubículos, aparece como a forma mais viável para o capitalismo nascente reproduzir a classe trabalhadora, a baixos custos.” (Kowarick:1994:74)

Logo, na década de 1940, as formas dos cortiços começam a ceder lugar a uma nova, a forma das favelas. Em São Paulo, as primeiras aparecem tardiamente em comparação com outras cidades brasileiras, como Salvador e Rio de Janeiro. No entanto, sua generalização ocorre na década de 1970, momento de consolidação do processo de reprodução dessa cidade e que traz em seu bojo novas relações econômicas, políticas e sociais.

Essas formas estavam sendo produzidas por meio do movimento de reprodução de São Paulo. Esta, por sua vez, estava orientada pelas determinações da acumulação e ao expandir o tecido urbano continuamente, produziu uma hierarquia de lugares onde se concentraram a riqueza por meio de constantes inversões públicas e privadas e, por outro lado, consolidou os lugares da pobreza, em um processo contínuo de expropriação de grande parte da população, levando-a para as periferias. O modelo de industrialização, mesmo em época de plena expansão e emprego, se efetuava em um

profundo processo de exploração, com a extração de mais-valia em sua forma absoluta, com o aumento da jornada de trabalho e salários muito baixos⁹.

No desenrolar da reprodução orientada nos termos postos acima, a industrialização deixa de ser a locomotiva da economia e um recém processo começa a ser esboçado: a generalização da sociedade urbana pautada principalmente na extensão de um tecido urbano que, além produzir uma morfologia, gesta, sobretudo, um modo de vida. No entanto, as condições pelas quais se generaliza a sociedade urbana numa sociedade brasileira se realiza com especificidades, das quais destaca-se a não consolidação de direitos.

Nesse momento, novos setores da economia são abertos e outras perspectivas de negócios são postas para serem exploradas, entre elas o próprio espaço. Embora muitos setores da economia que visavam o espaço urbano sejam provenientes de um tempo pretérito¹⁰, seu peso no movimento de formação da aglomeração de São Paulo, é recolocado em outros termos na produção do espaço como setor altamente lucrativo e que, a princípio, alça melhores rendimentos na acumulação. A problemática urbana surge e a questão da habitação aparece renovada com a generalização das favelas, principalmente nas metrópoles. Esta renovação da questão da habitação reside nos modos de aprofundamento das expropriações, espoliações e sujeições representadas pelo aumento dos moradores em favelas.

Nesse contexto, a habitação apresentou o aprofundamento da crise social como crise urbana e em sua materialidade destacou a produção da morfologia da favela¹¹. Sua generalização em São Paulo se evidencia na fase do “milagre econômico”, década de 1970/1980, na qual a indústria brasileira continuou com sua matriz de plena exploração, mas apresentando transformações com acento na intensificação da precarização do trabalho a partir do modo da acumulação flexível, propulsionada principalmente por uma crise que se instala mundialmente.

⁹ “O que importa resgatar dessa discussão é que, mesmo antes da conjuntura de crise de 1981-83, o modelo de crescimento implantado no País alijou a imensa maioria dos benefícios de uma sociedade que teve notável desempenho econômico. (...) Basta dizer que semelhante modalidade de acumulação alicerçou-se em acentuado aumento da produtividade do trabalho, que não só deixou de ser repassado para os trabalhadores, como também os salários de boa parte deles, em particular dos segmentos não-qualificados, deterioraram-se em termos reais.” (Kowarick: 2000:20)

¹⁰ Vide Brito (2006). Em seu doutorado desenvolve a ideia de como na metade do século XIX em São Paulo estava sendo organizado o mercado imobiliário paulistano e como este estava articulado a uma modernização conservadora com estratégias complexas que giravam em torno da propriedade imobiliária urbana.

¹¹ Neste período se destacam outras formas que se generalizaram, como os grandes conjuntos habitacionais e o aumento dos loteamentos irregulares nas áreas periféricas, abordando outras facetas da questão da habitação.

Neste processo, os habitantes da cidade, inseridos precariamente vêm reduzidas ainda mais as possibilidades de acesso à riqueza produzida socialmente e, a possibilidade de viver na cidade se pauta na obrigatoriedade das transgressões, que em ato se valem das “brechas” existentes nas cidades. Esta realidade de empobrecimento contínuo dos moradores e exploração desenfreada posta no universo da problemática urbana faz Damiani sugerir que vivemos o trabalho apenas como negatividade, isto é, “*o trabalho como miséria absoluta*” (2004:28), pois “*o trabalho não chega a constituir sua positividade: como atividade, como fonte viva do valor, possibilidade universal da riqueza como sujeito. Trata-se da acumulação primitiva, sempre renovada, da qual não deriva necessariamente o trabalho como atividade produtiva.*”¹²

Esta condição de perda dos habitantes, marca do capitalismo, segue em ritmo acelerado e impõe a inserção precária como regra. Tal situação de precariedade, compreendida como “*a inclusão daqueles que estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para as quais não há senão, na sociedade, lugares residuais*” (Martins: 2009:26) manifesta-se na forma da favela. A cidade do século XXI, como resumido por Goldsmith (1994:24), é uma cidade da miséria na qual,

“essa maioria vive em pequenas casas em superpovoados subúrbios operários, em favelas situadas em encostas ou beiras de avenidas, em cortiços no centro da cidade, ou sobrevive pelas ruas. Enfrenta longas jornadas diárias de trabalho para receber pagamento escasso, em condições insalubres. Perde de duas a três horas por dia em transporte, com frequência em meio a um gigantesco, super poluído e lento emaranhado de carros, caminhões e ônibus que levam as pessoas de casa para o trabalho e do trabalho para casa.”

Davis (2006), reafirma esta miséria em escala global ao analisar as favelas existentes principalmente nos países da Ásia e da África, regiões em que os processos de favelização são considerados mais acelerados e a forma revela uma precarização ainda mais violenta que a brasileira. Do ponto de vista de São Paulo, o aumento da forma favela continua, embora haja um ritmo menor do que décadas atrás.

¹² Esta reflexão está referenciada em um debate maior e mais complexo sobre a urbanização crítica desenvolvida pela autora. Como ela mesma argumenta, esta ideia significa uma compreensão da “impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais.” (Damiani:2004:30)

Em relatório da Fundação Seade (2008)¹³, que analisa as condições de moradia e os aspectos sociodemográficos e econômicos da população residente em assentamentos urbanos precários¹⁴ no município de São Paulo, estima que quase 3,5 milhões de pessoas vivem em loteamentos clandestinos, núcleos urbanizados e favelas, representando mais de 890 mil domicílios. Segundo este estudo, não há grandes variações no que corresponde à diferenciação social entre aqueles que moram nesses três tipos de assentamentos, contudo, as condições dos moradores de favelas sempre estão mais abaixo que as dos demais. Como conclui o estudo:

“...entre as famílias residentes em **favelas** as carências sociais ganham intensidade e alcançam proporções agravadas, sobretudo, quando relacionadas às moradores dos loteamentos irregulares. As suas carências aliam-se ainda a piores condições de moradia, dadas, em parte, por restrições no acesso a equipamentos de infra-estrutura e serviços urbanos, com destaque para a menor cobertura da rede de esgotamento sanitário – situação que se deteriora entre as favelas em área de manancial e as classificadas como demais.

As favelas diferenciam-se ainda pela maior presença relativa de famílias de ciclo jovem, com maior número de filhos, e da maior parcela de cônjuges sem ocupação no mercado de trabalho, inclusive em razão de desemprego. Os chefes dessas famílias têm menor escolaridade, menor formalização dos vínculos de trabalho e maior dependência de ganhos oriundos exclusivamente do mercado de trabalho. Deste conjunto de fatores resultam rendimentos que concentram as famílias nas faixas de até três salários mínimos, destinados a prover as necessidades básicas e sociais de famílias mais numerosas, inclusive pela presença de crianças.” (Fundação Seade:2008:58)

Os dados contidos nesta pesquisa nos permitem descrever a situação do conjunto das favelas paulistanas, bem como traçar um perfil dos moradores, construindo uma visão dos termos da precariedade da moradia no processo de reprodução da cidade. Primeiro nos deparamos com mais de 1,5 milhão¹⁵ de moradores em São Paulo residindo em quase 380 mil casas em favelas, ou seja, mais de 10% da população do município. Além de verificarmos a proporção de favelas e moradores em relação à cidade, outro dado nos demonstra como as moradias são construídas com a finalidade de uso pela família e não para auferir rendas. Aproximadamente 85% dessas moradias estão servindo para o uso das próprias famílias e a porcentagem de aluguel é de apenas

¹³ Fundação Seade, **Relatório Analítico**: Atualização de dados censitários de favelas e loteamentos irregulares do município de São Paulo, maio, 2008.

¹⁴ A Fundação Seade se apóia na definição conceitual da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), que trata os loteamentos irregulares, núcleo urbanizado e favelas como assentamentos urbanos precários.

¹⁵ Reiteradas segundo o IBGE no Censo Demográfico 2010.

15%. Isso sinaliza o fato do predomínio do uso daqueles que habitam as favelas, mesmo que saibamos dos mercados de aluguel no seu interior.

Outra relação a se fazer e que caracteriza a forma da favela em São Paulo é o aumento de prestação de serviços públicos como água e luz. Embora os números apresentem uma elevação da moradia precária, por outro lado, o estudo da FSeade revela uma universalização dos serviços correspondentes ao abastecimento de água e acesso à eletricidade. Cerca de 99% dos domicílios está com acesso à água (com ou sem medidor). Quanto à energia elétrica, aproximadamente 60% estão com medidor. Esses dados são relevantes para confirmar a já incorporação no orçamento familiar das contas destes serviços. Para a análise de regularização fundiária, esse item é importante, pois parte das favelas poderá não sentir os efeitos dos novos gastos decorrentes da inserção na cidade formal. Contudo, podemos destacar os dados sobre o esgotamento sanitário. Este item é um indicador importante da precariedade. Somente 47% das moradias localizadas nas favelas possuem esse serviço.

Em relação aos materiais utilizados para a produção da casa, forma base da morfologia espacial, constatou-se que cerca de 95% dos domicílios em favela são de alvenaria. As moradias não construídas com esse material possuem como predomínio a madeira ou outros materiais alternativos como o papelão. Somado a isso, confirma-se que as moradias em favelas são menores que as existentes em loteamentos irregulares. A pesquisa faz menção à quantidade de pavimentos das casas. Nas favelas, cerca de 55% possuem apenas um pavimento e 45% mais de um. No que tange ao número de cômodos, em 30% dos domicílios não ultrapassa os três cômodos.

Os dados sobre os materiais utilizados se aliam a outro, àquele referente ao tempo de residência do chefe de família, pois esta metamorfose na morfologia com a substituição de materiais considerados mais permanentes, muitas vezes, está associada a consolidação da favela ocorrida ao longo do tempo. Esta hipótese se confirma ao verificarmos que mais de 55% desses chefes residem na favela há mais de 10 anos.

Do ponto de vista dos dados que correspondem ao rendimento familiar, observamos que a maioria das famílias – 75% dos residentes em favela - possui até três salários mínimos¹⁶ mensalmente para sua reprodução. Para FSeade, essas características apresentadas como resultado dos estudos revelam que há uma diferença entre os moradores de loteamentos da periferia e das favelas, mesmo que também haja muitas

¹⁶ O salário mínimo em vigor a partir de 01/03/2008 era de R\$ 415,00.

convergências. Como se afirma no estudo sobre os moradores das favelas: “*cerca de dois terços das famílias auferem rendimentos mensais abaixo da linha da pobreza monetária, sendo que quase um terço situa-se abaixo da linha da indigência ou extrema pobreza.*” (Fundação Seade: 2008:27).

O quadro revelado pela pesquisa FSeade não se distancia muito daquele apresentado por Milton Santos em seu livro *Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo* (1990), quando expõe os dados referentes à quantidade de favelas existentes na cidade e mostra a desigualdade produzida em São Paulo. Santos nos leva a compreender como o crescimento do tecido urbano se estende sob as formas das morfologias precárias. A FSeade acrescenta à análise o aprofundamento das condições precárias de viver em São Paulo nas últimas décadas ao mensurar o montante de favelas no ano de 2008.

Ao nos voltarmos à história de produção da forma favela em São Paulo, observamos que ela está acompanhada dos relatos de remoções violentas dessa forma de moradia. Bueno (2000:46), ao citar o primeiro levantamento que a Prefeitura de São Paulo realizou sobre as favelas no município (1962), aponta que em 1957 havia cerca de 147 núcleos de favela, sendo que 48 estavam em terreno público. Nesse estudo, também é mencionado que as primeiras favelas surgiram entre os anos de 1942 a 1945 estando localizadas em áreas públicas (próprios municipais)¹⁷.

As origens das primeiras favelas estão associadas às expulsões dos moradores de cortiços das regiões localizadas nas áreas centrais e que estavam sendo incorporadas ao perímetro das novas avenidas. Somado a este fato, havia um contexto legal e de âmbito nacional que acarretou um processo de despejos generalizados dos moradores dos cortiços, impulsionando aqueles mais empobrecidos a buscarem novas alternativas de moradia. Esse fato advém da instituição, em 1942, da nova Lei do Inquilinato que ao congelar os aluguéis, depreciou os preços dos cômodos e empreendeu um freio nesse mercado¹⁸.

¹⁷ Tal fenômeno é considerado tardio se compararmos a outras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Salvador.

¹⁸ “A lei foi intensamente apoiada, tendo sido vista, na época, como uma medida de alto impacto político, na defesa da ‘economia popular’. Mas o congelamento dos aluguéis decretado em 1942 e repetidamente renovado nos anos seguintes criou um clima desfavorável para o investimento em casas para alugar e acelerou os despejos na cidade, o que teve como efeito o aparecimento das primeiras favelas em São Paulo e a maior ocupação da periferia.” (Rolnik:203:1997)

Embora houvesse esse contexto, que reforçava a expulsão pela ação do proprietário privado, o papel do poder público se manifestou de forma mais contundente, pois os planos impostos e que acarretavam políticas de remoções se assentavam em um movimento de integração de determinados lugares da cidade ao processo produtivo (por meio de construção de infraestruturas, destacadamente). Portanto, a tentativa de homogeneizar o espaço produziu, por outro lado, o deslocamento daqueles moradores inseridos precariamente a porções da cidade que até aquele momento não estavam integradas plenamente aos circuitos mais dinâmicos da economia. Como sintetiza Bueno (2000: 55), “*O agente de pressão e remoção mais ativo era a Prefeitura, solicitando a desocupação para a execução de seu Plano de Avenidas de Fundo de Vale e Metrô*”.

As expulsões de favelas em São Paulo (mesmo sendo um fenômeno plenamente atual) já estavam presentes na história dos planos estatais. Elas são ações intrínsecas para a valorização do espaço na medida em que há a tentativa de homogeneizá-lo. Ou seja, para transformar o espaço em equivalente e ele perfilar entre as demais mercadorias para ser intercambiável, há um processo de modificação de morfologias para se integrar aos circuitos da mundialização. Segundo Lefebvre¹⁹ (1980), a homogeneização se realiza também pela repetição de formas. Estas últimas devem estar de acordo com os modelos que podem gerar valores, como padrões arquitetônicos considerados modernos e projetos assinados por arquitetos de renome, ou também, pela repetição de funções, como circulação, de zonas de serviços, etc. Tais formas repetitivas são vistas por meio dos equipamentos e morfologias construídas, como aeroportos, estrutura viária, linhas de metrô, pois o sistema de equivalência adquire uma existência sensível e se inscreve no espaço como condição da integração. Na produção de um espaço homogêneo não há a possibilidade da permanência das favelas.

As morfologias homogêneas, pelo porte e necessidade de reunir um conjunto de fatores para serem executadas (modificação no zoneamento urbano, investimentos de alto valor, etc), terão que ser promovidas pelo Estado como uma das instituições capazes de legitimar as intervenções no espaço. O Estado e os sujeitos envolvidos na valorização do espaço põem em marcha uma ação decorrente de estratégias de classe sobre o espaço e que usa de discursos espaciais preenchidos por muitos álibis que compõem a legitimidade da intervenção. Em decorrência, é posta em marcha a expulsão

¹⁹ Lefebvre, Henri, *Une pensée devenue monde: faut-il abandonner Marx?*, Fayard, 1980.

daqueles que não condizem com as determinações que envolvem a homogeneidade, como por exemplo, os moradores de favelas ou loteamentos mais precarizados.

Em São Paulo há muitos exemplos de ações estatais para valorizar o espaço e expulsar os moradores e também morfologias precárias. Segundo Godinho (apud Bueno:2000), o Plano de Avenidas, empreendido por Prestes Maia na capital, levou entre 1942 a 1945 a formação das primeiras favelas ao expulsar os moradores dos cortiços que estavam circunscritos ao perímetro de intervenção. Bueno (2000) também situa as políticas de remoção de favelas em São Paulo, promovidas pelo poder local, dos terrenos pertencentes ao Município. A primeira remoção se iniciou na década de 1950 e era coordenada pela CASMU (Comissão de Assistência Social Municipal). Foi intitulada de política de desfavelamento e era empreendida, nesse período, especificamente por este órgão. A CASMU objetivava remover 4 favelas existentes na Barra Funda, Canindé, Ibicaba e Piqueri e estava articulada a uma ação assistencialista. Estas ações assistencialistas sobre as favelas, mesmo que pontuais, não se resumiam à ação da CASMU, havia também o MUD (Movimento Universitário de Desfavelamento), que por meio de convênio com a Prefeitura, jovens universitários trabalhavam no sentido de “enquadrar” os moradores num novo modo de viver. Bueno conclui que,

“Assim, desde as primeiras iniciativas, na década de 50, o atendimento municipal às favelas vinha se caracterizando, por um lado, pela inexpressiva atuação assistencialista visando o desfavelamento e por outro lado, pela necessidade de agilidade para cumprir os prazos das obras públicas e privadas que dependiam da remoção das favelas. Essas duas formas de atuar tinham como resultado a dispersão do núcleo de favelados por diferentes locais da cidade, pois o destino de cada família era decidido individualmente.” (2000:54)

As ações assistencialistas, mesmo consideradas inexpressivas, promoviam a dispersão de moradores. Naquele momento, as remoções eram vistas pelo poder público como soluções para o “problema favela” e abrangiam muitas alternativas no campo assistencial. Era levada a efeito proposta de viagem de retorno às cidades de origem; pagamento de aluguel nos primeiros meses para quem não tinha condições naquele momento; reconstrução da casa de madeira em lote de propriedade do morador; empréstimo para aquisição dos recursos para a construção da casa e também para aquisição de lote. Como a autora afirma, essas alternativas praticadas na década de 1950 não mudaram muito comparadas às levadas a cabo pelas novas políticas de remoção de favelas (Bueno:2000:52).

O trabalho de Bueno também colabora para a compreensão de alguns marcos importantes das políticas de remoção. Um deles é a criação da COHAB (Companhia Municipal de Habitação) no ano de 1965 e que, a princípio, destinava 50% de suas verbas para a produção de moradia para aqueles que residiam em favelas, tentando erradicá-las. Também descreve o surgimento no ano de 1967 da SEBES (Secretaria Municipal de Bem Estar Social) que em seu Departamento de Habitação executava um trabalho orientado as remoções das favelas, indicando que a problemática que envolvia a favela estava situada na esfera das ações assistencialistas e não na dos direitos. Também faz menção ao fato de que em 1973, o Departamento de Patrimônio da Prefeitura também já empreendia as ações de reintegração de posse, expulsando de forma violenta a população que estava ocupando terrenos públicos. Nas palavras da autora, *“A ação do PATR, defendendo o interesse público de manutenção do patrimônio municipal, ao mesmo estilo da iniciativa privada – solicitação de desocupação que embasam ações judiciais de reintegração de posse - não parou.”*

É lícito acrescentar a esse estudo que essa postura adotada pelo poder público municipal de São Paulo continua nos dias atuais, diminuindo ou intensificando de acordo com cada governo. O trabalho realizado pela Cities Alliance (2004:24) relata que *“entre 1993 e o início de 2001 o Governo Municipal de São Paulo moveu mais de cem ações de reintegração de posse contra famílias residentes em favelas em áreas públicas.”* Esta orientação apenas foi amenizada em dois governos considerados populares, o de Luiza Erundina (1989 -1992) e o de Marta Suplicy (2001-2004). Além disso, a partir da promulgação da Medida Provisória 2.220 em 2001, que se institui a concessão especial para fins de moradia (CUEM), transformou-se num marco significativo para lutar pela segurança da posse para os moradores envolvidos nas ações de despejo movidas pela Prefeitura.

Todavia, ao longo do tempo, novas formas de se fazer realizar a estratégia de remoção foram postos em marcha e caracterizam-se por planos que evocam o interesse público. Atualmente, não mais as áreas centrais são objeto das remoções, mas também porções da periferia. Hoje, em São Paulo, programas de proteção da represa Billings e Guarapiranga, construção de parques lineares ao longo dos cursos d'água existentes e políticas cuja finalidade é a “preservação e recuperação ambiental” transformaram-se na nova modalidade de atualização das políticas de remoção. Sem nenhuma garantia de transferência a outra unidade habitacional, a maioria das famílias é incorporada ao programa chamado “bolsa-aluguel”. Semelhante ao promovido na década de 1950, o

“bolsa-aluguel” é o pagamento de R\$ 300,00 ou R\$ 400,00 ao mês, realizado pela poder público local e com possibilidade de renovação após 6 meses, para que as famílias busquem uma moradia, seja em outra favela ou não. Muitos são os efeitos desta política, porém, o mais imediato foi o de “inflar” os preços das moradias para aluguel no entorno das áreas de desocupação trazendo como consequência a saída de muitas famílias dos bairros onde residiam.

A localização das favelas vai mudando com este impulso das políticas de remoção²⁰. Ao compararmos a Figura 02- elaborada por Bueno (2000:58) com aquela produzida pela Prefeitura de São Paulo (Figura 03), é evidente a expulsão das favelas de lugares em que se conformava com mais intensidade o processo de valorização. O vetor sudoeste se destaca.

Figura 02 – Favelas Existentes Segundo Censo de 1973

Fonte: Bueno, L.L.M, Doutorado, FAUUSP, 2000.

²⁰ Efetivado com grande empenho na ditadura militar e retomado pelo fervor janista, alcaide varredor dos anos 80, as favelas foram expulsas para zonas limítrofes, principalmente Santo Amaro e Campo Limpo, ao Sul – região que concentra 43% dos domicílios das favelas da Capital -, São Miguel e Guaianazes, no extremo Leste e, em épocas recentes, para a Freguesia do Ó, Pirituba e Perus, a Noroeste.” (Kowarick:2000:47)

Distribuição das Favelas
Município de São Paulo
2009

- Distrito
- Subprefeitura
- Favelas

0 5 10 15
Quilômetros

Fonte: Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano – SMDU/
Depto. de Estatística e Produção de Informação – Dipro.

As figuras revelam que, no processo de expansão do tecido urbano de São Paulo, a concentração de favelas se intensifica nas áreas periféricas do município. As bordas do município concentram esta morfologia precária. Enquanto que, ao longo do tempo, as existentes nos perímetros de subprefeituras como Pinheiros, Sé ou Vila Mariana, lugares atualmente muito valorizados, desapareceram ou reduziram-se drasticamente. Tais expulsões estão inseridas no movimento de homogeneização do espaço, mas, também são decorrentes de uma fragmentação dada por meio da exacerbação da funcionalidade do espaço atribuída pela ação estatal (lugares de trabalho, de lazer, de produção, de consumo), bem como, do impedimento ao acesso pela mediação da propriedade privada. As estratégias de setores privados que reforçam tal funcionalidade dada pelo Estado na busca por rentabilidades a partir do espaço no ato de compra/venda impedem o uso daqueles que não possuem uma renda compatível aos aumentos sucessivos dos valores praticados. Dessa maneira, o processo de segregação socioespacial se generaliza, com a produção de uma hierarquização de lugares na cidade em que predomina uma centralidade associada a uma dinâmica maior da economia e, por outro lado, lugares em que prevalecem a escassez e a precariedade.

Esse movimento posto acima nos permite afirmar uma tendência lógica da produção do espaço e desenvolvido por Henri Lefebvre em seus trabalhos, ou seja, aquela relativa à tríade da homogeneização-fragmentação-hierarquização do espaço. Antes de tudo, cabe ressaltar que este pensamento não pressupõe uma ideia baseada em um sistema, mas consideramos que *“essa sociedade não obedece a uma lógica. Repitamos: ela tende para isso. Ela não é sistema. Ela se esforça para isso, reunindo coação e o emprego das representações.”* (Lefebvre:2008:57)

Dito isso, voltamos à ideia da tríade, por entendermos que ela contribui para avançar na compreensão da localização das formas das favelas, como também, para a compreensão do conteúdo dos lugares no movimento de reprodução de São Paulo. A relação entre lugar-cidade é fundamental para alcançarmos outra forma de apreender as políticas públicas executadas sobre o espaço e suas implicações sobre os níveis econômicos, políticos e sociais.

Lefebvre parte da argumentação de que cada modo de produção produziu seu espaço, pois ele não se constitui somente a partir de relações abstratas, mas também está fundamentado em mediações concretas e práticas como o espaço. No capitalismo, a tendência é engendrar um espaço mundial atrelado a uma prática igualmente

mundializada absorvendo as relações de produção e propriedade, a organização do trabalho e das forças produtivas, as superestruturas e representações para a finalidade de realização das trocas mercantis. Desse modo, a tríade tendencial de produção do espaço, neste momento da história, está envolvida num movimento de abstração a partir da subtração da qualidade do tempo e do próprio espaço e o leva a adquirir a qualidade da métrica para ser intercambiado (Lefebvre:1980).

Esse processo contém contradições. Uma delas é esta homogeneização ao mesmo tempo em que se fragmenta o espaço, embora tente retomar sua coerência e coesão por meio de uma hierarquização. Tal contradição surge no seio de uma lógica formal que tende a se realizar, contudo, o espaço social revela a dialética intrínseca ao processo de produção do espaço na medida em que as estratégias de classe entram em conflito devido às finalidades que cada uma carrega.

Em termos gerais, essa tendência lógica vai integrando porções do espaço e aprofundando as contradições, mas conforme este processo se objetiva há uma metamorfose das morfologias antigas, produção de novas e uma mudança radical nos usos da cidade. Há a produção de lugares que tendem a preencher as necessidades para a realização da troca, transformando-se em centralidades. Essas centralidades produzidas reúnem em torno de si o poder político e econômico, com os processos de ponta da acumulação. Esses lugares na cidade absorvem a riqueza produzida socialmente, seja pela concentração de empreendimentos de infraestrutura para servir também de substrato à reprodução ampliada do capital, seja para produzir representações/ideologias de um modo de vida que alcance a sociedade.

Simultaneamente à produção destas centralidades econômicas e políticas, há a produção daqueles lugares onde prevalecem a escassez e a precariedade, evidenciando que elas fazem parte do mesmo processo. A riqueza drenada para as centralidades produz os lugares com escassez ou precarização de infraestrutura, de equipamentos urbanos e de vias de comunicação e transporte, ou seja, produz-se uma vida de restrições, configurando a hierarquia dos lugares nas morfologias diferenciadas apreendidas na paisagem desigual.

Nesta relação entre lugares considerados centralidades e aqueles periféricos, há um constante movimento de integração de porções espaciais rearranjando esta configuração a todo o instante. Em São Paulo, o centro histórico considerado uma centralidade econômica muito dinâmica na década de 1950, cede este papel para a Avenida Paulista, que depois transfere ao eixo da Avenida Rebouças, Pinheiros até

chegar nos anos 2000 na Avenida Berrine e ter a consolidação do vetor sudoeste enquanto grande centralidade dos negócios urbanos e que hoje se estende para as cercanias da represa Guarapiranga ou da Vila Leopoldina.

Na reconfiguração das centralidades, as estratégias de expulsão vão se consolidando e continua com a violência empreendida sobre moradores que dispunham de relações espaço-temporais distintas das novas morfologias que vão se impondo e que trazem também uma renovada relação espaço-temporal. Mesmo os proprietários são desapropriados para ceder seus lugares de morada para as morfologias condizentes com os ditames recentes da economia financeirizada ou para as vias de circulação onde não apenas passarão carros, mas todos os cabeios subterrâneos (fibra ótica, por exemplo) que ligarão São Paulo com as demais cidades no mundo. Para os não-proprietários, que ocuparam os interstícios da cidade enquanto única possibilidade de viver, a violência aparece ainda mais perversa com a expulsão pautada em ações que não previram negociações ou mesmo uma política habitacional. Para eles, entra em cena a força do Estado com o aparato de leis baseada na defesa da propriedade e transformando a questão social em policial.

Assim, as remoções aconteciam e acontecem sob um brutal processo de violência e, geralmente, estão respaldados por decretos municipais. Como exemplo, podemos citar o Decreto 15.086/1978 de Olavo Setubal que “*cabia aos fiscais das Administrações Regionais guardá-las e desocupá-las [terrenos públicos] com o acompanhamento de uma assistente social. Para tanto, quando necessário, deveria ser solicitado o auxílio da polícia militar.*” (Bueno: 2000: 61). Muitas vezes, sem o documento de reintegração de posse ou uma ação de assistentes sociais, a Prefeitura derrubava as casas, deixando seus moradores sem lugar para se abrigarem.

Mesmo com o avanço de práticas segregacionistas alavancadas por esta integração do espaço à lógica da reprodução especificamente capitalista, as contradições aparecem com resistências se formando pela cidade. Em um contexto de maior organização popular no final dos anos 1970, em que a população moradora de favelas começa a reivindicar os serviços como água e luz, bem como a segurança da posse, há uma descontinuidade nas políticas lineares de remoção e se gestam mudanças nas políticas que diziam respeito às favelas no município. Em 1979 cria-se o FUNAPS (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal). Somado a isto, há a instituição do Programa PROFAVELA, que objetivava a inserção de infraestrutura e, posteriormente, construção de unidades habitacionais e de

equipamentos públicos. Na esteira desses programas, havia a instituição dos Programas PROLUZ e PROÁGUA.

Em avaliação de Bueno (2000:61), o governo de Olavo Setúbal (1979-1982) seria o primeiro governo em São Paulo a mudar as ações sobre as favelas, mas apenas pelo fato da pressão social dada pelas organizações em torno das comunidades de base e dos favelados. Foi nesta gestão que houve, por outro lado, a promulgação do decreto que permitia às administrações regionais darem continuidade às estratégias para a expulsão das famílias. Assim, se por um lado as pressões populares conquistavam determinados serviços que relativamente os garantiam na terra, por outro, mecanismos antigos se perpetuavam na máquina administrativa.

Juntamente a essas conquistas, vivíamos também um contexto de aprofundamento da crise econômica, repondo as condições de exploração e acentuando a espoliação dos moradores. O número de habitantes em favelas elevou-se muito na década de 1970. A convivência de conquistas dos movimentos ainda aparecia enquanto alternativas tímidas, embora aquelas políticas de remoções seguissem a pleno vapor.

Na gestão Mário Covas (1983-1985), com a organização dos favelados em defesa de sua moradia, inicia-se a propositura de diretrizes para atuarem de maneira diferente das gestões anteriores. Começam, assim, as experiências de urbanização e regularização fundiária em favelas, em oposição aos contínuos despejos. Contudo, no período subsequente, o governo Jânio Quadros, retorna a política de remoções, em que se privilegiou a retirada de favelas localizadas em áreas estratégicas, *“foram removidas as favelas Cidade Jardim, em frente ao Jôquei Clube, e a Avenida Cidade Jardim, a favela da Avenida Juscelino Kubitschek e a favela Formigueiro, na Vila Maria, antigo reduto eleitoral de Jânio.”* (Bueno:2000:69)

Um freio é dado nas remoções com a entrada de Luiza Erundina na administração de São Paulo. A visão e a prática dessa administração é avaliada como uma inflexão importante nas políticas de habitação do município, mas, sobretudo, nas ações que visavam as favelas, ao introduzir um trabalho orientado pela consolidação dos moradores nos lugares, valendo-se, assim, de políticas de “urbanização de favelas” e uma tentativa de regularização fundiária, envolvendo tanto áreas de domínio público.

Logo, os dois próximos governos (Paulo Maluf e Celso Pitta) reatualizaram as políticas de remoção articuladas com as Operações Urbanas nos lugares mais valorizados e expulsando moradores para as periferias mais distantes. O caso exemplar

é aquele situado no vetor sudoeste chamado de Águas Espraiadas, que removeu mais de 4 mil famílias para liberar os terrenos para o mercado imobiliário.

Novamente, em 2000 -2004, ingressa um governo com uma orientação popular, Marta Suplicy, que retoma muitos dos programas que haviam sido iniciados no período de Luiza Erundina e que foram barrados nas duas gestões posteriores. Justamente na administração de Marta é aprovado, em âmbito nacional, o Estatuto da Cidade e Medida Provisória 2220/2001, reforçando e criando novos instrumentos para permitir a intensificação da luta diante do quadro de remoções. Como será explicitado no capítulo seguinte, os lugares com morfologia precária começam a ser grafados como ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, no sentido de priorizá-los para ações que objetivavam a permanência dos moradores, ao mesmo tempo em se elegem os lugares para regularização fundiária de área pública, impedindo de certo modo, a ação de reintegração de posse que ainda a Prefeitura empreendia sobre suas áreas até os anos 2000.

Todavia, após esta fase, as políticas de remoção regressam com muita força no governo de José Serra, que assume a Prefeitura por um breve período e depois passa o cargo à Gilberto Kassab (2006-atual). Tal gestão irá promover muitas desapropriações e remoções, incorporando muitas porções, inclusive da periferia, para a execução de negócios urbanos, favorecendo os setores ligados à infraestrutura e ao imobiliário. Uma onda de remoções se inicia principalmente em lugares nos quais se instalaram a maior parte das favelas, ou seja, com restrições ambientais destacadamente. Esta condição se transformará em grande álibi para a atuação do poder público. Também se somam mais intervenções de ampliação viária e inserção de infraestruturas, ora para se tentar viabilizar o tráfego de automóveis em São Paulo ora para produzir um espaço de acordo com as exigências de instituições internacionais devido à entrada do Brasil no circuito dos megaeventos, como a Copa das Confederações (2013) e a própria Copa do Mundo prevista para 2014, produzindo novos eixos de valorização, como na zona leste onde está sendo construído o estádio de futebol. Não apenas as obras relacionadas diretamente ao poder local são responsáveis por esta onda renovada de despejos forçados, mas também ações do governo do Estado, como a expansão da linha do metrô ou grandes empreendimentos como Rodoanel que colaboram para engrossar o número de pessoas desalojadas de suas casas e postas diante da questão habitacional.

De acordo com reportagem²¹ da Folha de São Paulo de outubro de 2010, no conjunto destas intervenções na cidade, havia uma previsão de remoção de cerca de 165 mil pessoas (proprietários e ocupantes) no período de 2006-2015. As razões postas nos discursos espaciais são legitimadas a partir da preservação ambiental. Como mencionado, *“A maioria das casas é irregular, está em áreas de risco ou preservação ambiental. Quase a metade das famílias desalojadas será atingida por ações de cunho ambiental.”*

A política de remoção neste momento destaca uma nova modalidade, a integração de parcelas da periferia. Neste governo, uma série de ações está sendo movida sobre os moradores de favelas localizadas nas margens das represas Guarapiranga e Billings, bem como nas várzeas do rio Tietê. Com as expulsões, a política habitacional praticada é a de conceder uma bolsa-aluguel sem uma previsão de unidade habitacional e muito menos garantia de localização próximo ao lugar de origem da residência. Os efeitos deste tipo de política já se fazem sentir ao trazerem como consequência outra camada de expulsão, ou seja, com a procura de casas para morar mesmo em favelas, o preço do aluguel sobe acima da bolsa concedida e, desse modo, parte dos moradores é forçada a se deslocar para outro bairro.

Portanto, podemos apresentar em linhas gerais o papel das remoções na cidade de São Paulo e que delineou o processo de transferências de favelas daqueles lugares considerados centralidades econômicas na cidade e a produção de outros núcleos com este tipo de forma na periferia. Assim, tentamos nos aproximar de uma explicação sobre o quadro apresentado nas Figuras 02 e 03 no processo de expansão do tecido urbano de São Paulo e reforçamos a ideia de hierarquização dos espaços na cidade. Se retomarmos a comparação posta anteriormente entre as localizações de favelas, podemos observar que existe o desaparecimento delas, destacadamente no vetor sudoeste.²² Isso coloca em evidência uma hierarquia espacial determinada pelos mecanismos de valorização. Está posto aí o avanço da tendência lógica de produção do espaço regida pelas determinações do processo de acumulação ou, como Lefebvre denomina, está posto o *esquema geral*.

²¹ Reportagem Folha de São Paulo, intitulada **Projetos públicos em São Paulo expulsam 165 mil pessoas de casa**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/819680-projetos-publicos-em-sao-paulo-expulsam-165-mil-pessoas-de-casa.shtml>. Consultada em abril de 2012.

²² “Efetivado com grande empenho durante o período da ditadura militar e retomado pelo fervor janista, alcaide varredor dos anos 80, as favelas foram expulsas para zonas limítrofes, principalmente Santo Amaro e Campo Limpo, ao Sul – região que concentra 43% dos domicílios das favelas da Capital -, São Miguel e Guainazes, no extremo Leste e, em épocas mais recentes, para a Freguesia do Ô, Pirituba e Perus, a Noroeste.”(Kowarick:2000:47)

Nas duas tabelas a seguir (Tabela 01 e 02), também buscamos ilustrar o crescimento das favelas nos últimos 20 anos e a localização em 2008, para contribuir na compreensão da segregação imposta aos moradores que não conseguem alcançar rendas que lhes permitam arcar com aluguel ou compra da casa. Na primeira (Tabela 01), mostramos um acréscimo entre 1987 a 2008 de mais de 230 mil domicílios, revelando a consolidação de uma urbanização pautada na produção de morfologias precárias.

**Tabela 01 – Evolução do Crescimento da População e Domicílios em Favela
Município de São Paulo
1987 – 1991 – 2000 - 2008**

Unidade Territorial	Domicílios				População			
	1987	1991	2000	2008	1987	1991	2000	2008
São Paulo	150.452	196.394	286.952	382.296	815.450	891.679	1.160.590	n.d.

Fonte: PMSP, Sempla DIPRO. N.d. – Não dados., 2009.

Na segunda (Tabela 02), referente ao ano de 2008, a Prefeitura de São Paulo, apresenta um quadro de localização dessas favelas, explicitando sua concentração por subprefeituras.

A distribuição das favelas na cidade de São Paulo põe em destaque a hierarquização dos lugares, inclusive da produção da periferia de uma mesma cidade. Demonstra que há processos específicos de acordo com o sítio dos lugares e sua situação com a cidade. Podemos exemplificar esta afirmação quando nos debruçamos sobre a produção diferenciada das zonas leste, oeste, norte e sul do município, que carregam padrões de urbanização oriundos das características físicas do terreno, mas especialmente, as formas de uso e funcionalização daquele espaço.

A tabela 02 expõe uma maior concentração das favelas na zona sul de São Paulo (Campo Limpo, M'Boi Mirim, Cidade Ademar e Capela do Socorro), ao passo que subprefeituras centrais como Sé (0,13%), Vila Mariana (0,38%), Mooca (0,32%), Pinheiros (0,32%) e Santana/Tucuruvi (0,83%) reúnem uma porção muito pequena das favelas.

**Tabela 02 – Distribuição das Favelas
Município de São Paulo por Subprefeituras e Distritos
2008**

Unidades Territoriais	Número de Favelas	%
MSP	1.565	100,00
Aricanduva/Formosa/Carrão	16	1,02
Butantã	66	4,22
Campo Limpo	188	12,01
Capela do Socorro	116	7,41
Casa Verde/Cachoeirinha	42	2,68
Cidade Ademar	129	8,24
Cidade Tiradentes	16	1,02
Ermelino Matarazzo	29	1,85
Freguesia/Brasilândia	82	5,24
Guaianases	44	2,81
Ipiranga	36	2,30
Itaim Paulista	34	2,17
Itaquera	55	3,51
Jabaquara	62	3,96
Jaçanã/Tremembé	42	2,68
Lapa	22	1,41
M'Boi Mirim	168	10,73
Mooca	5	0,32
Parelheiros	37	2,36
Penha	35	2,24
Perus	28	1,79
Pinheiros	5	0,32
Pirituba	91	5,81
Santana/Tucuruvi	13	0,83
Santo Amaro	39	2,49
São Mateus	40	2,56
São Miguel	36	2,30
Sé	2	0,13
Vila Maria/Vila Guilherme	35	2,24
Vila Mariana	6	0,38
Vila Prudente/Sapopemba	46	2,94

Fonte: PMSP, Secretaria Municipal de Habitação, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano SMDU/Depto. de Estatística e Produção de Informação – Dipro, 2009.

A concentração de favelas na zona sul se deu a partir de várias determinantes. Ela esteve ancorada primeiramente sobre o mesmo processo de industrialização, já que muitas fábricas foram sendo instaladas ao longo do curso do rio Pinheiros e seus trabalhadores empobrecidos ocupavam os terrenos mais baratos, com menor possibilidade de expulsão e próximos destas unidades fabris. Além deste fato, parte da zona sul recebeu uma legislação ambiental na década de 1970 (lei de proteção aos mananciais), sobrepondo a ela uma camada legal de ação estatal que tentava proteger uma porção da cidade dos avanços das estratégias do setor imobiliário. No plano da realidade, seus efeitos são visíveis e muitos autores estão envolvidos na compreensão do significado da expansão urbana nesta parte da cidade (Martins:2006, Martins:1999,

Maricato:1995), como a acelerada produção de uma morfologia precária. Muitos deles delineiam uma contradição espacial decorrente do plano de uma estratégia oriunda da ordem distante, ou seja, do Estado e do movimento geral de produção da cidade. Essa contradição está envolvida no plano da cidade – intermediário - que ao produzir uma “desvalorização” do espaço por meio de uma legislação ao mercado imobiliário como no entorno da Guarapiranga e Billings, se intensifica, por outro lado, em ações de valorização de outros lugares de São Paulo.

Simultaneamente, temos desvalorização e valorização de lugares. Estas ações irão elevar o preço de áreas específicas da cidade e aqueles habitantes que não poderão pagar pelos custos mais altos da moradia, associados ao aumento da precariedade laboral, serão postos na busca por uma alternativa habitacional. As áreas com menor valor e que interessam menos ao mercado imobiliário se tornam as prioritárias para as ocupações, transformando aquela vasta região abrangida pela legislação ambiental e restritiva, como possibilidade para a realização da transgressão como única maneira de permanecer na cidade.

Assim, a zona sul de São Paulo, com destaque para a região compreendida pela legislação da década de 1970, se tornou uma área de ocupação dos habitantes inseridos precariamente na vida da cidade. É nesse contexto da cidade que um dos lugares trazidos para análise na pesquisa será produzido. A favela Nova Guarapiranga é produto deste movimento da totalidade de São Paulo e as metamorfoses na qual passará nos anos subsequentes estarão atreladas a esses fatores específicos da urbanização da zona sul. Desse modo, afirmamos a potência do lugar para a análise dos processos gerais da cidade, ao compreendê-lo com as especificidades dadas pelo sítio, mas articulando a situação com a urbanização geral.

Na zona leste, onde se inserem dois lugares de análise (Abatiá e Maria Cursi) outros processos avançam. Num conjunto de condições favoráveis para a ação do setor imobiliário, se alastram os loteamentos regulares, irregulares e clandestinos. De acordo com Pasternak (2010:400), entre os anos de 1905 a 2005, a zona leste concentrava cerca de 36% dos loteamentos irregulares estando atrás somente da zona norte com quase 37%, revelando que a atividade do setor imobiliário estava a plenos pulmões. Os trabalhadores, na persistência de adquirirem lotes para a realização da casa própria, se dirigem a esta zona da cidade pelo preço mais barato dos terrenos. Além disso, na década de 1970, a política de construção de grandes conjuntos habitacionais também se orienta para a região, já que as restrições para a ocupação são mínimas. Porém, para

uma parte dos trabalhadores, nem os terrenos mais baratos na zona leste permitiam-lhes à aquisição de um lote, empreendendo ocupações nas áreas institucionais dos loteamentos.

Estes processos específicos produziram implicações particulares nos lugares, embora a urbanização tenha se desenvolvido a partir de uma lógica da acumulação. Ou seja, em um país considerado como a sexta economia do mundo, inserido nas camadas mais modernas da economia global, perpetua a condição da desigualdade, multiplicando os moradores que vivem em favelas.

Os processos de remoção, tão contestados a partir da década de 1970, igualmente se atualizam nos anos 2000, transvertidos em discursos que evocam um interesse público difuso e muito duvidoso. Embora tenhamos instrumentos oriundos de lutas importantes, a segurança da posse ainda carece de um grande percurso para ser efetivada. Como apresenta Carlos (2004:117),

“Neste contexto a cidade inteira, hoje, está submetida ao valor de troca, como consequência da generalização do mundo da mercadoria, o que significa que os modos possíveis de apropriação se realizam nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, que delimita o acesso dos cidadãos à moradia (definido e submetido pelo mercado fundiário), ao mesmo tempo, em que determina e orienta outras formas de uso (o momento definido enquanto lazer, por exemplo).”

Podemos considerar que é uma “*urbanização desurbanizante e desurbanizada*” como afirma Lefebvre, ou seja, as positivities de uma sociedade urbana não são efetivadas para a maioria dos habitantes da cidade, mesmo que a urbanização esteja em ritmo acelerado.

Consideramos que os três lugares eleitos para a análise, Nova Guarapiranga, Maria Cursi e Abatiá revelam uma hierarquia espacial e, sobretudo, manifestam que as políticas estatais se realizam nos lugares de acordo com essa hierarquia, assim, revelando especificidades intrínsecas na produção do lugar. Muitas vezes, os limites mencionados às políticas sociais urbanas, principalmente aquelas que envolvem diretamente o espaço, estão atrelados a este jogo hierárquico estabelecido no movimento de reprodução da cidade de São Paulo.

Por isso, afirmamos que na produção dos lugares escolhidos para a análise, cada qual se constitui com uma qualidade referenciada pela reprodução geral do espaço da cidade. Desse modo, tendemos a evidenciar que cada lugar nos trará, ademais dos processos gerais da urbanização, conteúdos diferenciados das contradições entre

uso/troca e apropriação/dominação do espaço. Portanto, um lugar localizado no eixo de expansão do vetor sudoeste (Nova Guarapiranga), um próximo a uma centralidade na periferia (Maria Cursi) e outro, mesmo envolvido nos processos de valorização, não situado numa centralidade da dinâmica da valorização (Abatiá) contribuirão de modo distinto para a compreensão de determinados limites apontados pelos pesquisadores, gestores e elaboradores de políticas públicas.

A Produção dos Lugares: Nova Guarapiranga, Abatiá e Maria Cursi

No item anterior situamos a morfologia diferenciada na reprodução da cidade de São Paulo a partir da compreensão que ela se produz sob uma hierarquia espacial de acordo com a produção dos lugares. Essa hierarquia não significa uma somatória de partes para compor o todo, mas sim, são lugares produzidos pelas determinações do movimento da totalidade da cidade, implicando-se mutuamente. Entende-se, portanto, que a totalidade aqui tratada está articulada ao movimento constante da sociedade e, assim, os papéis dos lugares aparecem constantemente redefinidos e determinados por ela.

Nessa direção, podemos traçar a potência da noção de lugar para o entendimento dos conteúdos da urbanização contemporânea ou, mais exatamente, aqueles em que esta pesquisa se verticaliza. Primeiramente, consideramos que a noção de lugar decorre de um recorte mental, próprio e necessário à pesquisa, vinculado a relações advindas de uma abstração, como por exemplo, uma regionalização dada para a execução de uma política pública ou de caráter administrativo, mas, acima de tudo, de um reconhecimento concreto dado pelos moradores do lugar produzido. Este último, se baseia na prática socioespacial dos moradores que constituíram relações semelhantes, convergentes e entrelaçadas, promovendo o reconhecimento de pertença a um lugar determinado.

Dessa forma, iniciamos a argumentação sobre a potência da compreensão do lugar, tendo como premissa uma prática socioespacial diferenciada e desigual, já que entendemos que a espacialização do processo social se expressa a partir dela. É esta prática, levada a cabo no lugar e que o produz, que esclarece os conflitos e as contradições da sociedade na qual vivemos.

O lugar, como plano do vivido, ou seja, onde a vida se desenrola, contém um emaranhando de relações determinadas por processos hegemônicos, ao mesmo tempo

em que, retém os espaços-tempos resistentes à integração plena a eles, contendo um conjunto heterogêneo de formas de viver. Aqui reside a riqueza do plano do lugar, já que nele se manifesta a diversidade do vivido. Assim, por excelência, ele se produz como o nível do conflito, entre as justaposições de relações não homogêneas por aquelas atravessadas pelas coerções oriundas das abstrações-concretas do espaço-tempo hegemônico.

A potência desta noção – lugar – se aprofunda ao deslocarmos da compreensão dela em si, para entender os processos constitutivos de sua produção. Cabe, então, o desenvolvimento da ideia de produção e reprodução. Assentada nas argumentações de Henri Lefebvre, a ideia de produção e reprodução é desenvolvida à luz do espaço, no qual este último é considerado um dos objetos que recentemente se integrou ao movimento da acumulação capitalista trazendo consequências às relações econômicas, políticas e sociais, já que o espaço é condição para a reprodução da sociedade. Mas, ademais das considerações a respeito da produção de um imenso mundo de mercadorias, a produção é vista pela sua perspectiva ampliada, ou seja, a sociedade produz relações. Assim, ela está em constante transformação decorrente do conjunto de interações.

O espaço, na perspectiva da produção, não apenas se produz enquanto uma forma material, mas ele em seu conjunto produz um espaço social composto por relações econômicas, políticas e sociais, implicando em práticas socioespaciais determinadas pelo modo de produção hegemônico. Mesmo no processo de reprodução do espaço, há uma produção de relações de dominação, de resistências, de propriedade, de relações de produção.

A perspectiva assumida é a compreensão da produção do lugar, repondo para análise a compreensão de um processo e não somente do produto das relações. Assim, ao produzir um lugar na cidade, não é somente a forma que se gesta, mas todo um universo de relações, inclusive abarcando a expulsão ou desaparecimento de relações espaços-temporais em conjunto com morfologias antigas. Neste processo, vimos as continuidades de elementos que se inserem na produção transformando-se em atributo econômico, como a propriedade, ou com rupturas que colocam em outro patamar as contradições. Essas ações estão sob um movimento mais abrangente da reprodução, porém, se concretizam no plano do lugar.

Na produção do lugar, as relações espaço-temporais existentes entram em conflito. Na cidade capitalista, este espaço social permeado por normas de

funcionalização tendentes à precarização do uso improdutivo para reforçar o produtivo colocam em colisão as práticas socioespaciais dos moradores e das estratégias do capital. Por isso, o lugar se produz por meio das práticas da transgressão e resistência na tentativa de superação das condições precárias que impedem o uso pleno da cidade. É ele, o lugar, objeto das metamorfoses constantes da cidade para a refuncionalização e reestruturação. É nele que a ordem distante das instituições, isto é, as representações e mediações abstratas, se encontram com a ordem próxima, a vida dos habitantes. Como argumenta Lefebvre (1971:99), *“As relações imediatas e diretas dos indivíduos humanos estão envoltas e suplantadas por relações mediatas e abstratas que as mascaram.”*

Na produção do lugar, envolvida nas teias e tramas das relações hegemônicas, é onde se realiza o conflito, porque a vida precisa se realizar, mesmo precariamente. É também a fonte dos reconhecimentos da condição da vida, da morada, da identidade do habitante com a cidade, mesmo que imersa nas múltiplas alienações aprofundadas por uma cotidianidade alicerçada na troca mercantil. Aqui reside a prática socioespacial que guarda as possibilidades da conquista da consciência diante da vida. Por isso, destrinchar a produção do lugar é compreender a vida urbana atravessada pelas normas e revelar a consciência que os moradores possuem diante de sua situação em relação à cidade. Ao se voltar para essa produção *“A análise do lugar, que envolve também a análise da vida cotidiana, pressupõe a superação do entendimento da produção do espaço restrita ao plano do econômico, abrindo-se para o entendimento da sociedade em seu movimento mais amplo, como espaço constitutivo da realização da vida humana no seio da produção do espaço em sua dimensão abstrata de mercadoria.”* (Carlos:2011a:71)

No mestrado, que também se debruçava sobre a produção do lugar, afirmamos que ela

“nos permite verticalizar alguns dos conteúdos do processo de urbanização, que não são possíveis de serem apreendidos na análise da metrópole em seu todo. Tê-lo como nível de análise nos concede a oportunidade de compreender o significado do espaço hoje e sua produção, quer dizer, compreender como o espaço urbano é produzido, como é apreendido enquanto condição e meio de realização tanto do processo hegemônico da acumulação capitalista, como do ponto de vista da população que sofre as mazelas do empobrecimento da vida regida pela lógica da troca mercantil.” (Ribeiro:2007)

A produção do lugar se refere a um plano, àquele do vivido, do privado, da morfologia diferenciada e das relações imediatas, no entanto, nos promove a

compreensão da articulação dos níveis de análise, que estão, no plano da realidade, articulados e implicando uns nos outros. Essa produção revela a justaposição da hierarquia social e da espacial. As relações mais abstratas e gerais, produzidas em um nível global, como as normas, leis, políticas “*não deixa[m] de reagir mais e melhor no prático-sensível e no imediato*” (Lefebvre:2002:78), isto é, se projeta sobre a morfologia urbana. As relações mais abstratas e aquelas mais imediatas se desenrolam em um nível intermediário, considerado por Lefebvre como a cidade. Há uma totalidade que agrupa as formas, funções e estruturas que dão as qualidades necessárias para a reprodução da sociedade.

A cidade, como nível intermediário, ao ser objeto das concepções oriundas de uma ordem distante, redefine os lugares. Mas tal redefinição apenas pode ser elaborada se representações sobre o espaço da cidade se estabelecem como parâmetro de vida urbana. Isto é, se produz uma representação do espaço da cidade e que, por sua vez, acarreta representações dos lugares. Este movimento produz implicações econômicas, políticas e sociais profundas que se transformam em instrumental para as refuncionalizações.

Partirmos da ideia de que a representação do espaço está situada na concepção de planejadores, técnicos, tecnocratas, bem articulados a discursos espaciais com um conjunto de signos que levam a cabo um modo de vida na cidade. No momento, esse modo de vida serve como referência para todo e qualquer lugar, se os lugares não se caracterizam com os atributos listados na representação são rechaçados ou estigmatizados. Como apresentado por Damiani (2004:87), “*No nível da representação, realiza-se o público, o coletivo, que na prática sustenta o domínio dos interesses privados (...) Através da informação cotidiana, essas representações se generalizam, afirmam politicamente uns, em detrimento de outros.*”

Nas cidades brasileiras, o modelo de planejamento urbano esteve pautado numa representação do espaço dado por regras de um tipo de urbanismo, principalmente, assentados na lógica modernista. A morfologia urbana que escapava a este modelo era representada pelas figuras de atraso sendo ela objeto das estigmatizações ou de preconceitos. Sob este olhar, os espaços de representação, considerados como aquela identidade simbólica produzida no âmbito do lugar, no vivido, são deturpados diante de um espaço concebido.

Podemos expor tal argumentação da seguinte forma. Os lugares produzidos, como as favelas, são estigmatizados por não estarem concebidos de acordo com as

normas abstratas da lei e da representação do modelo de vida urbana. Isso traz consequências aos moradores. Primeiramente, a morfologia precária denuncia a não possibilidade de apropriação da terra urbana, ou seja, o morador da favela é um não-proprietário. Segundo, a construção da casa não se faz conforme os parâmetros formais, portanto, esse indivíduo é considerado um “fora da lei”. Terceiro, estas formas o associam a um não-trabalhador que por “preguiça” não galgou uma moradia na cidade. Estes elementos constroem estigmatizações daqueles moradores que vivem nas favelas, cujo o fundamento é uma representação do espaço que alimenta preconceitos e que serve ao ocultamento da produção desses lugares na cidade. Este jogo de representações do espaço leva a consequências: do ponto de vista econômico, permite que as estratégias da ordem distante para homogeneizar o espaço sejam postas em marcha ao reforçar a ideia de que essas formas devem ser removidas, principalmente por aquele que reside na favela ser um não-proprietários; no plano político, instaura os instrumentos coercitivos para dominar o espaço ao deslegitimar a luta de “foras da lei”; no social, faz com que aqueles que vivem na favela necessitem esconder o lugar de moradia suportando duplamente as precarizações, uma em relação à moradia e outra à condição impossibilitada de se referenciar na cidade nos demais momentos da vida (trabalho e lazer). As representações do espaço da cidade contribui de sobre maneira para a negação do urbano a grande parte de seus moradores quando produz representações dos lugares que os caracterizam como pessoas sem direitos.

Em resumo, o lugar, em permanente transformação, é foco de ações porque é o plano do imediato onde as mediações abstratas se inserem nas práticas cotidianas e adquirem capacidade de fetichizar os processos sociais, implicando no aprofundamento da alienação. É neste nível que a dominação do espaço se realiza, que a politização se adere, que a realização do valor se faz no ato da compra/venda, onde as territorializações de normas de sujeitos sociais se impõem sobre outras e onde pode explodir a resistência. No lugar se forja a identidade no processo de sua produção juntamente com a inserção precária dos habitantes que, por meio da transgressão, elaboram “saídas de emergência”.

Nos lugares escolhidos para esta análise, esmiuçaremos o movimento de produção do lugar e da vida perpassada pelas normas e pela luta pelo espaço a partir da luta pela moradia nas reivindicações das melhorias das condições das favelas e da vida cotidiana dos moradores. O objetivo da pesquisa está focado na passagem de uma reivindicação dos movimentos sociais para a transformação em políticas públicas e,

diante disso, os termos da produção desses lugares pautados no processo de segregação socioespacial devem ser levantados no sentido de compreender como as políticas públicas chegaram até eles.

Os três lugares postos como objeto da pesquisa, Maria Cursi, Abatiá e Nova Guarapiranga, estão unidos pela conquista da regularização fundiária de interesse social. A primeira obteve sua regularização por meio da Lei 13.514/2003 no governo Marta Suplicy (2001-2004) e Abatia e Nova Guarapiranga, pela Lei 14.665/2008, consideradas como segunda fase do programa no município de São Paulo e executado na gestão Gilberto Kassab (2006 – atual). Tais leis regularizavam as favelas que se situavam em terreno de domínio público utilizando-se dos dispositivos de desafetação de áreas de bens de uso comum do povo. O contexto de formação da “irregularidade” da ocupação também traça uma semelhança entre os três lugares, sendo eles áreas institucionais formadas a partir do parcelamento do solo para implantação de loteamentos.

A Nova Guarapiranga (Mapa 2) localiza-se na porção sul do município de São Paulo, às margens da represa Guarapiranga, que é considerada como área de manancial. A favela Abatiá (Mapa 3) está presente no extremo leste do município – Itaim Paulista - em área de implantação de grandes conjuntos habitacionais nas décadas de 1970 e 1980. Já Maria Cursi (Mapa 4) se encontra na subprefeitura de São Mateus, próximo ao que o zoneamento da Prefeitura denomina de zona de centralidade polar (a e b)²³, com uma diversidade de usos. Cada uma está situada numa dinâmica diferenciada em relação a sua região.

A primeira, Nova Guarapiranga, está incrustada em uma região com importante quantidade de infraestrutura viária e transporte público, com a presença de clubes para população de poder econômico mediano e alto, rede de serviços e residências igualmente de classe média. Todavia, a morfologia clássica do conjunto da favela, com a presença de ruas estreitas, casas amontoadas, inacabadas e com construções irregulares é visível.

²³ Zona de Centralidade Polar – “IV. zonas centralidade polar - ZCP: as porções do território da zona mista destinadas à localização de atividades típicas de áreas centrais ou de subcentros regionais, caracterizadas pela coexistência entre os usos não residenciais e a habitação, porém com predominância de usos não residenciais, classificadas como:

a) ZCPa: zona centralidade polar com coeficiente de aproveitamento mínimo igual a 0,20, básico igual a 1,0 e máximo variando de 1,0 até o limite de 2,5; b) ZCPb: zona centralidade polar com coeficiente de aproveitamento mínimo igual a 0,20, básico igual a 2,0 e máximo variando de 2,0 até o limite de 4,0;” Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/legislacao/planos_regionais/index.php?p=1901>. Consultado em maio de 2012.

Em Abatiá, a morfologia espacial não se diferencia muito entre aquilo que é considerado um loteamento regular ou uma favela. A região também é precária, mesmo que as residências, de certa forma, obedeçam a um padrão urbanístico mais regular e com arruamento relativamente mais simétrico, a infraestrutura de transporte público é mais deficitária. Há o padrão de casas autoconstruídas, bem como a presença de conjuntos habitacionais. Os usos não residências são restritos e com pequenos comércios, como borracharia, bares e loja de roupas. Na paisagem desigual se destacam equipamentos públicos como Centro de Educação Unificado – CEU²⁴ e um Centro de Lazer conquistado pela Associação de Moradores do Jardim Veredas.

Maria Cursi está localizada em uma área também de loteamentos com padrão de casas autoconstruídas, entretanto, ressalta uma diferença importante em relação a Abatiá. Pela proximidade a uma centralidade na periferia, que é São Mateus, as relações tecidas no âmbito do lugar se diferenciam. A avenida Mateo Bei possui uma variedade de comércios e serviços com a presença de grandes lojas como *Marisa* e *Casas Bahia*, além de muitos supermercados, lojas grandes de roupas, bares, restaurantes e padarias.

No Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2002), todas foram grafadas como zona especial de interesse social – ZEIS (1)²⁵, representando prioridade e normas específicas para realização de políticas como urbanização, regularização ou produção de moradias de interesse social. Os detalhamentos são maiores nos Plano Regionais Estratégicos produzidos para cada subprefeitura, como a Subprefeitura de Capela do Socorro onde se localiza a Nova Guarapiranga, a Subprefeitura de Itaim Paulista na qual se situa Abatiá e de São Mateus à qual pertence a Maria Cursi.

Estas características distintas, mesmo regulamentadas por um dispositivo legal como um zoneamento, também revelam que a produção da periferia de São Paulo se realizou de modo diferenciado, comportando especificidades na medida em que cada

²⁴ Os Centros Educacionais Unificados (CEU) são equipamentos públicos voltados à educação, criados pela Secretaria Municipal de Educação da Prefeitura de São Paulo, e localizados nas áreas periféricas da Cidade de São Paulo. O Centro Educacional Unificado (CEU) é um complexo educacional, esportivo e cultural caracterizado como espaço público múltiplo. Disponível em < <http://www.portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Anonimo/CEU/apresentacao.aspx?MenuID=159&MenuIDAberto=135>>. Consultado em maio de 2012.

²⁵ ZEIS 1 – “ZEIS 1, área ocupada por população de baixa renda, abrangendo favelas, parcelamentos e loteamentos irregulares ou precários, e EHIS promovidos pela Administração Pública Direta e Indireta, em que haja o interesse público em promover a recuperação urbanística, a regularização fundiária, a promoção e manutenção de HIS, incluindo equipamentos sociais e culturais, espaços públicos, serviço e comércio de caráter local.” disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/habitacao/plantas_on_line/legislacao/index.php?p=12811. Consultado em maio de 2012.

lugar se produziu em um movimento de produção espacial compondo uma hierarquia na cidade.

Na história de São Paulo, a periferia da zona leste apareceu como a região possível de se expandir e abrigar uma população mais empobrecida reforçando ainda mais seu papel de ser objeto de implantação dos grandes projetos de conjuntos habitacionais no período dos anos 1970, momento de maior crescimento do tecido urbano precário. Tornou-se a expressão mais contundente do habitat programado pela execução de políticas de espaço. Simultaneamente, aquelas áreas doadas ao poder público para se transformarem em bens de uso comum do povo, como regem as normas legais, também foram sendo ocupadas por aqueles sem possibilidades de realizar a compra.

Por sua vez, a zona sul de São Paulo, principalmente nas áreas abrangidas pelas represas Guarapiranga e Billings, até determinado período, esteve ocupada por sítios e chácaras, bem como havia se transformado em área de lazer para uma população com maior poder aquisitivo sendo ocupada por clubes de campo e, principalmente, próximo à Guarapiranga, por casas de alto padrão.

Na década de 1970, no intuito de preservar as áreas de mananciais se promulgou uma legislação ambiental (Lei Estadual 898/75 e 1.176/76) que impedia o acesso à maior parte daquela porção da cidade, recuando os recursos para inserção de infraestrutura e provocando um relativo desinteresse do mercado imobiliário pela região. Esse fato levou a um barateamento dos terrenos na região das represas ao mesmo tempo em que os investimentos eram realizados em outras áreas. A população, em um quadro de maior espoliação, sem poder ter acesso a uma casa por meio do aluguel ou compra, constrói a alternativa de ocupação das margens das represas.

Nesse cenário de produção da cidade, em um movimento de hierarquização dos lugares em que Nova Guarapiranga, Abatíá e Maria Cursi estão inseridos, como constituintes de um movimento da totalidade de São Paulo, na qual a produção da riqueza se faz concentrada em determinados lugares e, simultaneamente, faz produzir periferias com especificidades. Por isso, os processos de regularização fundiária irão tramitar-se de maneiras distintas, mas tais áreas estão inseridas no mesmo processo de segregação socioespacial ao introduzir precariamente os habitantes espoliados na vida da cidade.

MAPA 2 NOVA GUARAPIRANGA Localização 2012

Legenda

Nova Guarapiranga	Municípios RMSP	praças
subprefeituras	hidrografia	quadras

MAPA 3 ABATIA Localização 2012

Legenda

- Abatia
- subprefeituras
- hidrografia
- quadras
- Municípios RMSP
- praças

MAPA 4
MARIA CURSI
Localização
2012

Legenda

Maria Cursi	Municípios RMSP	praças
subprefeituras	hidrografia	quadras

A Nova Guarapiranga

No início da década de 1980, Pedro²⁶ estava trabalhando como feirante na zona sul de São Paulo e morava de aluguel junto com sua mulher e seus filhos no bairro de Piraporinha. Seu salário não permitia pagar o aluguel e as despesas rotineiras da família. Após várias negociações com o proprietário da casa onde vivia, ele recebeu uma ação de despejo, além de muitas ameaças à vida da família. Como solução, decorrente da impossibilidade de novamente se tornar inquilino, aceitou a proposta de seu cunhado, (que já havia ocupado um terreno público) de construir um barraco no mesmo lugar. Sem dinheiro para comprar materiais, o cunhado, sua família e ele buscaram pedaços de madeira no entorno da represa Guarapiranga na quantidade suficiente para erguer a moradia. Quando a família estava se acomodando dentro da nova habitação, os representantes da Prefeitura foram acionados pelos moradores do loteamento regular e eles derrubaram a construção de Pedro. Novamente, se fez a construção do barraco, como também se repetiu a destruição por parte da Prefeitura. Apenas na quarta tentativa de erguer a casa, houve a permanência da moradia. Logo, começaram a chegar mais famílias perguntando sobre a possibilidade de ocupar o terreno.

O percurso de Pedro esclarece o caminho de luta pelo espaço da vida na produção do lugar.

A Ocupação

A ocupação do lugar data do final dos anos 1970, momento de intenso empobrecimento da população trabalhadora da cidade que não mais podia pagar aluguel. Do ponto de vista fundiário, é uma área institucional originada de um loteamento implantado nos anos 1950. Conforme Imparato (2008:3),

“Nova Guarapiranga I e II, oriundos de ocupações informais ocorridas no final dos anos de 1970²⁷, em dois espaços livres²⁸, vizinhos de um loteamento regular (inscrição 241 do 11º Cartório de Imóveis de São Paulo) em área comprada da São Paulo Tramway, Light and Power Company, em 1955, quando aquela empresa começou a se desfazer de seus terrenos destinados à expansão das linhas férreas”.

Nova Guarapiranga está localizada nas margens da Represa Guarapiranga, ao lado do Iate Clube São Paulo e de um campo de futebol usado por times de várzea da

²⁶ Nomes fictícios como procedimento de pesquisa de campo.

²⁷ “Segundo informações orais do servidor público da Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo, Ricardo Sampaio, que participou, em 1995, das obras de urbanização referidas neste texto.”, Imparato (2008:notas)

²⁸ “Espaços livres eram as áreas públicas que os loteadores paulistanos eram obrigados a destinar ao Município a partir da legislação local de 1923 até a entrada em vigor da Lei Federal nº 6.766/79”, Imparato (2008:notas)

região. O primeiro morador ocupou o lugar próximo ao campo de futebol, oferecendo nos dias de partidas, banheiros e duchas para a higiene, além de um pequeno comércio visando esse público.

Por meio de relações estabelecidas entre parentes, amigos e conhecidos, foram sendo ocupadas as áreas públicas, com essas pessoas enfrentando todos os riscos e violências decorrentes desta prática. Rodrigues (1988: 228) resume estes laços, fontes essenciais para a busca do lugar,

“A ‘descoberta’ destes espaços é dada por indicação de parentes e conhecidos, por olhar e procurar um jeito de construir um barraco. Amigos, conhecidos ou parentes, podem indicar uma favela, expondo a sua situação e conseguindo permissão para construir um barraco ou comprando, quando há barracos para a venda; pode-se pesquisar uma área desocupada – conversando com os moradores da vizinhança – caso dos moradores que iniciaram favelas.”

A história das famílias que começaram a ocupar a Nova Guarapiranga revela este percurso de empobrecimento e impossibilidade do pagamento do aluguel, bem como aqueles que indicavam a área para ocupação. As trajetórias dos moradores estão permeadas de tentativas de continuarem pagando aluguel, de contínua mudança de casas, de conflitos com os proprietários e também, no ato da ocupação, com os vizinhos de loteamentos regulares

“A gente morava lá em Veleiros. Ai meu marido ficou sem serviço e agora já sou separada, já faz um bom tempo, e ai a gente tava com a situação muito ruim, quando essa pessoa que mora aqui, você vai ver a casinha aqui (...). Ai meu compadre [disse], ai comadre, vou ver se arranjo um pedacinho lá pra você, porque ele foi o primeiro dessa parte ai a invadir. (...)Morei muitos anos,[meus filhos] todos nascidos lá. Mas depois não tinha mais como pagar aluguel. Foi quando a gente conversou com o compadre e ele arrumo.(...) Tenho 26 anos. E ele tem 28 porque ele é um pouco mais velho. Então foi quando ele arranjou pra gente aqui.”²⁹

“A gente morou uns tempinhos pra outros bairros e depois a gente foi enrolando até chegar aqui. Por intermédio de um patrão. Esse ex-patrão do meu marido foi que trouxe a gente pra qui.”

A marca do processo de expropriação revela as camadas de violência imposta à família. Inicialmente, o pagamento do aluguel compromete a despesa da família, que mesmo no controlar dos gastos, alcança um momento de impossibilidade de arcar com este custo. Esse impedimento de pagar impõe coerções de toda ordem, pressão para saída da casa com ameaças de expulsão, formação de um estereótipo de mal pagadores até, chegando a um limite de risco em relação à vida. Neste instante e reunindo todos os

²⁹ Moradora desde o início da ocupação da Nova Guarapiranga.

modos de opressão, a família inicia a busca pelo lugar. Esta somatória de violências é descrita abaixo:

“Meu nome é [suprimido] tenho 51 anos de idade, eu vim pra favela devido ao fato de estar numa situação de despejo. Estava sendo despejado numa situação de aluguel e acabei vindo pra favela, mas aí vim pra favela por intermédio de um que ainda mora na favela, de um cunhado meu que é marido da minha irmã e enfrentou essa área aqui e fez um sítio.(...) Lá no Parque Europa, ali no Piraporinha. Aí pra sair do aluguel... era uma época, num lembro o ano, sei que era uma época que o desemprego era muito grande no país, o desemprego era total no país e a única alternativa que eu tinha pra trabalhar era a feira. Trabalhava na feira. Levantava as 5 horas pra trabalhar na feira. Chegava todo dia na feira as 5 horas da manhã, bicho, montava a barraca e laranja e pêra do Nei. Lembro até hoje que vendia fruta na barraca. Só que não dava, era um dinheiro muito pouco por dia. Aí chegava em casa e só dava pra comprar o almoço e olhe lá. E não dava pra pagar aluguel e os outros compromissos financeiros. Aí o dono da casa era um cara meio barra pesada e aí entrou esse cunhado meu que já tava aqui. Aí ele falou assim, porque você não faz um barraco lá? Mas eu não tenho madeira, não tenho telhado, não tenho nada, aí ele falou, a gente dá um jeito. Como a pressão tava muito grande onde eu morava eu vim pra cá.”

E a base para a busca do lugar se inicia no ato de solidariedade na trama de relações sociais que a família estabeleceu ao longo da vida. Nessa busca estava incorporado o sonho de conquista de “*nosso pedacinho*” para a realização da vida, mesmo, que posteriormente, seja necessário lutar pelas demais condições, como infraestrutura.

“Eu não conhecia ele, mas através de meu ex-marido. Meu ex-marido conhecia o [suprimido], aí ele falou que diz que tavam fazendo um loteamento e aí a gente se animo de vir. Muita gente do bairro veio pra cá, que pagava aluguel. Aí as pessoas falavam assim, mas tão fazendo casas, quem sabe depois a gente ganha o nosso pedacinho. E a gente lutou por isso. Lutou, foi difícil, e a gente ficou esse tempo todo aqui. Conseguimos água, a luz, o esgoto e horta.”

Essas trajetórias revelam a precarização do trabalhador ao longo das décadas do século XX e a extensão da produção da “*forma do possível*”, as favelas. Ainda revelam a trama das relações imprescindíveis para sobreviver na cidade capitalista por meio das transgressões. Kowarick (1993: 88), ao analisar este período, expõe que

“Pobre dentre os pobres, esse estrato da população trabalhadora só pode encontrar na favela a solução para subsistir na cidade. Fruto de uma engrenagem econômica e política que deprime salários, diminuindo, por conseguinte, os níveis de consumo, dos quais a moradia é componente essencial, torna-se favelado todo indivíduo ou família que não pode pagar o jogo especulativo do mercado imobiliário.”

Os Primeiros Conflitos e Transgressões

Como na maioria das formas de transgressão, esse tipo de ocupação não se realizou sem conflitos, mesmo que em um terreno de domínio público. As estratégias transgressoras tiveram que ser elaboradas na luta pelo espaço da vida. Um dos primeiros conflitos é em relação aos proprietários dos loteamento regular, que vêem a ocupação como uma forma de desvalorização das casas em que residem, bem como, um aumento da criminalidade no bairro, revelando como a representação do espaço da favela alcança a sociedade. Um dos atos dos moradores é recorrer ao poder público ao denunciar a ocupação de um terreno vizinho. O segundo conflito se faz entre os ocupantes e o poder público. Usando do poder de polícia para a execução da reintegração de posse, retira aqueles que estão tentando buscar o lugar de moradia sem dar uma solução para a moradia. Assim, há o retorno na busca de terrenos para ocupação.

No caso da Nova Guarapiranga, a luta pelo espaço prossegue. Os moradores criaram um tipo de construção transgressora intitulada de “*balões mágicos*”, isto é, um tipo de formato de barracos que os ocupantes fizeram para resistir às permanentes remoções que a Prefeitura fazia continuamente. Um dos moradores descreve o processo:

“Em 82 eu vim pra cá e fiz esse barraco. Ai a Prefeitura derrubo o barraco e era o pessoal do bairro que tava chamando a Prefeitura pra derrubar. Ai como já tava determinado pra vir pra cá mesmo e não tinha mais clima pra ficar lá. A Prefeitura virou as costas e construí meu barraco de novo.(...)”

Ai que entro a história do “balão mágico” porque a gente teve muitos problemas com a Prefeitura, porque a Prefeitura vinha e derrubava. Ai a gente tinha que ter uma solução pra isso porque a Prefeitura ta derrubando. Ai a gente descobriu um grande segredo, que era a 12.076 de reintegração, a lei da reintegração, a gente descobriu que ela era uma lei que não valia quando se ocupasse o espaço. Por exemplo, a gente montou o barraco e colocou toda a família aqui dentro junto com os móveis etc... ela não valia mais porque era uma questão social e não valia mais.

O bairro monitorava pra Prefeitura. O bairro ficou encarregado de monitorar a área pra não ser invadida. Então eles monitoravam a área. A gente de madrugada, todo mundo dormindo e nem barulho tinha.”

Esses “*balões mágicos*” caracterizam uma estratégia de luta pelo espaço na medida em que se descobrem mecanismos para não se deixar efetivar a Lei referente às reintegrações de posse, ou seja, quando a família rapidamente constrói um barraco e coloca os mínimos objetos para dentro da casa juntamente com os entes, o tratamento deverá ser de caráter social e não um ato criminal de “invasão de propriedade”. O

desafio era como montar uma “casa” da forma mais rápida e que pudesse fazer com que a família ocupasse de imediato. Com essa tática de luta, a produção do lugar se inicia calcada na transgressão.

Negócios Possíveis?

Em uma sociedade capitalista, as relações sociais, mesmo numa condição de elevada precariedade, estão atravessadas por relações pautadas em trocas mercantis, mesmo que em outros níveis se destaquem a solidariedade, a contradição uso e troca emerge na ocupação. Por isso, no processo de produção do lugar muitos negócios também são realizados e legitimados muitas vezes por relações de poder adquirido pelos primeiros que enfrentaram os sujeitos que impediam a ocupação (proprietários privados ou poder público). Como desenvolveu Taschner (1984: 46), *“Nas favelas com menor grau de estruturação os primeiros ocupantes se outorgam uma espécie de ‘poder’ sobre o solo, e é a eles que os outros invasores se dirigem pedindo permissão para construir seus barracos.”*

Na formação da Nova Guarapiranga, a partir da descoberta da técnica dos “balões mágicos”, se constitui uma legitimidade que permitiu a um sujeito ordenar a ocupação a partir da divisão dos lotes, como também auferir ganho na “*passagem da técnica*” para aqueles que também queriam ocupar. Observamos os acordos estipulados ao longo do processo de ocupação,

“Só eu e ele, depois veio os irmãos a cunhada. Ai foi feito aqueles acordos, né? Naquela época continuava desempregado e então o pessoal começou a perceber que aqui era um espaço aberto pra construção e que tinha muito desemprego e aluguel naquela época Ai o pessoal chegava em mim e nele e dizia: queria arrumar um cantinho ai. Ai é o seguinte, você sabe que a terra é da Prefeitura, não é minha não. A gente não ia vender a terra, mas a mão de obra eu cobro pra fazer.”

A legitimidade dada aos primeiros, ademais de ser construída a partir do enfrentamento para se consolidar a produção do lugar, também se desenvolve através de um discurso sobre como se deve produzi-lo, isto é, como será repartido o terreno para a ocupação. Destacamos esta fase, já que a condição fundiária, por determinar uma ocupação marcada pela luta pelo espaço, determinará a possibilidade da construção do conjunto das formas da favela. Em Nova Guarapiranga, com a afirmação do poder de dois sujeitos específicos, se engendrou um tipo de ocupação do lugar que permitira a construção de casas relativamente maiores e com um arruamento mais semelhante ao do

bairro privado juntamente com algumas mais adensadas. Uma pequena porção das casas e arruamentos se conformou tipicamente como uma favela, mas, em outra porção os terrenos seguiram uma metragem de acordo com os moldes de um bairro. Ao dar voz a um dos moradores, tais processos mencionados acima ganham vida.

“Ai precisamos melhorar a Guarapiranga, só que quando a gente começou a fazer os “balão mágico”, eu imaginei o seguinte, a gente não vai fazer uma favela adensada, não vamos fazer aquela barraqueira desgraçada. Ai eu dei uma de arquiteto e engenheiro. Ai o pessoal chegava aqui pra fazer o “balão mágico” ai eu falava, tem que ser assim, ai eu medi todo o terreno antes de fazer a favela. Então fui fazendo a medição pra não deixar que cada um faça por si próprio. Senão vocês iam ver essas favelas que se vê por aí com um barraco colado no outro. Então, a gente fez uma espécie de loteamento organizado aqui. Ai o pessoal resolveram construir de alvenaria, mas a gente tinha medo de construir e aí a Prefeitura vir e derrubar.”

Embora houvesse determinados acordos que perpassavam o mundo da troca mediada pelo dinheiro, nas tramas familiares havia a solidariedade enquanto imperativo das relações, tipicamente relacionada aos laços afetivos dados pela condição de parentesco. No relato abaixo, a condição de “compadres” concedeu a oportunidade de participar da ocupação sem o pagamento na construção do “*balão mágico*”.

“No caso da dona [suprimido] foi um pouco diferente que o meu, porque ela pagou. A gente não pagou pra ninguém e nem a gente invadiu porque tinha como você dar um dinheiro ou por [suprimido], ou pro seu [suprimido] e eles invadirem pra você e cuidar pra ninguém invadir. No meu caso, não foi esse. Meu caso foi meu compadre que deu pra gente e foi quando a gente fez o galpãozinho e entro pra dentro”.

Outros momentos de solidariedade podem ser destacados. Além dos acordos que envolviam pagamento para a construção e manutenção do *barraco* através da proteção destes primeiros ocupantes, paralelamente, se compunham aqueles laços de solidariedade para seguir formando o lugar de morada. Num lugar dito “ilegal”, o acesso às infraestruturas também se configurava uma transgressão cotidiana, por isso, a solidariedade na busca pela água e luz aparecem como obrigatória na prática socioespacial dos moradores.

“Ai um emprestava pro outro porque até então ninguém pagava e pagava taxa mínima. É pouco que a gente paga. Ai demorou um pouco, acho que foi, mais ou menos, dava uns 3 ou 4 anos, mas aí a gente tinha porque pegava emprestado.”

A Morfologia Espacial

Após a fase mais ostensiva de conflito entre moradores e poder público

municipal, começa a consolidação da favela. As marcas desse processo se iniciam com as famílias de maior poder aquisitivo que compram materiais que vão substituir a madeira. Antes, comprar materiais, como bloco, tijolo, cimento, areia, era um grande risco à família, pois como posto, a Prefeitura poderia apreendê-los sob a alegação de ocupação irregular.

Passada tal fase, as construções em alvenaria tomam fôlego (Fotos 01, 02 e 03). A autoconstrução se efetiva com os trabalhadores da favela produzindo as casas nos finais de semana. Os materiais são os blocos, telhas de cimento e tijolo baiano. A madeira continua presente, mas agora predomina nos divisores dos terrenos ou nas garagens que irão comportar os carros dos moradores.

O campo de futebol, existente desde o princípio da ocupação, se preserva, servindo de área de lazer até hoje, tanto pelos moradores de Nova Guarapiranga como pelos dos times de várzea que ainda promovem partidas neste lugar.

Para alguns moradores, o terreno ainda permitia o cultivo de hortaliças para complementar a cesta básica da família.

Foto 01 - Nova Guarapiranga -Casas de Autoconstrução
Fonte: Foto cedida por morador. S/A

Foto 02 - Nova Guarapiranga – Produção da Casa
Fonte: Foto cedida por morador. S/D.

Foto 03 - Nova Guarapiranga – Produção da Casa
Fonte: Foto cedida por morador. S/D.

A morfologia da região

Atualmente, a morfologia da região da Nova Guarapiranga está composta de bairros bem adensados, com predomínio de um padrão de classe média, considerada, segundo o último zoneamento (Lei nº13.885/2004), como zona exclusivamente residencial. Mesclados às morfologias de residências, há também, principalmente ao longo da Avenida Atlântica, muito bares, restaurantes, clubes de tênis, golf, vela, bem como prédios abandonados que estavam voltados às atividades de lazer. O arruamento está disposto de muitas formas, como de avenidas largas como a Avenida Atlântica (antiga Robert Kennedy), ruas de um padrão de loteamento de cidade jardim e outras com parcelamento quadriculado.

Os usos para lazer não são atuais e estão descritos desde o período de implantação da represa Guarapiranga (inaugurada em 1908) pela Companhia *Light* (The São Paulo Tramway Light and Power Co) transformada na área de veraneio para as famílias paulistanas de classes média e alta principalmente nos finais de semana.

De acordo com Langenbuch, ao expor como o tecido urbano de São Paulo ia se expandindo e constituindo subúrbios, menciona a ocupação da região da represa.

“Em Santo Amaro a recreação se concentrava na orla da represa de Guarapiranga. Junto à barragem, sita exatamente na porção mais próxima ao ponto final do ‘Tramway Electrico’, havia alguns restaurantes e alugavam-se barcos para passeio. Em porções mais afastadas da represa surgiram uma série de clubes: ‘Iate Clube São Paulo’ (inglês), ‘Iate Clube Santo Amaro’ (alemão), ‘iate clube Italia’ (hoje Itaipu), ‘Clube de Campo São Paulo’ e outros. Ao mesmo tempo, várias chácaras recreativas, ostentando belas vivendas, passaram a perfilar às margens da represa Guarapiranga.” (1971:163)

Por tais características, ela foi objeto de estratégias imobiliárias visando as classes com maior poder aquisitivo. Um exemplo desta tentativa foi a proposta do *Loteamento Interlagos*. Ainda de acordo com Langenbuch “*A importante empresa imobiliária “Auto-Estradas” criou o loteamento ‘Interlagos’ às margens da represa Guarapiranga, visando esta camada social, que procurava atrair com ‘slogans’ de ‘futura cidade-satélite de São Paulo’, e através da melhoria das condições rodoviárias locais.*” (1971:155) Porém, o próprio autor afirma que nestes anos o empreendimento não logrou sucesso.

“Em Interlagos, loteamento surgido na década de 1930, a que já nos referimos, e que pretende ser ‘a cidade satélite de São Paulo’, algumas famílias enquadradas nas especificações citadas estabeleceram sua moradia. Estas, contudo, não passam de algumas dezenas, e se perdem em meio a quarteirões desocupados, existindo também casas

construídas nitidamente para fins residenciais, e que acabaram sendo ocupadas por ‘restaurantes dançantes’, por sinal forma de uso do solo bastante marcante de toda área compreendida entre o referido arrabalde e o Aeroporto de Congonhas.” (1971:220)

Apesar de naquele momento, década de 1930, o loteamento não se adensar da forma como foi concebido pelo empreendedor, os traçados de boa parte do bairro se perpetuam até nossos dias. Na fotografia aérea de 1962 da região (Figura 4) da futura favela Nova Guarapiranga revela que a ocupação, de modo geral, não se expandiu com tanto vigor. Temos apenas o destaque do loteamento com os arruamentos abertos e que originou os “espaços livres” que posteriormente, nos anos 1980, produzirá a Nova Guarapiranga.

Figura 4
A Morfologia da Região
Nova Guarapiranga
1962

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.
Fotografia Aérea – 1962 – escala 1:25.000
Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Após uma década, a expansão urbana para a região das represas se avoluma surpreendentemente. Até 1962, a ocupação era pouco adensada, mesmo com a abertura de muitos arruamentos. Nos anos 1970 já há uma robusta ocupação dos “espaços vazios” (Figura 5). Justamente, em meados dessa década, são aprovadas as Leis de Proteção aos Mananciais (Lei Estadual nº898/75, seguida pela nº1172/76). Martins situa

bem o contexto que promoveu a elaboração dessas leis. Primeiramente, na década de 1970 se consolida a ideia de zoneamento como instrumento de controle e orientação da mancha urbana, a partir dessa concepção se formulam zonas com uma série de normas, sendo uma delas aquela de uso e ocupação do solo nas áreas de mananciais,

“diante da crise no abastecimento de água decorrente da eutrofização dos reservatórios, foi formulada a Lei de Proteção aos Mananciais (LPM). A partir de estudos sobre absorção, drenagem e capacidade de depuração, foram densidades de ocupação compatíveis com a manutenção dos mananciais em boas condições de preservação. As densidades foram traduzidas em índices de uso e ocupação e com essas referências a lei foi estabelecida, impondo restrições ao parcelamento e ao uso e ocupação do solo nas áreas envoltórias das represas. É assim uma lei com objetivos ambientais mas que adota instrumentos de controle urbanístico.” (Martins:2006:51/52)

Claro está que as legislações contribuíram para uma ocupação às avessas daquelas pretendidas. Próprio de um processo de produção da raridade do espaço, a porção abrangida pelas abstrações advindas das leis, que tentavam proteger os mananciais da cidade, se transformaram no veículo mais eficaz de ocupação pelos habitantes de baixa renda. Ao impedir ou restringir o uso desta porção da cidade ao mercado formal, as demais áreas, simultaneamente, se tornaram mais valorizadas em decorrência da raridade do espaço estabelecida. Isto é, a restrição levou a uma busca maior pelas áreas com melhores condições para implantação de loteamentos, que permitissem maior adensamento e aqueles que não pudessem pagar, inseriam-se novamente na busca pela moradia. Com já apontamos, a década de 1970 também se apresenta como um momento de aprofundamento da pobreza e desigualdade. Este cenário, traz como consequência a intensificação da ocupação de terras por parte daqueles que não mais podiam pagar aluguel. Neste instante, se multiplicam as favelas ao redor da represa Guarapiranga, compondo-se um mosaico de morfologias precárias como as favelas, justapostas às morfologias de antigas ocupações de loteamentos para classe média e clubes. O resultado é uma paisagem desigual com as morfologias diferenciadas.

Figura 5
A Morfologia da Região
Nova Guarapiranga
1972

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Fotografia Aérea – 1972 – escala 1:25.000

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

A fotografia aérea de 1994 já apresenta a forma de Nova Guarapiranga (Figura 6). Neste período, as ocupações já estão consolidadas e começam a ser envolvidas em uma grande política de espaço, o Programa Guarapiranga (1994-2000). Esboçaremos os conteúdos dele no capítulo seguinte para contextualizar as políticas de espaço que se sobrepuseram à produção do lugar. Apenas esclarecemos agora que ele objetivava recuperar os recursos hídricos da Guarapiranga e, para tanto, as favelas se tornavam objeto de intervenções como as “urbanizações de favelas”.

Na imagem de satélite extraída no ano de 2012 (Figura 7), temos a completa consolidação da morfologia da região, com predomínio das casas com perfil de classe média e alta. Como levantado em trabalho de campo, há hoje clubes abandonados que pouco a pouco estão deixando seus usos de lazer, como a proposta do Clube Café em tornar-se um futuro shopping ou, então, a Garagem de barcos projetada por Vilanovas Artigas e o clube Santa Paula tombados pelo Conpresp, se tornando objetos turísticos.

É sob morfologia da região que a Nova Guarapiranga se produziu e que se reproduz. As determinações ambientais, que ao longo da história esta porção da cidade foi objeto, não cessaram no processo de sua reprodução e as implicações sobre a Nova

Guarapiranga continuaram. Acrescentamos que, no contínuo processo de redefinição da hierarquia dos lugares na cidade, as regiões compreendidas pelas represas igualmente manifestam novos conteúdos conforme o movimento da totalidade da cidade. Hoje, na extensão do eixo de negócios, a represa Guarapiranga pode conter um conteúdo que se incorpore às estratégias imobiliárias e de negócios urbanos.

Figura 6
A Morfologia do Entorno
Nova Guarapiranga
1994

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Fotografia Aérea – 1994 – escala 1:25.000

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Figura 7
A Morfologia da Região
Nova Guarapiranga
2012

Fonte: Imagem de Satélite – Google Eart, 2012.
Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

A Abatiá

Lúcia³⁰ chegou com seus pais em São Paulo quando tinha sete anos. A família veio de uma cidade do interior de Pernambuco para se fixar na região do Itaim Paulista (zona leste de São Paulo). Desde pequena teve que trabalhar, pois a família era numerosa e os filhos precisavam reforçar o orçamento da casa. Por sorte, os pais conseguiram comprar um terreno em um dos muitos loteamentos abertos e não regularizados. Como continuidade da vida, Lúcia casou e foi morar de aluguel. Quando estava com um filho e grávida do segundo se separou do marido. A família tradicional não apoiou esta decisão e a saída era buscar nova morada. A tia lhe ofereceu dois cômodos de aluguel de forma provisória, porém, insistentemente cobrava sua saída da casa. Para sustentar o filho e a casa de aluguel, trabalhava como diarista em casas na região do Tatuapé. Diante da insistência da tia para sua saída do cômodo, Lúcia teve

³⁰ Nome fictício.

que ir buscar uma nova casa. Ela esteve morando três dias na rua. Nesta situação, alguns colegas comentaram que havia um terreno da Prefeitura em um loteamento que estava sendo aberto. Sem outra alternativa resolveu ocupá-lo. Fez a demarcação de seu terreno com pedaços de madeira e barbante. Logo após, os próprios moradores do loteamento regular desfizeram a demarcação e, novamente, Lúcia reinicia o processo de ocupação. Construiu um cômodo primeiro, com a ajuda do pedreiro, no qual colocou seus pertences.

Todavia, as tentativas de expulsão não vieram apenas dos moradores do loteamento privado, ela irá se defrontar com as expulsões empreendidas pela Prefeitura. Com um trator, os funcionários do poder público local (Administração Regional) derrubaram o cômodo construído. Como tentativa de garantir sua casa no momento de expulsão, ela seguiu dentro da moradia. O resultado desta tentativa foi a queda de uma parte da parede em sua perna, o que a deixou impossibilitada de andar por alguns dias. Quando, recuperada e grávida, pois por sorte não perdeu o bebê, chamou um pedreiro que novamente levantou seu cômodo. Como não era a única a ocupar a área, ela e os demais descobriram que poderiam buscar um procurador de justiça que, pelos meandros da lei, conseguiu uma liminar impedindo a ação de reintegração de posse impetrada pela Prefeitura. Assim, Lúcia e os ocupantes da área fixaram suas moradias e estão residindo nela há quase duas décadas.

Situação Fundiária e o Processo de “Irregularidade”

No processo de formação da zona leste, vários loteamentos abertos a partir da década de 1970 adquiriram a característica de “irregular”. Um destes exemplos é o loteamento San Isidro, que terá a área institucional ocupada e se transformará no que chamamos de Abatiá.

Este loteamento está localizado no bairro do Recreio Jaraguá – extremo leste de São Paulo, próximo aos limites dos municípios de Ferraz de Vasconcelos e Itaquaquecetuba. A formação deste loteamento está datada de 1979 com pedido de diretrizes para parcelamento por Olivia Penteado, que na época representava os interesses daqueles beneficiados pelo espólio de Maria Guedes Penteado Camargo, proprietária da gleba em questão. Anteriormente, esse lugar era uma pequena parcela que compunha a grande fazenda Itaim pertencente a Clovis Martins de Camargo.

Esse primeiro parcelamento é aprovado, no entanto, devido à venda da gleba a Britto Izzo – Administração e Participação S/A, modifica-se o projeto de loteamento e,

novamente, se requer pedido de autorização de implantação. O projeto renovado também recebe aprovação. Nele se propunha uma área de mais de 112 mil metros quadrados sendo dedicados cerca de 90 mil m² para a implantação dos lotes e quase 22 mil m² são excluídos devido às condições desfavoráveis. Dos 90 mil m² a lotear, 27% foram dados ao sistema viário, 5% à área institucional, 15% ao sistema de lazer e 3% para a área de preservação, os 50% restantes são a área dos lotes (115 unidades propostas) – Figura 08. Como esses loteamentos são implantados ao longo do tempo, o contrato estabelecido entre o loteador e a Prefeitura se concretiza através de hipotecas de alguns dos lotes, como forma de garantir ao poder público a implantação de acordo com as diretrizes aprovadas.

Figura 08 – Croqui do Projeto do Loteamento San Isidro

Fonte: Resolo – PMSP, Processo 1983 – 0.004.130-3, folha 15.

No processo de avanço da urbanização, as áreas institucionais e do sistema viário foram sendo ocupadas produzindo Abatiá. Por outro lado, os lotes que estavam hipotecados foram comercializados, não podendo estes compensarem a Prefeitura pela não implantação do loteamento conforme o estabelecido.

Nesse percurso, o loteamento San Isidro (área privada) estava sendo ocupado pelos processos de autoconstrução e os moradores pouco a pouco erguiam as morfologias precárias (Fotos 04, 05 e 06).

Foto 04 – À direita área institucional em 1987 que será ocupada em 1989
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

Foto 05 – Ocupação lenta do loteamento San Isidro
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

Foto 06 – Casas auto-construídas no final da década de 1980 – San Isidro
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

A área institucional, a princípio, possuía uma contiguidade, pois o projeto previa que a rua Abatiá não teria saída para a rua Magnólia Azul/Rua Hum (Foto 07). Na imagem abaixo (Figura 09), verificamos que no decorrer da urbanização do loteamento, há a continuidade da rua, logo, isso trouxe como consequência a divisão da área institucional entre as ruas Abatiá e Itajuíbe e as ruas Abatiá e Mixira implicando em diferenças importantes no processo de ocupação desta área.

Cada polígono foi ocupado de forma distinta. Aquele inserido junto a rua Mixira acompanhou as metragens dos lotes que foram formados ao longo da rua Abatiá. Este fato não provocou um conflito junto aos moradores dos lotes privados. Ao contrário desse fato, a parte entre a rua Abatiá e a rua Itajuíbe, foi objeto de muitos conflitos entre moradores do loteamento privado, pois muitos o usavam para a finalidade de lazer ou plantação de hortas³¹ (Foto 08).

**Figura 09 – Traçado das Ruas em Abatiá
2012**

Fonte: Google Maps, 2012. Consultado em maio de 2012.

³¹ Como relatado por morador de Abatiá em entrevista concedida em abril de 2012.

Foto 07 – Lugar de ocupação de Abatiá – Contigüidade da Área Institucional que se transformou no final da rua Abatiá- Materiais de construção para as novas residências – Morfologia precária
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

Foto 08 – Lugar de ocupação de Abatiá – Área institucional e ao fundo final da rua Hum e rua Itajuibe.
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

Ocupação e Conflitos na luta pelo espaço

A primeira ocupação do lugar se iniciou como na maioria das favelas. Numa conversa entre amigos é indicada a área que pertence à Prefeitura. No contexto de extrema precariedade, quanto às possibilidades de acessar uma moradia, o último recurso é concretizar a ocupação de terra. Assim, uma das primeiras moradoras nos conta sua chegada até Abatiá,

“Quando eu cheguei aqui encontrei um morador que vendia os loteamentos, os loteamentos tudo aqui. Ai ele falou, oi [suprimido], como é que você tá? Eu to bem, mas não tão bem porque to separada do marido, to grávida e to morando na casa dessa minha tia. Mas essa tinha é um inferno na minha vida, pede todo dia a casa. Ai ele falou, menina porque você tá nessa, tem esse terrenão ai, porque você não invade? Eu nunca pensei nestas coisas, mas a precisão... Ai nem fui trabalhar, ai vim com força e coragem e entrei. Ninguém queria, era ligação direta pra Prefeitura pra eles derruba.”

Para ela, não foi uma deliberação dada por movimentos sociais ou pela reunião de alguns moradores, mas pela situação que a pôs diante de uma “saída de emergência” como condição de reprodução da vida na cidade.

“É aquele detalhe, você precisa eu preciso, ta invadindo ali eu vou também. Não foi uma coisa de fazer uma reunião e vamos invadir. Uma que eu não era disso, nunca na minha vida fui. O que aconteceu na minha vida: tava precisando muito e quando falaram pra mim que aquele terreno era da Prefeitura, eu não tinha onde morar, ai falei, vou fazer um barraco lá, seja o que deus quiser.”

Nas condições de limites de sobrevivência na cidade, a transgressão era ocupar para produzir o lugar de morada e juntamente a isso está incorporada a luta por se manter nele, pois muitos conflitos são gerados. Esses conflitos, como citados também em Nova Guarapiranga, ocorriam entre os moradores do bairro, por não quererem a presença de uma favela nas imediações do loteamento, bem como, em relação à Prefeitura, por fiscalizar as áreas institucionais. Em Abatiá, os moradores dos lotes privados tentavam fazer com que os ocupantes deixassem o terreno ao ameaça-lhes a vida constantemente, seja por meio dos seguidos incêndios aos barracos levantados, seja pelas ameaças de morte a partir de disparos de arma. A luta pela permanência se movia sempre na reconstrução da casa. Ainda segundo uma das moradoras,

“Os próprio morador tocavam fogo nos barracos pra gente sair porque achava que ia virar uma favela, então era uma luta, eles tocavam fogo e no outro dia a gente colocava outra barraca. Eles tiravam as tiras e a

gente colocava outra tira .ai o trator passo por cima e a gente levantó de novo.”

Outro enfrentamento se contextualizava, aquele diretamente ligado ao poder público. Com a denúncia à Prefeitura de uma ocupação em área pública, logo os fiscais com os tratores empreendiam a derrubada das casas. Do ponto de vista legal, esta ação de fiscalização deveria ser realizada a partir de um procedimento que exigia a presença de um assistente social e o encaminhamento das famílias para um abrigo. Entretanto, os vários despejos não ocorriam desse modo levando em desconsideração alguns dos direitos conquistados. Em Abatiá, segundo relato dos primeiros ocupantes, os fiscais da Prefeitura demoliam os barracos sem nenhum mandato ou documento de reintegração de posse. A partir de uma sequência de destruições das casas, os moradores se reuniram e buscaram as informações que lhes pudessem garantir o direito de permanecerem. O episódio abaixo é revelador de como eram tratados os moradores desalojados e como eles iniciavam novas formas de lutar.

“Uma vez a casa já tava pronta e eles vieram, (...), ele derrubo por cima da gente, inclusive ele levou eu e outra moradora de lá que era a Neide. Ele levou a gente pra outro loteamento que ficava no Kemel II. Deu um terreno enorme para mim, mas este terreno tinha muito mato, muito pau e eu grávida não tinha como derrubar aquele monte de mato, ai falei pra ele assim, se você derrubar os paus eu venho pra qui, ai ele falou, não, você não derrubou lá, então você derruba aqui. Eu disse, lá o povo me ajudou, e ele disse, eu não vou te ajudar não. Então eu vou voltar pra lá. Ai inclusive foi quando a gente se juntou e fomo no centro da cidade falar com o juiz e foi quando o promotor de justiça deu uma papelada e falou... foi o que segurou mais a gente. Ai ele deu a papelada e disse que pra derrubar agora tinha que ter autorização deles pra derrubar e disse que eles não podiam fazer aquilo lá.”

Com a descoberta da legislação que impedia a reintegração de posse após a configuração da situação enquanto questão social, as famílias puderam continuar na produção do lugar para moradia.

A morfologia da região

A morfologia da região de Abatiá está associada ao processo de urbanização de Itaim Paulista. Localizado no extremo leste de São Paulo, o tecido urbano se expande principalmente a partir da década de 1950 com a abertura de muitos loteamentos dirigidos aos trabalhadores que tentavam realizar o sonho da casa própria.

Como um bairro tipicamente periférico, o predomínio é de uma morfologia precária constituída pela autoconstrução e, com destaque para a formação de muitas favelas em toda sua extensão (Foto 09 e 10). A sobressalente presença de favelas é confirmada pelo número elevado de ZEIS (zona especial de interesse social), bem como pelos conjuntos habitacionais.

Foto 09 – Paisagem do Jardim Veredas – Itaim Paulista - 1990
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

Foto 10 – Paisagem do Jardim Veredas - Itaim Paulista – 1990
Fonte: PMSP, Processo de Regularização do Loteamento San Isidro.

Diferentemente das condições do entorno de Nova Guarapiranga e, como veremos adiante, a de Maria Cursi, a região de Abatiá não possui um pujante comércio

ou tanta variedade de usos. Atualmente, grandes equipamentos urbanos se destacam como o Centro Educacional Unificado – CEU Parque Veredas e o Clube Comunidade Parque Veredas II (Foto 11).

Foto 11 – CEU Parque Veredas – 2010.
Fonte: Ribeiro, F.V. agosto/2010.

Ao observarmos as fotografias aéreas dos anos de 1962 e 1972 (Figura 10 e 11), verificamos a expansão do tecido urbano nesta porção com arruamentos abertos, com uma concentração maior no centro antigo de Itaim Paulista, além de usos relacionados ao meio rural com a presença ainda constante de chácaras.

O adensamento nos anos 1970 avança e nos anos 1994 já está consolidado, como pode ser visualizado nas fotografias aéreas em sequência (Figuras 12 e 13). A morfologia anterior é praticamente substituída pelas residências e os moradores presentes continuam com um perfil socioeconômico muito precário. Nos anos 2000, estas características se transformam timidamente, com a chegada de determinadas infraestruturas e serviços, conquistas efetuadas por meio das lutas gestadas nas últimas décadas. Mas, ainda persiste o caráter maior de inserção precária. Segundo, a PMSP (Infocidades: DIPRO: 2008) Itaim Paulista reunia cerca de 34 favelas estimando uma população de aproximadamente 30 mil moradores.

Figura 10
A Morfologia da Região
Abatiá
1962

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Fotografia Aérea – 1962 – escala 1:25.000

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Figura 11
A Morfologia da Região
Abatiá
1973

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Fotografia Aérea – 1972 – escala 1:25.000

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Figura 12
A Morfologia da Região
Abatiá
1994

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Fotografia Aérea – 1994 – escala 1:25.000

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Figura 13
A Morfologia da Região
Abatiá
2012

Fonte: Imagem de Satélite – Google Eart, 2012.

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Consideramos que essa condição, vista por meio da morfologia do lugar e da região, revela que, do ponto de vista da cidade, o lugar não se constitui uma centralidade econômica.

A Maria Cursi

Como muitos nordestinos vindos para São Paulo na busca de melhores condições de vida, um jovem casal, oriundos do Ceará, se instala, primeiramente numa pensão e depois em uma kitinete do centro de São Paulo, no bairro de Bom Retiro. Sem poder pagar aluguel, se transferem para outro imóvel, agora na rua General Osório. A esposa cuida do primeiro filho do casal e o marido trabalha muitas horas para arcar com as despesas da família, restando a ele somente de 3 a 4 horas para descansar. No entanto, mesmo com uma sobrecarga de trabalho, as despesas com a reprodução da vida da família continuavam ainda um desafio.

Na busca por alternativas, a família recebeu uma proposta de se mudar para São Mateus, a 25 quilômetros do centro da cidade e cuidar de uma casa na favela. A casa pertencia a um cunhado e possuía dois cômodos. O parente iria se ausentar por um período e tinha medo da casa ser invadida, por esse motivo, cedeu ao casal e ao filho a moradia construída na favela Maria Cursi. Para a esposa, a possibilidade de morar na favela significou ter que conviver em um lugar perigoso, em meio a bandidos e pessoas que não trabalhavam. Esta representação do espaço da favela a fez não sair de casa por um ano, não estabelecendo vínculos com os vizinhos. Aos poucos essa visão se transformou e um dia ela resolveu descer as vielas da favela e procurar pessoas que haviam migrado do Ceará.

Ao iniciar este percurso, descobriu que os moradores da favela eram trabalhadores e a alta exploração os levou, como sua família, a terem como única estratégia de sobrevivência viver na “forma do possível”. A superação da representação do espaço da favela como lugar da violência ou de não trabalhadores moveu a esposa a retomar práticas socioespaciais desenvolvidas em sua terra natal, como a participação em atividades comunitárias e na política. Através de convites feitos às mulheres que moravam no lugar reinventaram o cotidiano na medida em que se reuniam em sua casa para falar sobre os problemas diários e buscar soluções. Primeiro, começaram pela leitura da Bíblia, tentando compreendê-la a partir da realidade que viviam. Depois, ao se comprometerem a incorporar mais pessoas ao grupo, procuraram o diálogo com a Igreja

Católica do bairro. Com a inclusão de mais pessoas e seguindo com as atividades de crochê ou pintura, tiveram que se deslocarem para outro espaço, como a garagem de uma das participantes. Logo, homens se inseriram nas discussões, principalmente após a entrada do diácono para auxiliar na leitura da Bíblia e nas conversas na busca de esclarecimentos. Neste espaço de socialização que ia se constituindo, não faltaram conflitos, destacadamente, acerca das questões específicas das mulheres, na qual principiaram as descobertas sobre a possibilidade de estudar e trabalhar fora.

Na prática socioespacial dessas mulheres em Maria Cursi, pelo intercambio de experiências da vida cotidiana, emergiam as possibilidades de conscientização sobre as desigualdades, bem como se engendravam os espaços de conflitos. Nessa prática, as articulações com outros sujeitos sociais se ampliavam, tendo como apoio a igreja Católica do bairro e com um direcionamento progressista. A partir das reuniões, a moça oriunda do Ceará ingressou para o Movimento de Defesa dos Favelados – MDF como também, ativamente, participava das celebrações que envolviam a igreja e as comunidades. A oportunidade a fez conhecer a realidade de muitas delas, ao mesmo tempo em que fortalecia a organização do lugar de morada. Assim, Maria Cursi, se transformou numa das favelas com destaque nas relações de organização para a conquista de reivindicações dos movimentos ligados ao direito à moradia.

A produção do Lugar

A produção de Maria Cursi se remete ao período de maior incremento de favelas na cidade de São Paulo. Segundo dados da Prefeitura de São Paulo, o início da construção dos primeiros barracos se remete ao ano de 1958³². O lugar é originário do loteamento Cidade São Mateus, que antes pertencia à antiga Fazenda Oratório de propriedade da Sociedade Civil de Terrenos Cidade São Mateus.

Na época, a área foi doada, nos termos da lei do período, para o poder público, mas, como tradicionalmente ocorria na formação dos loteamentos, o sítio da gleba escolhida para tal finalidade se circunscreveu sobre um córrego e um terreno de alta declividade, constituindo, futuramente, a denominada área de risco da favela. Ele se localizou entre a Avenida Maria Cursi e a rua Waldemar Lampietra, próximo do eixo viário mais importante para o bairro de São Mateus e, que de certa forma, promoveu o avanço dos loteamentos particulares na periferia.

³² Consulta em CASE da Prefeitura Municipal de São Paulo – Referência ARR 647 – Cidade São Mateus – Loteamento. Consulta realizada em 07 de maio de 2012.

Diferentemente dos dois lugares anteriores, em que a luta pelo espaço teve como marca, já no processo de ocupação, os despejos, Maria Cursi não passou por estas ações. Os primeiros barracos foram se construindo nas bordas do terreno, ocupando as áreas mais favoráveis, isto é, aquelas próximas ao viário do loteamento particular. O terreno também era usado para fazer plantações de banana, mandioca, horta, criação de porcos. Como relata um dos moradores mais antigos, *“Nos anos 70, aqui tinha uns 10 ou 15 barracos. Ai tinha um senhor que criava porco ali embaixo, tinha outro que plantava mandioca.”*

Logo, os primeiros ocupantes iniciam a prática da venda das porções do lugar. Primeiramente, para parentes, como no caso de uma das atuais moradoras, que chegou no final da década de 1960 e sua madrinha lhe vendeu um “pedacinho de terra” na qual pode construir, juntamente com sua irmã, dois cômodos para abrigá-las. Ainda em relato é exposto que *“A madrinha [nome suprido] ela ocupou. Ai ela vendeu os pedaços. Ela deve ter ocupado por volta de 68.”* Em outro depoimento, há a afirmação das ocupações que, posteriormente, seriam postas à venda, *“Ai o pessoal ia chegando e ia fazendo um barraco no lugar, ele fechava o espaço e ai chegava o outro e ele vendia.”*

Já na década de 1970, a comercialização da área pública já se realizava, agora não apenas na venda de um terreno para construir um barraco, mas, para aqueles com a vida mais precária, haviam os cômodos que poderiam ser alugados. A partir do percurso de outro morador, esta prática é manifestada, pois na chegada dele em 12 de setembro de 1970, um trabalhador da Petroquímica, buscava um lugar para morar em conjunto com um amigo. De acordo com ele, nessa época, havia um senhor que além de vender terrenos em Maria Cursi também alugava quartos para aqueles que não possuíam as condições para comprar. O impulso para estes negócios era favorecido pela localização de Maria Cursi, pois estava ao lado da avenida Mateo Bei que proporcionava condições de transporte para seus moradores.

A organização por melhorias

Na toada das ocupações, compra, venda e aluguéis e, somadas ao aumento das espoliações na cidade, Maria Cursi foi se adensando e, ao mesmo tempo, se transformando em um lugar que começa a ser assediada por políticos que prometiam melhorias para os moradores. Tal processo, como já assinalaram vários autores, se alastra pelos bairros empobrecidos e pouco a pouco vai se tornando o denominado

“curral eleitoral” de muitos candidatos. Esta prática revela o uso da inserção precária transmutada na morfologia espacial para auferir ganhos políticos e reproduzir o poder na lógica do clientelismo e assistencialismo. O domínio sobre o espaço já se manifesta nestas estratégias políticas sobrepostas à produção do lugar.

Em Maria Cursi, estas estratégias de dominação do espaço pela racionalidade assistencialista também se insere nas tramas da sociabilidade em constituição no lugar. Um dos moradores ressalta que na década de 1970, um político prometia um processo de “urbanização de favela”. Para tanto, o vereador visitava a favela e sustentava que as melhorias estavam prestes a sair ao afirmar que “*o cheque já está em meu gabinete... (...) é só assinar o cheque que começa a urbanização na Maria Cursi*”. Entretanto, a obra prometida não saía do papel e, novamente, os moradores se viam às voltas de construir outros meios para buscar as melhorias.

Narrado por um dos moradores, que até hoje vive em Maria Cursi, a primeira busca era por asfalto, água e luz. “*Em 81 não tinha asfalto, não tinha água, não tinha luz. Ai começou a se organizar pra buscar essas coisas.*” No decorrer dessa experiência surge a primeira liderança chamada Atanásio e o início das conquistas para o lugar,

“Ai o Atanásio começou... até eu mesmo achava difícil (...) A gente ia atrás e tal, mas a gente não tinha nenhuma esperança porque quando chegava lá os cara falavam: luz em favela não. Ai de um dia pro outro eles começaram a por poste, ai o povo não tava acreditando. Ai depois que eles colocaram os postes ai todos eles vieram e ligaram, em seguida veio a água porque a gente corria atrás.”

As organizações em Maria Cursi

No contexto dos anos 1970/80, com a efervescência dos movimentos sociais urbanos e permanência de alguns tipos de organizações como as associações de moradores, Maria Cursi foi se produzindo envolvida nas tramas de relações sociais e políticas gestadas por esta conjuntura. Por isso, num primeiro momento, os moradores do lugar se organizam em torno de uma Associação de Moradores, que desenvolvia a prática de fornecer carteirinhas a todos para que pudessem ser arrecadados fundos para o pagamento de um suposto imposto para a Prefeitura. Segundo conversa com moradores, isso perdurou até princípios do governo Luiza Erundina (1988), quando este tributo foi extinto.

No conjunto de experiências realizadas no âmbito da produção da Maria Cursi e também do processo pelo qual a cidade passava, devido às organizações nos bairros

periféricos, há o encontro de seus moradores com os de outras favelas. Esse fato trouxe como consequência o entrelaçamento com uma das organizações de favelados mais destacadas de São Paulo – Movimento de Defesa dos Favelados - MDF. Na procura por solucionar as precariedades, os moradores mais ativos da favela conhecem seu Caetano, morador de uma favela próxima chamada Divinéia, *“Seu Caetano é um dos fundadores do MDF. Ele trabalhava com a Maria Cursi, mas também com a Divinéia/Verguerinho. Ai ele foi trabalhar em outras favelas junto. Quando eu cheguei aqui já tinha seu Caetano (morador da Divinéia), já tinha o MDF, o Oswaldo.”*

A articulação com Movimento de Defesa dos Favelados será uma inflexão no direcionamento das práticas socioespaciais de luta pelo espaço, como veremos no desenvolvimento da luta pela segurança da posse especificamente des te lugar.

A sociabilidade no cotidiano

Antes mesmo dos moradores se identificarem com o MDF e construírem sua luta entrelaçada com a matriz discursiva (Sader: 1988) desse movimento social, experiências de sociabilidade se gestavam no lugar na medida de sua produção. A identidade do lugar também era produzida no encontro das semelhanças dos percursos de vida e das transgressões para viverem na cidade. Como bem aponta Carlos (2001:279),

“A identidade na metrópole se constrói a partir do sujeito no plano da vida imediata, aquela do bairro, no lugar onde esta se desenvolve por meio dos modos de habitar, nas relações de vizinhança, pelo uso do espaço que marca as formas de sociabilidade, de reconhecimento, produzindo os referenciais que dão suporte à memória, porque sustentam a vida de relações e criam a identidade.”

As relações de solidariedade se estabeleciam e o estreitamento de vínculos produzia a identidade concreta a partir da imediaticidade das práticas. Mas, como salienta Feltran (2005:220), a solidariedade também emerge como prática necessária para superar as condições precárias, segundo o autor

“Essas solidariedades, entretanto, surge de um processo limite, que como bem nota Arent, aparece apenas na vivência das piores exclusões, da maior privação de direitos; de possibilidades e recursos de sobrevivência quase que extirpados, de laços públicos praticamente inexistentes. Essa solidariedade é também, de certo modo, reflexo alarmante da perda de laços que liguem o favelado a um mundo social para além de sua comunidade específica, de seus iguais. Essa solidariedade específica é, ainda, indicativa do nível profundo de violência a que essas populações estão submetidas e da privatividade que ela carrega. A sociabilidade que se funda nas favelas, além disso, ajuda a compreender as dificuldades e estigmas que os favelados

carregam quando saem desse cosmos, que media, sem dúvida, suas lutas pela constituição de sujeitos políticos.”

A sociabilidade forjada no âmbito do lugar e produzida em meio a uma morfologia espacial precária, como o conjunto das formas da favela, está situada na possibilidade da superação da representação do espaço dado a ela. Na produção de espaços de sociabilidade, a proteção e reconhecimento de suas condições no outro morador constrói a negação da visão imposta aos habitantes da favela. A prática socioespacial legitima uma identidade distinta da reproduzida pela sociedade, mesmo que, na produção do espaço, a favela esteja sob os mais agudos processos de segregação socioespacial. É esta realidade que conforma a transgressão, vista a partir da solidariedade entre os moradores. Ela concede uma proteção, seja em relação aos estigmas, seja mesmo à vigilância do lugar, estando os moradores atentos para qualquer tipo de violência que possa desalojá-los.

Em um exemplo que esboçamos como prática socioespacial levada a cabo pelo processo de expropriação logo nas primeiras palavras sobre a produção de Maria Cursi, temos os relatos de como os estigmas em torno dos favelados foram superados e de como houve um encontro no aprender com o outro. No seguinte relato, de uma das moradoras, é relevado tal processo:

“Ai vim pra cá morar nesses dois cômodos e fiquei um ano praticamente aqui dentro. Saia pra ir na quitanda, voltava rapidinho, pra ir no mercado. Não me envolvi com ninguém porque achava que era bandido. Ai depois tinha o [nome suprimido], ai comecei a conversar com o pessoal que era do Ceará e ai já tava morando aqui. Um dia sai a tarde com a minha filha e eu fui nas vielas descendo e me apresentava e dizia eu sou a [suprimido nome], sou cearense, to morando aqui.

Lá no Ceará eu era muito ativa. Eu participava de comunidade, eu participava de política. Então, eu com 17 anos já tinha uma coisa assim. Ai, ficar presa assim, é preferível morrer do que viver assim. Se é violenta eu vou ver e se for pra morrer na favela eu vou.”

No ultrapassar das ideias que sustentam uma representação espacial da favela, a moradora se insere no lugar para tentar realizar práticas que já fazia em sua cidade de origem. Para tanto, ela expõe que iniciou da seguinte forma: “*Ai comecei a convidá-las pra fazer um grupo de mulheres. E esse grupo de mulheres seria aqui na minha casa (...) Estava chamando aquelas pessoas sem saber o que tinha aqui.*” Sua coragem foi gestando um espaço de sociabilidade que promoveu um encontro entre as mulheres da favela Maria Cursi. Como resultado dessa experiência,

“a gente foi fortalecendo a comunidade e, dentro desse fortalecimento da comunidade, a gente foi falando das necessidades que nós tinha dentro da favela. E nesse tempo já conhecia o Seu [suprimido nome], ai já conhecia o [suprimido nome], ai já conhecia a [suprimido nome] da Divinéia. Ai então a gente já foi conhecendo através da comunidade, a gente foi conhecendo outras comunidades, outros grupos, outras pessoas de outras favelas. E assim a gente foi fazendo tipo uma rede. Isso dentro da comunidade. Eu acabei indo pras todas comunidades.”

Por meio dos espaços de sociabilidade, que vão tecendo as relações de reconhecimento, também se empreende a superação da consciência da situação daquelas famílias diante da produção da cidade. Elas descobrem que também possuem direitos e não podem ser consideradas como pessoas desprovidas deles. Aqui, observamos a produção da resistência primeira como transgressão às normas impostas pela representação do espaço que, determinada por segregações, leva ao desenvolvimento de resistências e, desse modo, conquistam novos patamares de consciência. Como explicitado abaixo, nas palavras de uma das moradoras:

“Não é porque a gente vive na favela que a gente não tem direito à nada. Não é porque moramos na favela que somos pessoas que a mídia acha que a gente era bandido, pessoas analfabetas, pessoas incapazes de nada, são aquelas pessoas que são o resto e resto da sociedade. Aquilo que não presta na sociedade está dentro da favela. Você foi excluído e foi pra favela. Você não é nada na favela. Tanto que tinha uma vergonha muito grande de falar onde morava.”

“Quando eu cheguei aqui e percebi que não tinha culpa de estar aqui. E outra coisa, as pessoas que moravam aqui não eram bandido e tinha poucas pessoas que viviam na vida errada. A maioria do pessoal que morava são pessoas que vem do norte e nordeste sem ter condições de pagar um aluguel acabavam vindo pra favela. E começamos a descobrir que essas pessoas eram muito solidárias, porque eu morava em três cômodos e se tinha um parente ou algo assim eu dava um e ficava com dois. Ai então, a gente começou a ver que essa gente que morava na favela era muito melhor que essas outras que morava por ai, porque a gente deveria ser discriminado dessa forma? se a gente era solidário, se a gente pagava nossas contas, se nós trabalhava, e nosso direito de ir e vir, porque morava na favela era discriminada? Ai essa foi nossa luta até pra você se identificar, dizer eu sou fulana de tal e moro em tal lugar ...”

Estes espaços de sociabilidade, produzidos no lugar, serão fundamentais para as mobilizações sequenciais fomentando a luta pelo espaço, agora penetrado pelas ideias de outros grupos que se articulavam na cidade, como o Movimento de Defesa dos Favelados. A prática socioespacial do encontro implicava o debate de concepções de mundo e as experiências pretéritas de moradores. Relações de confiança se

desenvolviam construindo laços determinantes para resistir a muitas estratégias que tentaram expulsar a morfologia do lugar.

A morfologia espacial e social de Maria Cursi

Nos anos seguintes, Maria Cursi cresceu e ocupou integralmente o terreno, todavia, pelo sítio ser de alta declividade e possuir um córrego em toda sua extensão (talvegue), a morfologia espacial se produziu em condições de possíveis riscos de desabamentos e ocupando um total de cerca 18 mil metros quadrados. Este tema é de grande relevância, pois esta condição dada pelo terreno será o grande ponto na argumentação de retirada dos moradores. O discurso técnico, metamorfoseado em um discurso espacial, fará disso a impossibilidade de que os moradores permaneçam no lugar.

De acordo com dados da Prefeitura, no ano de 2003, havia cerca de 465 domicílios, sendo que deste montante 71% estavam situados numa área de risco médio e 7%, muito alto. Do ponto de vista da mensuração dos aspectos socioeconômicos, os dados oficiais consideram que mais de 96% dos moradores eram classificados de muita alta vulnerabilidade social e o restante, alta. No que tange aos serviços públicos, os dados podem estar defasados devido aos programas de ampliação do fornecimento de eletricidade e abastecimento de água, mas como são os disponíveis e oficiais para o lugar, temos uma indicação de que apenas 40% possuíam água e 20%, rede elétrica domiciliar.

Como podemos observar na sequência de fotografias (Fotos 12 a 15), as casa já passaram por um processo de verticalização e a morfologia está assentada em um terreno de alta declividade estampando o formato de casa no alto (próximas à rua) e aquelas abaixo, muitas vezes em cima do córrego (Foto 15).

Foto 12 – A morfologia do lugar– O processo de adensamento
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

As áreas de risco também podem ser caracterizadas a partir da observação da morfologia espacial (Foto 13), com a presença de escorregamentos nas encostas onde estão as moradias.

Foto 13 – A morfologia do lugar– As áreas de risco de Maria Cursi
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 14 – Morfologia do lugar – Córrego que atravessa toda extensão Maria Cursi
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 15 – Morfologia do lugar – Ocupação em cima de córrego que atravessa toda extensão Maria Cursi
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Acima mostramos a área de talvegue (Fotos 14 e 15), que ao longo do processo de ocupação do lugar, teve seu leito coberto pelas casas construídas. Conforme depoimentos, os moradores que residem nesse trecho sofrem com inundações, DAE com o mau cheiro exalado devido ao derrame de esgoto. Em determinadas porções esse córrego está aberto e em outras, ele foi coberto por madeira para permitir o trânsito das pessoas.

Diante da produção da “forma do possível”, se gestou, além da luta pela segurança da posse, aquela referente à “urbanização de favelas”. Esta última luta ainda está em curso e hoje é um dos processos de resistência para a permanência no lugar e a superação das precarizações.

Maria Cursi ainda possui uma diferença em relação aos dois lugares que estão inseridos nesta pesquisa. Enquanto Nova Guarapiranga está localizada no eixo de expansão da centralidade econômica de São Paulo e Abatiá em uma situação que não a coloca diante de processos de valorização tão efetivos, o sítio de Maria Cursi se produziu em conjunto com a constituição de uma centralidade da periferia. Os conflitos para permanecer no lugar estão intimamente envolvidos com esta relação produzida.

Por isso, também, os usos de Maria Cursi se diferenciam relativamente dos demais processos destacados. Como podemos ver abaixo (Foto 16), há um leque de comércio muito maior que os empreendidos em Nova Guarapiranga e Abatiá. Enquanto os primeiros possuíam mais bares para atender os vizinhos, nesta favela, o comércio se amplia aproveitando a situação dela no bairro. Por isso, o comércio se estende para lojas de roupas (até de roupas de casamento), um BMG (empréstimos à aposentados e pensionistas), casa de produtos alimentícios naturais, etc. Além desses tipos de comércio que se destacam, há ainda a presença dos tradicionais cabeleireiros e manicures, bares, quitandas, casa de artigos religiosos, entre outros.

Na Foto 17, tomada da calçada de Maria Cursi, veremos o acesso direto para a avenida Mateo Bei e para lojas de rede importantes como a *Marisa*, bem como, um fluxo elevado de pessoas e veículos.

Foto 16 – Comércio pertencentes ao perímetro de Maria Cursi
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 17 – Maria Cursi se localiza na centralidade de São Mateus – ao fundo Av. Mateo Bei – eixo viário
de destaque para a região
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

A morfologia da região

Na medida em que Maria Cursi se produzia como um lugar, o bairro de São Mateus também crescia. Podemos afirmar que Maria Cursi localiza-se numa centralidade na periferia, por estar no centro de São Mateus. A ocupação desta porção da cidade se realizou principalmente pela extensão do eixo de transportes entre São Paulo e Santo André. A visão de Langenbuch (1971:201), ao tocar neste processo de espraiamento da mancha urbana paulistana, atribui o fato da ocupação às estratégias de produção dos “subúrbios- loteamentos”, entre eles, o autor cita o loteamento Cidade São Mateus.

“Muitos dos ‘subúrbios-loteamentos’ despontam em áreas sitas fora dos principais eixos de circulação rodoviária, junto a estradas secundárias, ainda não servidas por ônibus. Os primeiros moradores, quase sempre pessoas humildes, fazem papel de pioneiros. Por muito tempo deslocam-se a pé à estrada transitada por ônibus. Estes apenas são estendidos ao lugar depois de já contar com povoamento razoável, assegurando rentabilidade à linha. Este foi o caso da quase totalidade dos ‘subúrbios-loteamento’ surgidos entre 1930 e 1940, sobre os quais já nos manifestamos.”

Desse modo, o autor argumenta que estes subúrbios se desenvolveram a partir dos eixos viários. A estrada Mateo Bei, atualmente, considerada como Avenida, fará este papel de eixo de circulação. Como explicitado na Figura 14, a estrada permitia o deslocamento dos compradores dos novos loteamentos que estavam sendo abertos.

Figura 14 – Cidade São Mateus

Fonte: Langenbuch (1971:205) “Cidade São Mateus um dos principais ‘subúrbios loteamentos’ de São Paulo. A avenida Matteo Bei funcionou como eixo, concentrando o modesto comércio local”. S/D

A estrada ganhou este nome devido ao loteador Matteo Bei que empreendeu no final da década de 1940, a partir da lógica explicitada por Langebuch, negócios imobiliários na região. Abaixo, na fotografia aérea do ano de 1958 (Figura 15), observamos a abertura dos loteamentos por meio dos desenhos das divisões dos

parcelamentos. Na porção destacada, temos o terreno que futuramente foi ocupado pela favela Maria Cursi. A Avenida já está bem delimitada e no período já possui o transporte público (precário) para o trânsito dos moradores para os lugares de trabalho.

Figura 15
A Morfologia da Região
Maria Cursi
1958

Fonte: Geoportal, 2012.

Aquela tendência à concentração, pelo fato das condições de ocupação se realizarem por meio da via estrutural viária, permaneceu e o bairro foi sendo objeto de intenso processo de parcelamento do solo e, assim, comercializado para a população com menor poder aquisitivo. Como já acenado por Langenbuch, estes “subúrbios-loteamentos”, com a chegada do ônibus, fazem do caminho percorrido por ele uma “pequena polarização”. Este fato se amplia na produção de São Mateus.

Já na fotografia aérea de 1994 (Figura 16), podemos afirmar que São Mateus constituiu-se numa centralidade na periferia. Houve a propagação dos loteamentos e seu adensamento. Essa noção de centralidade na periferia foi destacada na dissertação do mestrado e agora nos auxilia na compreensão da hierarquização dos lugares na cidade. De acordo com os argumentos desenvolvidos na pesquisa anterior, qualificamos essa noção como uma decorrência do processo de periferização da cidade. Significa dizer

que para a manutenção da vida urbana torna-se necessário um centro. Todavia, na expansão da urbanização, esse centro é negado à maioria e menores núcleos surgem para realizar a vida.

A relação centro-periferia se consoma e é relativizada ao se produzirem as centralidades na periferia. Na medida em que o espaço se transforma cada vez mais em meio de uma estratégia, essas centralidades na periferia, permitem o fluxo do cumprimento das demandas necessárias para se viver e se inserir precariamente, como utilização de bancos, mercados, lojas de todo tipo, centros de saúde e educacional, etc, e também permitem a intenção de reforçar a segregação socioespacial internamente à cidade.

A centralidade na periferia está envolvida no movimento de constituição da cidade, mas ao nível do bairro também possui um papel que reproduz mais dinamicamente os negócios com o urbano. Ou seja, ela se converte, localmente, no espaço objeto de um sistema de valorização por meio de processos numa escala mais imediata. Entretanto, nessas centralidades são empreendidos igualmente processos que ocorrem em centralidades mais dinâmicas, resultando nas expropriações no percurso de execução de estratégias sobre o espaço.

Este conjunto de circunstâncias determina a qualidade do lugar e este, mesmo na periferia, se torna objeto de estratégias renovadas de valorização. O adensamento, nos 30 anos passados até o ano de 1994, também atribui, no sentido da raridade do espaço, que outro componente surja para que novas camadas de valorização sejam aplicadas sobre o espaço. Aqueles que se constituíram numa centralidade podem passar por processos que os revalorizem, e por isso, as morfologias como Maria Cursi que, de certo modo, retém as rentabilidades, começam a ser alvo de intensa ameaça para serem transferidas.

Figura 16
A Morfologia da Região
Maria Cursi
1994

Fonte: AFA – Arquivos de Fotografia Aérea do Laboratório de Aerofoto e Geoprocessamento, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo.

Fotografia Aérea – 1994 – escala 1:25.000

Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Ainda para reforçar a ideia de centralidade na periferia, observamos as informações contidas no Plano Regional Estratégico de São Mateus, elaborado em 2004. Nele estão explicitados algumas políticas que pretendem ser realizadas ao longo do eixo viário da Avenida Mateo Bei. Primeiramente, ela é considerada uma zona de centralidade polar e, justamente na altura de Maria Cursi, é classificada como Área de Intervenção Urbana (AIU21 e 09)³³. A atribuição dada a ela, pode ao mesmo tempo servir aos processos de políticas que visem interesses sociais, bem como, servem para um processo de valorização do bairro ao prever a implantação de parques e áreas verdes.

³³ “áreas de intervenção urbana (AIU) são porções do território de especial interesse para o desenvolvimento urbano, objeto de projetos urbanísticos específicos, nas quais poderão ser aplicados instrumentos de intervenção, previstos na Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade, para fins de regularização fundiária, execução de programas e projetos habitacionais de interesse social, constituição de reserva fundiária, ordenamento e direcionamento da expansão urbana, implantação de equipamentos urbanos e comunitários, criação de espaços públicos de lazer e áreas verdes, criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental” – Plano Diretor Estratégico – 2002.

Hoje, a avenida Mateo Bei reforça sua centralidade com a presença de bancos, lojas de grandes redes e com muita variedade, fluxo de transporte público, etc. Como podemos ver nas Fotos abaixo (18 a 23).

Figura 17
A Morfologia da Região
Maria Cursi
2012

Fonte: Imagem de Satélite – Google Eart, 2012.
Organização: Fabiana Valdoski Ribeiro, 2012.

Foto 18 – Centralidade na Periferia – Presença da Loja O Boticário
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 19 – Centralidade na Periferia – Presença do Banco Itaú e Fluxo de Veículos
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 20 – Centralidade na Periferia – Presença do Banco Bradesco e fluxo de pessoas
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 21 – Centralidade na Periferia – Presença da Loja Ponto Frio
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 22 – Centralidade na Periferia – Presença da Drogaria São Paulo e Banco HSBC
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Foto 23 – Centralidade na Periferia – Conjunto de Comércio existentes na Av. Mateo Bei, ao lado de
Maria Cursi.
Ribeiro, F.V. – 18 de junho de 2012.

Apontamentos sobre o Fundamento da Produção Capitalista do

Espaço - A Propriedade Privada

Os percursos de produção dos lugares, desenvolvidos acima, tentam dimensionar o violento processo de expropriação e exploração dos habitantes da cidade. E são esses dois processos os traços convergentes da produção de favelas e bairros periféricos das cidades brasileiras, sobre os quais muitos pesquisadores se debruçaram por compreender ao longo das últimas décadas, principalmente após a generalização da forma da favela. Esses processos se desenrolam na medida em que a cidade no capitalismo se transforma em força produtiva como resultado “*da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital (que se completa nela e por ela)*” (Lefebvre:1999:141)

Nesta pesquisa, podemos considerar as remoções, bem como, os salários mingua dos trabalhadores, como mediações para se realizar a expropriação enquanto condição necessária para o avanço dos negócios com o urbano, na lógica intrínseca da relação capitalista entre o produtor de riqueza e aquele proprietário dos meios de produção. A separação clássica dos meios de produção, somados aos dos elementos essenciais para reprodução da vida, como, por exemplo, a casa - lugar de reconhecimento e segurança -, também constitui um meio de imposição de um rigoroso domínio sobre o espaço e que se intensifica com a inserção desse mesmo espaço nos circuitos de valorização.

Ao pautarmos o raciocínio sobre a produção do espaço como mais uma recente frente de acumulação do capital, não tratamos aqui da expropriação em seu sentido original, com a transformação do camponês em proletário (apesar deste fato permanentemente ocorrer no país), e sim, das expropriações contínuas para restabelecer as condições ideais de exploração sobre o proletariado, na medida em que o próprio espaço se torna produtivo³⁴.

Assim, reafirma-se a propriedade privada capitalista como aquele fundamento que concede ao capital a exploração sobre o trabalhador – direito de explorar o trabalho. Nessa direção, as estratégias que envolvem o espaço se voltam às expropriações

³⁴ Martins, “... tem feito presente uma forma particular de expropriação, que é aquela que se manifesta nas duras condições de existência dos favelados (...) De qualquer modo, não é o problema da expropriação dos meios de produção, já consumada, pressuposto que é da proletarianização do trabalhador, da sua redução à condição de mão-de-obra livre, despojada de toda a propriedade que não seja unicamente a propriedade da sua força de trabalho.” (1991:14)

legitimadas pelo Estado e seu aparato jurídico, vistas, no plano da realidade, por decretos de desapropriação de vastas áreas do espaço urbano para a inserção de investimentos que fazem direcionar fluxos de capitais na produção espacial. O resultado é uma subordinação maior do trabalhador inserido precariamente e sustentada por esta impossibilidade de uso da riqueza produzida por ele.

Para dimensionar e compreender o que isto envolve, Kowarick elaborou a noção de espoliação urbana na década de 1970. Noção considerada ainda potente, já que trata do “*somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistências, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.*” (1993:62). Isto é, impedimento ou mesmo negação do uso da riqueza material produzida na cidade. Mas, a espoliação urbana ainda nos solicita desenvolver que este impedimento à produção material do processo, contém uma dimensão de implicações dada à produção das relações constituídas na cidade, que resulta em um espaço social fragmentado e desigual, já que o econômico prevalece na relação de uso dos lugares.

Em que se fundamenta esse impedimento? Na propriedade privada especificamente capitalista. Ela sustenta, das mais variadas formas, a relação contratual que impede o uso. Segundo Carlos (2011a:47),

“A propriedade como fundamento revela em sua origem uma desigualdade que se realiza enquanto relação de poder, isto é, pela separação e diferenciação dos grupos e classes, baseadas no lugar que estes ocupam no processo de produção da riqueza social. Da mesma forma, ela delimita o lugar destes na distribuição da própria riqueza, iluminando as condições de propriedade que sustentam as relações de dominação e de apropriação do mundo humano.”

A propriedade privada capitalista se estabelece como a mediação potente de dominação dos trabalhadores. Segundo Marx (1980), ela possui uma essência subjetiva e outra objetiva. A primeira está relacionada à atividade da propriedade em si, como atividade criadora, como ato, ou seja, como trabalho. Já a segunda, a essência objetiva, se volta ao produto deste trabalho, ao ato de possuir o objeto produto do trabalho. Na sociedade burguesa, há um movimento de separação entre estas essências, que traz como resultado a potência de subordinação do trabalho ao capital por meio da propriedade privada. Como explica Meksenas,

“a sociedade burguesa instituiu historicamente a separação entre quem realiza o trabalho e quem domina a produção deste trabalho; cindiu a essência subjetiva da propriedade privada [o trabalha dor] da sua

essência objetiva [o produto, que pertence ao burguês]. Por isso, Marx conclui, “a essência subjetiva da propriedade privada [o trabalhador] aparece como exclusão da propriedade [o produto que pertence ao burguês]. E, o capital, como trabalho objetivo [o produto que pertence ao burguês] como exclusão do trabalho [o trabalhador sem propriedade]” (Marx 1991: 166 apud Meksenas:2008³⁵).

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844, Marx, ao analisar o papel da propriedade privada, já assinalava a perda para além da produção material, pois ela já é a expressão sensível do homem como objetivação para si, ao mesmo tempo, em que é um objeto estranho a ele. Nesta relação alienada, o homem produzido pela determinação da propriedade privada só considera algo como seu na medida em que representa um capital, uma ação direta do “ter”. Podemos afirmar que aqui reside a miséria, não apenas material, e sim, sobretudo, das relações constituídas sob a orientação da propriedade privada.

Assim, a propriedade privada não apenas impede o uso da riqueza material produzida pelo proletariado, mas reproduz as alienações que empobrecem a vida na tentativa cotidiana de privatizar os objetos produzidos pelo trabalho coletivo, intensificando a fragmentação social pelas cisões do ato de “ter”. As relações sociais mudam de qualidade pautadas nesta miséria. As conquistas advindas do urbano e igualmente produzidas pelos trabalhadores como as relações de sociabilidade construídas no encontro das diferenças espaço-temporais e reunidas na centralidade da cidade, vão se retraindo devido a lógica da propriedade privada. Esta fragmentação não acontece à toa, está posto um processo de dominação do espaço como condição de eliminação de barreiras para a plena valorização do valor ao subordinar o trabalho ao capital.

Nessa direção, a fragmentação ampliada pelo processo de generalização da segregação socioespacial e fundamentada na propriedade privada assegura este domínio sobre o espaço. Domínio que se realiza não apenas ao nível político, mas, destacadamente, ao plano do social, ao ter a fragmentação como produto do “sonho” de ser proprietário e, assim, excluindo o outro. Por outro lado, o já proprietário, isto é, aquele a quem a propriedade privada deu o direito de usufruir do trabalho alheio, usa de todo este poder para submeter o não proprietário. Esses processos, que envolvem concomitantemente proprietários e não proprietários, garantem, por sua vez, a terra urbana como uma mercadoria rentável e a submissão dos trabalhadores urbanos.

³⁵ Meksenas, P. Introdução ao conceito de propriedade nos Manuscritos Econômicos-Filosóficos de Marx. Disponível em: <www.espacoacademico.com.br/086/86pmeksenas.htm>. Acesso em janeiro de 2010.

Assim, no plano do real, a imbricação entre os níveis se evidencia na produção do espaço, pois as remoções representam uma estratégia que ademais de servirem para homogeneizar o espaço para o avanço da economia cumulativa, também empreendem um domínio político sobre ele com consequências múltiplas do ponto de vista social, como se mostramos no conflito da luta pelo espaço da vida.

A relação exposta acima adquire formas diferenciadas de acordo com a historicidade dos países e o processo de integração à economia global. De forma geral, podemos acrescentar que, na expansão das formas capitalistas de produção, a incorporação de novos espaços se faz sob essas particularidades e, como veremos a seguir, o Brasil empreendeu sua integração ao capitalismo moderno a partir da transformação da riqueza assentada na propriedade territorial.

A Propriedade Privada da Terra no Brasil

No Brasil, a propriedade privada da terra adquire contornos importantes que merecem destaque em uma pesquisa sobre regularização fundiária de interesse social, pois o sentido dado à terra na formação do país e sua incorporação aos negócios nos permite compreender os processos de expropriação ao longo de nossa inserção na divisão internacional do trabalho. É essa formação que dará a materialidade do processo de produção do espaço urbano com morfologias diferenciadas e de grande concentração de riqueza e pobreza que revelam um gigantesco tecido urbano produzido violentamente pela expropriação da maior parte da população. Ou seja, a sociedade brasileira, desde seus primórdios, está pautada por uma profunda desigualdade e a urbanização, ocorrida no século XX, se realizará na mesma toada. Como posto por Martins (1991:160),

“O que une riqueza extrema e miséria extrema, neste país, é o fato de que a riqueza de poucos tem sido produzida pela exploração sem limites e pela expropriação violenta de muitos, desprotegidos, que nem mesmo tem possibilidade de exigir o cumprimento legal dos poucos direitos sociais e individuais reconhecidos em lei.”

Como é próprio do movimento do capitalismo para produzir o trabalhador livre, a sociedade brasileira, em seu processo histórico, foi dissolvendo as diversas formas de propriedade existentes até o ponto da riqueza pertencer a outro. Um dos cerceamentos ocasionados por esse processo é aquele em torno da terra, no qual sua aquisição apenas se faria a partir da compra –venda³⁶. Portanto, a terra, como condição objetiva de

³⁶ “Trabalhadores livres ou potencialmente livres – se confrontam todas as condições objetivas de produção como propriedade alheia, como sua não-propriedade mas, ao mesmo tempo, como algo

reprodução do trabalhador, se insere no circuito da acumulação e, sobretudo, transforma-a em fundamento da reprodução capitalista no país por meio da renda da terra.

O marco de transformação da terra em mercadoria é o ano de 1850, com a promulgação da Lei de Terras. Porém, este processo não se constitui numa ruptura imediata, mas já estava sendo gestado ao longo das décadas precedentes. Anteriormente, a terra passou por um período (até 1822) em que seu acesso se fazia por meio do uso (residencial e produtivo) dado a ela, autorizado pela Coroa Portuguesa. Na transição, entre 1822 até 1850, houve a extinção das sesmarias e vigorou a posse. Já em 1824, a Constituição Imperial garantia o direito de propriedade em toda sua plenitude (inviolabilidade e segurança individual). E em 1846, para garantir a transformação da terra em mercadoria e a transferência das riquezas até então retidas nos escravos (Martins, 1998), se instituiu, pelo Decreto 484/1846, o resguardo creditício nas negociações, como registro de hipotecas (Santos, 2009). Apenas em 1850, há a instituição do direito de propriedade instaurando sua representação jurídica e, dessa forma, a terra deixou de ser acessada por meio da doação para serem instalados os mecanismos de compra e venda. Como apontado, esse processo se gestava desde a década de 20 do século XIX.

Sob esse cenário, foram sendo elaboradas as formas de impedimento ao uso da terra, ao mesmo tempo em que a transformava em negócio rentável, tanto no campo quanto na cidade. Essa construção da propriedade privada se diferencia de momentos de constituição em outros países capitalistas pelo fato dos demais considerarem nesta transição a legitimidade da posse, isto é, o uso³⁷.

No Brasil, por determinadas especificidades, não se considerou a posse. Essa situação garantiu um dos mais centrais meios de produção – terra - na mão de uma pequena parcela de fazendeiros transformando-a em atributo econômico de relevância. Se em um momento da história do país, antes de 1850, o capital estava sob a forma de renda capitalizada na pessoa do escravo e este modo de acumulação entrou em crise, novas estratégias foram sendo elaboradas eclodindo na transferência da riqueza para a propriedade fundiária sob um regime de trabalho livre (Martins, 1998). Mas, além da

intercambiável como valor e, portanto, até certo ponto, apropriada pelo trabalho vivo.” (Marx, K, **Formações Pré Capitalistas**, pp.98)

³⁷ Exemplo deste fato são as reformas agrárias que ocorreram em países como Estados Unidos no processo de expansão para o oeste ou mesmo, aquele referente à Revolução Francesa assentado nas ideias de igualdade, fraternidade e liberdade.

transferência de riqueza, era necessário montar uma teia que, ao impedir o acesso ao meio de produção “terra”, também subjugava o trabalhador, que agora se apresentava como proprietário da força de trabalho, portanto, livre, a este estatuto recente. Para Martins (1998:32), *“A renda capitalizada no escravo transformava-se em renda territorial capitalizada: num regime de terras livres, o trabalho tinha que ser cativo; num regime de trabalho livre, a terra tinha que ser cativa.”*

Como próprio do movimento da propriedade privada, a transformação da renda territorial levou à subordinação do trabalho em relação ao capital no processo de integração à economia. Seguindo o raciocínio o autor expõe que,

“A renda territorial surge da metamorfose da renda capitalizada na pessoa do escravo; surge, portanto, como forma de capital tributária do comércio, como aquisição do direito de exploração da força de trabalho. A propriedade do escravo se transfigura em propriedade da terra como meio para extorquir trabalho e não para extorquir renda. A renda capitalizada não se constitui como instrumento de ócio, mas como instrumento de negócio. Engendra, portanto, um capitalista que personifica o capital produtivo subjugado pelo comércio, a produção cativa da circulação.” (1998:32)

Na medida em que se construiu dessa forma, o capitalismo se consolidou tendo a propriedade territorial como base de sua expansão. Houve a continuidade da legislação sobre a terra ao serem dadas as garantias de negociação com ela. A consequência desses fatos é o impedimento do acesso à terra aos trabalhadores sem recursos, gestando formas de usos diferenciados. A propriedade territorial, na medida em que se capitaliza, se transforma em propriedade privada e impede seu uso para a realização do trabalhador. Isso resultou na raiz da desigualdade brasileira e que, atualmente, se expressa através da urbanização do país. Brito (2006), afirma essa condição institucional da desigualdade dada pela ação jurídica no momento de instituição da propriedade privada ao dizer que,

“A propriedade da terra revela-se, portanto, como uma das dimensões mais significativas de uma ordem social historicamente fundamentada na desigualdade institucionalizada e formalmente reconhecida, cuja persistência, no Brasil, ultrapassou os limites da sociedade escravista. Desigualdade institucionalizada porque no Brasil colonial, os direitos civis estavam, inclusive no plano jurídico, restritos à minoria branca, de origem européia.”(Brito; 2006; 30)

Conforme o país se urbanizava, foram sendo transpostas as relações de propriedade, permitindo que os fazendeiros loteassem grandes glebas, aparecendo um novo negócio muito rentável e lucrativo e que perpetuava a desigualdade. Como situa Brito (2006),

“Como não poderia deixar de ser, o universo da desigualdade, de ordem econômica e legal, com os bloqueios que impõem ao processo de constituição da cidadania, estendeu-se também à propriedade imobiliária urbana, especialmente pelo não reconhecimento do direito à propriedade absoluta à grande maioria da população pobre que, historicamente, ocupou áreas intersticiais da cidade, relegadas pelas demais camadas da sociedade, ou mesmo comprou terras em mãos de grileiros que, graças ao seu acesso a distintas esferas do poder, de modo direto ou indireto, por intermédio de práticas clientelistas e da troca de favores, operaram (e até hoje operam) livre e impunemente.”

A finalidade inicial da força de trabalho do homem, voltada para a realização de suas necessidades imediatas e para a fruição, se esvai com a expropriação pela introdução da propriedade privada. No Brasil, este caráter da propriedade se afirma como grande recurso para a reprodução da manutenção das relações de produção, pelo poder absoluto dado aos proprietários. Brito afirma que (2006:30),

“O papel político assumido pela propriedade da terra, juntamente com o estatuto da força de trabalho, configuram-se como núcleo histórico dessa persistência, como motor das contradições que definem a modernização em nossa sociedade, na qual o processo de expansão capitalista, seja quanto o urbano, seja quanto o rural, tem permitido ‘o transformismo brasileiro’, forma de modernização conservadora, ou de, uma revolução produtiva sem revolução burguesa”

A imposição estabelecida no modo de produção capitalista com o imperativo da relação da troca faz o trabalhador introduzir no mercado a única mercadoria que possui após o avassalador processo de expropriação dos meios de produção – a força de trabalho. Essa transformação não modifica somente o mundo sensível, mas resulta num novo modo de pensar e agir determinado pela propriedade privada. A qualidade se transforma em quantidade, no momento em que o trabalho passa a ser mediado pelo tempo socialmente necessário para a valorização do capital, e o homem, reduzido ao mínimo de suas potencialidades, constrói uma história de perdas e reduções, conforme ocorrem a extensão da generalização da mercadoria e a afirmação da propriedade.

As perdas consideradas são inúmeras, no entanto, destacamos aquela referente a uma produção da sociedade que, simultaneamente, produz os homens e que por sua vez a produz também, fundamentada na propriedade privada dos objetos. Ao obter parte da riqueza como de uso privado, decorre a impossibilidade do uso pelo outro, o que produz a miséria de relações fragmentadas.

Isto é, a relação de propriedade se torna fundamental para o empreendimento capitalista, pois é ela que garante e mantém, ao se associar a outros elementos como o

espaço, as perdas dos homens e sua sujeição ao capital. Ela permite a predominância das relações mediadas pelas “coisas” (mercadorias), já que a troca é a forma primordial de relação entre os homens. Por isso, no momento de avanço do capital mundialmente, nos deparamos com a avassaladora concentração dos bens, inclusive do espaço, como aponta Bensaïd (2004:28) ,

“la ‘globalización’ significa una concentración sin precedentes de la propiedad privada de los medios de producción, de información y de intercambio y de los poderes reales de decisión y coerción. Estamos en la era de la mercantilización y la privatización del mundo. Ambas van de la mano. Y no se trata solo de la privatización de las industrias y de los servicios, sino que se privatizan los seres vivos, el saber, el agua, el aire, el espacio, el derecho, la información, las solidariedades, al igual que se privatiza la violencia y la guerra, con empresas mercenárias que se cotizan en bolsa.”[grifos nossos]

Neste movimento, o espaço entra no circuito da mercadoria e da troca como propriedade daqueles que possuem os meios de produção, transformando-se pela troca, em um instrumento de subordinação dos homens que possuem somente sua força de trabalho como equivalente para se introduzirem no mundo do consumo. O espaço se torna objeto de acumulação da reprodução capitalista e possibilidade de mitigação das contradições desta própria acumulação. Transforma-se, portanto, no lugar privilegiado das ações estratégicas da reprodução das relações de produção.

Diante destas determinações muitos conflitos também se estabeleceram entre proprietários e não-proprietários. O conflito se generaliza e com o avanço da urbanização novos mecanismos formais (jurídicos) foram elaborados para tentar amenizar as tensões sociais decorrentes das perdas.

Na objetividade deste processo, a paisagem das cidades se conformava como desigualdade e os conflitos fundiários, tanto no campo como nas cidades, se aprofundavam. A sociedade brasileira se desenvolvia sob esta marca conflitiva, tendo o espaço também como força de subordinação do trabalho para garantir a manutenção das relações de produção. Singer (1982:33) argumenta que,

“em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. Esta parte da população acaba morando em lugares em que, por alguma razão, os direitos de propriedade privada não vigoram:

áreas de propriedade pública, terrenos em inventário, glebas mantidas vazias com fins especulativos, etc..., formando as famosas invasões, favelas, mocambos, etc... Quando os direitos da propriedade privada se fazem valer de novo, os moradores das áreas em questão são despejados, dramatizando a contradição entre a marginalidade econômica e a organização capitalista do uso do solo.”³⁸

Esta realidade, portanto, conformará uma luta pelo espaço, apresentada para a sociedade entre o conflito da propriedade privada da terra e a sua posse. A posse seria o ato do uso, da apropriação do espaço para a realização da vida, mesmo que configure condições de precariedade extrema. Ela se transforma no afrontamento à propriedade privada, logo, ao fundamento que legitima as expropriações, impedimento de acesso à riqueza produzida, àquela que se transformou em poder para submeter o trabalho.

A luta pela posse da terra se transforma em um dos elementos centrais para as reformas (agrária e urbana) propostas desde a década de 1950, inclusive de grande debate sobre a superação de características econômicas para o desenvolvimento pleno do capitalismo moderno. Portanto, lutar pela posse da terra no Brasil comporta um caráter diferenciado, já que o capitalismo se configurou distinto dos demais países por ter na propriedade fundiária seus elementos fundantes para acumulação e aqui se produz uma quantidade significativa de não-proprietários que produziram as “formas do possível”.

No caso do Brasil, a luta pela terra ganha um caráter profundamente atrelado à resistência na medida em que a concentração desta se transforma em elemento basilar da reprodução capitalista no país. Todavia, o sentido da terra dado no espaço urbano nos lança o desafio de refletir sobre os termos da resistência, porque o fato da formação distinta social e politicamente da luta do posseiro do campo e dos proletários da cidade leva a uma apreensão diferenciada do sentido da luta pela terra para esses dois sujeitos. Para Martins (1991:15), “*Tanto o lavrador do campo quanto o operário da fábrica são antagonizados e violentados pelo capital, mas de forma diferentes. Por isso dão respostas diferentes ao mesmo adversário.*”³⁹

O trabalhador da cidade, submetido ao capital e impossibilitado de pagar pela moradia, transgride, por meio da prática da posse, e é neste momento que explicita a contradição uso e troca na cidade. Como posto por Alfredo (2003:49),

³⁸ Paul Singer, **O uso do solo urbano na economia capitalista**, In: A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.

³⁹ Martins, J.S., **Expropriação e Violência**: a questão política no campo, Editora Hucitec, São Paulo, 1991.

“Estes que ali se instalaram não viam nela a possibilidade de realização de acumulação do dinheiro, mas apenas a viabilização da reprodução de suas vidas, de uma sociabilidade não relacionada a interesses abstratos como o dinheiro. Isto não implica, obviamente, que a simples posse os colocasse fora do mundo da mercadoria, apenas esclarece que o sentido especulativo, que esta terra ali teve, fora negada pelo processo de tomada da posse.”⁴⁰

Este sujeito social, desprovido do lugar de moradia, espoliado pelas relações de trabalho e de impossibilidade de uso, na busca das possibilidades de reprodução da vida não estará, num próximo momento, fundamentado nas relações de troca dadas por uma possível propriedade da mercadoria terra, mesmo que esteja submetido a ela. É essa situação que o distanciará daquele sujeito que possui a propriedade privada da terra como forma de adquirir a renda (proprietário da terra) ou fazer dela o instrumento para auferir lucros (capitalista).

Nessa direção, as lutas pela Reforma Agrária e Urbana estão assentadas nesta premissa da conquista da terra como bem necessário à realização da vida, mas não no sentido da terra como negócio, como posto por Bonduki apud Rodrigues (1988: 41)

“Nas cidades a propriedade da terra não garante o direito à cidade (enquanto acesso e equipamentos coletivos), mas ao menos confere o direito de lutar por ele e a certeza de tê-lo quando é obtido (certeza de não ser expulso pelo aumento do aluguel, quando chegam as melhorias)... A aspiração pela propriedade da moradia nas condições concretas de sobrevivência, decorre da situação da exploração do trabalho presente no Brasil, onde inexistem garantias contra o desemprego, velhice, doenças e uma política salarial compatível com as necessidades básicas.”
(Bonduki, 1986, p.227-8)”

Com essa concepção, no Brasil e em outros países, os movimentos sociais que possuem a questão da terra como centro do debate, elaboram uma grande campanha pela segurança da posse que se transformou no processo de luta contra as condições capitalistas, na efetivação da função social da propriedade.

A função social da propriedade privada

É possível pensar que a propriedade privada da terra poderá conter uma função social, sobretudo, por compreendermos que ela engendra não apenas o impedimento da

⁴⁰ Alfredo, Anselmo, **Cidade e Metrópole, uma identidade contraditória no processo de urbanização contemporânea**, Carlos, A.F.A. e Lemos, A.I.G., In: Dilemas Urbanos: Novas abordagens sobre a cidade, Editora Contexto, São Paulo, 2003

riqueza externa ao homem, mas também, incute a ideia de ser proprietário, e por meio disso, automaticamente, se exclui o uso do outro?

Antes de tudo, refletir sobre a função social da propriedade leva em consideração o contexto específico de nossa urbanização, isto é, de sermos um país da periferia do capitalismo e assentados em um desenvolvimento econômico pautado nas formas rentistas (Martins:1988). É à luz desse conjunto de condições que situamos nossa análise e, sobretudo, a pautamos em um movimento dialético no qual a função social da propriedade tenta acirrar as contradições advindas da mesma propriedade. Conforme a faz, as põe em outro patamar, por transformá-la, em determinado momento, em barreira ao avanço das estratégias do capital.

Sob esse contexto, a ideia de função social da propriedade, aparece como símbolo de luta pelo direito de acesso à propriedade da terra negado. Do ponto de vista formal, trata-se de um conjunto de instrumentos legais que inibem ações dos segmentos e classes da sociedade que têm na terra a realização dos negócios, com destaque para a terra como negócio urbano. Ao inserir o papel da função social da propriedade sobre o espaço urbano, os movimentos sociais estariam imprimindo normas contra a retenção à propriedade com fins absolutos e permitiria o acesso àqueles que até hoje não conseguem adquiri-lo. Um dos instrumentos seria a possibilidade da regularização fundiária de interesse social, seja pelo usucapião, seja pelas concessões de uso em terra pública. A partir de tais instrumentos, a luta se faz contra a concentração de terra nas mãos de poucos proprietários. Como apresenta Rodrigues (1988: 213),

“O que se tem discutido na função social da propriedade é a concentração abusiva de terra nas mãos de uns poucos proprietários. Para evitar a continuidade das mistificações, o documento sobre o solo urbano faz colocações mais abrangentes, deixando explícito que é necessário mudar esta concentração de riqueza, de realizar-se uma justiça social. Assim, apesar das grandes mudanças, as lutas pela justiça social, não significam propostas de luta pela derrubada da propriedade da terra.”

A reflexão que nos propusemos realizar está orientada pela ideia de que a propriedade privada, muitas vezes, se transforma em barreira ao avanço do fluxo de capital, transformando-se em instrumento de luta na cidade capitalista. Ou seja, do ponto de vista da relação interna capital-terra, essa propriedade privada constituída também poderá se apresentar como uma determinada barreira, resultando numa contradição interna.

Ela é a luta possível em uma sociedade que não se constitui em direitos, nem ao menos aqueles ditos burgueses. A concentração de terras na história brasileira e a absolutização dada pela propriedade privada impõem uma subordinação brutal do trabalho e apenas passando pela propriedade se poderá haver o acirramento de contradições e da compreensão de seu papel na nossa sociedade.

Não defendemos aqui a propriedade privada, porque já apontamos anteriormente como ela se transforma na mediação necessária para a subordinação do trabalho, mas consideramos que, quando a propriedade se torna uma barreira ao avanço do capital, ao mesmo tempo e provisoriamente, ela se torna um instrumento de luta possível carregando as contradições próprias de seu desenvolvimento. Aqui reside uma contradição. A função social da propriedade é uma das expressões das contradições intrínsecas do capital, quando ela se apresenta como um instrumento de “*subordinação dos direitos individuais de uso da propriedade aos interesses coletivos.*”⁴¹, isto é, o proprietário dos terrenos e imóveis serão regulados do ponto de vista do coletivo afim de coibir a retenção para especulação. Este instrumento reforça os argumentos contra a expulsão de moradores não-proprietários e que ocupam há anos áreas reservadas para a especulação na cidade.

Neste instante, exercer a função social da propriedade aparece como uma brecha que faz emergir o espaço de conflito entre os proprietários e não-proprietários. Portanto, ela denuncia a especulação imobiliária, a impossibilidade de viver na cidade para parte de seus moradores e a própria ação do poder público. Sua importância é demonstrada nesse espaço de conflito, no qual surge a diferença de finalidade de uso da terra por não-proprietários, que a possuem apenas na conquista jurídica do título, como a única forma na cidade capitalista de uma relativa garantia de acesso para a realização do uso, do usufruir da moradia, e desse modo, estando muito distante daquele que toma a propriedade como mercadoria em si.

Porém, como intrínseco da propriedade privada, sabemos de seus limites. Ter a propriedade também significa ter que mantê-la, ou seja, representa possuir também parte da riqueza continuamente produzida. Nesse sentido, as contradições foram postas em outro patamar, daquele que revela que a cidade é produto do trabalho e, portanto, a retenção da riqueza nas mãos de poucos também se faz de forma generalizada na cidade, não apenas na forma da concentração de terras. Como desenvolveremos no

⁴¹ Campanha pela função social da propriedade lançada em Brasília em 05 de junho de 2012 pelo Fórum Nacional da Reforma Urbana.

capítulo seguinte, adquirir a posse significa mais que a conquista de um direito negado historicamente, antes de tudo acarreta deveres que estão atrelados a custos sociais e que, muitas vezes, levam a uma forma de expropriação renovada, pois como apresenta Rodrigues (1988:62),

“Em todas as formas de apropriar-se do espaço urbano está implícita, na cidade capitalista, o pagamento pelo uso e pela propriedade da terra e da moradia. Na apropriação da cidade capitalista está embutido o pagamento. A cidade é dividida em parcelas e cada parcela tem um preço, que corresponde ao consumo do lugar”

A propriedade da terra exige outras condições para mantê-la, que são igualmente acessadas pela compra e venda, por exemplo, da água, da luz, do esgotamento sanitário, da telefonia, do imposto sobre o uso da propriedade para garantir sua manutenção.

Por isso, nos colocamos diante das seguintes questões: No Brasil é necessário passar pela propriedade como forma de se reconquistar parte da riqueza da qual grande parte da população está impedida de se apropriar? É possível garantir a segurança da posse em uma sociedade pautada em impedimentos ainda mais profundos de acesso à riqueza produzida? A garantia da posse nos permite o acesso à cidade? Quais os conteúdos da função social da propriedade?

A reflexão sobre a função social da propriedade, nos permitiu chegar em tais questões, porém suas respostas ainda carecem de compreensão, já que será a medida da luta pelo espaço, exposta no espaço de conflito que se construiu em torno dela, que mostrará os limites e avanços das reivindicações contidas nesta proposta. Sabemos que o risco é grande ao tratarmos das armadilhas que a propriedade privada carrega em si, mas cabe desvelar as ideologias que se constroem sobre ela e, simultaneamente, cabe pensar que sua realização se torna fundamental para socialmente se formarem possibilidades de superação dos modos como o capitalismo se reproduz no Brasil.

Nessa direção, apresentamos na pesquisa estes limites e implicações dados por um dos instrumentos localizados no âmbito da luta pela função social da propriedade, isto é, a regularização fundiária de interesse social para efetuar a segurança da posse. Nela, estão assentadas as contradições advindas da propriedade da terra, que ganha contornos ainda mais perversos em uma sociedade de capitalismo rentista, na qual a terra se torna reserva de valor e atributo fundamental para a reprodução capitalista. Por isso, ao mesmo tempo em que a titulação legitima os habitantes precarizados diante da sociedade, ao transformá-los em proprietários ou concessionários, poderá transformar esses habitantes como consumidores e pertencentes à cidade formal. Essa titulação

permite e legitima a finalidade da permanência enquanto uso. Por outro lado, esta condição – ao valorizar o lugar de moradia - lhe traz a possibilidade de expropriação pelos custos envolvidos em sua reprodução no lugar e na cidade. Essas contradições da propriedade também aparecem quando, no movimento da totalidade da cidade, projetos de valorização (políticas de espaço) são empreendidos pelo poder público qualificando lugares para o mercado imobiliário, desapropriando os habitantes, revelando que a própria condição de proprietário ou de detentor de posse é também um status provisório quando ela se transforma em barreira para o capital.

Porém, ao mesmo tempo, é essa política de regularização que legitima aqueles moradores que historicamente são segregados e tentam lutar por direitos básicos e que traz determinadas consequências para a vida. Como aponta Kowarick (1993),

“... o fato de ser favelado tem desqualificado o indivíduo da condição de habitante urbano, pois retira-lhe a possibilidade de exercício de uma defesa que se processa em torno da questão da moradia. Ocupante de terra alheia, o favelado passa a ser definido por sua situação de ilegalidade, e sobre ele desaba o império draconiano dos direitos fundamentais da sociedade, centrados na propriedade privada, cuja contrapartida necessária é a anulação de suas prerrogativas enquanto morador. Assim, nem nesse aspecto mínimo o favelado tem aparecido enquanto cidadão urbano, surgindo aos olhos da sociedade como um usurpador que pode ser destituído sem a possibilidade de defesa, pois contra ele paira o reino da legalidade em que assento o direito de expulsá-lo.”

A crise urbana: a generalização da segregação socioespacial

“O modo de produção capitalista impõe uma unidade repressiva (estática) a uma separação (segregação) generalizada dos grupos, das funções, dos lugares. E isto no espaço dito urbano.”⁴²

Até o momento expusemos como a morfologia diferenciada dos lugares se produziu e configurou a paisagem desigual da cidade. Essa produção esteve e está atravessada por inúmeros conflitos, mostrando o embate de estratégias espaciais que possuem características diferenciadas quanto à finalidade de uso da cidade. Mas, principalmente, apresentamos como isso se desenrola de maneira contraditória, mesmo sob uma orientação hegemônica da produção espacial. O fundamento da produção é a propriedade privada, com destaque para a propriedade privada da terra. A partir da

⁴² Lefebvre: 1999: p.178.

compreensão desse fundamento, verificamos que o cerne de nossa sociedade é a separação/cisão do trabalhador e o produto de seu trabalho, considerado não apenas no aspecto sensível, material, mas também em todas as relações conquistadas ao longo da história da humanidade.

Do ponto de vista do processo de produção do espaço urbano, visto a partir da expansão da urbanização, essa separação está contida no avanço da segregação socioespacial. Por isso, é preciso uma profunda reflexão crítica a respeito desse processo, apresentando as implicações decorrentes de sua generalização.

A generalização da segregação socioespacial ocorre na metamorfose de um espaço improdutivo para um produtivo, pautado na propriedade privada. As estratégias de classe vão compondo um mosaico de segregações, não somente dos não-proprietários, mas, sobretudo, dos diferentes estratos de renda, generalizando esse processo na cidade. As implicações decorrentes são muitas porque, no limite último, é a negação da cidade que esse processo traz em seu bojo. Como afirma Botelho (2005)

“A segregação sócio-espacial se faz cada vez mais presente através dos processos de valorização imobiliária e da fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano. Os habitantes das cidades não somente são expulsos das suas áreas mais valorizadas, mas sim da própria cidade e do que Henri Lefebvre chamou de “positividades do urbano”

Com o intuito de desvelar esse processo de segregação socioespacial generalizado, se propõe uma leitura, a partir da Geografia, sobre a produção do espaço urbano. Essa leitura se inicia com a compreensão de que o espaço se torna estratégico para a reprodução capitalista e para a reprodução da vida. Essas reproduções contêm finalidades opostas, com uma negando a outra e, por isso, produzindo contradições espaciais. Tal ideia provém da concepção teórica de que a produção do espaço geográfico é inerente à produção da vida e, assim, da sociedade, já que *“la sociedad misma produce al hombre en cuanto hombre, así también es producida por el”* (Marx: 1980: 107). Por meio de sua relação com a natureza mediada pelo trabalho há a espacialização das relações sociais produzidas ao longo da história e, na medida em que o faz, torna-se o sujeito produtor do espaço carregando internamente as contradições.

Desse modo, a Geografia se transforma em uma ciência que nos encaminha à compreensão da produção do espaço social produzido, mas que também nos permite entender que o espaço se torna a condição, material e abstrata, da realização da reprodução da sociedade, tendo-o como meio para realizar a vida. Ao tomar-se esse

movimento da categoria espaço, compreendendo-o como condição, meio e produto da reprodução da sociedade (Carlos, 1996), vêm à luz estas relações sociais. Significa dizer que o espaço, nessa perspectiva, é visto como a materialização da sociedade, bem como as relações estão referendadas pelo caráter simbólico desse mesmo espaço. Nesse sentido, a possibilidade de transformação não reside no fato de sua reorganização, mas sim na transformação das relações sociais.

Referendados na ideia posta acima, consideramos que cada sociedade produz um espaço específico marcado pelo modo de produção hegemônico. Do ponto de vista da sociedade atual, marcada pelos processos de um capitalismo financeiro e, principalmente, cada vez mais mundializado, constituindo uma totalidade, tende a impor um modo específico de produção. Tal tendência envolve uma prática econômica e política que hoje toma o espaço enquanto objeto estratégico para a dominação e subordinação do trabalho, ao mesmo tempo em que este mesmo espaço é lançado como uma mercadoria fundamental para a reprodução do capital.

É por isso que, anteriormente, expusemos a tendência lógica de produção do espaço neste momento da história, em que ele se homogeneíza para se transformar em um equivalente a partir de uma organização entre lugares considerados centros e periferias e conectados em redes de informações para unificar-se mundialmente. Ele se fragmenta pela separação entre objetos e relações, pelas normas de uso e funcionalização extrema e, enfim; hierarquiza os lugares com a distribuição desigual da riqueza no espaço, produzindo a desigualdade vista na paisagem. Essa tendência se realiza pelo e através das relações de propriedade, de produção, dos controles administrativos e produtivos e, principalmente, pelas relações de dominação. (Lefebvre).

Desse modo, transforma-se a segregação socioespacial como processo importante para a reprodução em todos os níveis e dimensões da sociedade porque é necessário cindir, separar, impedir o uso, romper os laços de sociabilidade improdutiva, para integrar e, posteriormente, reproduzir as relações especificamente capitalistas. A segregação toca o econômico ao expulsar aqueles que são considerados barreiras à homogeneização do espaço; ao nível político, a segregação fragmenta para dominar, ao impedir o encontro e a produção de um espaço de sociabilidade para as experiências de politização e, socialmente, empobrece a vida material e imaterial dos habitantes da cidade integrando-os precariamente e impondo ao vivido uma sociabilidade baseada na lógica determinada pela propriedade privada e do consumo.

A generalização da segregação socioespacial revela a crise urbana na qual nos instalamos e repõe à análise a problemática urbana. Historicamente, a cidade, mesmo com contradições em suas formas específicas, é considerada como lugar das conquistas da humanidade, onde o valor-de-uso define o emprego do tempo e o uso do espaço. Com o avanço da industrialização, quando a cidade se torna o lócus da produção, há uma sobreposição do valor-de-troca sobre o valor-de-uso, “*com tal generalização da troca, o solo tornou-se mercadoria, o espaço, indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo que constituiu a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto.*” (Lefebvre:2008:83). Nos países da periferia do capitalismo, como o Brasil, as cidades, mesmo formadas desde o princípio sob a determinação desse modo de produção, vão constituir a deterioração das relações de sociabilidade de maneira mais contundente no século XX pelo avanço da indústria e a transição da população do campo para a cidade.

Ao mesmo tempo em que há hoje uma concentração da riqueza na cidade, dada pelo capitalismo, com avanços nas tecnologias e a reunião de uma diversidade de pessoas e culturas, a segregação socioespacial justamente aparece com maior força, pois o usufruir perpassado pelas relações de propriedade resultou no impedimento do uso à grande maioria dos habitantes da cidade.

De acordo com Lefebvre, neste momento, a sociedade urbana se instaura e o urbano se apresenta como uma realidade global. Entretanto, a positividade possível da reunião e simultaneidade de objetos e pessoas é degradada e a maior parte dos moradores da cidade vive a segregação e não o encontro dado pela reunião do diferente nas centralidades constituídas. A relação entre as possibilidades que a sociedade urbana adquiriu com todos os potenciais de desenvolvimento advindos da ciência e cultura, não se realiza para todos, mas ao contrário, uma pequena parcela pode usufruir-la e por isso, apresentou que “*...as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira.*”. É a paisagem desigual e a morfologia diferenciada que se apresenta como realidade.

A segregação socioespacial, que leva a cabo a crise urbana, está sendo objeto de muitas reflexões de pesquisadores que trabalham com a temática da questão urbana, inclusive com o objetivo de se pensarem políticas públicas que empreendam sua minimização (Marques: 2004, Sposati:2001). Porém, o percurso dessas reflexões está muitas vezes embasado em uma compreensão do espaço como localização ou somente

reduzido a um produto social inerte e material, passível de organização. Ao partirmos da produção do espaço como intrínseco à produção da vida, nosso caminho do pensamento sobre a segregação socioespacial e suas possibilidades de superação faz outro percurso e retomamos, por meio da Geografia, a passagem da organização do espaço para a sua produção. Isso significa expor a ideia de que a segregação socioespacial apenas pode ser superada com a transformação das relações que engendram o espaço desigual.

Consideramos que as interpretações do espaço como um objeto que pode ser (re)organizado, como um campo livre para as ações, firma a *ilusão da transparência* (Lefebvre:1996), ou seja, a ilusão de dispor do espaço, da maneira como se propõe na maioria das políticas públicas, fazendo escapar que este mesmo espaço contém contradições advindas destas relações capitalistas predominantemente e sua produção contínua se faz sob sua égide .

Nessa direção, formam-se as bases para a ideologia do espaço, que o oculta ao reduzi-lo a apenas localização. Este ocultamento⁴³ se torna fundamental com a ampliação da reprodução do capitalismo, pois, para minimizar as contradições advindas da própria reprodução do capital, a estratégia utilizada é ocupar, por meio de todo tipo de planificação, o espaço inteiro. Segundo Lefebvre (1973),

“não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não apenas dos meios de produção): é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo, setorizado, reduzido a um meio homogêneo e contudo fragmentado, reduzido a pedaços (...), o espaço transforma-se nos paços do poder”.

“O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e , por conseguinte, da formação da mais-valia. É assim, e por esse caminho, que a produção torna-se social nos próprios marcos do neocapitalismo”.

A importância do espaço na reprodução capitalista revela a necessidade de seu obscurecimento. Assim, o ocultamento posto sob o manto da localização nas políticas de espaço é um dos alicerces para a construção da ideologia do espaço. Ao tentar superar a ideia de espaço como localização, abrimos uma janela possível para o entendimento da potência dessa ideologia em escondê-lo. Esta categoria de espaço como condição, meio e produto tenta retirá-lo do ocultamento e por à análise o sentido de seu conteúdo contraditório advindo das relações que o produzem. Ao fazermos esse

⁴³ Como posto nas palestras proferidas pela profa. Arlete Moyses Rodrigues.

percurso, novo conteúdo é exigido para a reflexão da segregação socioespacial, como também as formas de combate à desigualdade e à pobreza.

Na esteira desse raciocínio residem os apontamentos feitos sobre o processo de segregação socioespacial elaborados em conjunto nesta pesquisa por meio do GESP⁴⁴ e de fundamental importância para o entendimento do conteúdo desenvolvido nesta pesquisa. Pois, a ideia da reflexão sobre as implicações das estratégias de classe que levam à segregação socioespacial não deve se reduzir apenas ao espaço como localização, já que colocá-lo somente como passível de uso da métrica, da lógica formal e da quantificação legítima e materializa uma ideologia.

Nessa direção ideológica, muitos reduzem a segregação socioespacial como desigualdade de acesso, apartamento e isolamento de equipamentos e sua prática de redução deste efeito nas propostas das políticas públicas é a promoção da mistura social a partir de inserção de equipamento (oportunidades em números) nas áreas que não os possuem (Marques e Torres; 2005). Quando essas políticas públicas apresentam seus limites, se justificam por equívocos de gestão da cidade e não repõem que estas ações estão determinadas pelas relações que produzem o espaço.

Aqueles que compreendem a segregação somente como localização fragmentam o social do espacial, porque oculta-se que a produção desta segregação produz uma materialidade que torna impossível a dissociação entre a reprodução social e espacial. Por isso, justifica-se a ideia de que a segregação é social e espacial simultaneamente. Retomando o aspecto do espaço considerado apenas como localização, a compreensão da segregação espacial igualmente é apreendida em sua dimensão de localização e, portanto, perde-se o significado do próprio espaço geográfico entendido neste momento como categoria que reúne e está determinada pelas dimensões do econômico, político e social. Ao reduzir o espaço a uma mera localização, o seu aspecto estratégico para a manutenção das relações de produção se esfumaça. A ideia de separação das relações sociais perde as contradições do próprio processo de produção do espaço urbano, recaindo na ambiguidade de espaços separados que necessitam apenas serem organizados.

Muitos trabalhos tratam a segregação socioespacial como a não possibilidade de acesso a bens e serviços. É verdade que boa parte dos moradores não possui as condições mínimas de água, luz, etc.. Mas, a segregação socioespacial tem uma vertente

⁴⁴ GESP – Grupo de Estudos Sobre São Paulo coordenado pela profa. Ana Fani Alessandri Carlos e financiado pelo CNPq entre os anos de 2008 à 2010.

profundamente política. Porque o significado da segregação não é somente a possibilidade de apropriação de bens, ela é fundamentalmente a não possibilidade de apropriação de espaços de sociabilidade para as experiências de politização, para a apropriação da vida política que pode vir a construir as bases de relações autônomas tão necessárias para a construção de ações coletivas, bem como a construção do Direito à Cidade. A segregação socioespacial, a separação, a fragmentação é o “roubo” do tempo e dos espaços dos cidadãos das oportunidades de politização.

“A segregação seria, portanto, uma forma estrategicamente elaborada pelo saber e realizada na prática pelo poder político para dominar o espaço, e desse modo, tenta impedir as contestações, as ações organizadas da população, e por conseguinte, possui um caráter político que reforça a centralização exercida pelo centro de decisões.”
(Ribeiro:2007)

A segregação socioespacial fragmenta a vida, reduz o cidadão hoje a apenas aquele que fica dentro de sua casa e estranho à cidade, aos vizinhos, e, desse modo, empobrecendo as relações sociais fundamentais para a construção de solidariedades e coletividades. Reduzimos os habitantes da metrópole apenas a usuários de bens, “*A redução do urbano à moradia e aos equipamentos faz parte das estreitezas da vida política*” (Lefebvre;136:2002). A segregação socioespacial legitima e promove as condições para a reprodução das relações de produção, não questionando o cerne do empobrecimento da vida urbana. Novamente, está posta a subordinação do trabalho ao capital.

Desse modo, compreendemos que a crise urbana pode ser lida por meio dos processos segregatórios e das transgressões e resistências dos moradores espoliados, repondo o papel da propriedade privada no mundo atual e as consequências de sua determinação. Como posto por Carlos (2006:54),

“a segregação revela como fundamento a propriedade como fonte de riqueza; revela uma sociedade que funciona sob a lógica de uma estrutura de classes com acessos diferenciados à riqueza produzida, bem como a estratégias de classes na ocupação da cidade. Uma sociedade apoiada num conjunto de relações sociais que tem na propriedade privada da terra, como afirma Martins (1994), uma base sólida, base de uma orientação social e política que freia firmemente as possibilidades de transformação social profunda da sociedade.”

Por isso, aprofundar a compreensão dos conteúdos da segregação socioespacial ganha centralidade nesta pesquisa, já que ela incorpora ainda mais traços da inserção precária dos habitantes da cidade. Mesmo após conquistas realizadas pelos movimentos

sociais, novos desdobramentos das contradições emergem, por ainda não termos superarmos as relações que engendram a produção de um espaço pautado na segregação.

O que está no centro da questão é a propriedade privada sobre a riqueza produzida pela sociedade e que é apropriada por uma minoria. *“Pode-se dizer que a segregação socioespacial é inerente à cidade capitalista e surge como consequência do controle da produção do espaço pela classe dominante. Uma das principais formas desse controle se dá através da propriedade privada do solo.”* (Fernandes: 1993: 46)

Aquele impedido de usufruir da riqueza quando a conquista em uma dura luta contra a propriedade, muitas vezes a realiza pelo mesmo mecanismo dado à minoria, isto é, inserindo-se como proprietário, já que é desse modo que a sociedade o reconhecerá. Novamente, a crise urbana se coloca em um patamar necessário de ser explicitado para não se submeter às ideologias que realizam a acumulação, destacadamente, as ideologias do espaço. Do ponto de vista da luta pela segurança da posse, mesmo referendada no uso, ao formalmente se realizar por meio de um título, arrasta as contradições da produção do espaço urbano segregado e orientado pela propriedade pois, na miséria dada pelo processo hegemônico, há a permanência da racionalidade própria da negação do outro ao ratificar o contrato de propriedade, mesmo que o sentido seja a posse. Isso revela o aprofundamento da crise urbana.

Lefebvre situa a condição de crise urbana ao expor a subordinação do trabalhador ao processo de urbanização capitalista e ao mundo formal do contrato (jurídico) que se encerra na afirmação do individualismo, produzido com o advento da modernidade, em que ele é submetido a participar da acumulação:

“A sociedade global não cessa de se consolidar (ou de tentar sua consolidação) e endurece como totalidade. Como totalidade atua cada vez mais profundamente sobre seus elementos e seus membros: pela política e pela eficácia das instituições de Estado, pela cultura, pela ideologia. Ela os submete, assim, às exigências da acumulação (perseguida, bem entendido, segundo as metas, os interesses e o horizonte da classe dominante). Mas ao mesmo tempo aparecem e se confirmam o indivíduo e a vida privada como realidades, o individualismo como ideologia.” (Lefebvre: 1961)

“Ou ele participa da acumulação ou permanece sozinho. É sozinho na medida em que existe, enquanto homem “privado”. Socialmente, juridicamente, tem direitos pela lei, e antes de tudo o direito essencial: o de propriedade. Donde um conflito fundamental entre a realidade concreta e as ficções (jurídicas, políticas), entre a prática e a teoria, entre a vida e a lei, entre a verdade escondida e a aparência social exibida (representada). A sociedade que oficialmente respeita o indivíduo (respeito consagrado pelas “representações”) não hesita,

como não hesitava outrora, a se voltar contra ele. O poder de Estado, no nível da sociedade global (nacional), dispõe dos meios necessários.” (Lefebvre: 1961)

Queremos dizer que os limites atuais da sociedade estão situados nas amarras da racionalidade da propriedade privada e nos discursos jurídicos pela conquista dos direitos, como posto acima, estão implicadas também a separação e cisão como forma necessária de realização da sociedade, na qual prevalece o indivíduo como prática do individualismo que constrói as bases para a segregação generalizada. Por isso, a princípio, a segurança da posse circunscreve seus limites na forma do título e não por um equívoco de gestão, como é posto em parte das análises atuais sobre o desenvolvimento desta política pública. A produção do espaço capitalista fundamentado na propriedade somente é superado com a eliminação de relações determinadas pela lógica da acumulação.

Nesse sentido, a produção do espaço urbano capitalista tende a dar a finalidade da acumulação, isto é, da valorização, corroendo os momentos improdutivos de fruição do objeto cidade. Como condição e produto de realização dessa finalidade, está novamente em pauta a crise urbana, no rompimento da possibilidade do encontro e reunião impedida pela cisão e fragmentação dada pelo imperativo da segregação. Compreender a produção dessa segregação em diferentes facetas e até mesmo estratégias que a levam à concretização e materialização da morfologia diferenciada nos proporciona, segundo Carlos (2006), entendermos a sobreposição da troca sobre uso, como posto a seguir,

“A produção da segregação revela o movimento de passagem da cidade produzida enquanto lugar da vida para a cidade reproduzida sob os objetivos da realização do processo de valorização – momento em que o uso vira troca. Significa o modo como a propriedade se realiza em nossa sociedade, construindo uma cidade de acessos desiguais aos lugares de realização da vida numa sociedade de classes onde os homens se situam dentro dela e no espaço de forma diferenciada e desigual.”

O sentido da segregação, antes de mais nada, está calcado na separação das práticas socioespaciais, que podemos considerar como uma forma política de segregação que impede a sociabilidade para a construção de resistências ao processo de miserabilidade dos trabalhadores urbanos.

“Assim o conteúdo histórico revela a cidade enquanto segregação como estratégia de classe e do poder que ao realizar-se separa e faz a cidade implodir como centro de sociabilidade. Assim a segregação

tem um sentido estratégico: a separação das práticas socioespaciais na cidade, visando à reprodução social que ao delimitar um lugar para cada um escamoteia o conflito.” (Carlos; 2006)

Essa crise urbana aparece como perda constante dos próprios atributos da cidade para os cidadãos, desde aqueles direitos básicos até os que levam à plena apropriação do espaço. As estratégias de classe, pautadas em estratégias segregacionistas renovadas constantemente, vão subordinando a cada dia os habitantes às formas da acumulação. Contudo, aqueles elementos objetos das estratégias para a realização da cidade (como propriedade privada da terra) transformam-se também em componentes das transgressões e resistências na cidade. Como posto por Damiani,

“A crise da cidade aparece como ausência de apropriação para esse proletariado crescente. Mas todo esse drama, pessoal e social, enriquece a experiência concreta desse trabalhador, diante de tantas perdas, quando consegue se organizar, conquistar de alguma forma, a cidade, conseguindo um lugar para morar. Sua disposição de luta por essa e novas conquistas, a necessidade de sociabilidade ganham dimensões cruciais, diante das perdas vividas, quando não o abatem definitivamente, e o tornam mendigos.”

A crise urbana não é um processo natural, mas orbita entre os processos sociais imprescindíveis para a reprodução das relações de dominação sobre aqueles que vivem dramaticamente a cidade. De acordo com Lefebvre (2010:33), *“Todas as condições se reúnem assim para que exista uma dominação perfeita, para uma exploração apurada das pessoas, ao mesmo tempo como produtores, como consumidores de produtos, como consumidores do espaço.”*

No entanto, a segregação contém o negativo. Ele se traduz nas transgressões e resistências diárias ao processo fundamentado na propriedade privada da riqueza e que, conseqüentemente, reproduz a expropriação e espoliação urbana. Uma estratégia contida na produção lógica do espaço produz o negativo, no irreduzível do viver e apreendido no vivido. A relação dialética entre segregação e resistência se descobre neste momento em que o conflito emerge.

Muitas vezes, o discurso tecnocrático baseado no saber técnico e científico encobre também o negativo. Como regra, o nega também através de estratégias muitas vezes ligadas ao âmbito da linguagem e à produção de uma representação do espaço. Todavia, ele está presente, como latência, contendo ambiguidades e contradições, pois está presente no irreduzível da vida dos moradores. Ele existe já que está em jogo a vida ou as condições primárias de viver e se reproduzir. Esse negativo emerge das mais

variadas maneiras, bem como de formas mais dramáticas no âmbito do vivido dos moradores.

Em resumo, a paisagem desigual da cidade e a morfologia diferenciada dos lugares estão fundamentadas na propriedade privada que determina a produção do espaço urbano capitalista e implica um processo generalizado da segregação socioespacial. Embora esse processo lógico se generalize levando a uma crise urbana por ter impedimentos profundos sobre as possibilidades de apropriação, as transgressões e resistências na cidade se constituem permanentemente e de múltiplas formas. Entre elas, está a busca pela segurança da posse que, mesmo carregando desdobramentos das contradições, se torna fundamental para barrar as inúmeras remoções ao se transformar em instrumento de luta pela moradia, mas, sobretudo, por produzir um espaço de conflito que denuncia o papel da mesma propriedade privada em um país da periferia do capitalismo.

Parte II

Segundo Termo: A Resistência

Capítulo 2 - LUTAS URBANAS, POLÍTICAS DE ESPAÇO E CONTRADIÇÕES ESPACIAIS

“O poder público, no que se refere à problemática da moradia e habitação, tem fomentado despejos diretos – através de determinação judicial, ou indiretos – quando não promove os processos de regularização.

À população cabe receber o popularmente chamado ‘cheque despejo’, uma quantia irrisória para que deixe o local ou então, parceria social, valor muito abaixo dos preços dos aluguéis da cidade, recebido mensalmente pelas famílias despejadas, pelo tempo de 30 meses; as duas formas, sem solução de habitação definitiva. Por vezes, a proposta definitiva dada é a carta de crédito da CDHU, ou seja, o ‘direito’ de financiar um apartamento por longos anos, após passarem uma vida inteira investindo em suas casas tomadas pelo poder público. Dentro deste contexto desfavorável, as grandes obras e eventos que poderiam trazer benefícios à população, têm perpetuado o histórico de violações, e humilhações têm se generalizado na cidade, do centro às periferias.

Não podemos mais naturalizar essa realidade. A população que construiu essa cidade com as próprias mãos não pode permanecer na situação constante de insegurança e medo. Temos que ampliar esse debate e colocar em prática nossas ações para que as obras e os grandes eventos sejam realmente, uma festa para todos.” (2001:2)¹

O trecho apresentado acima resume a atual prática de remoções e de uma política de habitação do poder público pautadas na generalização da segregação socioespacial nas cidades brasileiras e, especialmente, em São Paulo. Nos últimos anos, em decorrência de uma fase de crescimento da economia, há uma propulsão de novas obras de infraestrutura. São obras com o objetivo de produzir estruturas que sirvam à entrada do país em processos mundiais de reprodução do capital, como por exemplo a entrada no circuito de eventos de grande porte e internacionais (Copa do Mundo e Olimpíadas). Essas ações estão empreendendo a remoção de muitas famílias. No entanto, estas estratégias de integração do espaço aos circuitos mais dinâmicos da economia, tutelados pelo imperativo da segregação socioespacial, não ocorrem sem questionamentos e processos de resistências.

O texto de início deste capítulo revela a organização dos moradores das cidades que estão envolvidos neste contexto de expropriação e, principalmente, denunciam as

¹ Informativo da 3ª Jornada da Moradia. Disponível em: < http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/23/Documentos/01_Jornalda_da_Moradia_Internet.pdf>. Acesso em: 28 de junho de 2012.

práticas do poder público a partir das falácias sobre a política de habitação, que ao invés de envolver um direito se transforma em um objeto de consumo. No texto, a resistência aparece como forma de não naturalizar os processos de expulsão e situa que a cidade é também obra do proletariado que nela vive. Isto é, a mensagem contida é a de uma resistência para garantir a apropriação do espaço àqueles que efetivamente o produziram e o produzem.

Por isso, afirmamos que ao se realizar o processo de segregação socioespacial, a resistência a ela está presente como processo negativo formando uma unidade contraditória em que as estratégias de cada sujeito se constroem de modo implicadas uma na outra. A resistência dos moradores, que possui como finalidade o uso improdutivo da cidade, se confronta com as estratégias de classe (de capitalistas e do Estado) na qual objetiva transformar o espaço em produtivo, delineando desse modo, a **contradição entre o uso e troca** na produção do espaço urbano.

Essa relação é conflituosa e pressupõe uma constante luta de finalidades entre proletários e capitalistas para levar a cabo a reprodução da sociedade. Antes de tudo, a resistência é uma luta pelo espaço, que se transformou em atributo econômico no qual o capitalismo o incorpora por inúmeras estratégias para obter rentabilidades às custas do impedimento de seu uso pelos habitantes. A resistência surge como ação, pois o espaço permanece sendo o lugar onde se realiza a vida com a necessidade de apropriação. Como posto por Lefebvre (1971:114), essa luta possui um conteúdo trágico no qual os contraditórios se produzem e se sustentam mutuamente até o momento da superação dada pelo enfrentamento.

Assim, podemos compreender que o conflito entre as estratégias que envolvem os processos de segregação e de resistência e que evidenciam as **contradições entre uso e troca e apropriação e dominação**, contêm as possibilidades de engendrar novas relações para produzir um espaço diferencial em que esteja pautado por determinações distintas da acumulação. Nesta unidade contraditória (segregação e resistência), vista a partir da realidade brasileira, surge o espaço de conflito considerado como o espaço público de confronto de estratégias. Neste espaço, “brechas” são abertas diante do processo hegemônico, ao mesmo tempo em que nos revelam os avanços, limites e contradições das práticas de resistência dos moradores que estão envolvidos. Este conflito *“é produto da contradição entre o espaço vivido como valor de uso e o espaço que se reproduz, tendencialmente, como valor de troca; um conflito que se desenvolve na vida cotidiana e se manifesta como problema espacial”* (Carlos: 2001:286)

Portanto, a análise sobre a resistência dos sujeitos sociais no espaço urbano às estratégias de classe que implicam a segregação socioespacial está orientada pelas ideias expressas abaixo:

1) A resistência está permeada por ambiguidades e contradições e essas condições se constroem a partir da historicidade de um país ou de uma nação. David Harvey em seu livro *Espaços da Esperança*, nos alerta para o fato de que “*A tarefa da política ativa, ao ver Marx, é buscar transformações das relações sociais no pleno reconhecimento de que o ponto de partida da ação política depende das condições histórico-geográficas alcançadas.*” (2004:164);

2) A mobilidade na cidade, exigida pela ação da resistência, pode ser uma prática espacial que promova, naquele momento, a experiência de saída das amarras opressivas que os “prendem” ao lugar. Essa prática espacial é bem diferente daquela mobilidade dada pelas relações de trabalho (trabalho-casa), na qual está implícita a subordinação. Há um processo de conhecimento e reconhecimento que movimenta a consciência do conflito e das condições de desigualdade. As reivindicações constituintes da resistência os fazem defrontarem-se com o Estado e, desse modo, podem reconhecer as instituições e seu funcionamento. A resistência, como prática socioespacial, põe as contradições da sociedade em outro patamar;

3) A resistência como luta pelo espaço transmuta-se em confronto à tendência lógica de produção do espaço urbano especificamente capitalista. Isto é, ela carrega questionamentos sobre a contínua homogeneidade que se pretende impor ao espaço por meio de novas morfologias que pretendem reproduzir uma sociabilidade pautada na fragmentação e na distribuição desigual da riqueza e de poder. A resistência como luta pela apropriação do espaço denuncia a hierarquização dos lugares na cidade;

4) É a ação da resistência dos moradores que produz o espaço de conflito, muitas vezes nebuloso por estar atravessado pelas relações de alienação e fetichização do espaço. Mas é apenas e tão somente pela resistência à expropriação, exploração e espoliação que se constroem os momentos de experiências dos moradores, onde o confronto se transforma em momento de compreensão da desigualdade e construção de estratégias renovadas de resistência. Como salienta Bensaid, “*a partir de la puesta en marcha y de la entrada en acción, toda resistencia de reactiva se convierte en declarativa y afirmativa. Inventa las respuestas. Explora las salidas. Transforma a la víctima de una injusticia o de una ofensa en actriz de su propio drama. De puro objeto de compasión, se convierte en agente de su propia lucha.*” (Bensaid: 2000:35);

5) A resistência realizada pelos moradores da cidade está profundamente atrelada ao vivido e será através desta vida social politizada que as possibilidades de consciência dos processos de produção do espaço e a desconstrução das representações sobre ele poderá ocorrer. A prática cotidiana de lutar pelo espaço denuncia as camadas de expropriações que impedem a apropriação. Como Bensaid expõe ao citar Françoise Proust, apenas se descobre por que se resiste com a prática da resistência. A resistência empreendida pelos sujeitos sociais carrega em si as potencialidades da capacidade criadora e transformadora, que pode ou não se realizar. Como afirma Damiani (1993:309), “...o universo da prática urbana, é o dos conteúdos variados e resistentes à forma imposta. Sobram elementos que são próprios da vida mesma no lugar, das conjunturas e que afrontam a linearidade da dominação, dos constrangimentos. Especialmente a abertura da vida privada sobre a vida pública.”

A compreensão dos processos de resistência, empreendidos pelos moradores que exigem a apropriação da cidade, além de estar situada nas ideias apresentadas anteriormente, também está determinada pela formação política e social brasileira. Partimos do entendimento de que os direitos fundamentais do homem que fundam a cidadania no mundo capitalista não se realizaram no Brasil, devido a uma estrutura herdada historicamente que impede a consolidação de direitos, mesmo aos burgueses. Portanto, a resistência no Brasil figura de outra maneira quando comparada com países que lograram direitos. Por isso, aquelas reivindicações que aparecem como conservadoras e da esfera da reprodução do capital para uma sociedade do centro do capitalismo, para nós nos colocam a dimensão da desigualdade reproduzida no país.

Queremos dizer que, se a revolução burguesa produziu os direitos humanos, com uma abstração do sujeito transformando-o em indivíduo, isso permitiu à sociedade de alguns países construir uma consciência de direitos predominantemente desvinculada do mundo privado. No Brasil, essas abstrações chegam para nós em um segundo grau, na medida em que relações autoritárias, de favores, patrimonialistas e privatistas estão na raiz da sociedade conformando uma cidadania consentida (Telles:2001) na qual o Estado transforma aquilo que deveria ser direitos em ações ligadas à assistência social. Significa dizer que a especificidade da resistência no país está imersa em contradições oriundas dessas relações e, mesmo com muitas ambiguidades, a resistência dos sujeitos sociais expropriados repõe para a sociedade a necessidade de luta por esses direitos.

Assim, a segunda parte desta tese é dedicada ao segundo termo – resistência – na tentativa de compreender o seu significado na produção do espaço urbano capitalista e

de um país da periferia. Através da luta da segurança da posse e sua conquista transformada em uma política de regularização fundiária de interesse social em áreas públicas de São Paulo observamos que a luta na cidade é permanente. Ela está circunscrita na luta pelo direito à moradia – um dos níveis da luta pelo espaço - negando-a como mercadoria e como concessão do Estado.

Em resumo, partimos da ideia de que o processo de resistência dos expropriados e as conquistas oriundas das reivindicações desta prática contêm especificidades próprias da formação da sociedade brasileira, na qual a propriedade privada da terra possui um papel fundamental e que configurou a realidade das cidades no país. Refletir sobre o processo de resistência em torno de uma reivindicação como a segurança da posse nos permite compreender, notadamente, a contradição espacial entre **apropriação e dominação do espaço**. O percurso está referendado pelas contribuições da Geografia no desvendamento das contradições espaciais que envolvem a urbanização contemporânea.

Transgressões e Resistências: A luta pelo espaço

“Se eu não tivesse ido pro movimento de favela eu não ia adquirir os instrumentos para adquirir as coisas aqui. Foi lá na Federação que eu consegui instrumentos para acontecer aqui, senão não tinha acontecido.”²

Historicamente, a expulsão dos habitantes de baixa renda é uma regra. Rio de Janeiro e São Paulo já empreendiam as remoções de favela para ceder lugar a infraestruturas que serviriam prioritariamente aos sujeitos que tinham poder econômico de usufruir das benesses produzidas. Diante dessa tendência, os conflitos fundiários somente tenderam a aumentar na medida em que houve uma aceleração da incorporação de terrenos ao circuito produtivo e elevação do número da população sem condições de acessar um local de moradia pelas vias formais. A periferia ganha mobilidade e seu sentido provisório acentua-se com a extensão das políticas de espaço que alcançam até os limites do tecido urbano. Exemplo disso são as margens das represas Guarapiranga e Billings, localizadas na periferia sul de São Paulo, onde, pela legitimidade dada pelo discurso ambiental, o poder público promove atualmente grandes remoções dos moradores que as ocupam sem uma perspectiva de outra moradia a eles.

² Entrevista do morador da Nova Guarapiranga.

No avanço de tais processos, há a intensificação da continuidade da produção desigual e diferenciada da cidade compondo um tecido urbano com a justaposição da propriedade privada especificamente capitalista, propriedade estatal e a prática da posse. Este mosaico de propriedades e suas ocupações se formam devido ao modo de parcelamento do solo, em que uma gleba ao passar pelo processo de comercialização implica, ao nível formal, o surgimento de porções onde vigora a propriedade capitalista e do poder público (áreas institucionais). Esta última porção – a pública – corresponde muitas vezes àquelas áreas doadas da gleba que possuem os menores valores para o mercado ou têm restrições legais. Ela se transforma em *bem de uso comum do povo*, e, geralmente, corresponde às piores áreas, como as de proteção permanente, de alta declividade, etc. São áreas com este tipo de propriedade que posteriormente serão ocupadas, predominantemente, por aqueles não-proprietários como solução à impossibilidade de acessar o mercado de terras formal, concretizando a prática da posse em uma sociedade desigual e a produção de uma morfologia precarizada. Assim, a dinâmica de expulsões oriunda dos conflitos fundiários e das políticas de espaço está profundamente imbricada.

Porém, esses processos de formação da propriedade privada e pública e também das ocupações possuem temporalidades. No primeiro momento, a valorização do espaço, que o retalha em fragmentos no processo de parcelamento da gleba, ainda possibilita a prática da posse das áreas públicas. Contudo, em novas camadas de valorização, as formas produzidas pelos moradores ocupantes e não-proprietários se transformam em objeto de “retenção” das rentabilidades dos terrenos da região. Esse fato conduz as novas estratégias de classe que promovem as práticas da remoção e despejos forçados dos não-proprietários.

Assim, compõe-se uma série de discursos espaciais pautados principalmente na ilegitimidade da posse para dar extensão aos processos de acumulação através do espaço urbano. Na cidade de São Paulo essas estratégias não se fizeram diferentes, a prática da remoção de morfologias precárias como as formas das favelas é uma regra atual, entretanto, com álibis distintos daqueles praticados na década de 1960 ou 1970, mas continuamente alicerçados sobre a legalidade e ilegalidade da propriedade. Exemplo desses discursos é apresentado por Rodrigues (1988) quando relata as justificativas sobre a remoção,

“O argumento mais freqüente dos vizinhos é a sujeira, o mal cheiro, a contaminação de doenças e de vícios. Fica evidente que o discurso

sobre favela: “lugar de contaminação física e moral”, é incorporado pelos moradores da cidade. Um outro argumento, baseado na própria legislação dos loteamentos, é de que a área onde se constroem os alojamentos são reservadas para parques, jardins e equipamentos públicos (leis 7085/72 e 6766/79). Estas áreas são pagas pelos compradores de lotes, ficam sob a guarda da Prefeitura, que deverá construir praças e equipamentos coletivos e, dizem os moradores, não para construir favelas. Algumas notícias são cristalinas a este respeito: 17/11/72 – Alojamento provisório combatido pelos vizinhos. As assistentes sociais explicam que será provisória a permanência – ESP. 19/12/72 – Prefeito sustou o projeto do alojamento do Jardim Ester – área reservada para parque infantil e, diz o prefeito, que está muito próxima das residências – FSP.

Fica evidente a luta pelo espaço na cidade. Ao remover uma favela, o poder público libera o espaço ocupado para outros usos, em geral, em áreas já equipadas com meios de consumo coletivos. Ou então, a remoção libera estes espaços antes ocupados para a construção dos equipamentos. A favela será removida para áreas mais distantes, sem equipamentos coletivos, em terrenos destinados aos equipamentos que ainda não chegaram.”

Portanto, nos anos 1970, a transgressão dos não-proprietários e a violência dos despejos e das remoções vão cedendo lugar à produção da resistência. Como afirma Rodrigues (1988:166),

“As lutas dos favelados começam a expressar-se quando negam a remoção, pois sabem o seu significado: ir para longe, não ter nas proximidades nenhuma forma de obter luz e água, escolas; a possibilidade de, muitas vezes, perder o emprego, etc. “Descobrem” que a resolução individual de obter água e luz – empréstimo dos vizinhos – faz com que paguem altas taxas por este serviço. Então, é hora de organizar-se, fazer “peregrinações” para a expansão das redes nas favelas, pois sabem que só serão atendidos pela força de pressão. “Se a gente juntar muitos interessados e ir todo mundo, pode ser que os homens atendem a gente, porque se for meia dúzia, eles não atendem mesmo” (depoimentos). Lutam pela permanência no lugar já ocupado, ficando implícitas as garantias de “direitos” e de cidadania. É claro que estão presentes nesta organização, a igreja, os partidos, a esquerda, as diferentes experiências de vida e de moradia nas cidades.”

Como marco de sustentação da resistência, os movimentos que envolviam os não-proprietários buscavam estratégias e instrumentos que legitimassem a posse do solo urbano diante da sociedade e, assim, promovendo a permanência dos moradores naquele momento em que as novas estratégias de valorização eram postas em marcha. No âmbito da sociedade, pelo imperativo da lógica formal, a luta se estabelecia na conquista de dispositivos legais (jurídicos) que relativizassem a propriedade privada, como os instrumentos da função social da propriedade.

É neste quadro de expulsão dos habitantes inseridos precariamente que as políticas de regularização fundiária se tornam as formas mais efetivas de não expropriação, resistindo, por meio da permanência física, às estratégias de valorização do espaço. Essa política era a tentativa de efetivação da segurança da posse.

Por isso, a resistência das organizações de favelados se compôs da seguinte forma, de acordo com Rodrigues (1988:209),

“As premissas do MUF e MDF são semelhantes: não aceitar remoção; propor a urbanização de favelas; a concessão de direito real de uso aos favelados que ocupam as áreas públicas por um prazo de 90 anos sem pagamento; usucapião urbano para as favelas que ocupam áreas de propriedade particular. Consideram a moradia digna um direito e propõem que seja definida a função social da propriedade.”³

Assim, a luta pela segurança da posse transformada em uma política de regularização fundiária de interesse social movida pelos movimentos sociais de moradia se insere como um dos conteúdos da luta pelo espaço. A segurança da posse, por meio das concessões e usucapião, promovia um instrumento contratual necessário para a luta dos habitantes até aquele momento não-proprietários. As contradições da propriedade privada do solo urbano, em uma sociedade como a brasileira, se concretizam por meio da forma contratual do “título”. Elas estão inseridas em um contexto de formação da propriedade privada da terra no Brasil e as suas especificidades legitimaram uma luta, como a da segurança da posse, como aquela de efetivação do **uso contra a troca**. Como processo contraditório, riscos e possibilidades são movimentos internos das lutas e conquistas, porque ter um título e inserir-se na formalidade da cidade exige participação na distribuição da riqueza em outros patamares. Todavia, é essa luta pela segurança da posse, conformada como uma resistência diante da expropriação na cidade, que revela uma sociedade sem direitos e restabelece os conflitos acerca do elemento central de reprodução capitalista no Brasil – a terra.

Compreender a especificidade da formação da propriedade privada da terra, como apresentamos no capítulo anterior, torna-se um momento importante para situar as contradições de uma política de regularização fundiária de interesse social no país. Contudo, uma luta que na “aparência” pode referendar a própria propriedade privada contém brechas, principalmente quando o objeto – a terra e a moradia – é negado continuamente. Queremos dizer que, mesmo a terra e a moradia subjugadas à lógica do mercado e do valor-de-troca e trazendo como consequência práticas informais de

³ MUF – Movimento Unificado de Favelas e MDF – Movimento de Defesa dos Favelados.

mercantilização, a conquista da segurança da posse contém positivities para a maioria daqueles moradores que sofrem com a ameaça constante de expulsão. Segundo Lefebvre (1999), não podemos considerar o valor-de-troca em seu absoluto, mas sim como tendência de um processo hegemônico, isto quer dizer que há brechas na sua realização, ou seja,

“Sua coerência tem limites; suas pretensões decepcionarão aqueles que apostam na troca e no valor-de-troca como absoluto. Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o tempo de trabalho do trabalhador (proletário). Ele vende seu tempo de trabalho e continua, em princípio livre; mesmo se crê ter vendido seu trabalho e sua pessoa, ele dispõe de direitos, de capacidades, de poderes que minam a dominação absoluta do mundo da mercadoria sobre o mundo inteiro. Por essa brecha podem entrar os “valores” repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação, etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo.”⁴

A moradia, subordinada à lógica capitalista no momento de integração do mercado imobiliário como atividade econômica rentável, carregará as brechas à não absolutização dela como estritamente mercadoria. Por isso, nosso papel está em compreender, por um lado, o sentido da concentração do solo urbano nas mãos dos capitalistas e proprietários de terras que dão a ela estritamente o sentido do negócio, ou seja, o solo urbano no movimento de reprodução do capital e, por outro, o sentido da segurança da posse na reprodução da vida no ato do morar. Assim, desvelamos o conflito entre a reprodução do capital e a da vida revelando a contradição do espaço fundante das cidades brasileiras: impossibilidade do uso do solo urbano para a maior parcela da população e a generalização deste como mercadoria.

O avanço das políticas de regularização fundiária acentua-se principalmente nos anos 2000. No entanto, a conjuntura do início do século XXI nos impõe a tarefa de refletir sobre os processos de resistência no espaço urbano, principalmente por passarmos por um período de transformação das bases produtivas do país que configuraram o aprofundamento de determinadas funções para as cidades. Do ponto de vista político, passamos por mudanças profundas na organização dos movimentos sociais e ações coletivas, engendradas pela economia neoliberal e que impunham a *nova pobreza* através da intensificação da inserção precária com um aprofundamento da proletarianização. Contraditoriamente, neste princípio do século XXI, outro fator se destaca. Há a promulgação de legislações que contêm as demandas dos movimentos

⁴ Lefebvre, Henri, **O capital e a propriedade da terra**, In: *A Cidade do Capital*, DPeA Editora, Rio de Janeiro, 1999, pp136.

organizados e reunidos no Fórum da Reforma Urbana, principalmente no que se refere à participação da sociedade nas decisões sobre a cidade. Além disso, há o lançamento de programas nacionais, instituídos pelo Ministério da Cidade em 2003, que transformaram as reivindicações em políticas públicas – com destaque para a urbanização e regularização de favelas. Entretanto, diante desses fatores houve uma retração das pressões sobre o Estado empreendidas pelas organizações sociais diante das políticas engendradas para o espaço revelando uma crise dos processos de resistência.

Nesse contexto, como é possível haver uma ampliação de aparatos legais e espaços institucionais exigidos pelos movimentos sociais e populares ligados à Reforma Urbana e, ao mesmo tempo, uma retração das mobilizações de resistência na cidade? Um caminho possível é desenvolver uma reflexão, à luz da geografia, problematizando a relação entre produção do espaço urbano e processos de resistência no contexto brasileiro, para alcançarmos algumas aproximações explicativas que possam contribuir para o entendimento das contradições desenvolvidas ao redor deste tema.

Como apresentado no capítulo anterior, o processo de urbanização contemporânea está marcado pela segregação socioespacial como condição e produto para transformar o espaço em instrumento de reprodução econômica e, ao mesmo tempo, de manutenção das relações de produção ao dispor de estratégias para aprofundar a dominação sobre ele. Para tanto, o espaço, especialmente o urbano, adquire um papel imprescindível para a acumulação com acento nos processos de financeirização⁵. Esta instrumentalização do espaço surge da necessidade de superação de barreiras para a acumulação e para a abertura de novas frentes de negócios. Assim, a problemática urbana aparece imbuída dessas recentes determinações.

As implicações da instrumentalização do espaço são inúmeras, principalmente pelo fato da lógica da dominação, circunscrita ao mundo da fábrica, agora se estender pela cidade, posto que a reprodução social, conduzida primordialmente pela racionalidade do econômico e apoiada pelo Estado, terá no espaço o núcleo de sua realização após a reestruturação econômica.

Nessa fase, há internamente à cidade, um aprofundamento da produção de centralidades econômicas muito valorizadas e com uma concentração de poder, que subjuga os demais lugares ao drenar as riquezas produzidas socialmente.

⁵ Não iremos nos estender sobre os aspectos da financeirização e a produção do espaço, pois o objetivo e a mediação empírica eleita para a pesquisa nos exige colocar em destaque os efeitos do contexto atual nas formas de sociabilidade engendradas nos processos de transgressões e resistências.

Concomitantemente, as periferias se alastram, sendo normatizadas por centralidades locais (centralidades na periferia), quando o tecido urbano se estende cada vez mais. Isso se concretiza como um processo de segregação socioespacial que, pela fragmentação do espaço, cinde e separa os grupos sociais e tende a imprimir uma sociabilidade igualmente fragmentada, *“O espaço fragmentado, partido, valorizado pela ação do poder político, penetra na vida cotidiana, desestabilizando-a, redefinindo o papel de cada habitante nos lugares da metrópole pela limitação ao uso do espaço.”* Carlos (2001:359).

A prática socioespacial, capitaneada pela sociabilidade fragmentada e reforçada pelo progredir da segregação, se precariza com o esfacelamento de identidades concretas.

O conteúdo das contradições sociais (uso/troca e apropriação/dominação) desdobra-se em contradições espaciais devido à importância que a produção do espaço adquire atualmente. Este conteúdo nos coloca diante da crise urbana, considerada como a precarização do ato do uso do espaço pela sociedade. As consequências da impossibilidade de apropriação são muitas e perpassam todos os níveis da vida configurando barreiras de produção de uma identidade concreta por meio do vivido.

Ao retomarmos a ideia de que ao produzir a vida produzimos o espaço, a sociabilidade, produto das normas advindas da racionalidade da troca mediada pelo consumo, tenderá a produzir um espaço privado normatizado e resultando no empobrecimento dos laços entre os moradores. Assim, queremos apontar que o aprofundamento da fragmentação do espaço impõe também uma fragmentação das sociabilidades em um refinado aparato de controle dado por estratégias de dominação sobre o espaço urbano. A prática socioespacial dos habitantes das cidades é intensamente permeada pelas normas e os momentos da vida cotidiana, como o trabalho, os lazeres e a vida privada estão sob estes ditames. Por isso, este espaço, ademais de ser consumido, é objeto das estratégias políticas para manter as condições “ideais e sem barreiras” para a reprodução calcada na acumulação.

A sociedade urbana, vista nos termos desenvolvidos por Lefebvre, nascida da explosão da cidade, se constrói sob uma crise urbana, na qual a simultaneidade da reunião de pessoas e objetos se realiza como impedimento e precarização do uso. O quadro do início do século XXI aparece como se

“después de veinte años de contrareforma y de restauración liberales, el orden mercantil parece sin salida. El eterno presente

parece no tener más después, el capitalismo absoluto no más apariencias. Estamos confinados a la gestión prosaica de un orden fatalizado, reducidos a la fragmentación infinita de las identidades y de las pertenencias, condenados a renunciar a los programas y a los proyectos.” (Bensaid:2001:20)

Esta realidade, que tendencialmente é mundial, acentua o processo de expropriação violenta. A nova pobreza, como nas palavras de Martins (2002:12), *“já não é mais nem principalmente a carência material. As pobreza se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais.”* A transformação das sociabilidades sob a lei do valor se intensifica e muitas pessoas são descartadas como objetos que não servem mais à máquina capitalista, configurando uma situação da pobreza material, mas, primordialmente, de banalização da vida. No Brasil, está posta a pobreza para todos, desde a sociabilidade precarizada até o limite último da sobrevivência.

Essa nova pobreza é usada como componente de estratégias de dominação do espaço social, ao transformar-se em justificativa para levar a efeito as políticas de espaço, que ocultamente, intensificam a expropriação ao escamotear o papel do espaço. Exemplo dessa prática é a proliferação pela periferia de ONGs que realizam, em sua maioria, o papel dos fundamentos atuais do Estado neoliberal precarizando serviços sociais e se sustentando por um discurso sobre a eficiência para erradicar a pobreza.

Nessa direção, podemos afirmar que o espaço é político, porque ele é objeto de estratégias das frações de classes da sociedade em intensa disputa. A disputa pelo espaço está presente nos diferentes níveis e dimensões da reprodução da sociedade. As concepções dos projetos para serem implantados nas cidades contêm um propósito e estão envolvidas nos jogos dos sujeitos que tentam garantir seus interesses. Por outro lado, no lugar, estas concepções se chocam com o plano do vivido na luta para permanecerem no espaço da vida por meio de transgressões e resistências.

No Brasil, a complexidade da contradição entre apropriação e dominação do espaço envolve as particularidades de uma sociedade que, desde o princípio, não se pautou por direitos, mas predominantemente, na reiterada prática de garantir privilégios. No entanto, como insiste Lefebvre, mesmo que estas estratégias empreendidas sobre o urbano e o espaço tendam a um sistema, o conflito está posto através das brechas que o confronto com a prática socioespacial desencadeia. Como acrescenta Damiani (:128),

“todo esse drama, pessoal e social, enriquece a experiência concreta desse trabalhador, diante de tantas perdas, quando consegue se organizar, conquistar de alguma forma, a cidade, conseguindo um lugar para morar. Sua disposição de luta por essa e novas conquistas, a necessidade de sociabilidade ganham dimensões cruciais, diante das perdas vividas, quando não o abatem definitivamente, e o tornam mendigos.”

Nesse sentido, as lutas sociais e aquelas destacadamente referentes à luta pelo espaço urbano, estão justamente situadas nos limites de reprodução da vida em nosso contexto. Por isso, pensar as transgressões e resistência na realidade brasileira nos exige considerá-las como práticas urbanas circunscritas nas possibilidades de sobrevivência. Como bem exposto por Bensaid, elas surgem porque *“supone por el contrario, una desigualdad, una inferioridad, reconocidas, pero no consentidas; una derrota admitida, no una renuncia que humilla.”* (2000:30)

Viver na cidade capitalista significa praticar a **transgressão como primeira resistência** para, no processo de descoberta, resistir às expropriações em outro nível. A transgressão seria a prática cotidiana obrigatória dos moradores para sobreviver ao conjunto de normas e coerções posta sobre eles. São práticas que subvertem a ordem estabelecida como saltar uma catraca para não pagar a passagem de ônibus que representa um custo elevado para a reduzida renda auferida ao mês, ou então, é o “roubo” de uma caixa de leite para alimentar os filhos como única saída à situação de miserabilidade. As transgressões estão localizadas nos momentos limites da vida e constituem-se numa solução do indivíduo diante à opressão.

A cidade, como mediação, se transforma no centro privilegiado das transgressões, das coerções e dos conflitos das diferentes estratégias que toma o espaço urbano para se realizar, mas será no âmbito do lugar que, concretamente, se confrontam o concebido e o vivido. Nesse sentido, o lugar é por excelência o nível da luta pelo espaço contendo os aspectos mais dramáticos, vistos pelas reiteradas expulsões, desapropriações, criminalização de moradores e todos os componentes que intentam legitimar uma prática urbana na qual o espaço se torne produtivo.

Nessa perspectiva, partimos da ideia de que a resistência é uma relação social e espacial. Ela surge como unidade contraditória do processo de segregação socioespacial. Em vista disso, pressupõe, pelo menos, o conflito de sujeitos e finalidades distintas para a apropriação do espaço, além de necessariamente estar vinculado a um lugar específico.

Um dos conflitos se refere à imposição de integrar novos lugares na cadeia lógica capitalista. Muitos lugares ainda não estão plenamente integrados a essa lógica predominando o uso improdutivo. Assim, como intrínseco à acumulação, temos as estratégias sobre o espaço que objetivam a integração dos lugares à sua lógica, ou se reproduzem novas camadas de expropriação para integrarem os recentes circuitos da economia das centralidades.

Esse conflito resulta em processos de resistência dos moradores que ora são atingidos por tais estratégias. A princípio, a relação de resistência está orientada pelas descobertas obtidas no confronto dos sujeitos envolvidos, por isso, ela se realiza como movimento ininterrupto da prática socioespacial, na qual pouco a pouco, pelas experiências de coerção vividas, vão elaborando as táticas para resistirem no lugar e seguirem reproduzindo a vida.

Muitas ambiguidades perpassam os processos de resistência, porque as relações sociais contêm as determinações dadas por uma sociabilidade fragmentada e já estão marcadas pela racionalidade herdada do mundo da troca. Por isso, temos como pressuposto da resistência que *“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, ligadas e transmitidas do passado.”* (Marx:1981)

Assim, consideramos que a resistência não deve ser vista por seu estrito resultado, e sim, por meio do processo que ela produz, já que ela não é pura e não se configura necessariamente visando um projeto revolucionário. A resistência é o germe possível para construir as experiências ao nível do social para galgar um projeto de mudança das relações sociais e, portanto, de transformação da qualidade da produção do espaço.

Como as estratégias de dominação do espaço são múltiplas e a resistência é uma prática construída em torno do conflito, ressaltamos que a qualidade da resistência contém uma plasticidade e mobilidade adquirida dos contextos diferenciados dos confrontos realizados, devido à relação imbricada com as ações dos sujeitos implicados. Nessa direção, a resistência é movimento, é uma prática socioespacial, é uma ação ativa. Diferentemente da tendência lógica da produção do espaço capitalista, ela não possui um esquema geral, ela se reinventa por meio das experiências dos conflitos gestados ao nível do lugar. Assim, compreendemos que ela se realiza com especificidades em cada lugar, de acordo com as relações das centralidades constituídas nos lugares da cidade,

das práticas vividas neste nível, das diferenças dadas pela constituição da identidade concreta dos sujeitos envolvidos nas tramas das resistências.

Cabe salientar, que a resistência não toca apenas aqueles que ainda não foram integrados às relações espaço-temporais capitalistas, consideradas enquanto resíduos, mas também a resistência se refere àqueles integrados precariamente e que sofrem continuamente com as renovadas camadas de expropriação. Consideramos, portanto, que o processo de expropriação é contínuo e nele reside o fato do aprofundamento do empobrecimento da vida, tanto material como imaterial. Queremos dizer com isso, que a crise urbana, ademais de expropriar materialmente os habitantes das cidades, promovendo a produção de morfologias precárias, também está demarcada pelos limites dados à sociabilidade. É uma expropriação das possibilidades do encontro com o diferente na cidade. Esta sociabilidade se encontra empobrecida devido à fragmentação do espaço, que ao cindir o uso do espaço implica na separação com o outro e, isto, traz como consequência, a recusa de uma identidade coletiva tecida nas relações imediatas engendradas no vivido dos moradores. Este aspecto é um dos desafios no fortalecimento das estratégias de resistência.

Por isso, ao nos debruçamos a respeito da resistência dos moradores, destacamos o espaço político e social, isto é, o espaço como político e como realização da vida. O político não se confunde apenas com o Estado, mas sim como o nível dos embates de estratégias, seja para as finalidades de reprodução da vida ou da lógica cumulativa. Esse político está articulado à vida pública, ao espaço de conflito que foi produzido a partir da vida social que publicizou o confronto.

Nesse sentido, a resistência, à luz da produção do espaço, se apresenta como luta pelo espaço, luta pela inversão da tendência de sobreposição da troca sobre o uso. Este uso considerado como apropriação criativa do espaço-tempo, da riqueza produzida socialmente e das possibilidades materiais e imateriais construídas pela sociedade. O conteúdo do uso está na possibilidade da realização da apropriação considerada em seu sentido mais amplo, isto é, da superação das relações de dominação sobre o espaço social, seja por meio das determinações econômicas (relações de produção, propriedade) ou políticas (normas, leis).

A resistência pode produzir o espaço de conflito. Este espaço é considerado como aquele coletivo, aquele que nega o exercício da cidadania consentida, que exige direitos e não favores e onde as reivindicações dos moradores são publicizadas. É nele que reside o conflito entre as normas da ordem distante e da ordem próxima, mas,

sobretudo, é o espaço no qual se reúnem as práticas socioespaciais necessárias para se empreender a luta por ele em outro nível e se transforma no lugar das experiências de politizar o vivido. Ele – o espaço de conflito - é inerente ao espaço social. No entanto, a produção deste espaço de conflito, primeiramente emerge do confronto das estratégias entre o concebido e o imediato. Pelo ângulo do morador, que sofre com os atos que tem por fim expropriá-lo, em sua prática urbana cotidiana, compõe o percebido deste processo através das normatizações que guiam as ações. Justamente, é neste momento do percebido que o espaço de conflito está envolvido, ao compreender que *“o percebido corresponde a algum nível de entendimento do mundo, funda atos, relações, conceitos, valores, mensagens, verdades... O percebido do mundo está, inexoravelmente, envolto em representações, e portanto situa-se no movimento dialético, que nunca cessa, entre concebido e o vivido.”* (Seabra:1996:80)

No espaço de conflito, os moradores, cada qual com seu ritmo, começam a decifrar as representações do espaço advindas do concebido e que se transformam em meio de tornar o espaço em instrumental. A prática socioespacial circunscrita no lugar se expande no encontro com moradores de outros lugares e que enfrentam as estratégias de expropriação na cidade. Nesse espaço surgem as interrogações pelo fato de empreenderem novas experiências na cidade. Quando ele se alarga, saindo do lugar para o encontro de sujeitos que padecem dos mesmos confrontos na cidade, a prática socioespacial se estende, porque, no desenvolvimento da resistência primeira, as ações exigem a articulação com o outro na produção de uma identidade que não apenas se remete ao lugar, mas está articulada ao nível intermediário, isto é, ao da cidade.

Como apontamos no início do capítulo, há uma mobilidade intrínseca ao processo de resistência que faz os moradores reconhecerem, no espaço de conflito e ao nível da cidade, a desigualdade à qual eles estão submetidos. Do ponto de vista da historicidade brasileira, a desigualdade está presente tanto na distribuição da riqueza produzida socialmente como no autoritarismo que impede a grande parte da sociedade a participação na política. A lógica da fragmentação do espaço e que rompe com sociabilidades produz também uma segregação da política.

Com a preocupação de se fazer a leitura da resistência dos habitantes da cidade na perspectiva de nossa historicidade, compreendemos que, em um país de periferia, ela se situa nos limites da luta pela vida. É oportuno considerar a ideia de Marilena Chauí, em que localiza as particularidades da formação social e política do país ao afirmar que

o Brasil é uma sociedade autoritária e esse aspecto estrutural, presente até hoje, leva a cabo as relações de tutela e favor em detrimento dos direitos. Chauí esclarece que

“O Brasil é uma sociedade autoritária, na medida em que não consegue, até o limiar do século XXI, concretizar sequer os princípios (velhos de três séculos) do liberalismo e do republicanismo. Indistinação entre o público e o privado, incapacidade para tolerar o princípio formal e abstrato da igualdade perante a lei, combate da classe dominante as ideias gerais contidas na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, repressão às formas de luta e de organização sociais e populares, discriminação racial, sexual e de classe, a sociedade brasileira, sob a aparência da fluidez (pois as categorias sociológicas, válidas para a descrição das sociedades européias e norte-americanas, não parecem alcançar a realidade social brasileira), estrutura-se de modo fortemente hierárquico, e, nela, não só o Estado aparece como fundador do próprio social, mas as relações sociais se efetuam sob a forma de tutela e do favor (jamais do direito) e a legalidade se constitui como círculo fatal do arbítrio (dos dominantes) à transgressão (dos dominados) e, desta, ao arbítrio (dos dominantes)” (1986:48).

Juntamente às particularidades dadas pela formação social e política do país, na qual o autoritarismo serve às estratégias de dominação do espaço impedindo o uso, a lógica mundializada de produção de um espaço homogêneo, empreendendo a fragmentação e hierarquização do espaço, impõe a sociabilidade pautada no consumo, portanto, na racionalidade da propriedade privada no ato de “ter” ao excluir o uso do outro. Por isso, afirmamos que a sociedade urbana em constituição no Brasil firma-se sobre uma sociedade sem direitos e que se transmutou numa de consumo trazendo profundos desafios para manter as organizações populares e a prática da resistência. As bases atuais dos desafios em torno das resistências (já que muitas estratégias estão permeadas por relações clientelistas e de favores) podem estar nessa passagem descrita acima, que reatualiza as tradicionais formas arcaicas das relações políticas. O aprofundamento da retração das resistências se faz com a inserção da lógica do consumo, que numa abstração das identidades dadas pela fragmentação do espaço que impede o encontro e a formação de espaços de sociabilidades e de conflito, reforça o sentimento de isolamento e rui a lógica improdutiva imprescindível para o uso.

O novo dos desafios das resistências na cidade não reside apenas nos lugares de centralidade da economia e nos processos dinâmicos dela. A escala do novo é o processo generalizado das expropriações, explorações e espoliações, que não reside apenas nas formas recentes, mas na reinvenção/reprodução do processo econômico como necessidade da acumulação e que determina o plano do social. Não somente as estratégias imobiliárias em si levam a ampliação da expropriação, mas os negócios que

envolvem o urbano de modo geral, como por exemplo, a construção de infraestruturas (saneamento ambiental, urbanização de favelas), exemplo das consultorias para impacto de vizinhanças para qualquer empreendimento, consultorias para medição de riscos ambientais, (ambientais, cadastros urbanos, na construção de um saber que justifica a saída de pessoas de determinada área, área de risco), o próprio transporte, a questão do tráfico de drogas, a impossibilidade da cultura, dimensões que envolvem a valorização em outros setores da cidade. Vivemos, simultaneamente, formas renovadas de expropriação e exploração que não necessariamente é a ponta do processo de valorização para setores do imobiliário.

Diante da crise urbana, focada a partir da resistência dos moradores no espaço urbano, uma ação se transforma em obrigatória, a transgressão. Como afirmamos anteriormente, na cidade capitalista, com os montantes de normas em que tendem a controlar a vida por meio de um cotidiano programado, as transgressões surgem como forma de violar as normas estabelecidas para que a vida possa se reproduzir. Sua escala está atribuída ao imediato, ao vivido, a uma prática socioespacial sem a qual a vida não se realizaria. O capitalismo, intrinsecamente, exige a transgressão como condição de viver na cidade, pois as normas possuem um caráter tão coercitivo, que a transgressão é uma regra na reprodução da vida.

A resistência incorpora as transgressões como conteúdo de uma resistência primeira. No entanto, no desenvolvimento da prática socioespacial e nas formas de inserção de estratégias no espaço social, a resistência primeira se transforma em uma ação que a princípio recusa a submissão, a subordinação, ela orbita na esfera da recusa. Para Françoise Proust, nas palavras de Bensaid, sobre a concepção de resistência, ela desenvolve que,

“la resistencia no es inactiva ni pasiva. Es primero un temblor, una ‘agitación’. No se resiste en nombre de algo. La resistencia es una ley do ser, inmanente a un sujeto. Es un hecho lógico y no una obligación ética. Un estado más allá (de esta lado?) del bien y del derecho. Fuera del derecho u fuera de la ley, surgen de todas partes en las redes de poder ‘puntos de resistencia’ como su irreductible cita. No como consecuencia de una idea, sino como su fuente. Secundaria con relación al acontecimiento ante el cual reacciona, la resistencia primera con relación al pensamiento: la idea se despierta resistiendo; nace de la resistencia primera.” (2001:32)

No caso da realidade brasileira, a resistência **pode se conformar** como um rechaço à cidadania consentida, ao processo derivado da naturalização da pobreza do país que transforma direitos em objetos da assistência social e da filantropia, e repõe a

questão dos direitos, denunciando a naturalização de processos sociais, produz sujeitos coletivos, produz experiências espaço-temporais distintas das relações de subordinação ou, pelo menos, contém o germe da insubordinação como experiência em uma sociedade patriarcal. Os movimentos sociais, desde os anos 1970, ao produzirem espaços de conflitos nos processos de resistência na cidade, vão denunciando estas questões, mesmo que estejam imersas em contradições dessa mesma formação. Como expressa Telles (1987:56), *“Os indicadores da novidade que os movimentos dos moradores da periferia pareciam revelar eram dados por práticas reivindicatórias que escapavam dos esquemas tradicionais do clientelismo político: por práticas associativas em que pareciam ausentes a ação diretiva e hegemônica de grupos organizados de esquerda; por formas de organização articuladas a partir de interesses imediatos referentes às condições de vida e moradia e desvinculadas de instituições do Estado e partidos oficiais.”*

No contexto de recusa dos movimentos sociais é denunciado que as ideias de filantropia, caridade e pobreza são centrais para a reprodução das relações de produção e para a realização da produção do espaço capitalista no Brasil. Usa-se destes arcaísmos para repor condições da reprodução, portanto, para reforçar as relações de dominação sobre o espaço. A produção do espaço se manifesta enquanto poder a ser exercido por uma instituição, regulada, que normatiza o uso e subordina o “pobre”. A autonomia do cidadão não existe, ela reforça o uso do espaço como instrumental. É a reafirmação do exercício da cidadania consentida.

Retomando as ideias expressas por Marilena Chauí, afirmamos que vivemos numa sociedade em que os próprios preceitos da burguesia não se realizaram em sua plenitude, mas para o desenvolvimento do capitalismo com o caráter profundamente expropriatório e rentista, usou-se deste arcaísmo como processo de avanço e modernização do capitalismo para a inserção na economia mundial. Em seu livro *Conformismo e Resistência*, Chauí expõe claramente que vivemos uma sociedade na qual o mundo público é privatizado pela classe dominante e o resultado é a não é possibilidade de constituir uma cidadania. Por isso, novas vias foram abertas por aqueles “sem voz” para reproduzirem a vida e resistirem. *“Cremos que é porque o direito aos direitos é recusado pela rua deles, isto é, pela sociedade global, que a ‘periferia’ organiza o pedaço no qual não prevalecem apenas as relações do ‘mundo da casa’, mas estas se combinam para criar uma outra rua. Resistência”*(1986:137)

Embora a resistência esteja imersa em desafios, não sendo pura, seu papel é acirrar determinadas contradições no plano da realidade. Isso **pode levar** a experiências de uma prática socioespacial que reponha em outro patamar as contradições e, assim, abra possibilidades de constituição de novas relações. Nesse sentido, a historicidade da luta pela segurança da posse dos movimentos sociais urbanos e localizada no universo do direito pela moradia, contém o germe de acirramento das contradições em torno do uso/troca e da apropriação/dominação do espaço.

A potência da análise reside no levantamento de questões sobre as relações entre apropriação e dominação do espaço, o espaço como objeto e produto político e o uso dele posto como instrumental trazendo como consequência a impossibilidade para a maior parte dos habitantes das cidades.

Sob essa ótica desenvolvida, a análise sobre os movimentos sociais atuais nos coloca diante de não apenas afirmar que eles foram cooptados. Pensamos que há uma continuidade ao nível político das relações de favores e autoritárias e que nas décadas de 1970/80 as novas organizações não conseguiram construir uma ruptura radical, por isso, há a permanência destas relações de favores que, dependendo da conjuntura, é exacerbada ou não.

A conjuntura dos anos 2000 é bem delicada em relação a esse tema, pois representa uma possibilidade de realização de projetos, que de certa forma se esboça em 2003, porém, não é fecunda devido ao próprio limite do Estado capitalista e autoritário orientado por nossa realidade. Isso resulta na permanência das relações de favores e do assistencialismo e não na constituição dos direitos.

Não significa afirmarmos que os movimentos sociais e as organizações deixaram de lutar e confrontarem-se com o Estado, mas apresentam uma nova estratégia com outras formas de luta e desafios de nossa época. A conquista de Conselhos (somente consultivos e não deliberativos) que possuam uma representação paritária da sociedade civil ou mesmo, de instrumentos legais que exijam a participação popular como contidos no Estatuto da Cidade, além das conquistas que se confrontam com o setor imobiliário (“urbanização de favelas” e regularização fundiária), levam à explicitação dos conflitos. O conflito continua presente, mas o arrefecimento das experiências de politização na vida cotidiana se traduzem na ausência da massa de luta nos dias atuais. Tal fato leva a tímidos avanços, pois a resistência focou-se em outras instâncias – representativas e institucionais - e não na vida imediata, dificultando aos seus moradores a compreensão e potência da atuação dos movimentos.

Diante do movimento da realidade, as transgressões e resistências estão presentes e atravessadas pelas representações espaciais, as estratégias de dominação sobre o espaço, pelo uso das precariedades da nova pobreza e reprodução de relações arcaicas de nossa formação social. Mas, sobretudo, elas seguem seu percurso, pois para sobreviver na cidade capitalista é preciso transgredir a todo o momento e resistir às camadas de expropriações crescentes no espaço urbano. O papel das organizações e movimentos sociais urbanos, mesmo que enfraquecidos neste início do século XXI pelas implicações de uma intensificação da fragmentação espacial a partir das estratégias segregacionistas nos níveis da vida social e da política, ainda repõe os espaços de conflitos e segue na denúncia de uma sociedade pautada em privilégios e não em direitos. Muitas vezes, os processos de resistências não são visíveis, contudo, a latência desta prática está situada na possibilidade de sua eclosão, evidenciando as contradições da sociedade e da produção do espaço urbano.

Podemos afirmar que vivemos uma crise da resistência, mas lutas estão sendo empreendidas como da segurança da posse. A transformação dela em política pública leva ao embate entre a concepção elaborada pelos movimentos sociais e as práticas estatais. Isto coloca as contradições espaciais envolvidas em torno da luta pela terra em outro patamar. Assim, a institucionalização de uma política fundiária, fruto das lutas urbanas da década de 70, traz em seu bojo as contradições da propriedade da terra, do papel do Estado e das lutas sociais no século XXI, tocando, inclusive no ponto mais delicado para a produção do espaço urbano. Segundo Rodrigues (1988: 143), *“Quando começam a lutar contra as remoções, os favelados contestam esta extirpação, esta destruição da sua casa, que mesmo sendo um pequeno barraco, foi construída, na maior parte das vezes, pelo próprio morador.”*

As décadas de 1970 e 1980 se configuraram como aquela época na qual se “reinventou a política” (Sader:1988) com todos os riscos que colocavam em relevo as questões de autonomia, conformismo e institucionalização. Observamos neste movimento a passagem das transgressões para as resistências no lugar. Como esclarece Kowarick

“formaram-se associações que aglutinam desde favelados ou moradores de loteamentos clandestinos até um contingente vasto e variado de camadas populares que, em torno de entidades de bairro, paróquias ou outras formas de defesa reclamam por melhores condições de habitação, transporte, saúde ou saneamento. A pressão sobre as instâncias governamentais para obter serviços de consumo coletivo nada mais é do que uma forma de luta, que mobiliza o

trabalhador enquanto morador espoliado em aspectos essenciais à sua reprodução” (KOWARICK: 1993:195)

A seguir, apresentamos, pela mediação da reivindicação da segurança da posse, fruto de um processo de resistência empreendida pelos favelados, as contradições acerca da transformação da reivindicação em política pública. Os níveis de análise estão presentes e articulados, primeiro, no âmbito da ordem distante, verificamos as estratégias na produção de uma concepção da política institucionalizada e, segundo, na realização da regularização, ao nível do vivido e, suas implicações na produção do lugar. A tentativa é desconstruir a afirmação de que tais “limites” da política de regularização fundiária de interesse social provêm de um “equivocado planejamento e gestão da cidade”, mas por em relevo, que os limites destacados pelos pesquisadores e técnicos implicados nesta política estão determinados pela tendência à produção do espaço urbano e pelas particularidades da formação brasileira configurando-se em contradições espaciais.

Origens, Concepções e Contradições da Política de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social no Brasil

Historicamente, o Brasil passou por inúmeros momentos de regularização fundiária, principalmente relativa às terras rurais. A própria implantação da Lei de Terras de 1850 tratava-se de uma regularização. No entanto, este tipo de ação estava atrelada fundamentalmente às estratégias de negócio com a terra na medida em que ratificava grilagens de grandes extensões para latifundiários privatizando porções do território nacional. Diferentemente desse processo recorrente no Brasil, seja para área rural, seja para a urbana, tratamos da regularização fundiária que advém da luta pelo direito à moradia dos não-proprietários e que resistem as expropriações para preservarem o uso no ato da ocupação do lugar, mesmo que submetido ao valor-de-troca.

A luta pela segurança da posse apenas aparece em São Paulo nas décadas de 1970, período de generalização da forma favela, juntamente com a exposição do conjunto de demandas das lutas dos movimentos sociais urbanos reunidos nas reivindicações da Reforma Urbana. Ela aparece como reivindicação que poderia barrar as remoções de moradores pobres das cidades e que nessa década haviam aumentado consideravelmente.

As lutas urbanas dos movimentos sociais pautaram a reivindicação da segurança da posse por meio de instrumentos que referiam-se à propriedade privada do solo urbano, como a regularização fundiária de interesse social, inserida na perspectiva da função social da propriedade, principalmente para os moradores das favelas. Para a propriedade privada e para propriedade pública, se propunham o usucapião e a concessão de uso, respectivamente.

Inaugura-se um momento ao qual o espaço de conflito se instaura e as primeiras privações dadas pela nova pobreza e que atingem o vivido aparecem das formas mais violentas na cidade. Assim, a partir da prática socioespacial da resistência, os habitantes que vivem nas tramas da segregação elaboram um meio de pressão sobre o Estado tendo como ponto de partida os espaços de representação, que traz em si os códigos, os símbolos e as relações tecidas na vida imediata e que alimenta a própria resistência. Em uma trama de sujeitos implicados vai se compondo a resistência e as reivindicações, uma gramática oriunda do conflito com o objetivo de se apropriar do espaço e, ao mesmo tempo, atravessada por ideologias sobre o mesmo. Assim, nesse contexto, como apresentado por Maricato (1994) “... o direito à terra, constitui principal reivindicação dos movimentos de moradia no início dos anos 80...”

No universo de elaboração das reivindicações, que denuncia as camadas das expropriações, há a construção de um projeto de reforma urbana pelos sujeitos que questionavam as bases da desigualdade em que a urbanização se produzia. Como já explicitado por muitos autores, este projeto é um marco da luta urbana no Brasil, pois reunia os diversos movimentos sociais, destacadamente, além de muitos profissionais ligados à produção do espaço. Tal projeto iluminava, como princípio, uma luta por direitos e rechaçava as relações de favor e de clientelismos, típicas de nossa formação política e social. Um dos direitos reivindicados era aquele relacionado a uma política fundiária para o espaço urbano, principalmente num contexto da política engendrada pelo BNH (Banco Nacional de Habitação) e a construção de grandes conjuntos habitacionais muito distantes dos centros urbanos. Mesmo que as organizações e movimentos sociais tivessem divergências sobre a realização do processo de implantação da segurança da posse devido as particularidades de cada cidade, se propôs um marco nacional gestado no seio do espaço de conflito. Ribeiro (264;1994) situa-nos sobre como os movimentos sociais empreendem as reivindicações sobre questão da política fundiária urbana com o seguinte comentário:

“Partindo do espaço como arena onde se defrontam interesses diferenciados em luta pela apropriação de benefícios em termos de rendas e ganhos gerados pela ocupação do solo da cidade, o projeto de reforma urbana tem como objetivo central a instituição de um novo padrão de política pública, fundado nas seguintes orientações: (...) b) fortalecimento da regulação pública do uso do solo urbano, com a introdução de novos instrumentos (solo criado, imposto progressivo sobre a propriedade, usucapião especial urbano, etc.) de política fundiária que garantam o funcionamento do mercado de terras condizente com os princípios da função social da propriedade imobiliária e da justa distribuição dos custos e benefícios da urbanização.” Para ele “Não apenas a propriedade permite o acesso ao crédito ao consumo, como possibilita o estabelecimento de laços estáveis de sociabilidade, base necessária ao surgimento e legitimação de reivindicações coletivas concernentes aos serviços urbanos.”

Logo, aparecem tentativas nas cidades brasileiras de uso de dispositivos considerados como “brechas” da legislação, para se efetuar, pouco a pouco, o avanço das novas experiências de implantação da regularização originárias da reivindicação dos moradores. Sobre os primeiros efeitos e importância desta política, Maricato faz consideração a respeito da experiência de Diadema:

“A melhoria geral das condições de vida da população, a partir da urbanização e da regularização fundiária de favelas é óbvio para quem tem vivência com o assunto, mas apenas o caso de Diadema permite uma comprovação mais rigorosa do impacto que a continuidade administrativa de semelhante política pública pode causar em áreas de concentração de pobreza. Durante três gestões municipais (Diadema está na terceira gestão de governo petista), a Prefeitura rompeu com o ciclo convencional da política municipal conservadora e investiu em políticas sociais. Após 10 anos de continuidade administrativa democrática, o que é raro no Brasil, os indicadores comprovam as mudanças de um dos piores quadros de metrópole no capitalismo periférico.”⁶

A partir das reivindicações pela segurança da posse, as experiências de regularização fundiária de interesse social vão sendo implantadas em diversos municípios do Brasil no início dos anos 1980. Em destaque temos os municípios de Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Diadema. Essas iniciativas tinham apoio das organizações dos favelados de cada município e já tratavam a regularização em seus aspectos jurídicos e urbanísticos, com processos de “urbanização de favelas” e definição de áreas para a desafetação.

⁶ Maricato, Ermínia, **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência**, site Labhab – FAU – USP, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/index.html>>.

A regularização de áreas públicas esteve assentada na concessão real de direito de uso - CDRU (Decreto-lei 271/1967)⁷, instrumento possível até aquele momento, mas considerado como uma prerrogativa do poder público e não um direito da pessoa. Do ponto de vista destas primeiras experiências, Alfonsín (1997) define a regularização fundiária não apenas restrita ao caráter jurídico, mas também associada à erradicação das precarizações da moradia. Isto terá implicações nos rumos da concepção dessas políticas para o Brasil, se diferenciando de outros modelos adotados em países da América Latina, como o Peru e o México.

“o processo de intervenção pública, sob os aspectos jurídico, físico e social, que objetiva legalizar a permanência das populações moradoras de áreas urbanas ocupadas em desconformidade com a lei para fins de habitação, implicando melhorias no ambiente urbano do assentamento, no resgate da cidadania e da qualidade de vida da população beneficiária.”⁸

Um grande impulso à luta pela segurança da posse é dado nos anos 1990, já que esta reivindicação ganha uma amplitude internacional. Não apenas o Brasil está produzindo um espaço urbano ancorado nas morfologias precárias, mas muitos dos países da periferia do capitalismo também se envolveram nas estratégias de espoliação⁹. Ásia, América Latina e África começam a introduzir políticas de regularização fundiária nos países. No entanto, as metamorfoses transcorridas no curso da passagem da reivindicação da segurança da posse para uma política estatal fará daquilo proposto pelos movimentos sociais em muitos países objeto de instrumentalização do espaço para realizar as mais diversas estratégias de mercantilização.

Desse modo, nessa passagem estão implicadas finalidades muitas vezes bem distantes daquelas apregoadas pelas propostas elaboradas por movimentos sociais e moradores nos espaços de conflitos. As contradições espaciais estão postas em outro

⁷ Com apresenta Santos (2009:112), “A concessão de direito real de uso – CDRU – era prevista no decreto- Lei nº271, de 28 de fevereiro de 1971[errata – ano de 1967], artigo 7º. Existia desde então como um desdobramento da propriedade pública, que se dividia em domínio útil – passível de ser concedido a terceiros – e domínio direto – que mantinha o Poder Público como titular da ‘terra nua’. O instrumento de titulação poderia ser emitido pelos Poderes Públicos sob a forma de Termos Administrativos, fornecendo ao beneficiário do processo de regularização um documento capaz de registrar a legitimidade de sua posse.”

⁸ Alfonsín, Betânia, **Instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras**, FASE/GTZ/IPPUR/UFRJ- Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, 1997

⁹ “Em 2001, a Ásia tinha 554 milhões de habitantes em bairros irregulares, ou 60 por cento do total do mundo; a África tinha 187 milhões (20 por cento do total); e a América Latina e Caribe tinham 128 milhões (14 por cento do total). Prevê-se que, nos próximos 30 anos, o número de moradores de favelas em todo o mundo aumentará para 2 bilhões se não for realizada nenhuma ação firme ou concreta para se evitar a situação.” ONU-HABITAT apud Fernandes (2011).

patamar, isto é, a luta pelo espaço se faz agora na retomada dos princípios gestados pelos ameaçados de expulsão.

No Brasil, a luta pela retomada dos princípios originais é observada nas metamorfoses da reivindicação para as políticas municipais. Mas, sobretudo, seus efeitos são apreendidos ao nível do vivido. A atual situação da política é produto de projetos diferenciados de cidade e a concretização dela no lugar representa o conflito entre a ordem distante (instituições) e da próxima (vivido), já que as representações do espaço que configuram as concepções das políticas são vividas no lugar.

Das Concepções da Regularização Fundiária de Interesse Social na América Latina

Muitas são as forma de se conceber a política de regularização fundiária de interesse social e, por isso, devido à luta empreendida pelos movimentos sociais urbanos no Brasil, ela ganhou contornos diferenciados daqueles praticados nos demais exemplos do mundo periférico. Todavia, o conflito está posto entre a concepção e prática do Estado em relação a esta política e os princípios da segurança da posse dos movimentos, situando um embate entre os objetivos daqueles que vivem a expropriação e as determinações que conformam o aparato estatal com as particularidades da formação brasileira. Tais confrontos ganham feições ainda mais nítidas ao saber que essa política está baseada em um jogo de legislações, isto é, dos contratos legais que regem a prática socioespacial dos indivíduos.

Na América Latina, mesmo que a concepção brasileira internamente passe por embates, ela se transforma num dos paradigmas para os outros países do continente. Ela está em contraposição àquela elaborada pelo modelo peruano, que representa o segundo paradigma para os países latinoamericanos. O modelo do Peru é o mais aplicado pela facilidade de outorgar títulos sem necessariamente erradicar as precariedades da morfologia produzida. Nele, o objetivo maior da regularização fundiária era a integração dos moradores das favelas à economia por meio do crédito tendo por lastro a propriedade da terra e moradia. Essa concepção começa a ser praticada no Peru como política centralizada a partir de 1996, no governo de Alberto Fujimori, com recursos do Banco Mundial primordialmente¹⁰.

¹⁰ “O processo de formalização envolve três etapas: (1) a produção de informações sobre a terra e os obstáculos existentes à formalização dos assentamentos, (2) a identificação, a demarcação e o registro de

Seguindo o paradigma peruano, o México também adota essa política ao empreender uma massiva legalização a partir da distribuição de títulos. Esta visão estava intimamente ligada às diretrizes do Banco Mundial de combate à pobreza apregoada por Hernando De Soto que, por sua vez, assenta-se nas ideias da integração das populações ao mundo capitalista desenvolvido sob um contrato social de propriedade.

Para De Soto, o desenvolvimento da economia se daria pelo contrato de propriedade dos imóveis devido às possibilidades de acesso ao financiamento (crédito) alavancando os circuitos da economia antes estacionados nos países periféricos. Está no centro da questão a produção da cidade como propulsora de ativação do crescimento ao transformar a casa em ativo econômico. Todavia, o autor menciona que a fundamentação sobre a propriedade deve ser construída socialmente a partir da sistematização de leis modernas que normatizem e rejam esse tipo de contrato de propriedade imobiliária. A argumentação está posta em uma comparação entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Assim, ao mencionar como os países desenvolvidos construíram socialmente o contrato da propriedade imobiliária, aponta a abertura ao mundo do crédito aos moradores das cidades e, então, se transforma em uma forma possível de inserção e propulsão da economia,

“A propriedade formal os libertou dos acordos locais demorados inerentes às sociedades fechadas. Podiam agora controlar os seus ativos. Melhor ainda, com representações adequadas nas mãos, podiam concentrar-se nos potenciais econômicos de seus ativos. E porque seus imóveis e negócios agora podiam facilmente ser localizados e identificados nacionalmente, os proprietários perderam o anonimato e tornaram-se responsáveis. Gradualmente, esses mecanismos de propriedade legal prepararam o cenário para os mercados ampliados e a criação de capital envolvendo um imenso número de pessoas.” (De Soto: 203/204)

No caso do Peru, a política de regularização fundiária se traduziu em uma massiva distribuição de títulos de propriedade, que muitos autores criticam por apenas considerar a casa como um ativo econômico. *“Em vez de discutir assentamentos, bairros e comunidades, a escrituração formal centrasse em unidades, direitos de propriedade e operações do mercado livre individuais, independentemente do contexto social e consequências.”* (Fernandes:2011:30)

lotes e de edifícios,e (3) a identificação dos ocupantes de direito. Cerca de 1,6 milhão de escrituras de propriedade livres foram distribuídas no Peru entre 1996 e 2006.” (Fernandes:2011:30)

Em suma, podemos observar que a prática urbana de países como Peru e México reforçam e se reduzem a um processo de legalizar a casa através de um título, estabelecendo um contrato para transformá-la em ativo econômico, sem levar em consideração os demais aspectos exigidos pelos movimentos sociais como as melhorias infraestruturais do sítio e de acesso à cidade. Essa titulação, filiada ao paradigma peruano, é necessária para a entrada ao mundo do crédito e da economia, trazendo como consequência a subordinação do social pelo econômico. A titulação empreende a equalização do desigual produzindo equivalências sendo possível mercantilizar o espaço e, por isso, transformá-lo em um ativo econômico. Esse processo apenas se realiza socialmente, fato conseguido pela massificação da legalização.

A produção de equivalências acarreta a inserção dos moradores ao mundo mercantil, ao mesmo tempo em que dilui as relações sociais e de propriedade pretéritas e existentes em cada comunidade ou país. De Soto expõe o quanto o espaço está integrado à racionalidade mercantil nos países do centro do capitalismo e, por outro lado, afirma como os países da periferia ainda possuem um vasto espaço a ser incorporado à lógica da acumulação devido à persistência das antigas relações de propriedade. Tal asserção sustenta a ideia da expansão do capital a partir da titulação pelos países da América Latina, desintegrando de forma mais profunda as relações espaço-temporais de sociedades que ainda preservavam outros modos de se relacionar com a propriedade, embora, sujeitadas pelo processo hegemônico.

Os espaços, aparentemente “desintegrados” ou integrados precariamente, impedem o crescimento econômico e, pela ótica de De Soto. Estas considerações do autor, implicou uma representação do espaço que fez desvirtuar a concepção da segurança da posse daquela nascida do percebido dos expropriados. As reivindicações, filtradas pela ótica do Banco Mundial e de seus técnicos, como De Soto, são transformadas em álibis na estrutura de um discurso espacial e, desse modo, instrumentalizando o espaço na direção de construir estruturas e enlaces para tomar a cidade na perspectiva do negócio capitalista. São renovadas as antigas amarras entre países pobres e ricos, como por exemplo, os empréstimos para aplicação da política condicionada aos mais diversos fatores. Essa concepção fortalece os laços de dependência.

Os desafios para conquistar a segurança da posse se tornam maiores quando a reivindicação transforma-se em objeto de instituições internacionais concretizadas em campanhas como da UN-HABITAT, Banco Mundial e bancos regionais de

desenvolvimento. Tais organismos internacionais, embora com nuances importantes, empreendem grandes campanhas visando ações nos países periféricos e promovendo discursos legitimadores utilizando do saber como forma mais eficiente.

Santos (2008:115) aponta os desafios quando expõe que no caso do Banco Mundial as diretrizes estão calcadas nos direitos individuais de propriedade e na homogeneização dos sistemas jurídicos, já que reforçam a casa como ativo econômico, *“No lugar da moradia, a instituição se engajara (criando, inclusive, condicionantes de legalização para a liberação de recursos) na criação de condições de circulação do capital imobiliário internacional.”*

Porém, esse não seria um dos únicos caminhos possíveis de realização das políticas de regularização fundiária. Segundo alguns autores, ao exporem no 5º Fórum Urbano Mundial realizado no ano de 2010 no Rio de Janeiro, o Brasil apresenta um modelo diferente do realizado no Peru. Para este último, a concepção da regularização fundiária estaria apenas atrelada à legalização da terra, ou seja, haveria uma titulação em massa daqueles habitantes de áreas irregulares para transformar a moradia em ativo econômico. As consequências dessa política foram a elevação brusca dos preços dos imóveis, a expulsão de parte da população, a não inserção ao crédito como se idealizou, não houve impactos sobre a estrutura da pobreza e, sobretudo, tal política ainda acarretou processos segregatórios. Como aponta Fernandes (2007),

“Essas pesquisas revelam ainda que, na falta de outras políticas sociais e programas econômicos que lhe dê suporte, a mera atribuição de títulos individuais de propriedade pode até garantir a segurança individual da posse. Mas, com frequência, isso faz com que os moradores vendam suas novas propriedades e se mudem para as periferias, em muitos casos invadindo novas áreas – onde o mesmo processo de ilegalidade começa novamente. Se tomada isoladamente, a outorga de títulos individuais de propriedade plena não leva à integração socioespacial pretendida pelos programas de regularização, e que justificaria o investimento público. Além do que, se promovidas de maneira isolada, as políticas de legalização não tem impacto significativo sobre as condições de pobreza urbana.”

A política elaborada no Brasil é baseada no Programa da ONU para o Direito à Moradia Adequada - Programa UNHRP – (Fernandes: 2011:34). Ela é decorrência de uma campanha de fôlego que se realizou a partir de 1999, capitaneada pela Organização das Nações Unidas – ONU – Agência HABITAT, intitulada Campanha Global pela Segurança da Posse. Essa Campanha objetivava ser um instrumento de defesa quanto aos despejos forçados na medida em que promovia formas de mediação e negociação dos conflitos fundiários.

A campanha, posteriormente, se circunscreveu nas propostas de Metas do Milênio, ou seja, de superação da pobreza a partir das “cidades sem favelas”. Uma delas era a meta de até 2020 obterem-se melhorias das condições de habitabilidade para 100 milhões de pessoas residentes nas favelas. A campanha estava baseada em princípios sendo que “*Um princípio básico da campanha é que os pobres urbanos, não devem ser visto como passivo, mas deve ser considerada como uma força ativa que pode e deve contribuir ativamente para a solução de seus problemas de habitação*”¹¹.

Este cenário revela que, embora muitos organismos internacionais contribuíssem para uma mercantilização do espaço, as políticas se produziam com ambiguidades que ora se aproximavam ora se distanciavam das apregoadas pelos movimentos sociais. Por isso, Fernandes (2007: 60) afirma que,

“A definição do que significa segurança da posse também varia na teoria e na prática. Nos termos da referida Campanha Global da ONU pela Segurança da Posse para os pobres nas áreas urbanas, além de garantir proteção jurídica contra despejos e remoções, a segurança da posse também envolve uma série de outros objetivos básicos quais sejam: contribuir para a formação de comunidades social e economicamente sustentáveis; melhorar o acesso a serviços básicos; assegurar condições sociopolíticas de cidadania urbana; produzir certeza e, com ela incentivos para investimentos e acesso a crédito e financiamento; mobilizar comunidades dispersas; e empoderar as mulheres.”

Santos (2008:116), ao avaliar a influência da visão dessa Campanha na produção das políticas específicas para o Brasil, afirma que “*Certamente as Metas do Milênio e a Campanha Global de Segurança na Posse estabelecidas pela ONU não são capazes de traduzir todos os problemas regionais, mas é inegável que elas são capazes de induzir investimentos.*” Essa indução de investimentos nos coloca diante das questões sobre o endividamento com esses organismos internacionais e as normatizações estabelecidas em contratos firmados para o recebimento dos recursos como um tema significativo de entrelaçamento de poderes ao nível global que, muitas vezes, inibem a conquista das reivindicações como originalmente elaborada.

Embora, a influência das agências internacionais ratifiquem estes riscos, por outro lado, as fissuras dadas pelas forças sociais envolvidas no processo de luta pelo espaço podem trazer positivities com a conquista da regularização fundiária.

¹¹ Consultado Organização das Nações Unidas – ONU - Habitat Disponível em: <<http://www.unhabitat.org/categories.asp?catid=24>>. Acesso em: 09 de setembro de 2009.

Hoje, as políticas de regularização fundiária de interesse social estão presentes em 17 países da América Latina (Fernandes: 2011:19) e as experiências do Peru e do Brasil são as referências para os demais países. Como resume Fernandes (2011:41),

“A regularização empregou duas abordagens principais que têm sido exploradas em dois estudos de caso: a legalização da posse, por meio de escrituras, na expectativa de que isso impulse o desenvolvimento, tal como ocorreu no Peru, e a melhoria mais ampla dos serviços efetuada simultaneamente à legalização da posse, conforme ocorreu no Brasil.”

A Concepção Brasileira da Política de Regularização Fundiária de Interesse Social – Os anos 2000

No Brasil, as políticas de regularização não estariam resumidas à legalização massiva de lotes como o que ocorreu no Peru. O referencial da política estaria colocado sobre o direito à moradia e à função social da propriedade e, por isso, as ações estariam em articulação com as reivindicações dos movimentos sociais urbanos. Assim, os processos de regularização fundiária realizados no Brasil estão sendo acompanhados pelo que é denominado de regulação urbanística, ou seja, “urbanizações de favela” - intervenções na área para melhoria da infraestrutura, juntamente com a legalização jurídica.

Entretanto, para que estas políticas sejam implementadas um primeiro conflito se realiza na esfera do jurídico¹². Tangenciando a questão árdua de como o direito é o regulador da sociedade capitalista, construindo leis que legitimam a exploração e fetichizam a produção e distribuição da riqueza, afirmamos que ele rege os atributos fundamentais para o processo de reprodução da sociedade e as leis se transformam numa abstração que rege a vida de todos. A propriedade privada é um dos fundamentos para a reprodução do capital e uma das bases mais importantes para garantir sua sustentação são as leis. Se por um lado a lei garante o direito inviolável da propriedade, por outro, assegura o expediente de igualar o desigual e compor as bases de regulação entre capital, trabalho e terra. Como assinala Engels (2012:19), “*a igualdade jurídica tornou-se o principal brado de guerra da burguesia.*” Por isso, uma das frentes de luta

¹² “A propriedade (privada) primeiramente do solo, depois da riqueza mobiliária, depois dos meios de produção, engendram um código, de verdades específicas, de princípios, que cortam de ponta a ponta a sociedade civil e a origem burguesa.” (Lefebvre:tradução Labur: **A Respeito do Estado. A Teoria das Formas** p. 12)

urbana é a modificação das leis que regem a propriedade. Para tanto, essa transformação se realiza pela pressão sobre o Estado, ente que promulga as leis.

A mediação para tal feito na sociedade capitalista se realiza pelo e através do Estado. Num contexto como o brasileiro, no qual a propriedade privada da terra se transforma no indispensável atributo econômico para a reprodução, gestando o capitalismo rentista, o Estado, regido pelos princípios do patrimonialismo¹³, defende na prática jurídica a concentração da propriedade privada. Portanto, produzindo leis que se permutam em privilégios. Aquilo que deveria ser considerado como direito, mesmo num estado burguês, sucumbe a uma “naturalização” dos processos de desigualdade e transforma-se em instrumento de autoritarismo. Para Telles (1992:89), *“É nessa articulação entre a lei, a cultura e as tradições que se explicitam os aspectos mais autoritários de uma sociedade em que os direitos nunca foram formulados segundo uma noção de igualdade, mas na ótica da proteção que um Estado benevolente deve aos fracos e desamparados.”*

Essas breves considerações sobre a lei foram expostas no sentido de dizer que, mesmo com limites intrínsecos às lutas na esfera jurídica, muitos passos são dados a partir da Constituição de 1988 do ponto de vista de uma sociedade calcada em privilégios. A mudança está numa luta dada pelos moradores espoliados, a qual questionou as leis vigentes e reivindicou a necessidade de mudanças para não se reproduzirem os privilégios típicos da formação do Estado brasileiro. Portanto, as lutas urbanas, engendradas no universo da reforma urbana, ao fazerem emergir o espaço de conflito, trouxeram à tona esse aspecto fundamental do papel das leis. Como também, o percurso das conquistas legais, hoje estabelecidas, nos dá a medida dos limites do aparato jurídico que continua atrelado à reprodução do poder nas mãos da elite e reforçando laços para a contínua reprodução do capitalismo rentista.

Após um processo de lutas por reivindicações que questionavam a sociedade autoritária e sem direitos, a Constituição Federal de 1988, mesmo com o peso de ainda

¹³ Como posto por Faoro em seu clássico livro **Os donos do poder**, “O domínio tradicional se configura no patrimonialismo, quando aparece o estado-maior de comando do chefe, junto à casa real, que se este quadro administrativo, a chefia dispersa assume caráter patriarcal, identificável no mando do fazendeiro, do senhor de engenho e dos coronéis. Num estágio inicial, o domínio patrimonial, desta forma constituído pelo estamento, apropria as oportunidades econômicas de desfrute dos bens, das concessões, dos cargos, numa confusão entre o setor público e o privado, que, com o aperfeiçoamento da estrutura, se extrema em competências fixas, com divisão de poderes, separando-se o setor fiscal do setor pessoal. O caminho burocrático do estamento, em passos entremeados de compromissos e transações, não desfigura a realidade fundamental, impenetrável às mudanças. O patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia.” (823:2000)

vigorarem privilégios da elite, consegue avanços sobre uma política urbana que tentasse reconhecer direitos, como o da segurança da posse. Com a necessidade de regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição, inicia-se a luta por um aparato legal que contribuísse na efetivação das reivindicações. Do ponto de vista especificamente da regularização fundiária de interesse social, o Brasil nos 2000 construiu o chamado aparato legal assentado na função social da propriedade e que merece ser posto em evidência para compreender seus avanços e limites.

Antes, notemos que, para as primeiras políticas de regularização fundiária, a Lei 6.766 de 1979, que dá as disposições do parcelamento do solo urbano, possui um dispositivo que permitiu os primeiros passos para a regularização de favelas. Este instrumento está posto como “urbanização específica” e autorizava a legalização da existência dos lotes menores que 125m². Esse dispositivo se configurou como uma “brecha” legal para os primórdios das experiências de regularizações de interesse social com destaque para os municípios de Recife, Diadema, Porto Alegre e Belo Horizonte¹⁴. Do ponto de vista de área privada, o Código Civil autorizava o usucapião após uma ocupação pacífica e incontestada por vinte anos. Mas sua concretização se pôs historicamente muito difícil.

É então que na toada da Constituição de 1988, em um processo de redemocratização e de pressão dos movimentos sociais urbanos, dois artigos são incorporados - 182 e 183 – versando sobre Planos Diretores Municipais, a função social da cidade e da propriedade e dos termos da concessão de uso e usucapião¹⁵. Esses artigos demandavam regulamentação e, por isso, abrindo-se a mais uma frente de luta, agora pela elaboração de uma Lei Complementar¹⁶. Mesmo antes da aprovação do

¹⁴ Sobre a experiência de Belo Horizonte, Fernandes (2007:40) relata o seguinte processo: “Algumas áreas que deveriam ser submetidas a formas especiais de urbanização (tais como áreas de preservação, áreas reservadas para equipamentos públicos, etc.) foram inicialmente classificadas como ‘Setores Especiais 1, 2 e 3’. Utilizando o conceito acima mencionado de ‘urbanização específica’, no começo da década de 1980, a Lei de Zoneamento foi alterada e as favelas locais foram classificadas como ‘Setor Especial 4’, em uma formulação jurídica inovadora, ainda que incipiente. Favelas foram consideradas como loteamentos, ainda que com características peculiares, justificando a sua classificação como áreas de ‘urbanização específica’. A lei criou o Pró-Favela de Belo Horizonte, de 1983, foi pioneira no contexto brasileiro, ao propor um programa urbanístico e social de regularização de favela.”

¹⁵ “Isso gerou uma série de experiências locais importantes ao longo da década de 1990. (...) Novos programas de regularização fundiária foram formulados e começaram a ser implementados em diversos municípios.” (Fernandes:2010:60)

¹⁶ No processo de elaboração da constituição de 1988, marco de substituição da lógica em vigor do regime militar, se articulou o Fórum Nacional da Reforma Urbana, composto por movimentos sociais urbanos, entidades de classe, setores da igreja católica, entre outros. Na reunião destes sujeitos se formulou uma Emenda Constitucional de Iniciativa Popular, apresentada para o congresso nacional no sentido de prever na carta magna do Brasil medidas para uma política urbana. Disto originou os 2 artigos que, posteriormente, seriam regulamentados por meio do Estatuto da Cidade.

denominado Estatuto da Cidade há, em 2000, a incorporação da Emenda Constitucional nº 26 que reconhece o direito à moradia como um direito social. Tais termos legais, mesmo que, posteriormente saibamos dos limites intrínsecos às leis de um Estado capitalista, representam para o processo de formação da política brasileira, um quadro de rechaço à lógica de favores, na qual nossa sociedade sustentou (e ainda sustenta) muitos dos arcaísmos que atualmente servem a acumulação rentista.

Como continuidade da formação de um arcabouço legal e resultado das pressões sobre o Estado, há a regulamentação dos artigos da Constituição Federal. Esta luta, no âmbito jurídico, apenas foi concretizada por meio da promulgação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de julho de 2001)¹⁷. O objetivo central dele era: “*o controle da propriedade fundiária urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham acesso à moradia e à cidade*”¹⁸. Os instrumentos diretamente ligados ao cumprimento desse objetivo central e que resultavam na tentativa de garantir a segurança da posse para os moradores da cidade integrados precariamente eram: desapropriação, concessão de uso para fins de moradia, usucapião especial urbano, zonas especiais de interesse social e a concessão de direito real de uso.

Pelo Estatuto da Cidade, a regularização fundiária de área privada esteve prevista como uns dos institutos jurídicos e políticos para realizar a função social da propriedade, mas foram vetados os artigos referentes à regularização de áreas públicas. Diante dessa situação, os membros do Fórum Nacional da Reforma Urbana - FNRU se mobilizaram para que houvesse a garantia à segurança da posse também para os terrenos públicos, já que a maioria das favelas está assentada sobre estes terrenos. Somente na Medida Provisória 2.220 de 04 de setembro de 2001 é apresentada a legislação específica para as áreas públicas com a da concessão do direito de uso especial para fins de moradia - CUEM¹⁹. Na ótica da presente pesquisa, este instrumento jurídico é o núcleo das políticas de regularização fundiária de interesse social empreendido pela Prefeitura de São Paulo em quase 300 lugares.

¹⁷ Originalmente, o Estatuto da Cidade se apresentou como o projeto de lei nº181 levado pelo senador Pompeu de Sousa em 1989 para ser debatido e, assim, regulamentando os artigos constitucionais.

¹⁸ Maricato, Ermínia, **O Estatuto da Cidade Periférica**, In: O Estatuto da Cidade Comentado, Aliança de Cidades, Brasília, 2010.

¹⁹ “A concessão de uso foi adotada na Constituição para assegurar o princípio da igualdade de conferir à população de baixa renda que vive em nossas favelas o mesmo tratamento quanto à garantia do direito à moradia. Isto é, os moradores de favelas, independentemente de viverem numa área particular ou pública, que atendam os requisitos constitucionais quanto à posse da área que utilizam para sua moradia, devem ter o reconhecimento jurídico de exercerem o direito à moradia na área onde vivem, como regra geral.” (Saule apud Cardoso:2010:176)

Posteriormente a estes marcos regulatórios, houve uma série de outros dispositivos legais que vão conformando o cenário de uma legislação que sirva como aparato para o avanço da segurança da posse. Em 2004, a aprovação da Lei Federal 10.931 irá estabelecer a gratuidade do primeiro registro de matrícula no cartório de imóveis de processos decorrentes da regularização fundiária de interesse social. E em 2007, há a aprovação da Lei Federal 11.481 que definiu os mecanismos para regularização fundiária de terras da União. Somadas a elas, se sancionou a Lei Federal 11.888 em 2008, concedendo o direito das comunidades à assistência técnica em programas de regularização.

No ano de 2009, duas leis federais são promulgadas, impulsionando ainda mais a regularização fundiária e trazendo novos instrumentos que desburocratizaram o processo ao eliminarem algumas fases, como o momento de desafetação das áreas de bem de uso comum do povo²⁰. Mas, ao mesmo tempo, se transformaram em “armadilhas” quanto a uma possível privatização em prol da elite, ao dispor de mecanismos recentes para firmar ilegalidades, como as regularizações específicas.

A Lei Federal 11.952 de 25 de junho de 2009 (antiga medida provisória nº 458), dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal. De acordo com avaliação de Oliveira (2010:28), ela está circunscrita na contra reforma agrária promovida pelo segundo governo Lula ao contribuir com a legalização de grandes porções das grilagens localizadas na Amazônia²¹.

A segunda, a Lei 11.977 de 07 julho de 2009 (anteriormente Medida Provisória nº459), que dispõe sobre o *Programa Minha Casa Minha Vida* incorpora a regularização fundiária no sentido de viabilizar a legalização do imóvel ao permitir o ingresso do morador às linhas de crédito, bem como, tenta regularizar os imóveis das

²⁰ O processo de desafetação é considerado demorado, pois é necessário ser elaborado um projeto de lei para a Câmara dos Vereadores, aguardar os debates sobre as áreas em questão e ser aprovado pelo legislativo. Geralmente, pela prática das Câmaras de Vereadores, estes processos tardam anos.

²¹ “Possivelmente é um equívoco político e jurídico a afirmação de que somente com a MP 458, é que se poderá implantar o processo de regularização fundiária na Amazônia Legal. Esta afirmação não corresponde à verdade dos fatos e dos instrumentos legais vigentes. O país já possuía instrumentos legais que permitem a legitimação das posses segundo os princípios constitucionais vigentes. Entre estes instrumentos legais estão os artigos 188 e 191 da Constituição Federal de 1988. Também faz parte da legislação relativa à regularização fundiária a Lei nº 6.383 de 07 de dezembro de 1976, particularmente, o artigo 29 que trata dos ocupantes das terras públicas. Dessa forma, através da MP 458 o governo procurava na verdade, alterar os limites legais sobre a dimensão da área ocupada a ser legitimada e, garantir o direito de preferência para alienação através de processo licitatório para os atuais grileiros ocupantes das terras públicas, quaisquer que sejam as dimensões das terras que ocupam ilegalmente.” (Oliveira:s/d). “Não reforma agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do Governo Lula”

elites com a *regularização específica*. Exemplos clássicos da ação de legalizar propriedades da elite são os condomínios fechados (Brasília) ou mesmo em áreas consideradas de proteção ambiental (Ubatuba). A Lei substituiu o projeto de lei nº3057/00 (Lei de Responsabilidade Territorial), que tramitava no Senado Federal para a revisão da Lei de Parcelamento do Solo (6.766/79 e 9.785/99).

Na Lei 11.977/2009, temos, no Capítulo III – Da regularização fundiária de assentamentos urbanos (artigos 46 a 68), a definição das competências e responsabilidades dos atores envolvidos na regularização fundiária, diferenciação entre regularização fundiária de interesse social e interesse específico, obrigatoriedade de elaboração de projetos de regularização fundiária, regularização em áreas de preservação permanente e instrumentos de demarcação urbanística e legitimação da posse que auxiliam na rapidez dos processos em áreas de interesse social.²²

Se, de certa forma, essa lei facilita os trâmites no que tange à regularização de interesse social, principalmente ao superar a necessidade de desafetação por parte do poder público trazendo agilidade ao processo, por outro, finaliza aqueles processos relacionados aos loteamentos irregulares e produzidos pelo próprio mercado imobiliário considerado formal. Podemos afirmar que essas duas leis representam a execução das finalidades do aparato jurídico que assegura a muitos os negócios com a terra carregando com ele as contradições da produção do espaço e as relações entre as forças políticas que ratificam o capitalismo rentista.

Todavia, como relata Pasternak (2010:409), esta lei serviria para pelo menos,

“acabar com a oposição social-ambiental, colocando que áreas de interesse social em áreas de preservação podem ser regularizadas, desde que: 1) estejam consolidadas até 31/12/2007 e em área de urbanização consolidada; 2) estudo técnico comprove que essa intervenção implica melhoria de condições ambientais em relação à situação irregular anterior.”

Considerando determinadas conquistas do aparato jurídico promulgado em âmbito federal nos anos 2000, elas apenas se tornam possíveis quando expressas nos Planos Diretores dos municípios. Somente esse fato representa outra frente de luta para os movimentos sociais, que pressionará o poder público local para inserir os dispositivos para a regularização fundiária de interesse social.

²² “Define também o que se chama de *demarcação urbanística*: definição de limites e área de imóvel; *legitimação de posse*: título de reconhecimento de posse de imóvel objeto de demarcação urbanística, com definição dos ocupantes e do tempo e natureza da posse...” (Pasternak: 2010:410)

Ao superar os problemas postos no processo de elaboração dos Planos Diretores, algumas das possíveis conquistas poderão se esboroar, como por exemplo as ZEIS. Como relataremos adiante, a gravação de uma área como de interesse social, muitas vezes, pode não garantir o cumprimento do objetivo explicitado na lei, como assegurar, naquele perímetro delimitado, a habitação de interesse social. Por outro lado, em outros instrumentos, há um debate estritamente jurídico de reconhecimento das concessões (CDRU – Concessão de Direito Real de Uso e CUEM – Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia), pois na reprodução da lógica da propriedade da terra os dogmas que envolvem o poder jurídico estão propensos a levar a cabo uma série de reintegrações de posse²³, não legitimando uma conquista proferida em lei.

Ademais da luta pelo aparato legal, houve, paralelamente, mudanças significativas no quadro institucional pressionando para a realização da política de regularização. Considerada importante fato no cenário nacional foi a criação do Ministério das Cidades, no ano de 2003, que instituiu a Política Nacional de Regularização Fundiária em Áreas Urbanas. Nele estabeleceu-se o Programa Papel Passado coordenado pela Secretaria Nacional de Programas Urbanos (SNPU) visando o apoio a Estados, Municípios e outras entidades no sentido de promover a regularização de interesse social. Tal programa incorporou de maneira mais clara as demandas dos movimentos sociais. Desde o princípio, estava exposto que *“os programas de urbanização de assentamentos precários do Ministério das Cidades investem na urbanização integral de assentamentos precários, contemplando, dessa forma, a componente de regularização fundiária.”* Isto é, no corpo da proposta estavam previstas tanto a regularização jurídica quanto a urbanística, sanando os problemas de precariedade dos assentamentos como também a questão jurídica. Este apoio estaria baseado na aplicação de recursos financeiros oriundos do Orçamento Geral da União - OGU e transferência de imóveis pertencentes ao poder público nacional (MCidades; 2007)²⁴.

Os critérios para acessar os recursos do programa se deram a partir da seleção de número de famílias beneficiadas, magnitude do problema, **processo de gestão**

²³ “O Código Civil de 1916 e o Código de Processo Civil garantiam – como ainda garantem – diversos instrumentos jurídicos para que tanto os proprietários privados quanto o poder público procedessem à expulsão dos invasores.” (Fernandes: 2007:38)

²⁴ “Nos anos de 2004 a 2006, foram destinados R\$30 milhões do Orçamento Geral da União para Municípios, Estados, Defensorias Públicas e entidades da sociedade civil desenvolverem ações de regularização fundiária em 592 assentamentos (100 Municípios em 23 Estados)” (MCidades: 2007:14)

democrática da cidade²⁵ e urbanização do assentamento beneficiado. O MCidades em 2007 expõe os primeiros dados dos avanços desta política:

“Os resultados obtidos até o momento – 929.146 famílias com processo de regularização iniciado e apenas 64.676 com títulos concedidos – mostram claramente como a regularização no Brasil ainda é um processo complexo e demorado, cheio de dificuldades e obstáculos”.(p.14)

Portanto, nos anos 2000, além da legislação construída para facilitar os mecanismos de regularização de interesse social e a inserção no contexto político institucional do Ministério das Cidades (2003), houve também a efetivação de alguns outros mecanismos previstos pelo Estatuto da Cidade e pela Medida Provisória 2220/2001, principalmente relativos à gestão democrática da cidade. A partir desses mecanismos se afirmou uma das reivindicações fundamentais, a participação da sociedade civil no planejamento e gestão da cidade. Claro está que o debate acerca da participação requer um tratamento especial, já que vivemos uma sociedade assentada em profundas relações autoritárias e desiguais, mas, como já mencionado, tais dispositivos vão produzindo espaços de conflito nos quais vem à tona as contradições espaciais. Como posto por Maricato²⁶,

“Ao contrário do que muitos pensam, a busca de um pacto num debate aberto que conta com a participação de governos e sociedade, onde estão presentes interesses divergentes relacionados à produção e usufruto da cidade, não pretende subordinar interesses de uma classe a outra mas fazer emergir conflitos que sempre foram sufocados pela tradição política brasileira. O patrimonialismo que marca a cultura política no país nunca permitiu que as razões dos dominados ganhassem visibilidade. Sempre que se tenta quebrar a hegemonia dominante a saída é a cooptação (o “homem cordial”) ou o sufocamento como nossa nova historiografia tem mostrado (e como a atual crise escancara).”

Um dos espaços para explicitar e publicizar as reivindicações é a Conferência Nacional das Cidades. Nela, muitos conflitos foram postos em sua atuação ao longo das edições, próprias das tramas do Estado, contudo, se expôs as reivindicações e se travou negociações para ampliar as políticas previstas no corpo da reforma urbana. Em destaque para a pesquisa, temos a segunda conferência realizada no ano de 2005. Um dos temas prioritários era a regularização fundiária calcada nos instrumentos dados pelo

²⁵ Este item é importante, pois destaca a participação como prática socioespacial fundamental para a realização das reivindicações dos movimentos sociais de acordo com os princípios propostos.

²⁶ Erminia Maricato, **Construindo a Política Urbana**, 19/11/2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_construindopoliticaurb.pdf>. Acesso em 15 de junho de 2009.

Estatuto da Cidade que pressionava a aprovação de medidas jurídicas para torná-la mais exequível, bem como, exigindo o aumento de verbas²⁷.

Outro momento que reforçou a conformação da política foi a construção de uma Política Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos, que possui como grande alicerce a regularização fundiária de interesse social como meio de se conseguir a negociação desses conflitos. Essa política de cunho nacional está atrelada às ações da Secretaria Nacional de Programas Urbanos – SNPU. O Conselho Nacional das Cidades (previsto na Medida Provisória 2220/2001) ficou responsável pela promoção de encontros em 2009 nas cinco regiões do país e um em 2010 de âmbito nacional. O objetivo era disseminar os conteúdos das resoluções do Conselho Nacional das Cidades aprofundando e compreendendo como estão ocorrendo no país os conflitos fundiários e quais as medidas possíveis para seu equacionamento. Além disso, cabia ao Conselho expor os mecanismos jurídicos recentemente conquistados para se conseguir a segurança da posse.

Esse contexto esboçado se tornou a base para identificar um procedimento de regularizações fundiárias de interesse social que se transformou em paradigma para países da América Latina. Em resumo, esse modelo afigura-se, desse modo, como:

“A abordagem do Brasil em relação a assentamentos informais tem enfatizado que a segurança da posse e a integração socioespacial devem ser combinadas para garantir permanência das comunidades, com melhores condições de vida e de habitação na terra que já ocupam há muito tempo. As políticas de regularização brasileiras relacionam a legalização aos programas de melhoria e, algumas vezes, a programas socioeconômicos, enfatizando a participação popular efetiva em todas as fases do processo. A experiência brasileira aplica diferentes soluções jurídicas para situações diferentes, usa diversos instrumentos jurídicos para lidar com assentamentos informais em terras públicas e em terras privadas, acarreta custos mais elevados por família, em razão dos custos de urbanização, e cobriu um número menor de lares.” (Fernandes: 2011:37)

27“131. Financiamento especial aos municípios para elaboração de projetos para aquisição e urbanização de áreas preferenciais para “Programa Habitacional de Interesse Social”, incluindo a Regularização Fundiária. 78. O Ministério das Cidades deve considerar, na seleção de projetos para repasse de recursos financeiros, os municípios que estiverem desenvolvendo ações para estabelecer políticas de planejamento e ordenamento territorial e ambiental, com resgate dos vazios urbanos sem o devido atendimento a sua função social, com formação de quadros técnicos e comunitários capazes, com políticas de regularização fundiária e habitação digna. O MCidades deve se estruturar para implementar essa diretriz de forma propositiva e colaborativa, acompanhando de perto as ações dos municípios.” **Resoluções da II Conferência Nacional das Cidades – 2005.** Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosCidades/ArquivosPDF/Publicacoes/Resolucoesda2ConferenciaNacionaldasCidades.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2009.

No entanto, esta política avança de maneira lenta. Isto reforça a ideia de que, na produção do espaço, as contradições uso/troca e apropriação/dominação estão intrinsecamente envolvidas nessa política. Por isso, muitos pesquisadores sustentam a ideia de que a regularização fundiária de interesse social é uma política “curativa”, mas não situam as contradições espaciais advindas da lógica capitalista em relação à terra. Ainda, as experiências na América Latina representam pouco impacto sobre a estrutura desigual das cidades. Nos argumentos de parte dos pesquisadores sobre os “limites” e as dificuldades relacionadas a esta política, se argumenta que *“Na América Latina já ficou muito clara que não existe relação direta, automática, entre programas de regularização, mesmo aqueles bem sucedidos, e a erradicação, ou mesmo diminuição significativa, da pobreza social”*(Fernandes:2007:25). Especificamente em relação ao Brasil nos apresenta que,

“a verdade é que, no Brasil e internacionalmente, os programas de regularização, baseados na legalização por títulos de propriedade individual plena, não tem sido totalmente bem-sucedidos. Eles não têm se prestado a garantir a permanência das comunidades nas áreas ocupadas, deixando, assim, de promover a desejada integração socioespacial.” (Fernandes:2007; 25)

Na argumentação do trabalho, consideramos que ao ter uma produção socializada da riqueza e uma apropriação privada, os “limites” das políticas de regularização fundiária de interesse social postos por estes pesquisadores e que levam à afirmação de que ela não muda o caráter desigual das cidades, denunciam que para viver na cidade precisa-se da terra, mas, sobretudo, precisa-se de mais uma parcela da riqueza produzida para manter-se na moradia. Significa dizer que para ser morador de uma casa é necessário não apenas pagar pelo imóvel, mas possuir uma renda que sustente a manutenção dela. Este processo é intrínseco à (re)produção do espaço capitalista, que constantemente impõe mecanismos para auferir rendimentos advindos da terra ou, especificamente, do solo urbano.

No entanto, a luta na esfera jurídica pela segurança da posse é importante diante da sociedade capitalista. Está claro pelas palavras dos movimentos sociais que mudanças não se fazem em um universo jurídico, porém, as leis se transformam em instrumentos políticos de luta, mesmo sob todos os tipos de risco. Como enunciado por Rodrigues e Barboza (2010:34),

“O principal, no entanto, é a consciência de que a lei não é uma ferramenta que age por si só. É um instrumento a mais na mão da sociedade organizada. Mas somente com a mobilização e organização podemos aliar a ferramenta institucional com a pressão política e a

construção de poder popular para exigir mudanças necessárias. As condições para mudanças estruturais nas cidades não podem estar alienadas de mudanças no modelo de sociedade em que vivemos. Queremos construir cidades justas e solidárias e isso faz parte de um processo de transformação integral. Por esta nova sociedade, os movimentos populares continuarão lutando e construindo esperança todos os dias.”

Da reivindicação para a conquista da política pública - A Política de Regularização Fundiária de Interesse Social em Áreas Públicas de São Paulo

Um dos livros mais destacados sobre os movimentos sociais é *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*, de Eder Sader. Nele, o autor examina minuciosamente os percursos das novas organizações populares (sindicatos, clubes de mães, movimento pela saúde) que se manifestaram no final dos anos 1970. Em uma original argumentação e em grande parte válida nos dias de hoje, a contribuição desta obra nos instiga a pensar nas atualizações dos processos em que ele se debruçou naquele momento. Isto porque o autor, ao ponderar a inovação trazida pelos movimentos sociais, principalmente aquela de politizarem o cotidiano e ampliar a noção de política, permitiu que eles contribuíssem em muito para o processo de redemocratização do país. A partir deste momento a política no Brasil mudou, já que se questionaram os mecanismos autoritários do Estado instituídos na esfera da política. Entretanto, ele explicita que o projeto gestado na década de 1970 por estes sujeitos é derrotado devido à precocidade com a qual eles se defrontaram ante à representação e à institucionalização da política. Como relatado (1988:315),

“Eles foram projetados para enfrentamentos decisivos quando ainda mal se haviam constituído como sujeitos políticos. O ritmo de suas histórias não era o mesmo que o da política instituída, e foi esta que fixou as datas. Levadas ‘precocemente’ aos embates políticos, expressaram sua imaturidade enquanto alternativas de poder no plano da representação política.”

Compreendemos que a representação e a institucionalização políticas mencionadas por Sader, estão intimamente ligadas ao confronto com um Estado que se configurava diante da conjuntura que se estabelecia, no entanto, carregava os arcaísmos e o autoritarismo intrínsecos à sua formação. Isso permitiu construir relações muito mais complexas no que se refere a movimentos sociais e Estado e que adquiriram grande magnitude nesta última década. Hoje, muitos autores afirmam que há um

processo de cooptação em curso destes sujeitos sociais, notadamente, após o contexto de um Estado neoliberal. Mas, não é suficiente para esclarecer o sentido desta prática, que somente aparece como uma das chaves de um conjunto ainda mais denso de práticas políticas. Queremos dizer com isso, que a solidez das engrenagens do Estado patrimonialista vigora a pleno vapor para dar sustentação às renovadas formas de reprodução capitalista, valendo-se mais uma vez da ideia de uma modernização conservadora.

Esse conceito de modernização conservadora está referendado na ideia de Oliveira (1981:36), que o considera uma relação não dicotômica entre a modernização e o conservadorismo, mas sim uma se realizando na outra. Esse processo persiste, no sentido de não instaurar uma ruptura efetiva das relações econômicas, de poder e sociais que mudassem as circunstâncias dadas desde o período colonial, como por exemplo, o uso da terra na reprodução da política autoritária. Brito, ao citar Martins (2006:30), diz que

“No quadro das mudanças mais incisivas que se procurou empreender nos primórdios desse processo de modernização restritivo e inconcluso, tem sido dispensada particular atenção à sobrevivência de relações de caráter arcaico referentes à propriedade da terra, que se constitui no ‘centro histórico de um sistema político persistente. Associada ao capital moderno, deu a esse sistema político uma força renovada, que bloqueia tanto a constituição da verdadeira sociedade civil, quanto da cidadania de seus membros.”

Nesse sentido, podemos salientar que a terra e as relações em torno dela perpetuam o poder para a reprodução da elite ao longo do processo histórico, reforçando a ideia de que quem tem a terra exerce o poder político. A terra na qualidade bem necessário para a reprodução da vida (moradia ou trabalho) é a mediação para garantir a manutenção da reprodução das relações de produção, mas isso se faz cumprir pelo poder de Estado, que igualmente carregará os vínculos gestados para perpetuar privilégios. Portanto, no quadro atual, mesmo com uma luta que tentou ampliar o campo da política e produziu o espaço de conflito, permaneceu a seguinte racionalidade e que traz muitas das implicações atuais na relação movimentos sociais e Estado,

“... ao invés de travar um embate contra o Estado, tomou este como principal instrumento de dominação e garantia de privilégios. O Estado assim instrumentalizado gera uma burocracia exagerada cuja a principal finalidade não é a regulação de processos e procedimentos, mas a garantia do poder baseado em relações de privilégios e não na regra, no mérito ou na eficiência.” Maricato (2005:03)

No momento em que emergem as resistências voltadas ao mundo cotidiano na década de 1970, a identidade concreta dada por uma prática espacial e referenciada no lugar, seja da fábrica, do bairro ou dos lugares inseridos precariamente, juntamente com uma conjuntura ditatorial e de aumento brutal da pobreza, supera aquelas fragmentações existentes de uma sociedade industrial. Porém, quando há a instalação da nova pobreza decorrente do modelo neoliberal implantado e das mudanças na estrutura econômica, de certa forma vai ruir uma identidade consolidada. A prática estatista novamente reforça aquelas relações autoritárias pretéritas, mas agora com o objetivo de adentrar a uma economia mais moderna, no entanto, sem abrir mão da garantia de privilégios. Não é à toa que, mesmo com reivindicações sendo transformadas em políticas públicas, há um aumento das morfologias precárias nas cidades brasileiras. Com isso, a relação de desigualdade das cidades se aprofundou.

Somada a isso, há uma mudança radical na vida cotidiana dos moradores das cidades neste período, como consequência de uma sociedade que vive a avalanche das normas neoliberais e se insere mais profundamente na lógica do consumo. A vida cotidiana torna-se objeto das mais sutis ordenações de uma racionalidade de consumo, normatizando as relações e produzindo uma identidade referendada por esse mesmo consumo. De uma sociedade sem direitos se passa para aquela do consumidor e que nos faz reforçar a ideia de Milton Santos, ao afirmar que há “*um cidadão imperfeito para um consumidor mais-que-perfeito*”.

Do ponto de vista da cidade, a segregação se generaliza e a fragmentação do espaço ratifica as identidades abstratas construídas em torno do consumo ao ponto de arrefecerem os conflitos e ingressarem numa representação de conciliação de classes. Se foi na vida cotidiana que se gestaram aqueles processos dos movimentos sociais da década de 1970, como bem esclarece Sader, o impacto sobre esse mesmo cotidiano da racionalidade do consumo, das normas e da fragmentação abala as possibilidades de mobilização a partir da construção de uma identidade concreta, mesmo que pese o fato do aumento da pobreza.

Aquilo que permeou a formação social e política, como relações de favores e clientelistas, permanece, utilizando uma roupagem atual tecida pela persistência de um Estado autoritário e pressionado pelas contingências apresentadas da nova pobreza.

Na construção de um quadro em que se incorporam medidas legais para a realização dos direitos, há um intrincado processo que reinventa formas para internamente reproduzir as relações de poder assentadas no autoritarismo típico do

Estado. Como exposto por Martins (1999:50), *“Estamos em face de uma cultura arraigada, marcada por uma lógica assimilacionista e integradora, capaz de juntar o diverso e, sobretudo, de conciliar o antagônico como forma de resistir à inovação e à transformação.”*

Na perspectiva da produção do espaço urbano, quando este se transforma, na economia atual, em eixo central da reprodução do capital, seja para auferir lucros ou rendas, seja para garantir a manutenção das relações de produção, as reivindicações, tão duramente conquistadas, são atravessadas pelo institucional que carrega em si as relações do patrimonialismo e da modernização conservadora. No processo de juntar o diverso, as reivindicações são incorporadas ao Estado e no movimento de transformação delas para uma política pública correm o imenso risco de tornarem-se instrumentos de não inovação ora justificados por custos ou falta de financiamento ora legitimados por critérios “técnicos” ou pseudoparticipativos.

Estando o planejamento e a gestão da cidade atrelados ao Estado autoritário, envolvidos nas tramas institucionais colocam-nos diante da seguinte situação declarada por Ferreira (2010:190),

“...o fato de termos governos democráticos não garantia em nada que estes não adeririam às receitas econômicas do neoliberalismo. A contradição daí resultante estava no fato de que governos agora ‘democráticos’ e com discurso social adotariam, em nome da busca de uma ‘modernização globalizada’, o modelo econômico neoliberal cujas consequências seriam justamente o agravamento da concentração de renda e da tragédia social.”

Isso não seria diferente para uma política de regularização fundiária de interesse social, principalmente pelo fato de a questão da propriedade privada da terra continuar a ser o eixo central para se exercer o poder político sobre a sociedade. O Estado autoritário, levando a cabo tal processo, produz estratégias indo desde práticas do clientelismo até aquelas mais refinadas como os “discursos competentes” próprios da tecnocracia na qual incorpora, somente enquanto representação, as reivindicações surgidas na década de 1970. Como bem aponta Ferreira (2010:197), este Estado é *“Uma máquina aperfeiçoada durante séculos não para ser ‘pública’, mas sim para desarticular e dificultar qualquer tentativa de transformação da lógica de produção do espaço urbano desigual.”*

As contradições espaciais – uso/troca e apropriação/dominação - vão se consolidando na passagem da reivindicação da segurança da posse para a efetivação da política pública de regularização fundiária de interesse social. Por um lado, essas

contradições estão assentadas no processo de produção do espaço urbano capitalista e, por outro, nas especificidades da formação do Estado brasileiro. Elas acentuam o fato de ainda reterem a ideia de uma cidadania consentida, na qual o Estado sem direitos transforma a questão social em escopo das relações assistencialistas, forçando uma despolitização sobre elas ao serem escamoteadas pela tecnocracia. Como bem resume Damiani (1993:78), ao esclarecer uma das ideias de Ianni sobre as justificativas da prática de nosso Estado e as implicações sobre a política, *“Octavio Ianni dá uma contribuição impar ao definir essa retórica como aquela de uma cidadania regulada, segundo as conveniências de um poder estatal forte. Para ele, são sistemas despolitizantes, reduzindo questões sociais e políticas a problemas ‘técnicos’.”*

A racionalidade estatista, baseada no autoritarismo, se transmuta para a elaboração de uma política pública que se distancia da formada socialmente. Assim, na direção deste pensamento tornado ação, se materializam as práticas urbanas do conflito. Apoiando-se em técnicos, políticos da elite, o saber, leis e normas, o Estado e suas práticas atingem os moradores da cidade a partir de um espaço concebido que está impregnado pela lógica do crescimento. Pois, na medida em que a produção do espaço se transformou em força produtiva, o domínio sobre ele se torna imprescindível. Nessa direção,

“as classes dominantes se servem do espaço como de um instrumento. Instrumento para vários fins: dispersar a classe operária, reparti-la nos lugares prescritos, organizar os fluxos diversos subordinando-os a regras institucionais; subordinar, por conseguinte, o espaço ao poder; controlar o espaço e reger, tecnocraticamente, a sociedade inteira, conservando as relações de produção capitalistas.”
(Lefebvre:2008:160)

Nesse sentido, as reivindicações, produto de lutas pelo espaço, são defrontadas com este Estado, que tenta levar até as últimas consequências, a integração delas nos ditames da acumulação. Ao pensar sobre o Estado por esse ângulo e ao considerá-lo como uma instituição que leva a cabo a homogeneização do espaço para possibilitar a mercantilização, a prática urbana estatal tende a incluir as reivindicações nas tramas das equivalências.

Segundo Lefebvre, como o papel do Estado é regularizar as trocas, sejam quaisquer tipos de fluxos, dos lugares prestes a integrar as centralidades atuais, ele constantemente promove a equivalência dos não equivalentes como condição de realização da integração aos novos circuitos de fluxos e de transferências de capitais.

Tal prática acarreta não exclusivamente a reprodução das relações (sociais) de produção, mas, sobretudo, à reprodução das relações de dominação. Não é coincidência que muitos instrumentos do Estatuto da Cidade não se concretizam (IPTU progressivo, regularização fundiária, referendo popular e plebiscito, etc) e outros, muito bem recebidos pelos setores ligados aos negócios imobiliários ou de infraestrutura/obras, se alastraram nas centralidades, inclusive as estendendo (operações urbanas consorciadas, direito de superfície, entre outras).

Portanto, podemos pensar que as resistências dos anos 1970 e, que ainda persistem mesmo atravessadas por outras determinações, sucumbiram quando se transformaram em política pública? Não. A reflexão que apresentamos acima requer sublinhar a ideia de que o movimento da realidade desenvolvido é posto como tendência do processo da reprodução capitalista em que se reinventam estratégias para superar barreiras advindas dos conflitos com os sujeitos sociais e as contradições que seguidamente se atualizam. Diante disso, não significa dizer que as transgressões e as resistências sucumbiram, ao contrário, elas estão presentes em todo o percurso e isso é visto pelas manifestações no espaço urbano, pelos grupos de resistências que surgem nas imensas periferias e que, muitas vezes, não possuem visibilidade, nos protestos e denúncias das práticas autoritárias em espaços que deveriam ser participativos, e tantas outras que arrebentam nas cidades de muitas formas. Ou seja, como posto por Bensaid, ao fazer a metáfora da toupeira, “*con paciencia, con obstinación, en las galerías subterráneas, va sonriendo mientras hace su trabajo de zapa hacia nuevas irrupciones*” (2001:11).

Mesmo com os percalços da imposição da racionalidade estatal sobre as políticas de regularização fundiária de interesse social, as concepções se defrontam nos espaços de conflito nos quais as finalidades dos projetos de cidade são desenhados. Se “*um homem de Estado pode percorrer sobre a liberdade pondo fim às liberdades. Contrariamente, a luta consiste em inventar novas liberdades e novos direitos.*” (Lefebvre: 2007:16)²⁸

No trajeto, especificamente tratado aqui, das políticas de regularização fundiária, há um caminho de resistência e a insistente preparação de bandeiras de lutas e de concepções construídas diante da problemática urbana. O conhecimento do processo de expropriação adquirido no âmbito do lugar e enriquecido no encontro dos sujeitos

²⁸ Henri Lefebvre. Tradução Labur: **A Respeito do Estado: A Teoria das Formas**. 2004.

sociais ao nível da cidade ganha concretude na concepção que servirá de pressão ao Estado.

Há uma heterogeneidade de visões na reivindicação, mas o objetivo precípua é garantir a segurança da posse para os espoliados que estão à mercê dos processos de reintegração de posse, notadamente, quando lugares da cidade se integram as novas centralidades produzidas. Esse seria o modo possível, mesmo contendo limites, de reconhecer e legitimar as morfologias precárias como as formas das favelas.

Ao nos aproximarmos da realidade da luta pela segurança da posse em São Paulo (município), nos deparamos com um conjunto diversificado de propostas que conformaram a concepção dos movimentos sociais, especificamente dos movimentos de favelas. De acordo com os sujeitos envolvidos na luta e os caminhos conduzidos pela prática socioespacial da resistência houve o engendrar das concepções de política que configuram a complexidade das reivindicações.

No contexto de lutas pela moradia popular²⁹ em São Paulo está inserido o segmento ligado à luta pela posse da terra e “urbanização de favela”. Primeiramente, no final dos anos 1970, os favelados se aglutinaram em torno da luta por água e luz e, posteriormente, colocam como núcleo a questão da posse da terra. Esse período é aquele de maior produção da morfologia precária, ao mesmo tempo de impulso das políticas de desfavelamento. De acordo com a Prefeitura de São Paulo (2009), entre 1971 até 1980 se produziu um total de 559 núcleos de favela no município (Tabela 03).

²⁹ Conforme Gohn (1991:68), ao mapear os sujeitos dos movimentos sociais por moradia popular em São Paulo, ela categoriza os seguintes moradores para compreender a dimensão diversificada da luta pelo direito à moradia. São eles: moradores de loteamentos clandestinos, moradores de praças, ruas, ponte e viadutos, moradores de cortiços do centro e periferia, moradores de conjuntos habitacionais, moradores de favelas, moradores de casas de aluguel e moradores de áreas invadidas e aglomeramentos precários.

Tabela 03 – Produção de Núcleos de Favelas – São Paulo - 1946 - 2010

Período	Nº de Favelas
2006-2010	8
2001-2005	27
1996-2000	80
1991-1995	99
1986-1990	216
1981-1985	168
1976-1980	272
1971-1975	287
1966-1970	209
1961-1965	65
1956-1960	47
1951-1955	13
1946-1945	3
Desconhecido	78
Fonte: Plano Municipal de Habitação - 2009-2024. Superintendencia de Habitação Popular - HABI – PMSP. 2009.	

Em São Paulo, o quadro do aprofundamento da desigualdade, se realiza pelo movimento de industrialização, que arrastou e concentrou uma massa de trabalhadores para a cidade servindo como mão-de-obra para o setor secundário e terciário da economia paulistana. As rendas auferidas pelos míseros salários permitiam apenas a realização da moradia em cortiços ou em distantes terrenos na periferia. Na intensificação da espoliação³⁰ dos habitantes urbanos a alternativa mais adequada para se morar foram as “formas do possível” – favelas - que em sua maioria ocupavam os terrenos públicos remanescentes dos loteamentos privados. Como posto por Kowarick (1993:85), a favela se torna uma fórmula à sobrevivência na medida em que avança a lógica da acumulação que, por diversas estratégias, vai produzindo camadas de impedimento de acesso à terra urbana. Coadunam-se, portanto, fatores de diminuição da renda em conjunto com o aumento do valor do preço da terra com a implantação, pelo Estado, de políticas de espaço,

“A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar uma melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama urbana só pode levar à

³⁰ Espoliação Urbana: “é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho.” Pag. 62

fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que, com o crescimento da metrópole, também desses locais tenderão a ser expulsos se porventura sua iniciativa política ainda continuar bloqueada.”

A paisagem de São Paulo vai se configurando profundamente desigual e marcada pela precariedade, vista na morfologia diferenciada dos lugares. Os moradores inseridos precariamente no sistema tendem a realizar a vida sob as determinações da segregação socioespacial sob constantes ameaças principalmente nas conjuntas adversas, seja pelas flutuações do mercado de trabalho que lhe fornece a renda, seja nas remoções promovidas na totalidade da cidade. Como relatado por Taschner (1984),

“A população favelada faz parte da classe trabalhadora no seu conjunto e não é marginal ao sistema econômico. Obtém seu sustento pela venda da sua força de trabalho e insere-se sobretudo no setor secundário, como operário assalariado fixo, manual e não especializado que, como ganha pouco, prolonga sua jornada de trabalho através de horas extra, trabalhos ocasionais e ocupações secundárias. A única forma de ‘compreender’ o favelado é a de situá-lo entre os trabalhadores, que por poucos salários mínimos, levam adiante a maquinaria econômica que gera riqueza na cidade.”³¹

Por mais que os trabalhadores residentes nas favelas estivessem de alguma forma inseridos na economia da cidade, as contínuas remoções realizadas desde a década de 1940 seguiam a pleno vapor. No quadro das remoções de favelas, Kowarick (1993) considera que

“Quando o terreno em que estão situadas é de propriedade particular, que é o caso de 60% dos aglomerados da capital, os favelados são imediatamente expulsos. No caso de o terreno ser público ocorrem as famosas remoções: quando não conseguem escapar da vigilância da Prefeitura, mudando-se para outros aglomerados, os habitantes dos barracos são transferidos para as vilas de habitação provisórias que, além de estarem longe dos locais de emprego, pois estão situadas nas periferias extremas da cidade, em nada se diferenciam as favelas.”

Nesse quadro da capital paulista, as lutas para continuar na terra se realizam de forma constante em um universo de transgressões e resistências como forma necessária de manutenção da moradia. Segundo Gohn (1991:63), esse quadro alavancou a organização dos favelados em duas frentes reivindicativas para lutar pela segurança da posse: uma propunha a concessão do direito real de uso (CDRU) baseado na ideia de que a terra deve ser vista pela perspectiva do uso e não pela sua mercantilização e; a segunda se baseava na compra subsidiada de terrenos. A autora expõe que tais visões

³¹ Taschner, Suzana Pasternak, **Depois da Queda ou a Cidade Virou Favela**, In: Revistas Espaço e Debates, n. 12, São Paulo, 1984.

estavam vinculadas a correntes político-ideológicas. Tais frentes deram origem a 4 movimentos de destaque na capital, bem como produziram uma concepção sobre a política de regularização fundiária, com destaque para as áreas públicas. São eles: o Movimento Unificado de Favelas, Cortiços e Moradores Promorar articulado a um grupo do Partido dos Trabalhadores e a Igreja Católica; o Movimento do Conselho Coordenador das Favelas ligado ao PMDB, PC e PC do B; o Movimento de Defesa dos Favelados também apoiados pela Igreja Católica e pela Frente Nacional do Trabalho e o Movimento Comunitário das Favelas relacionado ao PTB e PDS.

No contexto de crise dos anos 1980, houve, na experiência da luta pela moradia, a construção de uma consciência de que ela estava articulada também às lutas em torno do trabalho, recebendo, assim, apoio de outros segmentos contestadores. A emergência da resistência estava ligada às experiências ao âmbito do vivido. A centralidade dos lugares que concentravam o poder do Estado – Secretaria de Habitação, Secretaria de Bem Estar Social, Sede da Prefeitura - era seguidamente ocupada pelas manifestações e ocupações emergindo os espaços de conflito. A prática socioespacial era baseada no espaço-tempo da contestação das condições precárias em que viviam muitos trabalhadores inseridos precariamente.

No conjunto de propostas para levar a cabo a luta pela segurança da posse, tínhamos o Movimento Unificado de Favelas - MUF. A reivindicação estava calcada na luta pela segurança da posse por meio da Concessão do Direito Real de Uso - CDRU por um prazo de 90 anos e sem o pagamento pela terra que ocupavam. Justificavam o não pagamento pela terra com base no argumento de que no processo de produção da moradia autoconstruída já estavam implicadas as explorações que lhes concediam o direito à moradia sem onerá-los. Eles utilizaram de instrumentos legais como uma fenda para legitimar a reivindicação, pois

“Ele reivindica o direito de permanecer na área onde os sem-terra estão através da regulamentação de um artifício jurídico, que a própria legislação possibilita (Lei Orgânica dos Municípios de 1967). Ele demanda o Direito Real de Uso, fundado na posse do terreno e na sua destinação para uso social coletivo. Reivindica-se também a desapropriação por interesse social, com base na lei 4.132/62.” (Gohn:1991:102)

Já o Conselho Coordenador de Favelas das Associações de Favelas – Corafasp, ao reivindicar o CDRU vai propor seu pagamento. Isso provocou distanciamentos entre os movimentos e, por sua vez, o poder público municipal, no período governado por Mario Covas, concebeu uma proposta fundamentada nesta última.

Entretanto, a proposta de Lei, levada por esta administração de Mário Covas, não será aprovada pela Câmara dos Vereadores, sendo uma primeira derrota para os movimentos sociais.

Em relação à contribuição do Movimento de Defesa dos Favelados – MDF, eles consideravam a questão das “urbanizações de favelas” como possibilidade de assumirem a morfologia da favelas e impedirem a remoção delas. Tentava-se desconstruir a representação do espaço da favela como aquela na qual se reuniam bandidos e vagabundos e lutavam para mostrar que o processo de espoliação e exploração produzia a favela. Juntamente a isso está a defesa da posse coletiva da terra ao considerá-la como um bem coletivo e não individual. Portanto, as concepções elaboradas a partir da prática socioespacial de luta pelo espaço, pela via da luta pela moradia, estiveram baseadas na concessão coletiva e nas melhorias infraestruturais das morfologias produzidas.

Diante destas concepções, havia divergências quanto ao processo de execução, seja para um título de concessão calcado no uso e outro pensado pelo ângulo do mercado, ou então, pela perspectiva do título individual ou coletivo. No entanto, a convergência residia na garantia de segurança da posse dos moradores que por muitos anos trabalharam para construir suas casas. Além disso, um ponto crucial se destacava na construção da política: a participação dos movimentos na eleição dos critérios que iriam referendá-la, principalmente na direção da seleção de lugares. Esse item é de suma importância, porque ratifica a luta de muitas favelas ao longo de anos pelo espaço de moradia.

A prática socioespacial da participação significava pela primeira vez um salto na prática do Estado autoritário e um momento de destaque quanto a intervenção dos moradores que exigiam direitos e não favores e ações assistencialistas. Além disso, a participação também representava a inserção política de camadas da sociedade que até aquele momento eram duramente rechaçadas e denunciavam o autoritarismo do Estado e do cumprimento dos privilégios. Isso pode ser observado em uma das reivindicações da União do Movimento de Moradia: *“Garantir a participação popular, na qual a população seja sujeito da política habitacional, desde sua concepção até a implantação de suas intervenções, fortalecendo as organizações autônomas da sociedade e estimulando sua organização.”* (Inst. Polis:2002:66)

É na participação dos movimentos sociais na construção da política que residiria o novo da política urbana. Contudo, na metamorfose da reivindicação em política este

traço fundamental e exigido pelos movimentos sociais vai se restringindo diante do discurso espacial assentado nos argumentos tecnocráticos.

Primeiro, cabe salientar que as lutas conformadas na cidade de São Paulo tiveram que enfrentar (como ainda enfrentam) muitos percalços existentes no aparato de defesa da propriedade, tanto privada como do Estado. Para esta pesquisa teceremos considerações acerca das terras de domínio público, já que as elegemos por nelas se assentarem a maior parte das favelas do município (Santos afirma que 78% das favelas estão nestes terrenos:2009). Ademais desta justificativa, também acrescentamos que os programas executados pelo poder público municipal são os mais abrangentes e se fizeram com este regime de propriedade. Por fim, a eleição do tipo de propriedade que se vai focar é de suma importância, porque os processos que envolvem a luta pela terra possuem uma plasticidade diante dos diversos componentes em torno do direito de propriedade. Até mesmo em uma política focada na propriedade pública³² como a empreendida pela Prefeitura de São Paulo teve facetas distintas de acordo com a situação do lugar na totalidade da cidade.

A partir dessa escolha não iremos nos referir aos processos em torno do usucapião urbano ou de dispositivos de ação sobre a propriedade privada especificamente capitalista e sim nas duas possibilidades de concessões para terras públicas (CDRU e CUEM).

Em São Paulo, a maioria das favelas se produziu em terrenos públicos considerados de *bens de uso comum do povo*. Estes terrenos se categorizaram dessa forma devido à legislação concernente ao parcelamento do solo, que por meio de diferentes períodos, exigia a doação por parte do loteador ao poder público de frações da gleba para implementação de equipamentos sociais (área institucional), sistema viário, áreas verdes e de lazer, além das faixas de preservação regidas pelo Código das Águas (1934)³³.

³² Somente para esclarecer, as terras públicas (municipal, estadual e federal) são classificadas em três tipos no Código Civil Brasileiro (art. 66), que dispõe sobre os bens públicos. De acordo com Spinazzola (2008:55), “Os Bens públicos são classificados em 3 categorias:

I – Os de uso comum do povo – são as coisas públicas, isto é, são utilizáveis por todos como por exemplo: ruas, praças, pontes, estradas, bancos de jardim, etc;

II – Os de uso especial – são os destinados aos fins administrativos como edifícios e terrenos utilizáveis pelos estabelecimentos federal, estadual ou municipal e;

III – Os dominiais – constituem o patrimônio do poder público, como estradas de ferro.”

³³ Cabe destacar que os processos de regularização fundiária de áreas privadas e áreas públicas são realizadas por departamentos diferentes no poder municipal paulistano. As primeiras são regularizadas pelo RESOLO – Departamento de Regularização do Parcelamento do Solo. A segunda pela

No processo de transgressões, os moradores espoliados sabem que os terrenos públicos são os mais possíveis de empreender a resistência frente às reintegrações de posse e relativamente às áreas particulares. Por isso, as ocupações são realizadas sobre as públicas primordialmente. Nas conversas com parentes e amigos e até os vendedores dos lotes particulares, eles verificam onde estão demarcados os limites deste terreno. Como muitos autores já observaram, as áreas doadas para o poder público se situaram naquelas mais desvalorizadas ou então com impedimentos próprios dos riscos da própria ocupação, como áreas com alta declividade ou com risco de alagamento.

Dessa forma, as dificuldades na luta pela segurança da posse estão circunscritas tanto no universo legal, bem como, quanto ao sítio no qual se produziram os lugares. Assim, a luta pelo espaço da vida se constrói no conflito legal que rege a propriedade, bem como para superar a precariedade do sítio onde estão assentados. A regularização fundiária e a “urbanização de favelas” aparecem como meios de sanar tais desafios.

Nessa direção, os movimentos sociais dos favelados conceberam estas duas últimas políticas como as possibilidades de permanência no lugar, ao mesmo tempo, de reconhecimento da morfologia da favela como produção dos trabalhadores espoliados tentando subverter a estigmatização dada pela representação do espaço da favela e, continuamente, reproduzida em muitos discursos espaciais.

Porém, mesmo sendo área pública na qual se assentaram as favelas, muitos dispositivos de defesa da propriedade do Estado se apresentavam no caminho da luta, especificamente de São Paulo. Primeiro, tratava-se de um dispositivo legal da Constituição Estadual que não permitia a mudança de uso das áreas institucionais (bens de uso comum do povo) deixadas pelos loteamentos e que, geralmente, é ocupada pelos espoliados. Sabemos que nos trâmites de realização de um processo de regularização fundiária de interesse social, um dos processos a ser executado é a desafetação da área, isto é, transformar o terreno de *bem de uso comum do povo* para uma outra categoria que permita modificar a destinação original, muitas vezes mudando para *área dominial*. Este processo é levado a cabo a partir de uma proposta do executivo e aprovada pelo

HABI – Superintendência de Habitação Popular que trata das áreas de interesse social e, atualmente, trabalha com grandes projetos como a urbanização e regularização da favela Paraisópolis e Heliópolis e as áreas de mananciais. A HABI possui uma estrutura descentralizada que atua diretamente nas regionais identificando e avaliando os problemas em cada porção do município. Destacamos também que das mais de 1500 favelas existentes no município cerca de 900³³ estão em áreas públicas, sendo este o foco maior das regularizações das áreas de interesse social.

legislativo. Todavia, o poder estadual, por meio do artigo 180 de sua Constituição, impedia tal procedimento. Como Cardoso apresenta,

“a Constituição do Estado de São Paulo previa em seu artigo 180, VII que ‘as áreas definidas em projeto de loteamento como áreas verdes ou institucionais não poderão, em qualquer hipótese, ter sua destinação, fim e objetivos originariamente estabelecidos alterados’, vedando a sua desafetação, reduzindo o estoque de áreas públicas municipais destinados à implantação de áreas verdes nos municípios paulistas.” (2010:218)

Esta lei apenas adquiriu nova redação apenas no ano de 2007, com a emenda Constitucional nº23, de 31 de janeiro. Nela há o acréscimo da seguinte afirmação *“exceto quando a alteração da destinação tiver como finalidade a regularização de: a) loteamentos, cujas áreas verdes ou institucionais estejam total ou parcialmente ocupadas por núcleos habitacionais de interesse social destinados à população de baixa renda, e cuja situação esteja consolidada”*.

No decorrer da luta pela moradia, nas quais as tentativas de regularização se empregavam para superar tal legislação restritiva e claramente de defesa da propriedade, se utilizou do argumento de inconstitucionalidade do dispositivo estadual. De acordo com Cardoso (2010:222), essa lei estadual estava em desacordo com as leis federais, pois apenas a União teria competência para legislar sobre os modos de aquisição e transferências da propriedade, inclusive aquela de domínio público. Ademais dessa questão, havia, a partir da Constituição Federal de 1988, a atribuição da competência do município ordenar o parcelamento, uso e ocupação do solo e que reiterou na Lei Orgânica do Município de São Paulo de destinar as áreas municipais para fins de habitação de baixa renda.

Além da especificidade da legislação, que os movimentos sociais deveriam enfrentar, havia em sua rotina a luta contra as reintegrações de posse impetradas pelo poder público municipal. Cerca de 900 processos dessa natureza estavam acionados em 1989, de acordo com Barreto (apud Cardoso:2010:215), pela Secretaria de Negócios Jurídicos. Isso não era diferente no início da gestão Marta Suplicy, que barrou em 2000 mais de 100 processos de reintegração.

Ao longo das décadas, aquela luta gestada no final dos anos 1970 começa a tomar forma com esse quadro legal estabelecido. Simultaneamente, os conflitos sobre como serem alcançadas as possibilidades reais de segurança da posse passaram por muitas metamorfoses. O conteúdo dessas mudanças possui um teor complexo pelas nuances dadas pelo novo ar neoliberal, a recente transformação da cidade de São Paulo

com acento no financeiro, no arrefecimento da organização dos movimentos sociais, na profunda fragmentação do espaço e do mergulho no século XXI em uma sociedade pautada pelo consumo, perpetuando a ausência de direitos e reproduzindo relações de favores e assistencialistas.

Podemos pensar que, ao mesmo tempo em que os anos 2000 se encheram de expectativas quanto às possibilidades de abertura para uma participação efetiva dos sujeitos organizados, houve, contraditoriamente, uma reprodução de mecanismos arcaicos próprios das relações de poder, que impulsionou grande parte do aprofundamento da integração precária dos moradores das cidades proletarizando-os ainda mais e ganhando novas formas da espoliação.

Entretanto, os espaços de conflitos estão presentes, muitas vezes sem visibilidade. Eles denunciam as práticas urbanas realizadas pelo Estado, promovem resistências permeadas por ambiguidades advindas das relações sociais e políticas construídas na formação da sociedade e revelam a fragmentação do espaço urbano através dos desafios da politização do cotidiano como na década de 1970.

Os processos expropriatórios não apenas significam a impossibilidade de uso de equipamentos urbanos ou serviços, mas, sobretudo, indicam uma tentativa de segregação do mundo da política que se revela no empobrecimento da participação na decisão das políticas praticadas. A esfera pública, na qual se constitui o espaço de conflito, é constantemente negada pelas mediações de estratégias de dominação sobre o espaço.

O papel do discurso tecnocrático como discurso espacial, pouco a pouco vai despolitizando as ações dos moradores pela inibição da participação. Podemos considerar este fato como próprio do domínio sobre o espaço no sentido de reproduzir a manutenção das relações de produção usurpando as conquistas dos moradores das cidades.

A generalização da segregação socioespacial no seio da crise urbana, é o processo que impossibilita a prática da tomada de decisões sobre a produção do espaço. Ela está marcada pela impossibilidade da apropriação do espaço conforme as concepções gestadas no vivido daqueles que se confrontam com as expropriações. No decorrer de execução da política em São Paulo, vamos observando esta transição entre uma política gestada pelos movimentos sociais e as metamorfoses dadas em um conteúdo dado à política pelo poder estatal. Observamos uma tendência de despolitização e de cessação da voz dos movimentos sociais que gestaram essa política,

bem como, o aprofundamento das contradições espaciais. No entanto, na contínua produção do lugar observamos as transgressões e resistências na luta pelo espaço.

Das metamorfoses na realização da política de regularização fundiária de interesse social em áreas públicas na cidade de São Paulo

Os antecedentes

As tentativas de se promover a regularização fundiária de interesse social em áreas públicas estiveram em pauta em São Paulo desde os anos 1980. No enfrentamento entre as concepções dos movimentos sociais e o poder público municipal se gestou, pela primeira vez, a proposta de execução de reconhecimento da segurança da posse na gestão de Mario Covas (prefeito “biônico”, nomeado pelo governador Franco Montoro de 1983 a 1986).

Enquanto alguns movimentos reivindicavam a concessão de direito real de uso – CDRU não onerosa e no prazo de 90 anos, o governo da época levou à Câmara Municipal a proposta de concessão para apenas um prazo de 45 anos e de forma onerosa aos trabalhadores. Todavia, não obteve aprovação e na gestão seguinte, de Jânio Quadros (1986-1989), a experiência não foi posta adiante, mas sim foram atualizadas as concepções de desfavelamentos na cidade, com destaque para a centralidade do vetor sudoeste. Juntamente a esse processo, Gohn (1991:102) esclarece que se introduz a iniciativa privada nas escassas políticas para as favelas como as construtoras e empreiteiras executando serviços de infraestrutura. O Estado buscou transformar aquilo que se empreendeu como políticas, no que diz respeito às favelas, em mais um filão da iniciativa privada e que envolve modificações profundas nas finalidades propostas pelos trabalhadores inseridos precariamente.

Gestão Luiza Erundina – 1989-1992

Esta gestão é considerada um divisor de águas quanto às ações do poder público e de diálogo com os movimentos sociais urbanos, principalmente os de moradia. Contudo, também levanta a questão apontada por Sader (1988), no que diz respeito à precocidade da participação dos movimentos nos mecanismos da representatividade dada pelos caminhos da institucionalização.

Logo, Luiza Erundina, ao assumir a Prefeitura de São Paulo, enfrentou uma série de ocupações. Mesmo que a prefeita tivesse uma orientação política voltada à

articulação junto aos movimentos sociais, não se impediu o acionamento de institutos repressivos para reduzir as ocupações que estavam se efetuando na cidade. No desenrolar dos conflitos, o poder público intentou construir canais de diálogo para que houvesse a participação dos movimentos de moradia nas decisões das políticas a serem realizadas.

Mesmo com percalços dessa natureza, se empreendeu uma configuração institucional diferente para se implantar uma política de habitação para o município³⁴. Primeiramente, houve Fóruns Regionais Populares no sentido de construir, com as organizações que lutavam pela Reforma Urbana, as prioridades nas ações do governo. Do ponto de vista da política de habitação do município, se estabeleceu uma descentralização administrativa para que a Superintendência de Habitação - HABI estivesse permanentemente em contato com os moradores dos lugares nas diversas regiões de São Paulo. Neste período, o mutirão, as “urbanizações de favelas” e um projeto de desafetação de áreas municipais para a efetivação da posse da terra foram dos avanços mais destacados.

Em relação à segurança da posse, consideramos que, neste período, se elaborou uma política de regularização fundiária de interesse social mais próxima do construído pelos movimentos sociais visando efetivar o direito à moradia, apresentando uma proposta que não estivesse fundamentada numa mercantilização da posse e sim em seu reconhecimento como direito. Isso significava o não pagamento pela terra urbana e a compreensão da questão da moradia como um direito a todos. Desse modo, ratificava as ideias apregoadas pelo MDF e o MUF. Esses dois últimos movimentos, ligados a essa reivindicação, foram os mais presentes nos debates de seleção dos lugares para inserção na política.

Um traço fundamental do processo de elaboração de uma política para a posse da terra foi o critério de prioridade dos lugares conforme a luta pelo espaço existente neles. Como reitera Gohn (1991:158), “*o grau de organização dos moradores era o primeiro fator a ser considerado na escolha*”. Essa característica é importante já que nos revela o papel da politização e a prática da participação como elementos centrais

³⁴ “Os princípios norteadores da política de habitação implementada pelo novo governo foram: direito à terra; direito à arquitetura; direito à cidadania; participação da população na formulação dos programas e execução dos projetos; diversificação das intervenções, reconhecimento da cidade real; redução de custos, sem perda da qualidade; estímulo à autogestão e respeito ao meio ambiente.” (Instituto Polis:2002:19).

para garantir a segurança da posse elaborada pelos processos dados pela resistência³⁵. Será este critério, que ao longo do desenvolvimento de efetivação da política, se diluirá por meio das justificativas técnicas, as quais compõem a cadeia lógica da argumentação do discurso espacial.

Como sabemos, o regime de propriedade pública está referendado por normas relativamente distintas daquelas empregadas a propriedade privada. Por isso, ao realizar o processo de regularização de áreas públicas o primeiro passo é desafetar as áreas e transformá-las de bens de uso comum do povo para bem dominial. Em 1990, a prefeita Luiza Erundina enviou uma proposta com esse objetivo para a Câmara dos Vereadores, pois, ademais da avaliação do executivo das áreas passíveis de concessão, somente se efetuariam essa transformação se houvesse a aprovação do legislativo. Pelo Projeto de Lei 51/90, solicitando a desafetação com a finalidade de concessão de uso pelo regime de CDRU por interesse social, se propôs para 135 áreas a outorga não onerosa e por um prazo de 90 anos.

Uma lei como essa era uma das condições fundamentais para os movimentos dos favelados, já que a política de desfavelamento do governo anterior esteve apoiada numa avalanche de reintegrações de posse. De acordo com Barreto (apud Cardoso 2010:215), *“no ano de 1989 haviam 900 processos de reintegração de posse na Secretaria de negócios jurídicos. ‘A prefeita Luiza Erundina baixou uma portaria sobrestando esses processos (portaria 59/90, de 6/2/90) e outra fixando critérios e procedimentos para regularização fundiária e remoção administrativa e judicial (portaria no 206/90, de 2/7/90)’ explica a urbanista.”*

Porém, após vários debates em torno do projeto de lei, ele não é aprovado, sendo atribuída a derrota aos representantes que apoiavam os setores imobiliários da cidade. Segundo Maricato (1995),

“Entre 1989 e 1992, os empresários imobiliários reunidos em torno de seu sindicato, o SECOVI, se opuseram à aprovação do projeto de lei relativo à regularização fundiária de favelas em São Paulo, proposto pela Prefeitura e modificado por vereadores da Câmara Municipal em negociação com os movimentos de favelados. Suas ideias foram expressas através da revista do SECOVI (principalmente através de dois artigos publicados no ano de 1992). Neles, empresários imobiliários propunham a remoção das favelas de

³⁵ “A relação com os movimentos populares foi implementada no dia-a-dia, por diferentes aspectos: indicação de terrenos, discussão de projetos, guarda das áreas desapropriadas, gestão do empreendimento, organização da população para possibilitar a urbanização de favelas, debates sobre os temas e problemas enfrentados e programas que estimulavam a autogestão do empreendimento, com a associação assumindo o gerenciamento da produção das unidades habitacionais.” (Instituto Polis:2002:23)

áreas públicas e a devolução dessas áreas ao uso público. Uma posição pretensamente correta - incorporar ao patrimônio público áreas ocupadas privadamente por moradias - revela o desconhecimento sobre a impossibilidade de aplicar tal medida a uma cidade onde quase 20% da população, ou mais de um milhão de pessoas, mora em favelas”³⁶

Julgou-se, na época, esse fato como de grande derrota para os movimentos que reivindicavam a posse, mesmo que por um lado se avançasse nos projetos de “urbanização de favelas”. No entanto, conjunturalmente, os impactos dessa derrota seriam grandes devido ao período seguinte de retração de políticas urbanas visando o direito à moradia com os governos que se sucederam.

Após o período Luiza Erundina e com o ingresso de administrações conservadoras, estávamos também ingressando em um período neoliberal, com uma lógica de transformar a cidade na própria mercadoria. Era a transição para a fase da “*cidade do pensamento único*”. Em São Paulo, as “urbanizações de favelas” concebidas pelos movimentos sociais como possibilidade de politização, a partir do projeto a ser elaborado em conjunto com os moradores, vai cedendo lugar às empreiteiras e construtoras que possuíam a “legitimidade” que as instituições de financiamento exigiam. A segurança da posse continua a ser uma bandeira de luta, todavia, impedida pelas reiteradas estratégias de defesa e concentração da propriedade, mesmo pública.

Os movimentos sociais também ingressam em novo período determinado por essa realidade e a relação com o Estado também muda. A nova interação entre poder público e organização social está explicitada nas considerações de Gohn (1991:163),

“A organização dos movimentos se enfraqueceu devido a uma desarticulação da rede de relações cotidianas que os sustentavam, a despeito de ter ocorrido um crescimento do nível de consciência e do aprendizado político de algumas lideranças. Os movimentos se firmaram enquanto força social, presente e necessária, nos fóruns sobre gestão da coisa pública, mas, ao mesmo tempo, desestruturaram-se enquanto força social organizada em torno de reivindicações cotidianas.”

A luta pelo espaço continua, mas há uma ampliação dos desafios devido ao contexto dos anos 1990. No que tange à segurança da posse, nos governos subsequentes, Paulo Maluf (1993-1996) e Celso Pitta (1997-2000), a política de regularização fundiária esteve ausente. Algumas políticas pontuais explicitavam em seu

³⁶ Maricato, Ermínia, **Metrópole na periferia do capitalismo**: ilegalidade, desigualdade e violência, site Labhab – FAU – USP, São Paulo, 1995 Disponível em: <<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/index.html#textos>>,. Acesso em: 12 de abril de 2009.

corpo de exigências a regularização fundiária de favelas, como foi o caso do Programa Guarapiranga, financiado pelo Banco Mundial, para recuperação das águas desta importante fonte de abastecimento para São Paulo. Contudo, apenas se implantou a “urbanização de favelas”, portanto, a regularização urbanística e não a fundiária.

Nesse período, as políticas para as favelas, além da reatualização de muitas remoções, esteve baseada no projeto Cingapura que visava metamorfosear radicalmente a morfologia da favela e implantar conjuntos habitacionais. O intuito principal, além de se transformar em uma importante fonte de recursos para construtoras e empreiteiras, era, sobretudo, estampar uma paisagem com uma morfologia que pudesse valorizar o espaço e, desse modo, dinamizar o setor imobiliário de porções da cidade.

A estrutura herdada pela gestão de Luiza Erundina para debater junto aos movimentos sociais a questão das políticas para a moradia é desmantelada, como a descentralização promovida em HABI.

Gestão Marta Suplicy – 2000-2003

O retorno do tema sobre a segurança da posse na pauta institucional aparece na gestão de Marta Suplicy. Todavia, a conjuntura política do período de Luiza Erundina para a dos princípios dos anos 2000 havia mudando muito com a consolidação do Estado neoliberal, aprofundamento da nova pobreza e as mudanças em relação ao próprio papel dos movimentos sociais urbanos.

Embora canais de participação dos movimentos sociais tenham sido restituídos, havia sido imposto um claro impedimento sobre os temas prioritários a serem desenvolvidos neste período, como uma política habitacional mais abrangente. Na dissertação de mestrado de Calvacante (2006), ele se debruça sobre a trajetória da União dos Movimentos de Moradia - (UMM) e tenta esmiuçar a relação entre este movimento de São Paulo e o Partido dos Trabalhadores, expondo as implicações para o processo de construção da democracia. A hipótese que sustenta a análise é que essa relação esteve permeada por elementos autoritários.

A análise de Cavalcante está situada na compreensão de que o papel do Estado na representação como poder executivo possuía os princípios neoliberais, como aqueles da eficiência, rapidez e baixo custo, portanto, aqueles considerados pragmáticos. Isso resultou num ambiente político controlado pelo Estado e o tema da habitação apenas circunscrito como periférico, pois, segundo ele, o governo teve como postura “ter

apostado todas as fichas em programas rápidos, de baixo custo”, dentre eles o de regularização fundiária.

No balanço do autor quanto a essa relação ente Estado e movimentos nesta fase, há descontinuidades do primeiro processo no qual se esboçou a regularização fundiária de interesse social no final dos anos 1980 e princípio dos 1990. Para ele, a desigualdade nas relações políticas entre Estado e movimentos implicou numa distorção dos princípios de participação que estiveram presentes na gestão, explicando um determinado afastamento da concepção da segurança da posse apregoado pelos movimentos sociais. Em suas palavras sobre o balanço que faz das características da gestão Marta Suplicy ele afirma que,

“A primeira diz respeito ao fato de a negociação entre Estado e movimentos sociais acontecer de forma declaradamente desigual, onde a força da máquina pública é posta em prática, de modo a colocar o ator popular em clara situação de inferioridade. A segunda característica deste governo foi à forma como distorceu os princípios que regiam, de modo geral, as políticas participativas até então empregadas em várias administrações municipais onde o PT era governo.” (2006:122)

Atribuímos muito do autoritarismo vigente à herança da racionalidade da fase neoliberal, como também da estrutura de formação do Estado brasileiro. Há uma continuidade da prática urbana justificada pela lógica da eficiência e da técnica, em que esfumaça a prática participativa e de negociações com os movimentos sociais e moradores. Ademais disso, o autoritarismo permeado por muitos álibis nos discursos espaciais que lhe dá legitimidade, é condição necessária para a dominação do espaço e, desse modo, garantir as condições de reprodução e avanço do capitalismo através da mercantilização do espaço.

Embora, em avaliação sobre o período dessa política habitacional, os movimentos sociais expuseram os retrocessos quanto aos investimentos, bem como ao próprio processo de participação e negociação. Contudo, uma das reivindicações fundamentais da fase de luta pela moradia e empreendida pelos movimentos para impedir as expulsões contínuas havia sido impulsionada, ou seja, justamente a política relativa à regularização fundiária de favelas. Em uma das entrevistas no mestrado de Cavalcante (2006:110), ele revela a afirmação de uma das lideranças da União dos Movimentos de Moradia (UMM) na qual aponta este reconhecimento: *“Eu acho que foi o melhor programa da PMSP. Foi uma marca da gestão. Eu acho que foi muito importante.”*

Cabe salientarmos que, antes do ingresso do PT na administração municipal de São Paulo, a prática permanente era a das seguidas remoções de favelas com o avanço das reintegrações de posse. O Relatório da Cities Alliance (2004) sobre a situação da moradia em São Paulo e avaliação das ações do governo Marta Suplicy, nos traz a informação de que entre os anos de 1993 a 2001 o poder público municipal moveu mais de cem ações de reintegração de posse sobre favelas. Quando ingressa este governo, as ações são suspensas.

As políticas de regularização fundiária ganham fôlego no município a partir da promulgação das leis federais que impulsionaram a primeira fase (Estatuto da Cidade e Medida provisória 2220/2001). Também, neste momento, se inicia a elaboração do Plano Diretor do Município, no qual se traçam as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) que incidirão na legislação específica de moradia para baixa renda.

Recuperando a proposta original de regularização da posse das primeiras 135 áreas selecionadas em conjunto com o poder público e os movimentos sociais da época de Luiza Erundina, se elabora o projeto de lei (385/2002) com a inserção de mais 25 áreas. O dispositivo legal utilizado não é apenas o CDRU, mas, pela legislação que se consolidava nos anos 2000, era possível usar a concessão de uso especial para fins de moradia – CUEM que se apresentava na condição de um direito subjetivo e não como uma atribuição do Estado.

Como explicita uma das técnicas³⁷ que atuou neste período, o trabalho foi realizado entre a Secretaria de Habitação, a Secretaria de Negócios Jurídicos, a Procuradoria Municipal e os Cartórios, principalmente. Como critérios a serem considerados (além daqueles dispostos na legislação, como o tempo de ocupação) havia prioridades às áreas do projeto de lei 51/90 e sem risco, com determinada intervenção do poder público e que estivessem grafadas como ZEIS³⁸. Diante desses critérios, ainda permanecia a indicação de áreas pelos movimentos de moradia, somente verificando se elas atendiam ou não às normas legais dispostas na legislação recente. De acordo com a Prefeitura de São Paulo *“Um dos critérios para seleção das áreas escolhidas como*

³⁷ Entrevista realizada em 24 de novembro de 2011.

³⁸ De acordo Instituto Pólis que relatou este processo, é explicitado que os critérios adotados para o programa foram: “áreas sem risco eminente; área que já teve algum tipo de intervenção na urbanização pelo Poder Público; área localizada integralmente em área pública; não ser área de preservação permanente ou de proteção de mananciais; a área deverá estar gravada como ZEIS no Plano Diretor do Município de São Paulo; área pertencente ao projeto de Lei 51/90; áreas ocupadas há mais de 20 anos por habitações de população de baixa renda, áreas indicadas pelos movimentos de moradia atuantes no município de São Paulo e áreas inseridas na malha urbana, dotadas de infra-estrutura e serviços.”. disponível em: www.polis.org.br. Acessado em: 13 de julho de 2009.

favelas para compor o programa foi a indicação das áreas envolvidas com movimentos de moradia atuantes no município de São Paulo.” Portanto, a articulação com os movimentos de moradia atuantes permaneceram relativamente, mesmo que em âmbito ampliado as políticas de habitação não fossem a prioridade do governo.

O processo de execução da regularização também se alicerçou na articulação com as lideranças dos movimentos no sentido de organizar os procedimentos de levantamento de cadastros, mediação de conflitos e outros momentos da preparação das áreas para titulação. Uma série de medidas é imposta também aos moradores, tendo uma normatização que envolve a conquista reivindicada pelos movimentos³⁹.

É importante salientar que, no procedimento de elaboração do programa de regularização fundiária, os desafios para a conquista da segurança da posse perpassam toda sua constituição (antes, durante e após a implementação do programa). Assim, no que se refere ao processo interno de regularização fundiária, há uma sequência de procedimentos que a Prefeitura de São Paulo realizou e esteve apoiada, em parte, na atuação de empresas privadas com supervisão dos técnicos do poder público. As empresas em destaque são: Diagonal Urbana, IemeBrasil, Núcleo e Cobrap, com destaque para o cadastramento e a selagem dos imóveis.

Do ponto de vista dos passos para a execução, podemos demarcar cinco: levantamento planialtimétrico cadastral (Lepac), selagem, cadastramento, requerimento de posse e plano de regularização.

1) No LEPAC se examinam a topografia do terreno e os possíveis lotes a serem demarcados com os limites exatos em conjunto com o levantamento fundiário. Esse procedimento é fundamental para, posteriormente, conseguir o registro em cartório e não apresentar conflitos em relação aos proprietários confrontantes ou discrepância com a área do loteamento que originou o perímetro institucional. Em relato de representante

³⁹ Durante a implantação do programa a Prefeitura veicula material divulgado aos moradores que expõe da seguinte forma os direitos e deveres dos titulados. São eles:

Direitos: transferir título para terceiros;; deixar o imóvel em herança; promover melhorias no imóvel, respeitando os limites dos lotes regularizados, os acessos e as condições de ventilação e insolação dos imóveis vizinhos; participar das discussões para a definição de regras de convivência e de futuras propostas para melhoria urbanística e de infraestrutura da área; obter financiamentos para a reforma dos imóveis.

Deveres: manter o uso do imóvel, respeitando a situação que foi regularizada (residência, comércio, serviço ou instituição); não ceder ou alugar o imóvel regularizado; não permitir que terceiros se apossam do imóvel; respeitar os limites dos lotes regularizados; zelar pela conservação da área e de seus espaços públicos; desenvolver relações de vizinhança que preservem os direitos individuais e coletivos da comunidade.

da equipe de regularização fundiária⁴⁰, ele expõe que *“Para refinar e definir a área a ser regularizada associa-se com o levantamento/estudo fundiário, que é feito por advogados e arquitetos de dentro da Prefeitura (toda a documentação foi pega no cartório)”*. Após esse percurso é apresentado um relatório dizendo que aquela área pode ou não ser regularizada.

O momento de levantamento da situação fática e da fundiária é um dos pontos de maior crítica sobre essa primeira fase, sobretudo, no encaminhamento dos registros em cartório, já que os limites não foram tão bem delimitados. Devido à racionalidade da propriedade privada dos cartórios, essas delimitações não exatas dificultam ainda mais o avanço dos processos de segurança da posse.

2) A Selagem trata da identificação dos domicílios e dos lotes existentes no perímetro para regularização. Nela serão avaliadas as formas das casas produzidas que, por meio de critérios técnicos, serão ou não aprovadas para possível titulação. Para isso, é considerado como critério de aprovação o domicílio que estiver em condições mínimas: *“tem que ter banheiro, tem que ter cozinha e um cômodo que sirva pra descanso”*.

3) O cadastramento socioeconômico serve para a identificação dos responsáveis por cada imóvel selado. Nele, se avalia o tempo de ocupação, a situação socioeconômica e, sobretudo, a quem pertence a casa e a quem será atribuída a titulação. Conforme relato da técnica de HABI⁴¹,

“O cadastro também é outro aspecto super importante (...) Esse cadastro vai identificar quem mora no imóvel, quem é o concessionário, a quantos anos a família mora neste imóvel, a origem, se ela chegou lá e invadiu o lote ou se ela comprou o lote de alguém, se é aluguel ou não é, se a casa foi emprestada por um parente. Então, no cadastro a gente faz essa identificação, quem vai ser o concessionário. O concessionário quem determina é a família, a gente não determina quem é o concessionário, quem determina é a própria família, com livre arbítrio da população. Para gente pode ser ate duas pessoas, como marido e mulher, pode ser só a mulher, pode ser só filho. Então, a gente tem o limite de duas pessoas. O cadastro vai recolher a documentação, vai recolher os requerimentos de concessão, recolher as declarações de baixa renda, declaração de não proprietário, porque uma das coisas que define o título se ela vai receber ou não, é a declaração de que não tem outro imóvel em outro local. As vezes a família tem toda sua vida aqui em São Paulo, mas ela tem um sitio em Santa Rita do Passa Quatro, por exemplo, ou tem um pequeno imóvel, mas ela mora aqui, a vida dela esta constituída aqui, só que ela vai declarar nesse cadastro que tem esse outro imóvel. Então, como a

⁴⁰ Entrevista realizada em 23 de abril de 2010.

⁴¹ Entrevista realizada em 23 de abril de 2010.

gente não pode dar concessão especial para fins de moradia para quem tem outro imóvel, porque isto já é definido na Medida Provisória, a gente pode, enquanto município oferecer a concessão de direito real de uso, porque é critério do município.”

“Outra coisa que a gente identifica na selagem e no cadastro é a metragem do lote, então a gente pode encontrar em determinada área um lote maior do que 250 metros quadrados. Se a gente encontra um lote maior do que 250 metros quadrados a gente não vai outorgar a concessão de uso especial.”

Para uma das lideranças do Movimento de Defesa dos Favelados – MDF, apesar do cadastramento exigir uma série de normas dispostas na lei para avaliar quem será titulado ou não, as lideranças expõem que na experiência da primeira fase a diretriz do poder público era inserir os moradores que estavam residindo na favela, independentemente do período exigido ou não por lei. A liderança relata da seguinte maneira este período:

“Ela falava que todo o cidadão tem direito à moradia e eu não tiro ninguém de uma favela sem uma moradia. É sair de uma favela, tem que ter sua moradia. Eu, como movimento, eu acompanhei bastante remoções, as assistentes chegava, se você mora na favela, ela não queria saber se você tinha um ano ou dois, três meses ou um dia. A gestão dela era assim, cê tá na favela é porque não tem moradia. Então, ela não ia dar anos e anos pra você. Impor 5 anos na favela pra você ter direito a uma moradia, não, ela retirava aquele povo da área de risco e ela dava as condições pro povo conseguir sua moradia adequada e definitiva.”

Também, nessa etapa, muitos conflitos surgem em torno da pertença da casa, pois em São Paulo, pela dinâmica do processo de produção do espaço urbano, que eleva os preços mesmo de casas na favela, a prática do aluguel é bem disseminada entre os moradores de favelas. Quando há um processo de regularização, os inquilinos e “proprietários” entram em conflito pela possibilidade da titulação. Nos relatos de moradores e de técnicos, nos afirmaram que tais confrontos redundam em expulsões de famílias do lugar ou em acordos de compra e venda com uma quantia fixada entre ambos para efetuar o pagamento pelo imóvel, mas também se apresentam situações em que o poder público não pode conferir a titulação devido à não solução dos conflitos .

4) O requerimento de posse é o pedido de regularização do imóvel junto à Prefeitura. Assim, se elabora um plano de regularização como parte de um estudo sobre as condições urbanísticas da área e se finaliza com a entrega dos títulos à comunidade beneficiada.

Na primeira fase, a implantação do programa foi feita sobre os 160 lugares usando do quadro institucional estabelecido nacionalmente. Ao nível da cidade, para regulamentar os instrumentos legais se instituiu a Lei Municipal 13.514 em 2003⁴², a qual autorizou a concessão de uso especial para fins de moradia e a concessão de direito real de uso para 160 áreas com a desafetação e destinação delas ao programa de regularização fundiária para aproximadamente 42 mil famílias (Tabela 04). Elas estavam distribuídas em 41 áreas na zona norte, 51 na sul, 53 na sudeste e 15 áreas na leste. Além disso, houve a permissão de autorização comercial e de prestação de serviços. Tal programa esteve previsto no artigo 242 do Plano Diretor Estratégico promulgado pela Lei 13.430 de 2002. Sua regulamentação foi realizada por meio do Decreto Municipal nº 43.474/2003.

Do ponto de vista dos resultados obtidos nesta primeira fase, foram outorgados quase 42 mil títulos, sendo mais de 45% coletivos e quase 55% individuais. Um destaque a se fazer sobre eles se refere a divisão entre CDRU e CUEM que, neste caso representou aproximadamente 60% e 40% respectivamente (Tabela 04). Na esfera jurídica, há implicações próprias da forma contrato que faz diferenciar estes tipos de títulos e em um processo de embate, para os moradores novamente não serem expulsos, esses aspectos são usados ao nível político.

Tabela 04 - Títulos Outorgados por tipo - Primeira Fase

	coletivo	individual	total	%
Autorização de uso comercial, institucional e de prestação de serviços	22	20	42	0,1
CDRU	9671	15029	24700	59,59
CUEM	9056	7651	16707	40,31
Total	18749	22700	41449	100
%	45,23	54,77	100	

Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.

A política de regularização fundiária foi executada a partir do *Programa Bairro Legal*, levando a cabo as características preconizadas pela concepção brasileira de não somente realizar a legalização do imóvel, mas implantar a recuperação do lugar com intervenções para melhorias infraestruturais. Tratava-se de um programa de grande abrangência, que não tocava somente a regularização fundiária de favelas, mas também

⁴² “Em cumprimento ao Estatuto da Cidade e ao Plano Diretor o município de São Paulo instituiu a Lei nº 13.514/2003 que dispõe sobre a desafetação de áreas públicas municipais da classe dos bens de uso comum do povo, ocupadas por população de baixa renda, com a finalidade de promover Programa de Regularização Urbanística e Fundiária, autoriza o Executivo a outorgar concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso, e dá outras providências.” Instituto Polis, s. data. Disponível em: www.polis.org.br. Acesso em 13 de julho de 2009.

a “*melhoria de moradias autoconstruídas, na produção de novas moradias (tanto por meio convencionais como pelos programas de mutirões), na instalação de infraestrutura urbana, melhoria do acesso aos serviços e equipamentos públicos*” (2004:44)⁴³.

A política que estamos analisando era caracterizada da seguinte forma no Balanço das Ações de Governo, “2) *Regularização urbanística e fundiária: possibilita aos moradores o acesso à posse segura de seus imóveis, em favelas e loteamentos irregulares. O programa prevê a melhoria das condições de vida dos moradores das áreas indicadas pela legislação para outorga de título de posse, com a integração das mesmas à malha urbana.*” (2004:44)

Nos processos de regularização fundiária de áreas públicas são postos dois tipos de concessão: a concessão de direito real de uso (CDRU) e a concessão de uso para fins de moradia (CUEM). O primeiro já está presente em outros dispositivos legais enquanto o último foi promulgado na Medida Provisória 2220/2001. Uma sutil diferença é posta, mas de grande importância na luta dos movimentos sociais que estão reivindicando a segurança da posse e representam bem o rechaço de favores e a luta por direitos. O CDRU é um instrumento que apenas pode ser concedido pelo poder público, ou seja, é chamado de prerrogativa do Estado apenas sendo conferido a partir da vontade desta instituição.

O CUEM, por sua vez, criado sob o julgo do direito à moradia, no sentido de ratificar um direito e se transformar em instrumento legal que permitisse ao morador exigir sua posse. Como denominado pelos juristas, o CUEM está inserido no quadro dos direitos subjetivos⁴⁴, isto é, ele pode ser exigido pelo interessado, por aquele que ocupa determinada área com os critérios estabelecidos por lei (ocupação em 5 anos ininterruptos, terreno menos que 250m² e não ser proprietário de nenhum imóvel). Na medida em que o CDRU é uma ação atribuída ao Estado, em uma situação de conflito, pode-se considerar este tipo de título mais precário do que o CUEM do ponto de vista político para a luta pelo espaço. O CUEM pode-se compreender como um dispositivo, mesmo com limites intrínsecos ao caráter institucional, em que expressa uma luta por direitos e rechaça os favores e a subserviência em relação ao Estado.

No jogo jurídico, que em grande parte faz o Estado seguir no controle sobre sua propriedade, a configuração dada na medida provisória 2220/2001, que dispõe do

⁴³ PMSP. **Balanço de Governo de Marta Suplicy** (2000-2004). São Paulo. 2004.

CUEM, é insistentemente deslegitimada por ele, pois retira o poder das mãos do Estado e o transforma em um direito do morador. Por isso, o poder público pelos meandros jurídicos tenta apregoar a ideia de que o CUEM também é prerrogativa do poder público. Como podemos observar em entrevista, a técnica nos apresenta esse fato ao mencionar como a equipe de regularização trata o tema e como a Procuradoria Geral do Município o aborda:

“A concessão de uso especial para fins de moradia ela é um direito da pessoa que mora em área pública anterior a 1996. (...) É um direito subjetivo. A concessão de direito real de uso, que é do Decreto lei 271 de 64, se não me engano, ela não é um direito, ela é uma prerrogativa do poder público. Então, eu posso dar a meu critério ou não a concessão do direito real de uso de determinado local para determinada pessoa.(...) Dentro do programa de regularização eles estão no mesmo patamar. Mas tem uma orientação da procuradoria geral do município que diz que a concessão de uso para fins de moradia não é um direito subjetivo e também a critério do município (...) Então, no município de São Paulo você encara o direito real de uso e a concessão de uso especial dentro do mesmo âmbito porque ela não seria um direito subjetivo da pessoa que mora ali e preenche os requisitos. Ela também é a critério do município. Então isso é uma discussão jurídica, mas se você analisar a medida provisória e o decreto 271 que tem o direito real de uso você vai encontrar esta diferença técnica que uma é um direito e a outra é uma prerrogativa.”

A menção sobre o tema não pretende construir um raciocínio na perspectiva jurídica, já que não temos os instrumentos conceituais para tanto, mas é importante acrescentá-lo na perspectiva de que tais artifícios do mundo das leis, na construção da abstração que rege a vida, também se implicam na luta ao nível político. Numa luta pelo espaço da vida em que se tenta utilizar dos instrumentos possíveis para resistir às camadas de expropriação, ela está igualmente atravessada por tais dispositivos, usados nas estratégias dos sujeitos.

Salientamos, que nesse período, parte das reintegrações de posse impetradas pela Prefeitura foram interrompidas pela conquista da concessão, sendo de relevância para a mudança da vida dos moradores que até este momento estavam ameaçados. Algumas das áreas pertencentes ao conjunto desta lei estavam sofrendo com as contínuas ameaças de expulsão e ao ser decretada a desafetação delas, não podiam mais serem objetos de reintegração.

Gestão José Serra e Gilberto Kassab – 2005 – 2012

Na gestão posterior à de Marta Suplicy, houve a continuidade no processo de regularização fundiária de interesse social. Houve uma clara mudança na orientação do

campo político da administração recém ingressa na municipalidade, implicando também em mudanças nos critérios adotados para seleção de áreas, se distanciando do tema da participação dos movimentos sociais e substituindo-o pelos critérios técnicos.

Esse momento é classificado pelos técnicos da Prefeitura como de institucionalização do programa, conforme há a consolidação da primeira fase e uma renovada forma de atuar na segunda por meio do incremento de avanços técnicos.

O andamento dos trabalhos para a segunda fase inicia-se no ano de 2005 e a titulação dos moradores se realiza no ano de 2008. Em 2007, após o processo de seleção e levantamento das áreas, enviou-se o projeto de Lei 780/07 para a Câmara dos Vereadores. A aprovação se efetuou em 2008 com a publicação da Lei Municipal 14.665 de 08 de janeiro de 2008 com a qual regularizaram-se mais 108 áreas públicas⁴⁵. A regulamentação se fez a partir do Decreto 49.498/2008 que revogou a lei anterior de número 43.474 de julho de 2003. Nesta última e segunda fase, a abrangência territorial foi de 1,1 milhão de metros quadrados divididos em 45 áreas na zona norte, 31 na zona sul, 12 na sudeste, 17 na zona leste e 3 na área central.

Para alcançar os resultados acima, o primeiro passo para a segunda fase era rever os critérios adotados na primeira. Como relata uma das técnicas da equipe do poder público, a grande diferença entre as duas fases esteve baseada nestes critérios de seleção de áreas, pois

“Na primeira fase, como era essa novidade, a gente tinha critérios para serem atendidos, critérios técnicos, mas também a gente tinha uma demanda. A primeira demanda que a gente teve foi de um projeto de lei numero 51, que era da época da Erundina. Eram áreas que já estavam sendo trabalhadas para a regularização e para concessão direito real de uso. Então, quando veio a concessão de uso especial, a gente falou, que áreas a gente via trabalhar? Seguindo os critérios da medida provisória, mas e aí, quais? A primeira escolha foi levantar essas áreas do projeto de lei porque elas já tinham sido estudadas, analisadas e tinham condição de ser regularizadas.”⁴⁶

⁴⁵ Segundo avaliação da equipe de regularização fundiária responsável pela segunda fase do programa, os principais avanços com esta lei seria “a) a previsão de descrição e caracterização das áreas relacionadas na Lei por ato Executivo, com a finalidade de proporcionar maleabilidade na definição dos perímetros e, consequentemente, facilitar o processo de registro; b) a retificação das áreas desafetadas pela Lei Municipal nº13.514/03, a partir dos perímetros definidos sobre base Lepac, com o mesmo objetivo; c) a alteração da redação do artigo 3º da lei Municipal nº 13.514/03, com a inclusão da possibilidade da soma de posse nos casos de titulação individual, corrigindo uma distorção da MP 2220/01, no âmbito do município; a autorização de processamento da desafetação de áreas pelo Executivo, desde que estas estejam consolidadas, ocupadas anteriormente a 30 de junho de 2001 e demarcadas como ZEIS no Plano Diretor e a autorização para definição de lotes destinados à intervenção urbanística, no âmbito do Programa de Urbanização de Favelas, que poderão ser doados e alienados.”Exposição em outubro de 2009.

⁴⁶ Entrevista realizada em 24 de novembro de 2011.

“Já na segunda fase a gente recuou e teve como base o técnico se sobrepondo ao fático, porque quando a gente levou essas áreas da primeira fase, a registro no cartório de imóveis para abrir a matrícula da área pública e na sequência abrir as matrículas dos lotes, individualizar estes lotes, o cartório começou a falar que não abriria, justamente porque a gente passou dos limites da nossa área.”⁴⁷

Do ponto de vista de critérios de escolha de áreas, há diferenças nítidas entre a primeira e a segunda fase e é importante destacá-las pelo fato de demonstrarem a retração da participação dos movimentos pela imposição da técnica. Segundo os relatos e documentos coletados, a primeira fase teve como critérios de escolha das áreas o grau de organização popular, ratificando a participação dos movimentos sociais (mesmo com limites apresentados no item anterior). Além deste fator imprescindível aos moradores que reivindicavam a segurança da posse, havia também a prioridade em relação às favelas que estavam sofrendo com as reintegrações de posse. Já na segunda fase, os critérios de participação popular recuaram e as normas de seleção se fizeram através dos chamados critérios “técnicos” ou como relatado em apresentação da equipe de regularização fundiária de HABI, “*na priorização do sistema HABISP*”. Esta frase é corroborada com a seguinte fala:

“As áreas da segunda fase elas foram indicadas pelas Habis regionais e utilizando os critérios dos Habisp⁴⁸. Então, a gente utilizou um critério inverso, a gente utilizou a área do ponto de vista de urbanização para regularização fundiária. A gente utilizou a área que melhor tinha estrutura. Deixando as áreas piores em infraestrutura com necessidade de obras pro final. Então, na segunda fase, a gente utilizou esse critério, quanto menor a área mais chance tem de regularizar, porque a gente não ia poder e não tinha recurso para fazer obras nas áreas que a gente ia regularizar. Então, a gente utilizou justamente este critério, a melhor área em questão de infraestrutura, questão de não ter risco (...) o ideal é regularizar aquilo que já teve obras.”⁴⁹

Cabe esclarecer o significado do sistema de priorização de intervenções intitulado Habisp. O objetivo dele é o de

“compor um modelo de tomada de decisão que levasse em conta as diversas variáveis existentes, no contexto das linhas de atuação de urbanização, regularização e remoção de assentamentos precários, o caminho escolhido foi o de estabelecer indicadores que pudessem ser avaliados individualmente e oferecessem respostas como: o grau de urbanização de um assentamento, a vulnerabilidade da população, as condições geomorfológicas da ocupação e a situação de saúde da população, e que, ao mesmo tempo, pudesse ser

⁴⁷ Entrevista realizada em 23 de abril de 2010.

⁴⁸ Base de dados da Prefeitura com levantamentos cadastrais sobre as áreas mais precárias do município.

⁴⁹ Entrevista em 23 de abril de 2010.

combinados em um indicador sintético que demonstrasse o grau de precariedade da ocupação e, conseqüentemente, o índice de urgência para intervenção na área, chamado de índice de Priorização.”⁵⁰

Dentre essas variáveis inseridas no modelo, nenhuma delas se refere ao grau de organização dos moradores dos lugares, excluindo, desde o princípio, a mobilização para a luta por determinada reivindicação. Seguindo a recente lógica, a maioria das áreas selecionadas estivera sob o cumprimento dos critérios puramente técnicos, embora, algumas outras, como a Nova Guarapiranga, estivessem envolvidas em laços clientelistas para se inserirem na lei e ratificarem a não participação e sim, as relações de favores. Estamos diante da passagem para um contexto de despolitização das ações dos movimentos sociais dando à questão um caráter puramente técnico e de ação autoritária do Estado. Isso reforça o que Chauí já dizia quanto ao “discurso competente” assentado na técnica, que está articulado a um projeto de dominação.

O aspecto técnico levou até as últimas consequências o modelo brasileiro, ou seja, urbanizar primeiro e efetuar a regularização fundiária posteriormente. No entanto, a luta pela moradia empreendida pelos movimentos de favelas, que contribuíram para a construção da política, se esboroou. As lideranças do MDF, que questionam esta postura da administração municipal ao se alicerçar no argumento sobre a finalidade de garantir a segurança da posse dizem,

“A gente entende que se é uma área muito ruim a gente urbaniza e depois faz a titulação, tem todo um processo lógico, digamos, se é uma área que não precisa de intervenção, mas o que acontece é o seguinte, por conta de um histórico de sempre ameaça de remoção e tudo mais, a regularização também virou uma luta política de minimamente se garantir a área, ter o reconhecimento da posse para discutir intervenções futuras. Pelo menos era um processo administrativo que não envolveria tanto dinheiro se comparado com uma urbanização e garantiria a intervenção, qualquer tipo de intervenção teria a garantia de algum atendimento se não fosse possível ficar na área. Tanto é que a ideia era indicar o maior número possível de áreas dentro do programa”

“Quando a gente ia conversar a secretaria dizia que a gente só vamos dar o título depois que urbanizar. Agora a fala deles é essa.”

F – Vocês foram chamados para discutir essa segunda fase?

A – “Não, a gente que é intrusão mesmo. Vai lá e questiona, reuniões, vai lá com secretários, a Prefeitura, vai lá na superintendência, é pauta e bandeira de luta nossa é regularizar e urbanizar. ”

⁵⁰ Coelho (2009), **O sistema de Priorização de Intervenções do Habisp**: Um estudo de Caso. Disponível em: < http://egal2009.easyplanners.info/area05/5136_Correa_Rodrigues_Coelho_Eliene.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2010.

Posteriormente a esse processo de seleção de áreas e que revela claramente a exclusão da participação dos movimentos, há os procedimentos formais para a implantação da regularização das áreas escolhidas. Quando tratamos de alguns aspectos relativos aos procedimentos da última fase, podemos dizer que há uma contribuição a partir do levantamento fundiário com maior exatidão do perímetro a ser regularizado para, posteriormente, não conflitar com as metragens dos cartórios. Entretanto, sabemos que, na abertura de loteamentos, as suas divisões não possuíam uma exata metragem. Muitos dos proprietários dos loteamentos calculavam a área a ser doada para *bens de uso comum do povo*, mas sem traçá-la na gleba e, por isso, nem sempre tais medidas estavam corretas. Tal fato trouxe implicações para a titulação das áreas públicas.

Na primeira fase, os problemas relacionados ao histórico fundiário redundaram na não possibilidade de registro dos títulos de concessão estando até hoje em litígio. Essas dificuldades estão baseadas no tema da imprecisão dos limites da área institucional. Houve processos que tiveram uma desafetação “incompleta”, pois parte da área institucional não foram objetos da lei que a desafetava. Por isso, na segunda fase, um dos critérios adotados foi a realização de um minucioso levantamento fundiário para que os problemas cartoriais fossem minimizados.

“Na segunda fase, por conta dos erros da primeira, a gente teve esse cuidado. Então, a segunda fase já começou com um trabalho de estudo fundiário muito mais apurado, muito mais técnico, do que da primeira fase. Um dos problemas que a gente teve também, que aí foi uma questão de visão de critérios adotados diferentemente é que você analisava aquela ocupação pelo fático, não pelo que estava posto no cartório do registro de imóveis, na planta do loteamento. Então, quando a gente ia a campo para analisar a ocupação, se a ocupação tivesse um pouquinho de seu espaço fora daquele limite, até mesmo ocupando uma rua ou um viário, a gente considerava aquilo como ocupação. O fático se sobrepondo ao técnico.”⁵¹

Após a seleção das áreas começam os trabalhos referentes à viabilização do projeto de lei. Nesse momento, muitos dos conflitos já apontados na primeira fase são novamente enfrentados nos lugares, principalmente os decorrentes dos processos de aluguel.

De acordo com critérios renovados, se produziu um Plano de Massas, que consistiria num diagnóstico denominado físico-urbanístico apresentando as condições de cada área selecionada. Esse plano objetivava, internamente a cada perímetro a ser regularizado, aquelas áreas com porções consolidadas e outras tratadas como de reserva

⁵¹ Entrevista em 23 de abril de 2010.

para as intervenções a serem promovidas no futuro. Como relata uma das coordenadoras do programa,

“é uma análise urbanística da área, onde a gente consolidava uma planta que olhava uma situação de risco, olhava uma situação de infraestrutura, olhava a situação de drenagem, curso d’água e coisa e tal, sistema viário e esses elementos estruturantes e fazia uma análise disso e a gente reservava essas áreas que precisariam ainda de intervenção daquele assentamento, do tipo, faixas ao longo de canais do curso d’água, situações em que você precisaria no futuro remover algumas moradias para terminar de implantar uma rede de esgoto. Então, a gente fazia esse trabalho e definiam essas áreas, chamadas de áreas reservadas para futura intervenção, como áreas que a gente não titulava e aí fazendo um trabalho com as comunidades porque uma coisa que a gente socialmente observou é o seguinte, apesar de considerar válido o processo da primeira fase, acho que foi importante o que acontece quando um morador recebe um título definitivo o sentimento dele de apropriação daquilo é de que aquilo é dele e, portanto, ele começa a investir na moradia. E num processo posterior de urbanização, começava a ter muito conflito porque construiu mais um andar. Então, essas coisas das áreas reservadas também tinha essa função, que a gente trabalhava isso nas comunidades, olha isso aqui é uma área para intervenção futura e com a ideia, e eu sai antes de concretizar isso, de se informasse o projeto de urbanização. Então, na política você teria a entrada na área pela urbanização e a entrada na área pela regularização, as reservadas não titulava, na verdade fazia uma análise do direito daquele morador e a gente outorgava uma declaração de que ele tinha direito e trabalhava com ele o que significava isso e, as áreas consolidáveis, a gente titulava normalmente, com a ideia na verdade de que esse plano de massas informasse o projeto de urbanização. Como se fosse um diagnóstico com um enfoque de massas.”⁵²

No desenvolvimento do programa, se atualizam muitos dos conflitos mencionados no período de Marta Suplicy. Um deles é o aluguel de casas. O procedimento continua a ser aquele de não titular o morador quando não é equacionado o conflito, promovendo uma diferenciação interna à favela. O poder público, como também realizado na primeira fase, intenta articular mediações. Esses conflitos nos lugares são relatados abaixo.

“Quando a gente chega com a regularização fundiária, você chega de certa forma para impor regras e limites aí começam os conflitos, porque um dos princípios da regularização e da concessão de uso é você dar terras para aquele que não tem onde morar. Na verdade você esta estabelecendo um pedaço daquele chão para aquela pessoa ter um local para morar. Então, o foco é a moradia e, principalmente, moradia digna é que o que a gente luta para fazer que exista (...) só que aquela comunidade já criou dinâmica própria, então muitas vezes eu tenho dentro de determinada comunidade uma prática, por exemplo, de

⁵² Entrevista realizada em outubro de 2011.

aluguel. Então, eu tenho várias pessoas que vão parcelando seus lotes e seus pedacinhos em diversas casas e vão alugando. Então tem áreas que formam mini cortiços que, além da favela, tem os cortiços. Só que a lei diz que a terra é para quem está morando nela, a gente não vai especular se é aluguel. Então entramos no local, cadastramos a moradia, cadastramos a família que está lá e quem vai ter direito a essa moradia é a família que está lá. Ocorre que esta família que mora lá, mora com um contrato de aluguel, então, ela não teria esse **animus domini**, esse direito de domínio sobre aquele espaço público que está lá, ela tem uma relação de aluguel que mora ou, às vezes, não mora no local. Ai os conflitos se estabelecem, porque quando você chega com a regularização a família que está morando se sente no direito porque ela está morando lá e isso é passado para as famílias. A gente faz a reunião de entrada na área, a gente explica o que é o programa, a gente explica os direitos que o programa estabelece e os conflitos começam a aparecer aí. Agora sei que tenho direito.”⁵³

Para minimizar os conflitos próprios do domínio sobre determinada área, o poder público construiu um aparato jurídico para subsidiar suas ações:

“Prevendo já estes conflitos, na segunda fase, a gente previu na nossa licitação um grupo de advogados para trabalhar com estes conflitos. Então, uma das saídas que a gente buscou dentro dessa solução de conflitos era a família que morava de aluguel junto com a pessoa que se diz o proprietário da área estabelecer um valor para aquela construção e indenizar o dito proprietário pelo valor da construção. Isso deu certo, aconteceu em várias áreas e em muitos lotes. Mas em vários lotes não se conseguiu fazer nada. Então, quando a gente encontra esse problema a gente tem desde a ameaça até a efetiva expulsão da pessoa que mora de aluguel. Então, quer dizer que as pessoas chegam com medo informando que estão sendo ameaçadas pelo proprietário. E a gente vê claramente em algumas áreas, mais do que em outras, uma clara especulação imobiliária dentro da área. A gente tem casos de pessoas que tem 20 imóveis e às vezes 10 imóveis de aluguel na área. Então, realmente é uma especulação (...) a renda ele tira de lá da área pública, mas o Município não pode permitir especulação dentro da área pública. Uma coisa é o município não saber que esta situação existe e outra coisa é o município chegar em determinado local e descobrir que isto está acontecendo.”⁵⁴

Muitos desses conflitos em torno da questão do aluguel resultaram em uma não titulação do imóvel. Por isso, muitos imóveis na favela ficam sem título e cercados por outros moradores com casas tituladas reforçando uma diferenciação interna à favela. Ao mesmo tempo em que este conflito acerca dos aluguéis praticados na favela revelam a subordinação da casa aos ditames do valor-de-troca, por outro lado, manifesta um limite deste programa, estando ambos dispostos no movimento intrínseco da produção do espaço urbano.

⁵³ Entrevista realizada em 23 de abril de 2010.

⁵⁴ Entrevista realizada em 23 de abril de 2010.

Sobre a questão do conflito com os aluguéis no processo de titulação outro processo merece destaque. Na sua dissertação Santos (2009), ao comparar os processos de regularização fundiária de Santo André e de São Paulo, revela que as áreas irregulares do primeiro município apresentam poucos casos de aluguel, não sendo considerado um tema de conflito relevante. Já em São Paulo, uma estimativa feita no processo de regularização fundiária mostra que cerca de 4% dos imóveis objetos da política estavam sob essa condição.

Tal comparação entre municípios revela a valorização do espaço, onde o preço do solo urbano de São Paulo é muito elevado, mesmo em uma favela. Esse fato explica a lógica de aluguéis praticadas pela impossibilidade de famílias arcarem com a compra de um barraco. A busca por moradias de aluguel na favela é a alternativa para os moradores mais espoliados. O preço da terra na cidade de São Paulo dentro de uma favela ainda é elevado para os padrões expropriatórios e de exploração de boa parte da camada de trabalhadores. As oportunidades de aluguel também avançam devido à raridade de terrenos passíveis de serem ocupados e que preencham as necessidades dos moradores. Com a intensificação do empobrecimento, a tendência é o aprofundamento desta prática.

Na sequência do desenvolvimento da regularização, um documento também é importante para realizar a titulação, o chamado arrolamento. Ele traz positivities quanto àqueles que receberão o título. No processo de selagem já se anotam algumas observações sobre o lote ou domicílio que auxiliarão no cadastro social das famílias.

“Na selagem a gente também trabalhou na segunda fase com um documento chamado arrolamento. Então, a selagem hoje não é só feita pelo arquiteto, também acompanha um social e eles vão observando algumas coisas que as vezes só o arquiteto pelo trabalho que ele vai executar não tem como perceber. (...) se encontrar alguma coisa diferente naquele imóvel, se a gente perceber que é um caso de aluguel a gente já anota nesse arrolamento. Então, ele vai dar uma dica para o cadastro. Então, o arrolamento é algo que não tinha na primeira fase e, que a gente criou nessa segunda fase pra apoiar justamente o cadastro. Hoje em dia a gente usa muito esse arrolamento porque muitas vezes eu cheguei num imóvel que estava vazio e aí o vizinho nos informou que naquele imóvel mora o seu Valter. Então, eu sei que mora alguém, aí voltei lá pra fazer o cadastro do seu Valter e ele não estava porque trabalha o dia inteiro e titulamos, mas seu Valter não estava lá e depois ele veio procurar a Prefeitura e pediu o título dele porque alegava que trabalhava o dia inteiro e pelo arrolamento tem como a gente checar (...) a selagem é um processo importantíssimo porque ela identifica a quantidade de domicílios por lote, se dá para dividir, porque trabalhamos com o critério da máxima divisão. Você procura dividir o máximo para dar títulos individualizados, porque é

“muito mais tranquilo e depois se eles quiserem transferir. É mais fácil transferir o individual do que a fração.”⁵⁵

No entanto, se no processo de selagem o arrolamento é documento de registro importante para garantir o título dos moradores, por outro, a lógica da divisão máxima de imóveis impõe como regra os títulos individuais em detrimento do coletivo. Assim, também desvirtuando um dos aspectos levantados pelos movimentos sociais, ao preferir títulos coletivos para minimizar ainda mais os processos de transferência.

Sobre os recursos dessa segunda fase, nos foi esclarecido que foram obtidos do Orçamento Geral da União - OGU para o Levantamento Planialtimétrico Cadastral – LEPAC e os demais foram cedidos pela própria Prefeitura. Ainda estavam presentes muitas das empresas que compuseram os estudos da primeira fase. Como apresentado pela Prefeitura,

“Foi repasse da OGU [Orçamento Geral da União], do orçamento federal pra fazer os levantamentos topográficos, na segunda fase. Na primeira fase, a gente não teve, foi recurso próprio. Na segunda fase, o Ministério abre, não é todo ano, eles abrem sistemáticas. Como funciona estas sistemáticas? Você encaminha para o Ministério o projeto de regularização e faz uma solicitação de valor, vou precisar de tanto para fazer esse trabalho nessas áreas e aí eles avaliam a proposta e aprova ou não e, aí manda dinheiro. Nesse caso, esse contrato a gente assinou em 2005 e ele está vigente até hoje, ele está em andamento e está para finalizar e o dinheiro. A gente pediu, especificamente, para fazer levantamento topográfico. Então, a gente teve recurso do governo federal.”

Como resultado da segunda fase, 108 áreas foram tituladas representando pouco mais de 14 mil títulos, conforme dados da Sehab-HABI (2009). Desse universo, quase 95% tiveram a concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM) e, aproximadamente, 57% do total dos títulos outorgados eram coletivos (Tabela 05).

Tabela 05 - Títulos Outorgados por tipo - Segunda Fase - 2008⁵⁶

	coletivo	individual	total	%
Autorização de uso comercial, institucional e de prestação de serviços	75	37	112	0,79
CDRU	379	284	663	4,68
CUEM	7517	5883	13400	94,53
Total	7971	6204	14175	100
%	56,23	43,77	100	
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.				

⁵⁵ Entrevista realizada em 23 de abril de 2010.

⁵⁶ Em reportagens da própria Prefeitura no ano de 2008 para anunciar a titulação, há a exposição do número de 23 mil títulos. Contudo, optamos pelas informações contidas na apresentação oficial da Superintendência de Habitação – HABI realizada em outubro de 2009.

Podemos também comparar as positivities do processo em relação à porcentagem referente entre CUEM e CDRU no montante geral desta última experiência. Contudo, ao compararmos os quantitativos absolutos das duas fases, observamos que o número de títulos sob o regime de CUEM na primeira fase foi de 16.707 (Tabela 04) e na segunda, apenas 13.400 (Tabela 05). Segundo técnica que trabalhou na segunda fase do programa, há a insistência de que os resultados obtidos corrigiram uma discrepância da primeira fase, que era dar um título baseado no direito à moradia e não na prerrogativa do poder público. Como podemos verificar abaixo,

“Na segunda fase, pensando também neste problema, que é uma anomalia do programa, a gente encarou como uma anomalia. Se tenho um programa que está embasado na medida provisória e vou ter concessão de uso especial para fins de moradia, eu vou na verdade ter que empregar mais CUEM aí a concessão especial ficou na primeira fase em 30 a 40 % e a concessão real de uso entre 60 a 70% das entregas do programa.”

“Hoje a gente outorgou 80% de concessão de uso especial com fins de moradia e 20% de direito real de uso, e a gente teve um mínimo de áreas que não conseguimos comprovar com foto aérea porque a ocupação não estava totalmente consolidada em 1996.”

Entretanto, mesmo com os novos critérios técnicos e, relativamente, muito mais elevada a porcentagem de CUEM na segunda fase, a primeira teve uma abrangência maior, garantindo pelo menos um instrumento nas mãos dos moradores para exigir melhorias infraestruturais.

Algumas das inovações da primeira fase permaneceram na segunda experiência de regularização fundiária. Como por exemplo a titulação, autorizando aqueles moradores que possuíam algum tipo de comércio ou serviço na favela a dar continuidade a seus trabalhos. *“São Paulo ainda teve uma inovação nessa primeira fase, que foi conferir autorização para outros fins, para imóveis que tinham finalidade comercial, institucional ou de serviço.”*

Após esses trâmites, inicia-se a luta dos moradores pela regularização dos títulos no cartório de registro de imóveis e este é um dos desafios que se estende pelos municípios brasileiros, pois parte diminuta dos moradores conseguiram seus registros. Na segunda fase da regularização em São Paulo, apenas 30 áreas em um universo de 108 conseguiram o registro.

Uma das questões mais relevantes para esta pesquisa e que toca diretamente o objetivo e a hipótese dela se refere à pós – regularização, pois é neste momento que

observamos os reais efeitos de uma política que garanta a segurança da posse. Na pós-regularização, os trabalhos envolvidos são a inserção da população às regras da cidade com o lançamento fiscal da área (IPTU), código de posturas e endereçamento das vielas existentes no perímetro regularizado. Segundo a Prefeitura, este tipo de intervenção é considerada deficitária, não avançando muito nos temas que deveriam ser desenvolvidos depois da titulação. Diante disso, não conseguimos dados oficiais que pudessem nos permitir analisar as tendências de avanços e limites. No entanto, ao nos inserirmos ao nível do vivido dos lugares eleitos para a pesquisa, constatamos uma série de novos conflitos após a titulação e que repõem a necessidade de permanente luta pelo espaço para que a conquista da segurança da posse seja mantida.

Quando analisamos os processos de regularização fundiária, observamos os limites atrelados ao movimento da propriedade na produção capitalista do espaço urbano, os quais reiteram o impedimento do avanço e generalização dessa política, mesmo com uma precarização das concepções elaboradas pelos movimentos sociais. Ainda que seja propriedade pública, a racionalidade do direito à moradia não prevalece e sim predominando o domínio sobre o espaço, na medida em que se usa dos instrumentos de defesa da propriedade.

A seguir pontuamos algumas das polêmicas questões que perpassaram o desenrolar dessa política em São Paulo.

a) Balanco Geral

- Ao nos debruçarmos sobre o processo nas duas fases, observamos que no balanço total das ações, foram um pouco mais de 57 mil títulos em 257 áreas selecionadas e, até 2009, apenas 38 foram levadas a registro (Tabela 06). Esta realidade do programa reforça a ideia de que ainda é lento o processo de regularização;

Tabela 06 – Números Totais do Programa – 2003 e 2008⁵⁷

Resultados Gerais	Número	%
Áreas incluídas*	278	100
Áreas tituladas	257	92,45
Áreas registradas	38	13,67
número de imóveis cadastrados	67201	100
Títulos outorgados	57224	85,15
* 163 áreas integrantes da 1ª fase e 115 áreas integrantes da 2ª fase.		
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.		

- Do ponto de vista dos tipos de concessões outorgados, verificamos que um pouco mais de 54% obteve o CUEM, sendo politicamente importante para se tornar um instrumento mais contundente de luta pela moradia diante das insistentes tentativas de remoção das morfologias precárias;
- Outro fator está atrelado ao montante de títulos coletivos, sejam eles CDRU ou CUEM, que nos dois períodos somaram 48% (Tabela 07);

Tabela 07 – Título Outorgados por Tipo – Total 2003 - 2008

	coletivo	individual	total	%
Autorização de uso comercial, institucional e de prestação de serviços	97	57	154	0,28
CDRU	10050	15313	25363	45,6
CUEM	16573	13534	30107	54,13
Total	26720	28904	55624	100
%	48,04	51,96	100	
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.				

- Aspectos que queríamos delinear neste trabalho se referem ao perfil das famílias atingidas por esse programa e a forma das casas. Tais condições são importantes para percebermos que grande parte do programa permitiu alcançar os moradores com rendas mais baixas, principalmente entre 1 a 3 salários mínimos (46%) e aqueles até 1 (21%) – Tabela 08;

⁵⁷ Há uma relativa discrepância nos dados informados pela Prefeitura em suas apresentações, todavia, não recebemos esclarecimentos sobre elas, mas provavelmente, na pesquisa de campo, eles não conseguiram tabular determinadas informações. Consideramos que mesmo com a inexatidão, as ideias que queremos apresentar não são desqualificadas pelo quantitativo. Os dados advêm de fonte oficial que é a Secretaria Municipal de Habitação.

Tabela 08 – Renda do Chefe de Família (salário mínimo) – 2003 e 2008

	Até 1	Entre 1 e 3	Entre 3 e 5	Mais que 5	Total
Total de domicílios	13719	29187	5793	1656	63066
%	21,75	46,28	9,19	2,63	100
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.					

- Os trabalhadores chefes de família, em sua grande maioria, são mulheres. Há um peso significativo da participação feminina para reproduzir as condições das famílias na cidade. Dos imóveis residenciais cadastrados para o Programa, cerca de 85% tinham as mulheres como chefes de família (Tabela 09);

Tabela 09 – Gênero do Chefe de Família – 2003 e 2008

Imóveis residenciais*	64052	100
Mulheres chefes de família	37094	57,91
Mulheres sozinhas chefes de família	17601	27,48
* Considerados apenas os imóveis com informação de gênero do chefe		
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.		

- Do ponto de vista do uso dos imóveis e da metragem deles, podemos afirmar que a casa se confirma como o lugar de morada da família (96%), sendo diminutos aqueles que a utilizam também como forma de comércio, institucional ou de prestação de serviços (quase 1%) – Tabela 10;
- Esse programa, por outro lado, ao legitimar a morfologia espacial sem transformá-la, permitiu obter moradias maiores que as empreendidas pelos programas habitacionais, como os conjuntos habitacionais, que muitas vezes não ultrapassam a metragem de 42m². Ao assumir a urbanização consolidada das favelas, houve cerca de 55% de imóveis com uma metragem entre 50 a 250 metros quadrados e 44% abaixo de 50m² (Tabela 11). Ao também inserir a informação de que cada imóvel muitas vezes não representa apenas uma família nas favelas, ao possuir uma casa maior, exprime melhores condições de habitabilidade, um dos itens para superar as precariedades da moradia em um espaço, desde o princípio, em disputa;

Tabela 10 – Edificações Cadastradas por Tipo de Uso – 2003 - 2008

	Absoluto	%
Residencial ou misto	63749	96,78
Comercial, institucional ou prestação de serviços	491	0,75
Outros	77	0,12
Vazios ou em construção	1551	2,35
Total	65868	100
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.		

Tabela 11 – Tamanho dos lotes (metros quadrados) – 2003 - 2008

	Absoluto	%
Até 50m2	19111	44,23
De 50 a 100 m2	16423	38,01
De 100 a 250m2	7359	17,03
Maior 250 m2	313	0,72
Total	43206	100
Fonte: SEHAB - HABI - Regularização em Áreas Municipais - A experiência da PMSP. Dados de apresentação em outubro de 2009.		

b) Em torno das Transferências

Um dos temas mais polêmicos e que envolve a regularização fundiária é o processo de transferência do imóvel a outro, após a valorização do espaço. Este tema é de difícil mensuração devido às vendas se efetuarem, geralmente, de maneira informal. Por esse motivo, a reflexão abaixo está assentada nas entrevistas realizadas nos lugares de pesquisa. Portanto, estamos trabalhando pela ótica qualitativa do processo.

Na regularização fundiária, há a permanência da morfologia espacial e não a substituição dela por conjuntos habitacionais. Isso é relevante destacar, pois a permanência da morfologia inibe determinadas reatualizações do processo de segregação socioespacial dada principalmente pela impossibilidade da família arcar com os novos custos de manutenção da casa, como condomínios e prestações. Tal fato impede as transferências.

Com a política de regularização fundiária adotada, estamos tratando de um imóvel que não passou por uma mercantilização *stritus sensu*, isto é, na atribuição da concessão de uso os moradores não necessitaram pagar pela posse, mas somente comprovar a presença da família no tempo estipulado em lei. Esse fato é importante para, qualitativamente, apontar tendências para possíveis vendas, porque a valorização

dada pelo título de concessão poderá também servir de possibilidade para auferir outra condição de vida, como a saída da favela para ida a um bairro.

Nos lugares em que realizamos a pesquisa, os moradores ou lideranças relataram que a regularização não acarretou um massivo processo de transferências, mas sim, um incentivo evidente na melhoria das casas. Mesmo os técnicos afirmam o impulsionar dos moradores para beneficiarem as casas após a regularização: *“Eles querem a regularização para melhorar a moradia e a própria moradia em si, em um primeiro momento botar azulejo, pintar a casa, são melhorias que eles acabam não investido pela própria insegurança”*. Uma das lideranças do MDF afirma que, *“A quantidade de famílias lá que tem investido, tem feito alvenaria, tem ampliado, a gente passou por uma situação assim, logo depois que a titulação de Vila Prudente”*

Por outro lado, ainda nos apresentaram que o volume de vendas permaneceu no mesmo patamar, pois a ideia de “mudar de vida” e superar o estigma herdado pela representação do espaço da favela, é um objetivo para a maioria daqueles que vivem nela. Consideramos a venda da moradia como ação para superar a condição estigmatizada, sendo assim, uma forma de transgressão na cidade capitalista, na medida em que para reproduzir a vida assumir-se como morador de uma favela implica a retração das possibilidades de trabalho e de sociabilidade.⁵⁸

A representação espacial da favela é vista claramente na exposição de uma moradora de Maria Cursi (São Mateus). Ela revela o peso do preconceito que atravessa a vida dos moradores da morfologia precária.

“Nós tivemos muito problema com remoção porque Maria Cursi está no centro de São Mateus. Eles acham que pra estética de São Mateus é feio uma favela no centro, pelo crescimento todo do bairro. E a gente sabe que alguns moradores e comerciantes atribuem a questão da violência por causa da favela. Eles acham que nós morando na favela, nós não paga água, não paga luz e eles acabam pagando pra gente e isso não é verdade.”

“Até as pessoas que morava em frente a favela, você ter um contato com moradores de terreno próprio, isso era difícil também. Até podia

⁵⁸ Os técnicos do poder público não possuem ainda a magnitude do processo de transferência, mas previram na segunda fase do programa, mencionar aos titulados, a necessidade de informar à Prefeitura quando houver a ação. A partir disso, os moradores interessados procuravam o poder público e ingressavam com um processo administrativo para efetuar-lo e sem necessidade de pagamento. Assim, segundo dados fornecidos por HABI, em junho de 2011, havia 217 pedidos formais de transferência da concessão e autorização inicial. Contudo, mesmo com tal tentativa, o processo de venda, seja para qualquer imóvel (privado ou público), como de favelas regularizadas, muitas vezes, se realiza por meio do contrato de compra e venda somente, em realizar a transferência formal da concessão.

se aproximar de você, mas quando perguntava onde você morava, eu mora ali na favela. Você já via de imediato qual era a reação de cada um.”

A reprodução dessa representação espacial continua, mesmo que atualmente, muitos movimentos tentem superar este estigma a partir de uma nova nomenclatura: “comunidade”. Porém, a estigmatização é vivida permanentemente. Essa argumentação é reforçada por meio de depoimentos de uma equipe de psicólogos que estavam encarregados de selecionar pessoas para serviços de ajudante, porteiro, etc, para os novos edifícios na região de São Mateus e, dentre os critérios de escolha do funcionário, o trabalhador não poderia residir em favela. Como resume Kowarick (1993:93),

“a favela é também estigmatizada pelos habitantes ‘bem-comportados’ como antro de desordem que destoa da paisagem dos bairros melhor providos, precisando ser removida para que a tranqüilidade volte a reinar no cotidiano das famílias que se sentem contaminadas pelo perigo da proximidade dos barracos.

Por todos esses fatores, a favela é percebida como um atestado potencial de má conduta. Ao contrário do que muitos pensam, ela não concentra uma população com características de lúmpen. Lá existem mendigos, prostitutas ou delinqüentes, mas como qualquer outro bairro pobre da cidade, impera o trabalhador assalariado ou autônomo que leva adiante a engrenagem produtiva. Até mesmo nas relações de trabalho o favelado é estigmatizado.”

Nessa direção, o conjunto de ideias apresentado tenta evidenciar que o processo de valorização, intrínseco às melhorias infraestruturais ou de inserção a cidade “legal”, empreende uma alternativa – a venda - de superar os estigmas da favela, transformando-se numa ação de transgressão. A casa, como centro de referência do morador em relação à cidade e de posição na sociedade, é o espaço de identidade, que lhe fornece as condições de reprodução. Assim, as vendas de casas, produzidas no contexto da morfologia da favela, mesmo mercantilizadas nesse processo, adquirem um sentido de transgressão para delinear possibilidades de realização de outros projetos de vida na cidade.

Essa dinâmica de venda e compra de imóveis na favela é corriqueira, sendo nomeada de mercado informal. Para aqueles que estão rotineiramente em convívio com os moradores, o impulso para esta mercantilização não reside no fato do negócio em si, na maior parte dos casos, mas na perspectiva do uso que podem obter residindo em outro lugar, principalmente em um bairro formal que não sofre as estigmatizações dadas pela representação do espaço da favela. Os depoimentos abaixo revelam essa busca pela

melhoria de vida sob um intenso processo de precarização, seja internamente à favela, seja para deixá-la,

“Uns melhoram de vida e não querem morar mais na favela. Eu conheço muitos casos que eles vendem porque melhora de vida, aí compra casa em outro bairro ou muda de cidade, entendeu? Quer melhorar de vida.”

“às vezes até na Maria Cursi mesmo já aconteceu, pessoa que mora lá dentro do corgo, era num cômodo só, aí foi trabalhando, aí comprou uma casa na Maria Cursi mesmo, mas na frente da rua. (...) Aí muita gente vende, mas permanece na Maria Cursi, mas é assim, eu chego e só posso comprar lá no corgo, aí vou trabalhando, aí vou pra viela, aí vou comprando e chego frente a frente com a rua.”

“Todo mundo quer ter uma condição melhor. Todo mundo quer ter uma casa com mais espaço, ter estrutura, ter condições de criar os seus filhos melhor. Não é porque a gente mora na favela que a gente acha que os nossos filhos não merece uma coisa melhor.”⁵⁹

Os processos de compra e venda após a titulação estão também envolvidos em uma plasticidade dada pela situação e a dinâmica de produção dos lugares em relação à cidade. Como esclarece uma das lideranças do MDF,

“na Tolstoi, que já foi titulada em São Mateus não mudou, não houve um aumento de transferência e nem um decréscimo, acho que depende muito. O que está acontecendo muito, depende da região, na Vila Prudente tem muita gente procurando casa porque as favelas do entorno, algumas estão sendo removidas, então, isso é uma coisa que está acontecendo e quando as pessoas sabem que uma área foi titulada, então, vem perguntar pra gente, e aí pode vender ou não pode vender, o que acontece (...)”⁶⁰

A venda também tende a ser efetuada a partir do momento em que a família está endividada devido ao acúmulo de créditos ou pelo motivo dos custos atuais em favelas que estão passando pelo processo de regularização da eletricidade e da implantação de saneamento ambiental. Independentemente da regularização fundiária, instituições como Eletropaulo e Sabesp, ao difundirem os serviços básicos de infraestrutura vão impondo taxas com as quais os moradores não podem arcar. Isto leva à saída para outras favelas ainda mais precárias. Nos lugares pesquisados, expuseram a saída de moradores não pela regularização do imóvel, mas por essa inclusão de serviços. Claro que o debate acerca dos serviços não está na negação da chegada deles a todos, mas os movimentos de favelados denunciam a prática abusiva das taxas exercidas por essas empresas.

Outro momento narrado pelos técnicos da Prefeitura e que consideramos como uma forma de transferência é a fragmentação da moradia após a regularização. A

⁵⁹ Entrevista realizada em 18 de junho de 2012.

⁶⁰ Entrevista realizada em outubro de 2011.

família para continuar na área regularizada e manter uma renda mensal para reproduzir-se, vende ou aluga parte do imóvel regularizado para outra família. Situamos esse fato na racionalidade das transgressões em relação ao contrato estabelecido de posse para a reprodução da vida. Embora, evidencie-se uma precarização do lugar de morada.

A compreensão sobre os processos de transferência, mesmo que seja do ponto de vista qualitativo, nos faz sustentar que muitas vezes as razões atribuídas às transferências sejam apenas apontadas como um processo “especulativo” dos moradores diante à valorização do lugar após a regularização, igualando-os aos sujeitos que usam o espaço como negócio. Em nossa perspectiva, a questão vista desse modo se torna reduzida, pois o morador de uma favela para se reproduzir na cidade capitalista implica realizar transgressões para escapar dos estigmas que a sua moradia impõe a sua vida.

Portanto, vemos que as transferências dos imóveis aparecem em grande parte como uma transgressão possível do morador à representação da favela diante da sociedade.

c) **Registros**

O tema dos desafios sobre a questão registraria está presente em todo o território nacional. A visão da propriedade privada e a legislação que a defende se transforma no imenso obstáculo para se alcançar a última fase do processo de regularização fundiária de interesse social.

Em São Paulo, como visto no Balanço Geral do Programa de Regularização Fundiária do município, em 2009 apenas 38 áreas tituladas haviam sido registradas. O montante de registros se realizou através do novo procedimento inaugurado na segunda fase, ao comprovar as metragens da área não mais a partir de um levantamento topográfico, mas sim por meio da técnica de análise de fotografias aéreas (aerofotogrametria). Como Cardoso apresenta este dispositivo permitiu “*abertura de matrícula das áreas públicas e a dispensa de citação dos confrontantes moradores de área particular, aceitando-se ‘cartas de anuência’ com a descrição dos limites do levantamento técnico.*” (2010:228).

Esse procedimento é significativo, pois muitos dos desafios em torno dos registros em áreas públicas estão nos cálculos equivocados dos loteamentos que não correspondiam à realidade. Destacadamente às áreas públicas, por não possuírem matrículas devido aos processos de formação dos loteamentos na cidade, em que o loteador calculava determinada porção para as áreas institucionais, o viário e áreas

verdes, havia incompatibilidades expressivas. De acordo com relato de membro da equipe de regularização,

“Via de regra as áreas públicas não tem matrícula. Elas não são registráveis. O loteador entrava com o plano de loteamento no Cartório, somente constava uma averbação ali que naquele plano de loteamento existia um sistema viário e áreas verdes. Então, ela não era especificada e agora a gente especifica. E essas áreas elas tinham que atender um mínimo, que era uma área de 5%, se não me engano, de área verde. E não o loteador tinha que deixar 5% da área total para área verde. Então, na maioria das vezes ele fazia uma conta, loteava e fazia uma conta e ingressava a área e ingressava no Cartório averbava daquela forma. O principal questionamento deles é exatamente em relação a isso, a essa metragem que tinha de área verde porque projetava uma coisa e implantava outra, e minha área verde não tinha aquilo que foi projetado. Ou maior ou menor. Ai depende, tem área publica que depende da via foi implantada com uma largura menor então, a área cresce, tem essas divergências e, principalmente, era nessa divergência que os cartórios questionavam e questionam até hoje porque eles dizem, consta que tenho uma área, no meu registro, uma área de mil metros quadrados e você está pedindo o registro de uma área de mil e duzentos. De quem são estes duzentos? É propriedade particular? O grande nó é o que eu desafetei e que ele já tem lá e o que eu estou pedindo para registrar, o maior problema deles. Mas hoje a gente já conseguiu flexibilizar bastante coisa já nessa questão do registro.”

Quando da primeira fase, iniciou-se o levantamento fundiário, o que se considerou foi o aspecto fático, ou seja, a situação instalada e que muitas vezes não se enquadrava ao projeto apresentado e aprovado pela municipalidade. Isto ocasionou o impedimento dos registros devido à alegação feita pelos Cartórios de Registros de Imóveis, que a desafetação estava “incompleta” ou poderia causar danos aos particulares.

Segundo levantamento do Instituto Pólis no ano de 2005, nas áreas tituladas pela primeira fase, quase não havia registros. A justificativa apresentada era que *“muitos Cartórios não ofereceram condições de registro dos títulos apresentados pelos moradores pelo fato da Prefeitura não ter regularizado a situação junto às matrículas. Na maior parte dos casos, a Prefeitura não desafetou as áreas na matrícula, averbando as áreas, o que impede o registro dos títulos. Apenas o 18º Cartório de Registro de Imóveis apresentou títulos registrados, pois neste Cartório a Prefeitura já regularizou a matrícula local.”*

Esta situação nos revela o processo de como os loteamentos particulares foram se formando no decorrer dos anos na cidade de São Paulo, com imprecisões nos limites

das glebas loteadas e que redundam em justificativas que impedem o uso para aqueles inseridos precariamente na cidade.

Em avaliação dos movimentos sociais, a realidade atual dos processos ligados à conquista da segurança da posse está composta por duas frentes de luta pelo espaço, uma pela reconquista da prática socioespacial da participação e a segunda a da efetivação do registro dos lugares em que a política já se tornou realidade. Essa consideração está expressa pelo MDF,

“Depois do Kassab nosso movimento ficou brigando por duas questões, uma pra entrar mais favelas no pacote, que eles não chamam mais de pacote, agora eles chamam de fase, agora será a fase 3 e em cima a gente tava junto na questão dos cartórios. Essas áreas que recebeu título fosse registrada. Então, a gente tá trabalhando nestes dois tipos. Pra registrar as áreas que receberam título e pra entrar pra segunda fase que foi a 108.”

O discurso tecnocrático e a concepção dos movimentos sociais

Apresentar a passagem da reivindicação para a conquista exigida pelos movimentos sociais nos termos das políticas públicas nos coloca diante dos limites intrínsecos do Estado regido pela racionalidade da acumulação e do autoritarismo. Tendo a luta pela segurança da posse como mediação para compreender estas implicações que redundam na produção de contradições espaciais, procuramos demonstrar por meio das gestões, como há uma cadeia lógica de argumentos que pouco a pouco vão deslegitimando a prática da participação na cidade.

Ao nível da produção de concepções sobre o espaço, o recurso utilizado é também o da linguagem, traduzida em discursos que justificam uma prática urbana restrita a ação da técnica. As dificuldades reais para a implantação da segurança da posse na cidade são atribuídas a um problema meramente técnico. Desse modo, ocultam-se os fundamentos e lógicas da produção do espaço capitalista, que tende à segregação socioespacial.

Nessa direção, a prática urbana do Estado, a partir dos técnicos, é justificada pelo discurso coerente e por uma ideologia em torno do espaço, a qual difunde que o equacionamento dos problemas urbanos se faz por sistemáticos modelos de gestão. Para tanto, se usa das cadeias discursivas que delegam o poder aos detentores do saber. Esta ideologia não se separa de uma prática urbana autoritária, ao contrário, a reforça. Segundo Marilena Chauí (2006:20),

“à medida que a complexidade da vida social cresce no modo de produção capitalista e nas formações históricas ditas ‘socialistas’, o Estado se expande em todos os setores, encarregando-se de uma parte considerável da vida humana, de tal modo que, por sua mediação, o tecido da sociedade civil torna-se cada vez mais arrasado e encerrando-se sobre si mesmo. A ideologia dispõe, então, de um recurso para ocultar a presença total ou quase total do Estado na sociedade civil: o discurso da organização.”

Essa organização, sustentada pela técnica, organiza a vida social e dispõe de normas que vão engendrando o cotidiano programado. Ao introduzir a racionalidade, se delibera ao outro (Instituição) o poder de reger a vida e dispor do espaço. Em um contexto de crise urbana, no qual a fragmentação do espaço promove uma sociabilidade precarizada e uma identidade abstrata baseada na lógica do individualismo dada pelas normas intrínsecas do mundo da mercadoria, o saber dá robustez a este domínio. Como resume Lefebvre (2002:143), *“Essa estratégia oprime o ‘usuário’, o ‘participante’, o simples ‘habitante’. Ele é reduzido não apenas à função do habitar (ao habitat como função), mas à função do comprador do espaço”*.

Sob um *slogan* do Estado Democrático e da gestão democrática da cidade, as decisões se perpetuam nas mãos do poder público, que ao transformarem as reivindicações engendradas no vivido em políticas públicas, gera um novo modo de inserção de filões de negócios com a cidade, ao mesmo tempo em, que ausenta a organização dos moradores nas decisões. Por isso, os movimentos sociais, continuam com pressões sobre o Estado e denunciando tais práticas, como exposto por um membro do MDF, *“A urbanização e regularização é a solução final pra consolidar todo mundo e dar uma moradia digna e de qualidade, o que a gente tem que fazer é de como a gente participa desse processo com a Prefeitura.”*⁶¹ Muitos de seus participantes sabem bem que há uma falácia sobre o momento atual e situa o problema ao afirmarem ideias como a de que *“Hoje esses governos que são mais ‘democráticos’ e são ‘bonzinhos’ é mais difícil mexer com eles. Eles não querem sentar pra conversar.”* (...) *o povo acredita nessas leis frágil e fica assim.*⁶²

A participação dos habitantes das cidades, deslegitimada pela lógica formal da técnica, reaparece unicamente na ratificação daquilo já elaborado e isto redundando em um elemento a mais a ser inserido no discurso espacial como maneira de se afirmarem os projetos. Ao propor a intervenção na morfologia, se vale das necessidades produzidas na

⁶¹ Entrevista realizada em outubro de 2011.

⁶² Entrevista realizada em 22 de novembro de 2011.

inserção precária dos trabalhadores e no discurso são incorporados os raciocínios da urgência e da necessidade.

Por isso, concomitantemente, se subtrai a ação do nível do social retomando a tradição de um Estado que leva às últimas consequências uma cidadania consentida ao construir aparatos que lentamente desqualificam o outro. Como argumenta Chauí “ *A condição para o prestígio e para a eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação da incompetência dos homens enquanto sujeitos sociais e políticos*” (2006:23), mas, sobretudo, completamos que esse discurso toma a si o uso da própria inserção precária para impor a desigualdade social como álibi à negação da participação no processo de intervenção no lugar.

A argumentação em que nos baseamos é que, no desenrolar das fases de regularização fundiária de interesse social, pouco a pouco foram se isentando a prática socioespacial da participação e cedendo à imposição de um discurso tecnocrático. Tratamos do momento de elaboração e execução de uma política envolvida no núcleo da questão da desigualdade no Brasil – a terra -, negá-la significa, por outro viés, desvalidar a luta de décadas. Porém, devemos considerá-la na formação de uma contradição espacial entre apropriação e dominação do espaço, na qual o Estado usa da segurança da posse, tão necessária para ser um instrumento de luta contra remoções, para reproduzir as estruturas autoritárias referendando a segregação política e, assim, revelando as novas formas de dominação do espaço. E como posto no raciocínio de Lefebvre, a ideologia mais eficaz é aquela que está profundamente atrelada a uma prática.

Ao termos, na urbanização contemporânea, o efetivo peso do processo de produção do espaço urbano para a manutenção das relações de produção, as intenções do Estado autoritário com o caráter patrimonialista, o domínio sobre o espaço se faz mais presente, porque

“O lugar de habitar não é neutro do ponto de vista do processo reprodutivo da sociedade. Do âmbito das relações que lhe dizem respeito existem estratégias políticas fundamentais na sua produção e reprodução; existem conhecimentos e práticas em sintonia com a produção de um espaço adequado, receptivo às estratégias, práticas de tal forma difundidas, padronizadas, que parecem naturais e únicas.” (Damiani:1993:319)

Assim, a luta pela moradia se modifica e novas resistências emergem. Uma resistência que tenta abalar as representações do espaço construídas e transpostas em

discursos⁶³ espaciais. Esses discursos estão preenchidos pelos álibis ideológicos oriundos das raridades e urgências postas neste momento da história em contraposição ao mundo da abundância. Se por um lado o discurso espacial alicerçado na técnica modifica profundamente as concepções elaboradas pelos movimentos sociais ligados a luta pela segurança da posse, por outro, muitos deles são empreendidos para desmoralizar os títulos concedidos e reforçar políticas de espaço para seguir com o processo de valorização de centralidades econômicas ao nível do vivido.

Em um movimento no qual pouco a pouco a política de regularização fundiária, realizada através dos programas do município, vai afastando a organização popular pelo impedimento da prática socioespacial da participação, a tendência é, pelo próprio processo de produção do espaço urbano, de um enfraquecimento nos conflitos espaciais quando o lugar se insere nas lógicas renovadas de remoções.

Políticas de Espaço e Discursos Espaciais

Muitos geógrafos apontam o movimento da inserção da produção do espaço urbano como elemento central na reprodução capitalista conduzindo à constituição de uma trama de negócios no processo de urbanização. E é por meio desse processo que tendemos a uma nova dinâmica espacial que redefina as relações sociais na medida em que a urbanização capitalista se estende pelo globo. Como explicou Carlos (2005), uma das relações redefinidas é aquela entre Estado e Espaço na qual

“através das políticas públicas que orientam os investimentos em determinados setores e em determinadas áreas da metrópole com a produção de infra-estruturas e ‘reparcelamento’ do solo urbano através da realização das chamadas operações urbanas e da chamada requalificação de áreas – principalmente centrais – através da realização de ‘parcerias’ entre prefeitura e os setores privados que acabam influenciando e orientando essas políticas.”

A esta orientação dada na articulação entre o privado e o público, com acento sobre a reprodução do capital, as ações hegemônicas sobre o espaço se caracterizam como políticas que conduzem a um processo de homogeneização deste mesmo espaço, que necessita, ao se transformar em mercadoria, se tornar um equivalente.

Para tanto, na produção de um espaço intercambiável, as ações estatais também adquirem a centralidade por meio do planejamento, que ao longo de seu

⁶³ “Quando nos referimos a um ‘discurso’ estamos pensando no uso ordenado da linguagem, numa fala ou num texto em que um sujeito se dirige a um público.” (Sader:1988:59)

desenvolvimento vai ganhando forma de estratégico. Sua atuação se materializa nas políticas de espaço (Lefebvre), estratégicas para a valorização na medida em que é um conjunto de ações que redefinem usos, funções e estruturas com o direcionamento do fluxo de investimentos a determinados lugares da metrópole e o constituem, por fim, como um equivalente.

As políticas de espaço, capitaneadas pelo Estado e que reúnem um conjunto de ações percorrem os planos econômicos, políticos e sociais. Segundo Lefebvre (2002), esta ação leva às últimas consequências as estratégias “lógicas” nas quais este poder se exerce como vontade e representação. Ou seja,

“Como vontade: o poder do Estado e os homens que detêm esse poder têm uma estratégia ou estratégias políticas. Como representação: os homens de Estado têm uma concepção política ideologicamente justificada do espaço (ou uma ausência de concepção que deixa o campo livre aos que propõem suas imagens particulares do tempo e do espaço)”.

Na legitimação das estratégias, há a inclusão de um plano político e de representação fundamental para que se realize a ação violenta empreendida pelo Estado, já que estas políticas aprofundam as contradições advindas da urbanização ao promoverem os processos da desigualdade e segregação socioespacial.

Na busca da coerência e da coesão, como tentativa de escamotear os conflitos e contradições para dar robustez e legitimidade a essas políticas, a linguagem se apresenta como preponderante na prática urbana estatal no sentido de constituir uma ideologia do espaço. Chegam, no planejamento, na *ilusão da transparência* (5), compreendendo o espaço enquanto aquele objeto vazio de conteúdo e de intencionalidade, capaz de ser concebido como bem se convém ao apenas reordená-lo.

A linguagem, como expressão da representação, aparece como mecanismo que tenta envolver a imaginação individual e os simbolismos coletivos ao compor uma gramática que contenha uma gama de ligações que mascarem as pressões e conflitos sociais. A linguagem toma o espaço como instrumento estratégico e na prática urbana se realiza como um **discurso espacial** que, sutilmente, apresenta subsistemas que obscurecem o próprio espaço ao não colocar em relevo as contradições dele. Esses subsistemas se constituem em uma rede de álibis apresentada pelo discurso espacial, que adquire uma abrangência que transita desde os discursos de crescimento, passando pelos ambientais e mesmo pela pobreza urbana. O discurso transforma-se em um instrumento da coerência e ganha importância no decurso da história. Porém, cabe

ressaltar que mesmo na tentativa de sufocar os conflitos oriundos pela tendência da coerência e coesão atribuídas (ou tentativa de atribuir) ao espaço, os conflitos persistem, mesmo como latência, na produção do espaço urbano.

Por isso, podemos observar e compreender que os discursos espaciais, mesmo na tentativa do ocultamento da lógica que produz o espaço, não o faz em sua plenitude e este embate exige a permanente produção de elementos para compor a cadeia lógica do discurso.

Em São Paulo é uma regra as desapropriações que levam à mobilidade de números consideráveis de moradores e as justificativas que as legitimam também se compõem sobre um discurso espacial com álibis que, muitas vezes, são as partes críticas do conteúdo do processo de urbanização. Um destes álibis é a questão ambiental.

Como necessidade do interesse coletivo, o meio ambiente, igualmente, torna-se elemento inquestionável nos discursos espaciais. Esse discurso espacial, quando compreendido no aspecto da situação geográfica da cidade de São Paulo, ganha potência ainda maior, pelo fato de que no processo da urbanização paulistana os moradores espoliados e precarizados em sua condição de trabalho ocuparam os lugares considerados como os mais “frágeis” ambientalmente, destacadamente as áreas de proteção permanente (APP), produzindo as formas das favelas.

Tal condição transformou a questão ambiental em discurso que legitima a expulsão da população espoliada quando estes lugares transformaram-se de interesse ao mercado imobiliário formal e são ainda mais reforçados pelo saber técnico. Novamente, as promessas se direcionam ao nível do discurso para as melhorias dos moradores e escondem os mecanismos de expropriação de muitos outros. Conforme Rodrigues esclarece (2011), *“O ideário do ‘bem comum’ e o que se espera para o ‘desenvolvimento sustentável’ é que seja o alicerce do poder da ideologia que oculta a essência e toma a aparência como realidade”* e, nesse viés, o meio ambiente entra como alicerce da valorização pela raridade na cidade e também como álibi para ocultar a segregação socioespacial na produção do espaço capitalista.

Para os movimentos sociais, a luta pelo espaço se torna mais difícil e, de certo modo, enfraquece as mobilizações para as reivindicações. Como exposto pelo MDF, *“A Prefeitura tem aceito este discurso do meio ambiente e que é muito aceito pela sociedade, é um apelo muito forte, então ai eles vão... e fica complicado de questionar essa postura, eles propagandeiam que é defesa do meio ambiente”*

Mas, no contexto apresentado acima, um aspecto importante merece ser destacado. As questões relacionadas à preocupação ambiental estão presentes nas reivindicações da sociedade porque, na realidade, são partes da problemática urbana como contradição da produção espacial. Contudo, nas permanentes transformações por que passa o discurso espacial para se fortalecer, ele pode tomar as reivindicações da sociedade e as transformar no âmbito das representações como finalidade das políticas de espaço propostas no sentido da troca.

Ao esmiuçar as mesmas políticas no âmbito do lugar, desvendamos uma trama estratégica de realização do espaço como mercadoria impondo àqueles moradores que vivem no lugar novos constrangimentos e que tendem a novas formas da segregação socioespacial, são eles, por exemplo, as desapropriações forçadas pelo álibi da preservação ambiental.

“Quando se fundamenta o discurso de uma prática sobre o bem comum de um coletivo amplo e indefinido como é o conjunto de habitantes de uma cidade, se desvanecem rapidamente os cidadãos, as pessoas e, em seu lugar, aparece a cidade como um ser com necessidades e vida própria. Quanto maior o coletivo de cidadão mais rapidamente esses se diluem no interesse geral, teoricamente fundamentado na racionalidade e na lógica do comportamento econômico, e mais rapidamente cobra vida o ente cidade, sobretudo em se tratando de grande metrópole.”⁶⁴

Desse modo, nos lugares como Nova Guarapiranga e Maria Cursi que conquistaram a regularização fundiária de interesse social, atualmente enfrentam processos, que para um chega ao limite da desapropriação e para o outro, o impedimento da realização da urbanização da favela.

Em Nova Guarapiranga, o processo de desapropriação está alicerçado em um discurso espacial que legitima a expulsão deles em nome do “interesse coletivo” ao cederem seu lugar de morada para um novo parque considerado uma nova área de lazer e de preservação ambiental para uma cidade que possui esses elementos como raridade. Diante desse fato, a segurança da posse desaparece, ao mesmo tempo em que, também se transforma em um instrumento de negociação para seguir na luta pela moradia.

Já em Maria Cursi, considerada uma área de risco, devido às características ambientais de um sítio consolidado nas margens de um córrego com alta declividade, constantemente há a deslegitimação dos títulos dos moradores por meio de um discurso

⁶⁴ Rosa Tello, **Planejamento urbano: discurso anacrônico, praticas globalizadas**, Geografias da metrópole, 431

espacial baseado nos elementos de riscos da ocupação, que insistentemente, tenta legitimar uma radical metamorfose da morfologia do lugar por meio da remoção. Neste caso, os moradores, principalmente pela organização na qual estão envolvidos, transformam o título de concessão em instrumento para garantir a participação na elaboração de qualquer projeto para o lugar.

Assim, os dois lugares nos levam a considerar que, no avanço das novas estratégias de classe que promovem a segregação socioespacial, também são necessários novos elementos para “neutralizar” ou “distensionar” os conflitos e embates entre uso e troca na luta pelo espaço.

Até o momento, abordamos os desafios oriundos ao nível das concepções elaboradas para a conquista de uma reivindicação e que se conflitam com a racionalidade estatal na medida em que se transformam em uma política pública. Destacamos, este nível da política, mas que se realiza através do lugar, no vivido, e, desse modo, abrindo-se ao esclarecimento das contradições espaciais vistas por meio do conflito.

Capítulo 3 – A LUTA PELA MORADIA E AS POLÍTICAS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL

*“Milhões de pessoas parecem repetir a triste sina de uma personagem kafkiana, que constrói túneis e passagens debaixo da terra e sobrevive acuado com temor e fome, sempre ameaçado. Esse personagem, um homem bicho, ou um ser humano grotesco, está à espera de algo terrível, uma catástrofe ou invasão, algo que não sabemos precisar. Ironicamente, o nome desse relato de Kafka é A Construção.”*¹

Alcançar uma política que acarrete a segurança da posse não é tarefa fácil e, quando é conquistada, muitos desafios são postos para sua execução. De todo o modo, a concepção de uma política para a segurança da posse de moradores em favelas, primeiramente, desenhada pelos movimentos sociais e, posteriormente, reelaborada pelas determinações estatais, via de regra, estão ancoradas nos denominados critérios técnicos e discursos espaciais, produzindo uma representação do espaço que se impõe em todos os planos da sociedade. São essas representações que irão servir de apoio para a seleção de áreas e a execução da política, muitas vezes, excluindo a participação da sociedade e reproduzindo as relações do Estado autoritário.

Muitas dificuldades se apresentam no decorrer da realização da política, seja pelos empecilhos referentes à questão fundiária, seja por impedimentos ainda postos pela legislação, ou mesmo, pelo conflito entre as concepções dos sujeitos sociais que estão envolvidos. Após a etapa de realização da política e sobrepujando os desafios, imediatamente, se desenvolvem as implicações das contradições espaciais (uso/troca e apropriação/dominação) que apontam renovados processos segregatórios. As renovadas segregações, vistas no processo de implantação da regularização fundiária, contextualizarão um inédito capítulo de resistência dos moradores e constatar-se-á que o título de concessão é um dos passos necessários para permanência no lugar, no entanto, a luta pelo espaço na cidade capitalista é contínua, já que as estratégias de expropriação são igualmente reatualizadas.

Cabe dizer que, como estamos tratando da política que envolve áreas públicas e não particulares, as tendências de esboroamento do objetivo proposto (a segurança da posse diante das estratégias dos diferentes sujeitos que adquirem a terra urbana em seu sentido mercantil) se fazem de maneiras distintas. Enquanto os lugares que

¹ Milton Hatoum, **Morar, não ilhar ou prender**. Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,morar-nao-ilhar-e-prender>>. Acesso em: 12 de outubro de 2012.

conquistaram o usucapião contêm desafios acerca da própria propriedade privada, estando o uso e o domínio presentes no título de propriedade do morador, a contradição carregada pelo título de concessão está determinada pela divisão entre o uso dos moradores e o domínio público sobre o terreno. Portanto, questões como remembramentos, mudança drástica da morfologia espacial ou outras estratégias para expulsão dos proprietários por meio de compra e venda, são inibidos em uma área pertencente ao Estado. Todavia, a área pública, que é o objeto de nossa pesquisa, encerra contradições do próprio espaço capitalista quando este é legalizado, seja pelo aumento de seu valor atraindo políticas de espaço para a região, seja quando o entorno se torna objeto de valorização devido à inserção numa centralidade econômica da cidade.

Podemos considerar que a regularização fundiária de interesse social de área pública carrega uma contradição entre uso e troca, pois, mesmo a propriedade estando submetida ao Estado, as ações de regularização aumentam a valorização do lugar pela determinada estabilidade/legalidade dada pela política. Ao mesmo tempo em que ela se apresenta como a segurança necessária contra os processos de expropriação dos moradores espoliados, no movimento de avanço de valorização do espaço na cidade, ela poderá não ser preservada, já que as regiões que vão se valorizando atraem políticas de espaço muitas vezes empreendidas pelas intervenções deste mesmo Estado. Podendo acarretar processos segregacionistas muito mais sutis.

Desse modo, os títulos dos moradores poderão ser extintos e, apenas, poderão ser preservados a partir da organização dos favelados diante às ações do poder público. Isso engendra mais uma luta pelo espaço. Essas contradições são lidas como inerentes à produção capitalista do espaço e, assim, esclarecem que uma conquista dos espoliados, mesmo que transformada no decorrer da passagem da reivindicação para uma política pública, é de supra importância para a vida e, principalmente, mantê-la significa uma luta diária para não ser usurpada novamente.

A ideia se desenvolve na análise dos processos de produção dos lugares eleitos e que foram objetos da regularização fundiária da primeira e segunda fase. Consideramos que é por meio da compreensão da produção do lugar que esclarecemos o entrelaçamento das estratégias oriundas dos diversos sujeitos sociais envolvidos, já que no lugar se realiza a prática socioespacial concretamente no embate da reprodução da vida e do capital. É no lugar que se desenrola o vivido, com dramas, situações limites e as transgressões e resistências. É no acontecer do vivido, da prática socioespacial e nos

conflitos emergentes que se abrem as possibilidades para haver a percepção dos indivíduos sobre as representações construídas sobre o espaço.

Nos lugares em que os processos ganham materialidade, verificamos as contradições espaciais que permeiam as práticas. Essas “*contradições do espaço ‘exprimem’ os conflitos dos interesses e das forças sócio-políticas; mas esses conflitos tem efeito e lugar apenas no espaço, tornando-se contradições do espaço.*” (Lefebvre:2006:VI:08). Cada aspecto das contradições desenvolvidas estará apoiada na relação e na situação do lugar com a cidade, porque a produção do lugar já implica, desde o princípio, este entrelaçamento com os processos de produção da cidade em sua totalidade.

Os três lugares da pesquisa são produtos da segregação socioespacial e se produziram atravessados por relações sociais muito semelhantes, porém em sítios e situações distintos. Tais situações são as que darão a medida de efetivação da luta pelo espaço diante dos processos de valorização e que se confrontam praticamente com políticas de espaço legitimadas por discursos espaciais embasados em álibis ideológicos.

No confronto entre as conquistas das lutas urbanas e a realização da regularização fundiária, estratégias dos sujeitos envolvidos são renovadas e muitas vezes a representação do espaço, concretizada em discurso espacial, torna-se o mecanismo mais eficaz de legitimação para a transformação do espaço em equivalente e, portanto, sobrepondo o valor-de-troca sobre o valor-de-uso. Esse discurso espacial necessita também ser renovado e a qualidade dessa renovação atualmente se realiza incorporando os elementos constitutivos da crise urbana, como as novas raridades: lugares de lazer, proteção ambiental, e mesmo o próprio espaço em determinadas porções da cidade.

Nessa direção, a realização da regularização fundiária de Nova Guarapiranga, Abatiá e Maria Cursi, seja nos momentos de seleção das áreas bem como na execução e a permanência da conquista, se configuraram de formas distintas. As relações do lugar implicadas com a cidade adquiriram sentidos diversos. Por um lado, o conteúdo destas particularidades residiria nos processos de valorização do espaço e, por outro, na organização que os moradores possuem.

Em Nova Guarapiranga, a questão ambiental juntamente com o contexto de valorização, no qual parte da zona sul está envolvida, dará as marcas da luta. Já em Abatiá, a distância das centralidades conduzirá à permanência no lugar, mesmo que a

precariedade se faça presente. Por fim, Maria Cursi, considerada como área de risco, presente na centralidade da periferia de São Mateus e articulada ao Movimento de Defesa dos Favelados, segue lutando para superar as precariedades e a transformação da forma da favela de acordo com os critérios dos moradores.

Nova Guarapiranga: Resistência à Expropriação

A favela Nova Guarapiranga aparece como um lugar no qual as políticas conquistadas pelos movimentos sociais se efetivaram (“urbanização de favelas” e regularização fundiária), mesmo sob relações clientelistas. A regularização fundiária seria um dos exemplos de legalização em área de preservação permanente, contudo, o conflito atual transformou a experiência em modelo de como o processo de valorização da cidade implica a permanente luta pelo espaço.

As Políticas de Espaço e a Produção do Lugar

A Nova Guarapiranga, localizada nas margens da represa, esteve envolvida com as políticas referentes à proteção dos mananciais e, particularmente, à recuperação das águas da Guarapiranga, que nos anos 1970 se tornam, primordialmente, fonte de abastecimento para a população paulistana². Nesse mesmo período, o empobrecimento dos trabalhadores, as legislações ambientais, o encarecimento dos aluguéis, a extensão do núcleo fabril para Santo Amaro, resultam na ocupação das áreas mais desvalorizadas, como as margens da Represa.

Na urbanização de São Paulo, tais condições engendraram um contexto de crise dos recursos hídricos com a conformação da raridade da água potável para os paulistanos. A qualidade da água piorava e os custos para abastecer o município se avolumavam. Diante desse quadro, a região da represa Guarapiranga se transformou em objeto de amplas políticas de espaço com recursos provenientes de órgãos internacionais.

Em 1992, há a implantação do projeto chamado PROGRAMA GUARAPIRANGA (Projeto Qualidade das Águas e Controle da Poluição Hídrica)³,

² “Não é inútil lembrar que a Represa Guarapiranga, hoje utilizada exclusivamente ao abastecimento urbano, foi criada com o objetivo de regularizar a vazão do rio Tiête na geração de energia elétrica em Santana de Parnaíba durante os períodos de estiagem.” (Bertolotti:2010:43)

³ Como esclarece Ancona (s/d), foram gastos entre 1994-2000 R\$325,2 milhões no Programa Guarapiranga estando em seu escopo as obras de urbanização de favela, adequação de infra-estrutura em loteamentos, construção de 3 conjuntos habitacionais, gerenciamento e fiscalização, bem como, projetos e

que, em conjunto com a Prefeitura de São Paulo e o governo do Estado, objetivava promover a recuperação da qualidade das águas da represa com financiamento internacional – Banco Mundial, mitigando os impactos da ocupação do solo urbano. Segundo a Prefeitura, havia cerca de 200 loteamentos irregulares e 176 núcleos de favela no entorno da represa⁴. Para tanto, se promoveram melhorias infraestruturais por meio de “urbanizações de favelas” e adequações dos bairros com a implantação de sistema de saneamento ambiental, como rede de água e rede coletora e tratamento de esgoto. Este projeto perdurou de 1992 até 2000. Se por um lado se tentava equacionar os problemas referentes à água, recurso natural que se escasseava, por outro, tal programa empreendeu um conjunto de negócios para empresas de consultoria e escritórios de arquitetura até àquelas diretamente envolvidas com as obras de infraestrutura, se consolidando como mais uma frente de rentabilidades na cidade.

Dentre as favelas que passaram por esse processo estava a Nova Guarapiranga. A primeira intervenção esteve pautada na “urbanização de favela”. A obra transcorreu até o ano de 1997, mas ainda de maneira incompleta pelos moldes exigidos pelo financiador (Banco Mundial). De acordo com a concepção estabelecida pelo programa, as áreas irregulares apenas seriam controladas a partir de sua legalização, já que assim, o poder público poderia fiscalizar as ações ilícitas. Nesse sentido, um dos itens deste programa também era aquele relativo à regularização fundiária como medida preventiva para o adensamento das favelas.

No entanto, até a finalização do programa no ano de 2000, ainda não havia sido atribuída a titulação aos moradores. Estava sendo forjada a polêmica entre a questão do direito à moradia e o direito ambiental, delineando um dos grandes conflitos pelos quais atualmente passamos nas cidades.

Ao estar contemplada no Programa Guarapiranga, a favela obteve a “urbanização de favela”. A disposição da morfologia com determinado arruamento e divisão de lotes, mesmo com casas com padrão mais precário, auxiliava em um projeto relativamente simples. Houve o alargamento de algumas ruas, a implantação de rede coletora de esgoto e de água e asfaltamento. Algumas das vielas continuaram com uma

acompanhamento social. Avaliação do Programa Guarapiranga: Custos e programas de Infraestrutura. Disponível em: <habitare.infohab.org.br/pdf/publicacoes/ipt/01/cap04.pdf>. Acesso em: 05 de março de 2009.

⁴ Programa Guarapiranga – PMSP. Disponível em: < www.prodiam.sp.gov.br/invfut/guara2/index.htm>. Acesso em: 11 de maio de 2009.

forma precarizada, contudo, boa parte das casas já estava com outra aparência (Fotos 24 a 27).

Foto 24 – Uma das vielas de Nova Guarapiranga e que recebeu melhorias com a urbanização. Predomínio da morfologia típica das favelas, mas com evidentes melhorias. Ribeiro, F. V. maio/2010.

Foto 25 – Casas sem acabamento
Ribeiro, F. V. maio/2010.

Foto 26 – Viela do núcleo I
Ribeiro, F. V. maio/2010.

Foto 27 – Entrada principal do núcleo II
Ribeiro, F. V. maio/2010.

Simultaneamente, outras camadas legais foram sendo adicionadas ao perímetro da represa no intuito de protegê-la e foram normatizando a Nova Guarapiranga. Uma das leis era a 9.866/1997 que dispunha sobre as diretrizes e normas de proteção e recuperação das bacias hidrográficas dos mananciais. Nela, haviam sido classificadas as áreas de recuperação ambiental, nas quais Nova Guarapiranga se enquadrava. Somada a essa lei, em 2006, se promulga a Lei Específica da Guarapiranga (Lei Estadual nº 12.233/2006) criando a Área de Proteção e Recuperação de Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga. Dentro dela, se definiu também as subáreas de urbanização consolidada e é reiterada a condição de Nova Guarapiranga como um núcleo efetivamente reconhecido em que se poderia implantar a política de regularização fundiária de interesse social.

Na confluência dessas leis e também do Estatuto da Cidade e da Medida Provisória 2220/2001, após 10 anos de finalização das obras de infraestrutura, o lugar é contemplado pela regularização fundiária dos imóveis existentes. Essa demora não se fez sem razão, a polêmica em regularizar áreas de proteção ambiental esteve sempre como um alibi na justificativa da remoção das favelas, mesmo quando estas já foram objeto de intervenções.

Paralelamente a produção de políticas de espaço, transformando o espaço em um objeto instrumental, a vida dos moradores se realizava perpassando momentos de luta para continuarem no lugar. O vivido esteve imerso nas ideologias reinantes na sociedade e, nesse sentido, o percurso da vida esteve perpassada por “*conformismos e resistências*”⁵.

Desde o princípio, quando se efetivou a ocupação do lugar e as estratégias para seguirem como moradores na cidade, despontou-se na favela uma liderança. Com a qualidade de bom negociador e uma formação adquirida ao longo da vida, ele, primeiramente, organiza a ocupação do lugar. Posteriormente, com a consolidação da favela, ele começa a aglutinar os moradores para a conquista de melhorias para Nova Guarapiranga.

Neste período, início dos anos 1980, na zona sul, já haviam sido realizada as primeiras reuniões pelos direitos dos favelados e os movimentos em outras partes da cidade estavam em plena efervescência. A liderança de Nova Guarapiranga, através de alguns contatos, soube dessas reuniões e tomou a decisão de se engajar de alguma forma

⁵ Marilena Chauí, **Conformismo e Resistência**. São Paulo. 1994.

no sentido de trazer a infraestrutura que a favela carecia, mesmo porque estava desempregado. Como ele mesmo relata,

“Me lembro que quando a gente tava aqui começou um articular pró favelas. Tinha sido criada a união de favelas da zona leste. A união de favelas da zona leste já existia lá (...) já existia um movimento de habitação lá zona leste e teve um vereador que resolveu juntar essa história toda. (...) **porque se eu não tivesse ido para o movimento de favela eu não ia adquirir os instrumentos para adquirir as coisas aqui. Foi lá na Federação que eu consegui instrumentos para acontecer aqui, senão não tinha acontecido.**”

Ao saber que um dos vereadores⁶ estava reunindo as lideranças das favelas, ele resolve participar levando outros moradores, já que, a partir do governo Jânio Quadros, os avanços tidos no período anterior (gestão Mário Covas) para as favelas haviam regredido ao retomarem os processos de desfavelamento. Ele se envolve com a Corafasp (Conselho Coordenador das Associação de Favelas em São Paulo) por meio do vereador Antonio Carlos Fernandes. A propósito desta entidade, Gohn (1991) explicita que eles pretendiam desenvolver “*algumas políticas de impacto junto aos favelados. Antigas necessidades, foram as primeiras ‘conquistas’ do Conselho*” (p.107), como por exemplo, água e luz. Inclusive, a autora menciona uma emblemática ideia pronunciada pelo presidente do Conselho em relação aos favelados e o Estado: “*as favelas passaram a ser objeto de preocupação do poder público quando o favelado passou a ter uma conta de luz na mão.*” (p.107). Mas, parte da proposta em relação à segurança da posse, principal tema dos movimentos, coadunava com algumas concepções do Estado, com destaque ao pagamento para o poder público da área na qual se localizavam as favelas. Desse modo, a Corafasp se firma como a principal entidade de interlocução com o poder público municipal. (Gohn: 1991:108). A liderança resume esta concepção:

“ai o movimento entendeu uma coisa, a luta pela posse definitiva da terra. Nos congressos a gente dizia, **a gente não quer a terra de graça, a gente quer pagar pelo lugar que a gente mora, mas pagar de acordo com a possibilidade de cada um. A gente quer pagar com a possibilidade de cada um.** Então, a gente começou a tirar várias propositivas a favor das favelas de São Paulo e isso a nível de São Paulo.”

Logo, o vereador, a quem a liderança estava vinculada, se retira da Corafasp e funda o Conselho Metropolitano de Favelas da Grande São Paulo (COMEF). A partir da estrutura em torno do gabinete do vereador, ele claramente assume uma posição

⁶ Vereador Antonio Carlos Fernandes - PTB.

clientelista junto aos moradores das favelas. De acordo com Gohn (1991:110), o gabinete se transformou “*numa verdadeira agência de atendimento e prestação de serviços*”. A concepção que conformava tal prática esteve pautada na representação e a “ordem” era a postura adequada para conquistar as melhorias para o lugar.

Havia uma normatização das práticas socioespaciais dos moradores que, como esclarece Gohn, impunha a lógica da negação das formas de pressão, como as passeatas, os atos diante de prédios do poder público ou as manifestações de qualquer natureza, para privilegiar a representatividade por meio de petições escritas. Resumindo,

“Observa-se que a meta do Conselho era transformar as favelas em bairros aprazíveis. Pretendia-se atingir estes objetivos mobilizando a comunidade local e atuando, ordeiramente, em colaboração com os órgãos públicos. A população favelada deveria também passar por um processo de reeducação que vai desde o aprendizado do Código de Normas de Convivência em Comunidade, à participação em atividades da ‘economia comunitária’, até as praticas recreativas e de lazer, previamente programadas pelo Conselho.” (Gohn: 1991:110)

Esta condição de conformação de atuação do Conselho, no qual a liderança de Nova Guarapiranga esteve implicada, reforçou as relações clientelistas engendradas em muitos bairros das cidades. Tais relações, na realidade brasileira, constituíram um dos sólidos pilares da manutenção das relações de produção e que, por meio das precariedades do espaço social, impediram a construção de direitos e os transformaram em relações de favores e concessões. Podemos afirmar que aqui está presente uma degeneração do direito por ser ele substituído por um favor.⁷

O universo dos favores está situado na forma como os moradores encaminham suas demandas. Alcançadas algumas delas, eles seguem reivindicando outras com a coordenação da liderança. Essa relação de favores fica explicitada quando, na etapa de urbanização, a liderança narra que o antigo secretário de habitação do Estado lhe solicita indicação de áreas para serem projetos pilotos do Programa Guarapiranga. Em suas próprias palavras ele relata:

“Ai tinha o secretário de habitação que hoje é secretário do estado chamado Layr Kraembul, ai ele pediu pra mim indicar sete favelas pra fazer um piloto de favelas e lógico que a minha era a primeira. Ai vieram pra cá com um processo de urbanização, ai fizeram toda uma drenagem, ai fizeram todo as galerias debaixo daqui pra passar o sistema de esgoto.(...) Elas eram do movimento de favelas. Já era as lideranças mais próximas da gente, vamos indicar vocês pra urbanizar.

⁷ Maricato (2011:152), “Um dos objetivos mais perseguidos pela luta democrática – controle social sobre o Estado por meio de conselhos participativos – parece não ter mudado a política brasileira. Ao contrário, ampliou o campo das práticas clientelistas.”

Ai veio urbanizar.”

A desigualdade produzida revela esta faceta do processo de urbanização brasileiro, ao transformar a escassez de recursos para reprodução da vida em práticas clientelistas e de troca de favores para a reprodução política da elite. Segundo Kowarick (1993: 80),

“Não obstante serem múltiplas as causas, não se pode esquecer que, onde os favelados são numerosos, sempre existem grupos interessados em oferecer determinados serviços de infra-estrutura ou mesmo a garantia de não removê-los em troca de uma certa quantidade de votos.”

Se por meio do Programa Guarapiranga conseguiram a “urbanização de favela”, ainda restava a reivindicação principal: a segurança da posse. Esta demanda está expressa na seguinte fala:

“Ai nos fizemos a urbanização da favela e ai a gente falou, ainda falta mais uma coisa, falta o documento da posse. Não adianta a gente ter urbanização, ter uma casa de alvenaria, uma qualidade de vida e não ter um documento que serve [para dizer] que essa porra é nossa. Então vamos brigar pra isso. Ai foi quando eu descobri uma lei federal chamada Estatuto da Cidade, que era do Fernando Henrique. Ai eu li a lei e ai eu descobri que a lei não atendia a área pública. Ai nós fizemos um movimento pra entrar com a medida provisória pra atender área publica. A medida provisória 2.220. A lei do Estatuto da Cidade é a 10.257. Vocês devem saber. Ai nós entramos de pau, e a área pública, que é a principal, que é a que mais tem no Brasil. Ai eles entraram com essa medida provisória e ver se a gente com essa medida provisória consegue entrar com a concessão de direito real de uso.”

Esse é mais um episódio de conformismo e da resistência presente em todo o trajeto. Na descoberta da lei que os auxilia na conquista da segurança da posse persistem os mecanismos de clientelismo constituídos na vida política. O primeiro passo é impulsionado pelas obras de urbanização, Nova Guarapiranga consegue para todo o perímetro da favela a incorporação nas zonas especiais de interesse social (ZEIS – 1⁸) no Plano Diretor Estratégico de 2002. Tal condição permitiu reunir os critérios (Habisp) necessários para integrar a lista das áreas a serem regularizadas na segunda fase do programa (infraestrutura adequada e ser ZEIS). Além disso, havia o peso de

⁸ “As ZEIS são perímetros demarcados em lei, onde se aplicam regras especiais para favorecer a produção de habitação de Interesse Social – HIS ou para sua regularização, quando se tratam de áreas de assentamento informal. Têm por objetivo que a habitação de Interesse Social esteja inserida no tecido urbano, evitando remoções e/ou sua segregação para os limites mais remotos da cidade.” (Martins:2006:40)

realização de uma das metas do Programa Guarapiranga, que era a de finalizar algumas obras de acordo com as diretrizes do Banco Mundial, como a regularização das favelas urbanizadas.

Os Desafios e Vitórias do Processo de Regularização Fundiária

Como a Nova Guarapiranga ocupa área de proteção ambiental, a regularização não se realiza apenas pelas ações da Prefeitura, é preciso uma articulação com o governo do Estado, já que é este que legalmente rege as áreas consideradas ambientalmente frágeis. No entanto, mesmo com os entraves ambientais, a favela era parte constituinte de uma política de espaço (Programa Guarapiranga) que exigia a regularização fundiária como uma das metas internacionais estipuladas pelo Banco Mundial. Por esse caráter excepcional, em 2002, no Plano Diretor Estratégico de São Paulo, ela foi grafada como Zona Especial de Interesse Social, atribuindo-se a ela condições para realização de políticas habitacionais de interesse social como as de regularização fundiária. É esse quadro que configurou no plano formal um conflito entre aquelas áreas que, no âmbito da formalidade, devem ser protegidas e aquelas onde se efetiva uma das reivindicações para o direito à moradia. Segundo Souza (2010: 239),

“é possível verificar a existência de várias ZEIS em áreas de preservação ambiental e áreas non aedificanti determinadas por leis municipais de parcelamento, atualmente somente passíveis de regularização em face da Resolução Conama nº369 de 2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável nas ZEIS.”⁹

Podemos considerar o conflito como produto das novas raridades produzidas, isto é, entre a crise ambiental pelo esgotamento de determinados recursos como, por exemplo, a água e a crise habitacional pela profunda mercantilização deste bem. Como Martins (2006: 45) faz constatar, as leis gestadas no universo do direito urbano, nas quais estão presentes os dispositivos das ZEIS e outros instrumentos para a efetivação do direito à moradia, se confrontam com o lado ambiental que, justamente, impõe todas as restrições a essas áreas onde estão localizados boa parte dos habitantes mais empobrecidos. As últimas leis regidas pela matriz ambiental impedem a recuperação e

⁹ Souza, Maria Ângela de Almeida, **Loteamentos e Assentamentos de Gênese Ilegal na Metrópole do Recife**: descompasso entre arcabouço jurídico e realidade social, In: Pasternak, S., Raposo, I., Bógus, L., Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil, EDUC, São Paulo, 2010.

regularização das ZEIS transformando-se em uma das grandes práticas que inviabilizam os projetos de segurança da posse.

Esse conflito é reforçado por uma representação do espaço construída em torno da atribuição da responsabilidade pela degradação ambiental aos moradores empobrecidos e que somente encontram os sítios para a moradia com as características que o mercado formal despreza devido aos aspectos contidos na legislação urbanística e ambiental.

Apesar de haver um profundo conflito, a Prefeitura de São Paulo consegue regularizar, na segunda fase, sete áreas pertencentes à Bacia da Guarapiranga e que receberam obras de infraestrutura no período do Programa Guarapiranga¹⁰. Em relato de uma das técnicas responsáveis pelo processo da segunda fase, essas áreas estavam aguardando autorização do Estado para que se prosseguisse o encaminhamento ao cartório de registro de imóveis. A espera se devia à legislação recentemente aprovada – Lei Guarapiranga – 2007 – que exigia um Plano de Recuperação de Interesse Social – PRIS e após a primeira titulação aguardaram-se mais dois anos para entregá-la definitivamente, depois de avaliação de técnicos sobre o processo de adensamento. Caso ocorresse em algum lote um adensamento, este título não seria outorgado definitivamente.

No que se refere à Nova Guarapiranga, segundo a técnica da Prefeitura, o PRIS já se considera realizado pelas obras de urbanização ocorridas na década de 1990. Porém, ainda se esperavam os trâmites do Estado. Como esclarece Imparato (2008), ao descrever o processo jurídico da Nova Guarapiranga,

“De fato, a Nova Guarapiranga I e II não é uma ARA 1 [Área de Recuperação Ambiental] onde as ocorrências de assentamentos de habitação de interesse social desprovidos de infraestrutura de saneamento ambiental onde o poder público deve promover programas de recuperação ambiental, um vez que este programa foi promovido há 20 anos pela municipalidade. Ainda, não sendo um ARA 1, não há de se falar na promoção do Programa de Recuperação de Interesse Social (PRIS) nesta área. Porém, uma vez que desconhecêssemos a aprovação das obras implantadas por ato

¹⁰ Para superar as dificuldades referentes à legislação ambiental e realizar as obras de infraestrutura no processo de urbanização da favela, o Programa Guarapiranga se respaldou legalmente da seguinte forma, como expõe Imparato (2008) “Esta autorização especial dirigida à Prefeitura Municipal de São Paulo respaldou-se na Deliberação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) Nº 01/92, no parecer do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental (DAIA) nº12/92, no Parecer do Departamento de Uso do Solo Metropolitano (DUSM) nº02/94 e CJ 281/94. Note-se que a deliberação do CONSEMA foi expedida após a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) através do Processo Administrativo nº7007/92 daquela Secretaria de Meio Ambiente.”

estadual, se houver sua necessidade para fins de registro imobiliário da área-mãe, este ato deverá ser provocado.”

Um dos entraves também esteve pautado na questão fundiária. No início do processo de regularização, a EMAE (Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A), responsável pela Represa da Guarapiranga, se considerava proprietária do terreno no qual o lugar se produziu. Entretanto, segundo levantamento da Prefeitura, a ocupação estava sobre dois espaços livres de um loteamento do ano de 1955 e que até o ano de 1984 estava irregular. Conforme as próprias palavras da liderança,

“Então, nós ocupamos esse espaço, o nosso problema é que estamos muito próximo do patrimônio da EMAE. Uma briga feia que tivemos com a EMAE. A EMAE não tem provas de onde começa o patrimônio dela e onde termina, porque é tão antiga. É do tempo da Light, é tão antiga a documentação da EMAE.”

Apesar de tais dificuldades em 2008, a Nova Guarapiranga é titulada por meio de Decreto Municipal 49.638/08 (Mapa 05). O novo desafio residia na obtenção do registro no cartório de imóveis, pois como mencionado, quando há um conflito judicial em relação à segurança da posse, muitos juízes interpretam a concessão como um título precário transparecendo o Estado Patrimonialista.

MAPA 5
NOVA GUARAPIRANGA - PERÍMETRO DA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL
Localização
2012

Legenda

Nova Guarapiranga

A distribuição dos títulos de concessão de uso (CDRU e CUEM) representou para os moradores uma conquista com a garantia de segurança da posse, sobretudo, para manter a casa construída com muitos esforços das famílias, como também, pela manutenção das relações de sociabilidade no lugar. Em seguida mostramos os desdobramentos da titulação.

a) Sobre o perfil da morfologia social dos moradores contemplados pela regularização fundiária em 2008, vimos que a maioria é originária de São Paulo, seguida por migrantes dos estados nordestinos, com destaque para Bahia e Pernambuco, bem como oriundos de estados do Sudeste, como notadamente se vê a presença de pessoas de Minas Gerais (Gráfico 01). Isso revela que já havia uma consolidação dos moradores no lugar reforçando o ideia da importância da regularização fundiária para permanecerem com os laços de vizinhança.

Gráfico 01 - Origem dos Moradores - Estados Brasileiros - 2008

Fonte: HABISP – HABI – SEHAB. Dados do Cadastro Socioeconômico enviados pela equipe de regularização fundiária. 2010.

b) Quando avaliamos a condição de propriedade da casa (Gráfico 02), um dado é importante para reforçar o argumento de que predomina o valor-de-uso e o uso: o fato do imóvel ser próprio revela que o uso é para a família. Quanto àqueles que estão classificados em cedida/emprestada, não temos a evidência de serem alugadas, mas essa condição pode ser uma indicação da prática do aluguel. Mesmo assim, podemos considerar muito reduzida. Em relação à casa invadida, não se sabe ao certo as relações que são tecidas entre o suposto “dono” e aquele que de fato o utiliza.

Gráfico 02 – Condição de Propriedade do Imóvel - 2008

Fonte: HABISP – HABI – SEHAB. Dados do Cadastro Socioeconômico enviados pela equipe de regularização fundiária. 2010.

Segundo dados disponibilizados pela equipe de regularização fundiária (PMSP-HABI), os moradores de Nova Guarapiranga possuíam uma renda média per capita de R\$445,12¹¹. Diante disso, na avaliação da área pelo Habisp, se considerou que 99,24% dos moradores estavam em uma situação de muito baixa vulnerabilidade social e 0,75% baixa. Contudo, ao observarmos os dados abaixo (Tabela 12), verificamos diferenças de renda significativas entre os moradores, com renda percapita acima de mil reais, mas com predomínio daqueles imóveis abaixo deste valor.

¹¹ O salário mínimo a partir de março de 2008 era de R\$ 415,00.

**Tabela 12 - Nova
Guarapiranga I e II – Renda dos
Moradores - 2008**

Quantidade de Moradores	Renda Familiar	Renda Per capita
4	Sem renda	Sem renda
3	R\$ 1.352,00	R\$ 450,67
5	R\$ 1.330,00	R\$ 266,00
3	R\$ 1.600,00	R\$ 533,33
2	R\$ 415,00	R\$ 207,50
3	R\$ 1.278,00	R\$ 426,00
3	R\$ 1.300,00	R\$ 433,33
4	R\$ 400,00	R\$ 100,00
4	R\$ 1.300,00	R\$ 325,00
2	R\$ 415,00	R\$ 207,50
2	R\$ 900,00	R\$ 450,00
1	R\$ 400,00	R\$ 400,00
2	R\$ 600,00	R\$ 300,00
3	R\$ 1.300,00	R\$ 433,33
4	R\$ 1.200,00	R\$ 300,00
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00
2	R\$ 615,00	R\$ 307,50
5	R\$ 600,00	R\$ 120,00
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00
5	R\$ 800,00	R\$ 160,00
4	R\$ 1.300,00	R\$ 325,00
1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
3	R\$ 1.022,00	R\$ 340,67
5	R\$ 2.900,00	R\$ 580,00
1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
5	R\$ 1.850,00	R\$ 370,00
5	R\$ 760,00	R\$ 152,00
2	R\$ 600,00	R\$ 300,00
3	R\$ 800,00	R\$ 266,67
4	R\$ 1.000,00	R\$ 250,00
4	R\$ 750,00	R\$ 187,50
4	R\$ 2.400,00	R\$ 600,00
1	R\$ 550,00	R\$ 550,00
4	R\$ 800,00	R\$ 200,00
2	R\$ 400,00	R\$ 200,00
4	R\$ 1.315,00	R\$ 328,75
4	R\$ 600,00	R\$ 150,00
4	R\$ 2.350,00	R\$ 587,50
2	R\$ 1.400,00	R\$ 700,00
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00
4	R\$ 2.100,00	R\$ 525,00
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00
3	R\$ 950,00	R\$ 316,67
6	R\$ 2.230,00	R\$ 371,67
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00
1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
3	R\$ 1.850,00	R\$ 616,67
3	R\$ 1.250,00	R\$ 416,67

1	Sem renda	Sem renda
2	R\$ 700,00	R\$ 350,00
4	R\$ 850,00	R\$ 212,50
3	R\$ 1.460,00	R\$ 486,67
3	R\$ 1.450,00	R\$ 483,33
1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
1	Sem renda	Sem renda
2	R\$ 600,00	R\$ 300,00
3	R\$ 2.285,00	R\$ 761,67
4	R\$ 1.231,00	R\$ 307,75
4	R\$ 380,00	R\$ 95,00
7	R\$ 1.701,00	R\$ 243,00
2	R\$ 442,03	R\$ 221,02
5	R\$ 1.600,00	R\$ 320,00
1	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
3	R\$ 500,00	R\$ 166,67
2	R\$ 600,00	R\$ 300,00
2	Sem renda	Sem renda
8	R\$ 3.215,00	R\$ 401,88
4	R\$ 1.415,00	R\$ 353,75
2	R\$ 1.115,00	R\$ 557,50
4	R\$ 1.500,00	R\$ 375,00
6	R\$ 1.485,00	R\$ 247,50
8	R\$ 2.900,00	R\$ 362,50
4	Sem renda	Sem renda
3	R\$ 3.500,00	R\$ 1.166,67
3	R\$ 800,00	R\$ 266,67
4	R\$ 1.000,00	R\$ 250,00
7	R\$ 1.900,00	R\$ 271,43
6	Sem renda	Sem renda
2	R\$ 412,00	R\$ 206,00
5	R\$ 815,00	R\$ 163,00
4	R\$ 700,00	R\$ 175,00
2	R\$ 975,00	R\$ 487,50
7	R\$ 600,00	R\$ 85,71
1	R\$ 500,00	R\$ 500,00
2	R\$ 5.700,00	R\$ 2.850,00
1	R\$ 1.100,00	R\$ 1.100,00
2	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500,00
2	R\$ 1.215,00	R\$ 607,50
2	R\$ 1.100,00	R\$ 550,00
2	Sem renda	Sem renda
5	R\$ 1.570,00	R\$ 314,00
2	R\$ 2.600,00	R\$ 1.300,00
2	R\$ 1.100,00	R\$ 550,00
7	R\$ 1.615,00	R\$ 230,71
4	R\$ 1.400,00	R\$ 350,00
3	R\$ 2.900,00	R\$ 966,67
3	R\$ 1.992,00	R\$ 664,00
1	R\$ 1.305,00	R\$ 1.305,00
1	R\$ 515,00	R\$ 515,00
5	R\$ 1.150,00	R\$ 230,00

3	R\$ 600,00	R\$ 200,00
4	R\$ 1.700,00	R\$ 425,00
2	R\$ 1.600,00	R\$ 800,00
3	R\$ 100,00	R\$ 33,33
3	R\$ 900,00	R\$ 300,00
7	R\$ 1.411,00	R\$ 201,57
3	R\$ 1.400,00	R\$ 466,67
4	Sem renda	Sem renda
3	R\$ 3.400,00	R\$ 1.133,33
2	R\$ 2.700,00	R\$ 1.350,00
1	R\$ 350,00	R\$ 350,00
2	R\$ 400,00	R\$ 200,00
3	R\$ 1.000,00	R\$ 333,33
1	R\$ 650,00	R\$ 650,00
2	R\$ 900,00	R\$ 450,00
4	R\$ 1.310,00	R\$ 327,50
5	R\$ 560,00	R\$ 112,00
3	R\$ 1.385,00	R\$ 461,67
2	R\$ 1.250,00	R\$ 625,00
6	R\$ 565,00	R\$ 94,17
3	R\$ 500,00	R\$ 166,67
2	R\$ 1.200,00	R\$ 600,00
3	R\$ 515,00	R\$ 171,67
1	R\$ 240,00	R\$ 240,00
1	R\$ 790,00	R\$ 790,00
1	R\$ 645,00	R\$ 645,00
6	R\$ 415,00	R\$ 69,17
4	R\$ 830,00	R\$ 207,50
4	R\$ 400,00	R\$ 100,00
1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
4	R\$ 1.600,00	R\$ 400,00
3	R\$ 600,00	R\$ 200,00
2	R\$ 750,00	R\$ 375,00
2	R\$ 300,00	R\$ 150,00
6	R\$ 890,00	R\$ 148,33
3	R\$ 400,00	R\$ 133,33
2	R\$ 430,00	R\$ 215,00
4	R\$ 800,00	R\$ 200,00
1	R\$ 800,00	R\$ 800,00
2	R\$ 530,00	R\$ 265,00
2	R\$ 415,00	R\$ 207,50
5	R\$ 2.310,00	R\$ 462,00
3	R\$ 1.218,00	R\$ 406,00
2	R\$ 1.217,00	R\$ 608,50
2	R\$ 815,00	R\$ 407,50
1	R\$ 412,00	R\$ 412,00
1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
3	R\$ 870,00	R\$ 290,00

Fonte: HABISP – HABI – SEHAB. Dados do Cadastro Socioeconômico enviados pela equipe de regularização fundiária.

c) Do ponto de vista dos moradores, o recebimento de um título de concessão, significou o momento de desfrutar da casa que construíram sem o medo constante de serem expulsos. Os residentes de Nova Guarapiranga sustentam que, diferentemente de outras favelas que não possuem o título, eles estão com um instrumento que lhes confere negociar com o poder público em caso de alguma ameaça. Apresentam claramente que, com a concessão, o risco de ter que sair e pagar aluguel desapareceu e, por isso, se pode comer melhor e ter maior conforto dentro de casa. Tais opiniões estão expressas em trechos das entrevistas realizadas nos trabalhos de campo.

“A situação em áreas de risco e estas que estão em obras e que não tem concessão é a Prefeitura que diz como vai ser. Quem tem concessão, nós que dizemos a discussão.”

“Daqui pra frente a gente vai desfrutar ou vamos desfrutar, queremos desfrutar.”

“A gente por morar aqui tem móveis bons, come bem porque a gente mora aqui, porque se a gente fosse pagar aluguel seria um pouco mais difícil.”

“[Sobre a sensação de ameaças] Hoje nem tanto, mas toda vez que vai mudava o Prefeito o coração da gente começa vir na boca.”

No entanto, os moradores de Nova Guarapiranga ainda expressam seu descontentamento sobre a espera da regularização das ruas para requererem o endereçamento. Para eles, ter um endereço na cidade é dos aspectos fundamentais para se sentirem parte dela. As dificuldades em terem reconhecido formalmente o lugar causam problemas tanto do ponto de vista das entregas relativas às compras realizadas, mas notadamente, em relação a questões básicas, como atendimento em hospitais.

“Sabe Fabiana, eu ficaria muito feliz se a gente conseguisse ter um nome, ser registrado porque muitas vezes é difícil vir uma correspondência, entende? Porque tudo a gente coloca que é Benedito Leite. Tem loja que a gente vai fazer um crediário dá um pouco de trabalho, até no hospital mesmo. E aí é fica um pouco difícil. Se essa rua já tivesse nome, fosse uma coisa direitinho, já tivesse CEP, o nome dela direitinho era tudo diferente.”

“Dá um logradouro, um nome fictício. Outra coisa que tem que entrar nas favelas urbanizadas é o endereço regular. Tem que ter um nome oficial, caramba! pras ruas.”

d) Cabe destacar um fator observado no trabalho de campo. Concomitante ao processo de regularização fundiária em 2008, a Eletropaulo, desde 2004, promoveu um programa de regularização do fornecimento de energia elétrica para aqueles que viviam em favelas. Como a própria empresa apresenta, é um programa de “Transformação de Consumidores em Clientes”¹². No momento de recebimento do título houve também a instalação dos relógios para mensurar o gasto de energia. Mesmo que esse fato não esteja diretamente vinculado à regularização fundiária em si, revela a impossibilidade do pagamento da energia elétrica pelos moradores da favela. Gastos como esse podem, potencialmente, engendrar processos de segregação, porque viver na cidade implica, quando há regularizações de todo o tipo, a manutenção da casa por meio do pagamento. Pela impossibilidade de pagar, novamente os habitantes podem ter que sair das casas regularizadas e partir para renovadas transgressões para viverem na cidade, desde a realização de um “gato”¹³ ou até mesmo tendo que se deslocar para outra favela.

Em Nova Guarapiranga, observamos esta recente frente de resistência ao preço abusivo da energia elétrica. Uma das grandes reclamações dos moradores e, que estavam em processo de mobilização, era relativa às contas de energia elétrica. De acordo com depoimentos, houve um aumento significativo desses custos chegando a algumas residências a mais de R\$ 400,00. Segundo as conversas realizadas em campo, antes da regularização e instalação dos medidores cada residência pagava o valor mínimo, que atualmente está em torno de R\$15,00. Mas uma ação da Eletropaulo revela um tipo de segregação relacionado aos serviços prestados e que os moradores atribuem como causa do aumento abusivo das tarifas. Os medidores de energia que foram

¹² Como é apresentado o Programa da AES Eletropaulo de regularização da energia elétrica. “Com o programa de Transformação de Consumidores em Clientes, a AES Eletropaulo bateu a marca histórica de 356 mil regularizações de instalações elétricas, beneficiando 1,4 milhão de pessoas em 903 comunidades localizadas em sua área de concessão. A concessionária atua em comunidades de baixa renda por meio de ações do programa de Eficiência Energética voltadas a regularização de energia elétrica de modo sustentável.

Além das regularizações, que na prática funcionam como ferramenta de inclusão social, o programa de Transformação de Consumidores em Clientes (iniciado em 2004), promoveu a substituição de 14.342 geladeiras, 280 mil lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e a instalação de 3.101 pontos de iluminação externa em vielas.

Também foram realizadas 1.100 reformas internas de residências, com a substituição de interruptores, tomadas, disjuntores, caixa de distribuição e chuveiros. Tais providências são fundamentais para garantir a segurança e o consumo eficiente de energia elétrica nas comunidades.

Para 2010 estão planejadas mais 45 mil regularizações. O programa de Eficiência Energética também prevê investimentos de R\$ 26,2 milhões em mais de 250 unidades, incluindo ações em hospitais, escolas e prédios públicos.” Disponível em:

www.aeseletropaulo.com.br/imprensa/releases/Paginas/AESEletropaulosupera350milregularizacoesdeligacoeseltricas.aspx. Acesso em: 11 de julho de 2012.

¹³ Ligação clandestina de eletricidade.

instalados em Nova Guarapiranga são denominados reciclados. Eles são provenientes dos bairros formais e pelo tempo de uso foram substituídos por novos. Logo, estes relógios passaram por um processo de manutenção e retornaram não para os bairros de origem, mas sim para as favelas. Isto é, os moradores das favelas não receberam relógios novos como nos bairros formais, apenas estes reciclados.

“Luz começou em novembro, mas água a gente já paga faz tempo. Muito tempo, mas a luz a gente pagava a taxa mínima. Quando vinha 5 estrelinhas não pagava nada, quando não vinha estrelinha a gente pagava a taxa mínima, que era 10 e 12 reais.”

“A conta de luz é alta depois que eles veio colocar os relógios (...) Pagamos conta de luz de 230 reais e a gente pagava 13 reais. Que absurdo.”

A questão da energia elétrica também nos auxilia na compreensão de processos de segregação. A tarifa social praticada atualmente possui muitas limitações. Ela é bem diferente do projeto proposto pelos movimentos sociais em suas campanhas de socialização da riqueza social básica. Atualmente, a Eletropaulo¹⁴ exige a inscrição da família no Cadastro único (CadUni) do Governo Federal e que ela comprove que ganha até 3 salários mínimos ou meio salário mínimo per capta. A tarifa social incide apenas nos primeiros 220kwh, ultrapassando este valor, a tributação é normal. Se pensarmos que geralmente as famílias que ocupam um imóvel são maiores, inclusive com mais de uma família por residência, este “benefício” muitas vezes não pode ser requerido e se transforma em um impeditivo do uso de energia elétrica. Hoje, uma parte dos movimentos sociais está se mobilizando quanto a isso, já que em último caso, o não pagamento da conta de água ou luz leva o nome do morador para as instituições de restrição ao crédito. Para os moradores de uma área regularizada, esse processo pode somar-se a outros endividamentos dados pela possibilidade de aquisição de crédito com a casa se tornando um ativo econômico e, assim, sendo a garantia para os empréstimos.

e) Entre os desafios da Nova Guarapiranga devemos destacar também uma diferenciação de propriedade que levou parte dos moradores a não adquirirem o título. Grande parte da área da favela estava assentada na área institucional do loteamento privado, contudo, uma pequena parte se localizava em propriedade privada. Isto produziu uma diferenciação entre os moradores da favela, entre aqueles que são concessionários e os não concessionários.

¹⁴ Disponível em: <www.aeseletropaulo.com.br/imprensa/releases/Paginas/AESEletropauloesclareceregraparadescontonatarifasocial.aspx>. Acesso em: 11 de julho de 2012.

f) Mais um dentre os desafios da regularização fundiária no processo de implantação é aquele referente à questão dos aluguéis. Por mais que a maioria dos residentes de Nova Guarapiranga sejam os donos dos imóveis, uma parte estava sob o regime de aluguel. Segundo depoimento da técnica de HABI, a Nova Guarapiranga foi uma das áreas que tiveram problemas com esse tema. Entrou em cena a equipe de mediações de conflitos. Em um dos casos, na negociação com o “proprietário” se nomeou a família inquilina como titular da posse, pois eles negociaram a compra da casa por meio de um valor a ser pago ao longo do tempo. Esse é um caso exemplar de resolução de conflitos.

g) Sobre as transferências: a mensuração é difícil de ser executada, mesmo em áreas escolhidas para a pesquisa. Como exposto anteriormente, muito se afirma sobre a imediata elevação da taxa de transferência posteriormente à regularização, mais dados a respeito não são encontrados. Nos lugares nos quais foram desenvolvidas pesquisas e mesmo de acordo com lideranças dos movimentos sociais, as taxas de transferência continuam as mesmas. Muitos são os motivos de saída da favela, mas esse processo se desenrola em um número pequeno em relação aos moradores como um todo. Na Nova Guarapiranga, os depoimentos dos moradores em relação a esse aspecto da transferência e valorização revelam a prática da venda como corriqueira, não aumentando depois da titulação. Estão expressos sinteticamente neste diálogo:

- “F. Alguém vendeu a casa depois da titulação?
J. Teve, teve sim, a Maria mesmo, a Márcia lá do pantanal, teve (...) ali no barro preto quantas casas foi vendida ali?
D. Depois disso aí teve umas 8 ou 10.
F. E antes vendia desse jeito?
D. Sempre vendia. Teve uma pessoa lá no barro preto que vendeu muito bem a casa.
F. Quanto é uma casa aqui?
D. Depende de como é a casa. Se eu fosse vender a minha eu queria bem uns 80 [mil] e pouco. Eu ia pedir uns 90 pra cair nuns 80. Lá no barro preto teve uma que vendeu a 70, a gente ficou sabendo, e o cara foi lá pra Alagoas.
C. Aumentou o valor da casa com o papel?
D. Não, porque a pessoa que compra nem sabe.”

No entanto, mesmo com os limites decorrentes do desenvolvimento das contradições espaciais no percurso de conquista da reivindicação, inclusive com as ambiguidades relacionadas ao processo de resistência, a perspectiva de permanecer no lugar promoveu uma série de atitudes dos moradores com relação a suas casas, principalmente aquelas referentes às melhorias. Segundo os relatos das conversas

realizadas no decorrer da pesquisa, alguns moradores indicaram a alegria em saber que estariam seguros, bem como, imaginavam ser o momento que saíram da estigmatização da favela.

As casas começaram a ganhar acabamento, houve também um processo de verticalização (mesmo que isto não possa ser feito), os espaços de sociabilidade como o de lazer e o de reunião dos moradores seguiam garantidos, com o campo de futebol, o bar, a horta comunitária e a rua transformada em lugar para realização de festas (em destaque a Festa Junina) – Fotos 28 a 32. Como menciona Carlos,

“A morfologia, ela própria, revela um espaço-tempo e um ritmo, bem como a possibilidade de realização da sociabilidade. Ela também, como virtualidade, revela uma arte: a possibilidade de criação, do extravasamento/realização da espontaneidade, abrindo-se para o imprevisto como oportunidade de construção de um cotidiano cheio de substancialidade. Assim, a reprodução da cidade contém em si um projeto de humano.”(2001:63)

O encontro nesses espaços é concretizado no lugar, mesmo que seja residual. O espontâneo, o prazer e o sonho se vêem no uso do espaço. Isso ocorre ao nível do vivido e em torno do espaço social produzido. Como expõe Seabra (1996:75), *“É nesse nível que o prazer, o sonho, o desejo se debatem, como corpo, como uso.”*

Foto 28 – Projetos de Ampliação das Casas após a entrega do título de regularização
Ribeiro, F. V. junho/2011.

Foto 29 – Horta Comunitária
Ribeiro, F. V. junho/2011.

Foto 30 – Casa verticalizada e comércio no núcleo II da Nova Guarapiranga
Ribeiro, F. V. junho/2011.

Foto 31 – Barracas de Festa Junina no núcleo II da Nova Guarapiranga
Ribeiro, F. V. junho/2011.

Foto 32 – Campo de Futebol localizado em frente onde iniciou a ocupação
Ribeiro, F. V. maio/2010.

A pesquisa revela que as ações de resistência não se realizam de forma pura, mas estão permeadas de ambiguidades e contradições que advêm das estratégias possíveis para a sobrevivência na cidade capitalista, mesmo que referendadas por uma organização que abarca outras favelas e movimentos que se propuseram como representantes dos moradores. Do ponto de vista organizativo, há um momento em que a liderança aponta uma perspectiva de crise dos movimentos sociais. Salientamos que ele está vinculado à Federação de Favelas de São Paulo,

“L. Não é que ela morreu é que muitas coisas aconteceram nas favelas e a gente ficou sem bandeiras de luta. Eu to falando em cima de bandeiras de mobilização. As bandeiras de mobilização eram muito maiores, então você dava um estalo assim e você mobilizava.

C.A maioria não tem título de posse, então, não teria uma bandeira de luta?

L.É uma bandeira de luta. A gente já tem uma cartilha no forno pra ensinar a população como ver a 10.257[Estatuo da Cidade] de como colocar ela na linguagem deles. Receber um manual para dizer que para você conseguir uma concessão, pra você conseguir usucapião, pra você conseguir o direito real. Tudo explicadinho na linguagem. Pra pessoa, ela mesma, dar o passo. Não esperar a Prefeitura vir e oferecer. Ela dá o primeiro passo, entendeu? E as favelas hoje tem outro perfil. Não é mais aquela barraqueira. O contraste é muito grande. Hoje você chega aqui e vê uma arquitetura aqui. Você vê uma arquitetura num terreno pequeno. O cara consegue fazer uma arquitetura aqui num terreno pequeno.”

Podemos expor que a luta pela moradia aparece em um momento específico, quando a liderança inicia uma prática junto a organizações que conformam determinados processos de resistência no âmbito da totalidade da cidade, mesmo incorporando mecanismos clientelistas. Mas, o espaço de conflito, gestado na busca pelas melhorias, contém práticas socioespaciais importantes para aqueles que estão participando, seja de qual modo for, pois as possibilidades são múltiplas. Os moradores de Nova Guarapiranga também irão participar no momento de reuniões e de idas à Câmara Municipal dos Vereadores para exigir os serviços e a legalização deles na área. As transgressões, por sua vez, perpassam toda a vida desses moradores, desde o momento em que tentam buscar um lugar para morar até o a venda do lote legalizado para construir tentativas de melhoria de uma vida profundamente precarizada. Para aqueles que permaneceram no lugar, após a regularização, mesmo sem a escritura, ainda têm uma garantia que os retiraram da ilegalidade e lhes dá uma legitimidade diante à sociedade.

No entanto, o processo de produção da cidade segue seu fluxo com estratégias de valorização impondo renovadas frentes de luta pelo espaço. Na região da Nova Guarapiranga, mais políticas de espaço vão se somando às camadas antes existentes. A história daquela porção da cidade se reatualiza e morfologias pretéritas, como símbolos destacados, se transformam em signos para empreender avanços do planejamento tecnocrático.

Pelo fato de renomados arquitetos terem produzido um conjunto arquitetônico importante como, por exemplo, o Iate Clube Santa Paula e a casa de barcos projetada pelo Vilanova Artigas, bem como o loteamento Interlagos, inicia-se o desenho dos tombamentos na região da Guarapiranga. Por meio do Concresp¹⁵, há o tombamento do bairro Interlagos e os imóveis citados anteriormente. Sem entrar no mérito do tombamento em si, apenas consideramos esses fatos como momento relevante para se recuperar a ideia de “vocaço de lazer” das margens da represa Guarapiranga e entrelaar aes para construir um discurso espacial enriquecido de signos que referendem as futuras intervenes do poder pblico.

Segregao Socioespacial: Luta pelo Espaço versus Visibilidade

Um novo fato ocorre, aps a regularizao da favela, que demonstra os processos de segregao na produo do espao quando uma poro da cidade entra nas tramas de interesses da valorizao imobiliria, mesmo num lugar que passou por uma poltica de regularizao fundiria.

No ano de 2008, por meio da questo ambiental e do lazer, foi proposto um grande parque linear na extenso da orla da represa Guarapiranga, que seria composto por um complexo de sete parques e interligados por uma ciclova (Figura 18).

Segundo informativo da Prefeitura “*De forma geral, a ideia anexar novas reas a esses parques para que, unidos, sejam transformados em um nico parque que circunde toda essa poro da represa, formando ento a chamada ‘Praia de So Paulo’.*”

Inserido como uma ao integrada e intitulada “Opero Defesa das guas”¹⁶, ele iniciado no ano de 2007. Mas ser em 2008, que se formula o desenho dos parques

¹⁵ Concresp.Resoluo n. 18/2004.

¹⁶ PMSP, Dirio Oficial, 06/04/2010. “Com o intuito de revitalizar a orla da Guarapiranga, a Prefeitura de So Paulo e o Governo do Estado criaram a Opero Defesa das guas no fim de 2007, quando o poder

lineares que se transformaram em uma das estratégias para impedir a ocupação irregular nas margens da represa. Essa política de espaço se chama “Revitalização da Orla da Guarapiranga”.

Figura 18 – Projeto de Revitalização da Orla da Guarapiranga – Conjunto de Parques
Fonte: Assessoria de Comunicação da Subprefeitura da Capela do Socorro, PMSP, 2011.

A figura acima apresenta os perímetros dos parques a serem construídos e pertencentes ao futuro complexo. A partir de um diagnóstico realizado pelo poder público municipal através da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, considerou-se que a história de avanço da urbanização de Interlagos levava a decretar que esta porção tinha uma “vocação” turística, ambiental e de lazer. Esta visão é expressa no Diário Oficial da Prefeitura,

“A represa Guarapiranga tem vocação natural ao lazer e ao turismo e o programa de recuperação da orla, além do claro objetivo de preservação ambiental, visa o resgate de atividades comerciais que possam gerar emprego e renda para a região sem causar danos ambientais à represa. Dessa forma, todo o programa prevê a ordenação das ocupações ao longo da orla, mantendo clubes náuticos, as marinas, os restaurantes, os quiosques, os estaleiros, escolas de esportes náuticos e procurando atrair ainda outros empreendimentos ambientalmente responsáveis.”¹⁷

público deu início à retomada de terreno invadidos e à remoção de loteamentos clandestinos que ocupavam áreas de preservação ambiental.”

¹⁷ Diário Oficial, Cidade de São Paulo, Ano 55, São Paulo, terça-feira, 6 de abril de 2010.

O documento elaborado pelo poder público municipal sobre esta vocação, que depois é divulgado oficialmente, legitimou a ação de elaboração de uma política de espaço que reuniu três Subprefeituras (Capela do Socorro, M'boi Mirim e Parelheiros), como também a Secretaria Municipal de Governo, a própria Secretaria do Verde e Meio Ambiente e a Secretaria Estadual de Saneamento e Energia e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. De acordo com a Subprefeitura de Capela do Socorro, o objetivo do projeto seria,

“Revitalizar e desenvolver a vocação da região da Orla do Guarapiranga para o esporte, lazer e turismo, de forma ambientalmente sustentável, possibilitando emprego e renda à população local, ampliando a conscientização e melhorando a qualidade de vida.”

O poder público inicia a implantação dessa política de espaço sobre vários terrenos que estão localizados entre a Avenida Robert Kennedy, atualmente rebatizada de Avenida Atlântica, por meio de ações de desapropriação¹⁸, concessão de uso para licenciamento do parque num de convênio com a EMAE e incorporação de áreas já pertencentes à Prefeitura. Sua estratégia se constrói fundamentalmente na composição de um discurso espacial assentado em um aspecto crítico do processo de produção do espaço urbano e que, atualmente, configura uma das raridades produzidas pelo processo de urbanização contemporâneo, a questão ambiental e a escassez de áreas de lazer.

Essa política transforma o meio ambiente em um álibi para legitimar a prática de desapropriação de áreas com propriedade privada especificamente capitalista, como os bairros constituídos há décadas, bem como justifica a reintegração de posse dos terrenos pertencentes à Prefeitura onde se localizam os moradores de baixa renda. A prioridade, como apresentada no excerto do Diário Oficial, é de atividades comerciais “compatíveis” com a “sustentabilidade”, mas claramente mediada pelas relações mercantis, como os comércios e clubes associados à paisagem da represa.

O arcabouço do projeto é explicitado na fala da arquiteta responsável pelo projeto alocado na Subprefeitura de Capela do Socorro. Esse relato apresenta as ações de desapropriação como integrantes do avanço da política de espaço, bem como revela a

¹⁸ Segundo a Prefeitura “A área foi desapropriada para ampliar os parques municipais que fazem parte do Programa de Revitalização da Orla da Guarapiranga, uma parceria entre Estado e Prefeitura que vem implantando parques, ciclovias, grades de proteção e calçadões ao longo da orla da represa de Guarapiranga. Ela se soma a outros 700 mil m2 de áreas verdes que foram desapropriados e conveniados pela Empresa Metropolitana de Água e Energia (EMAE) à Prefeitura de São Paulo para a implantação dos parques de defesa da Guarapiranga”. Prefeitura desapropria terreno às margens da represa Guarapiranga. Disponível em: <http://www.sampaonline.com.br/reportagens/golfcenter2010nov28.php>. Acesso em 20 de junho de 2010.

paisagem como instrumento legitimador de uma ação a favor do meio ambiente. Esses dois fatores nos fazem considerar como a visão tecnocrática empreende uma prática urbana a partir do desenho na prancheta extraindo a vida daqueles que estão ali vivendo há décadas e subtraindo as duras conquistas adquiridas ao longo dos anos:

“Houve uma recuperação, eu tirei as construções de APP da faixa dos 50 metros. E o que vamos fazer com essas áreas agora. Parte do Plano Regional Estratégico da Capela também dizia que queria uma **recuperação visual da Guarapiranga**, porque a gente andava e não via a represa. Está previsto no Plano Diretor Estratégico a substituição dos muros por gradis em toda a represa.”

“Então vamos começar a conectar os parques, foi quando surgiu o parque praia de São Paulo. Quando nós conseguirmos terminar toda a ocupação a orla inteira vai ser um parque só com vários núcleos e qual é o objetivo. É realmente a recuperação visual da margem, da mata ciliar, criar área de lazer. Não existe área de lazer. Nós somos um milhão de habitantes que não tem. Já chegamos aí por volta, a gente deve ter quase um milhão de metros quadrados de área verde implantada e quase um parque do Ibirapuera.”¹⁹

O discurso ambiental está pautado nas necessidades da cidade, naquilo que no decorrer do avanço da urbanização vai se transformando em bem raro e, portanto, adquirindo valor pelo escasseamento decorrente da problemática urbana que se configura no século XX. Como posto por Lefebvre (2006),

“elas servem de álibi ideológico. As ‘novas raridades’ se estendem e ameaçam provocar uma crise (ou crises) de caráter original. Bens outrora abundantes porque naturais, que não tinham valor porque não eram produtos, tornam-se raros. Eles se valorizam. É necessário os produzir; eles adquirem então, com o valor de uso, um valor de troca. Esses bens são ‘elementares’ pois eles consistem precisamente em ‘elementos’. Nos projetos urbanísticos os mais modernos, utilizando técnicas muito aperfeiçoadas, tudo é produto: o ar, a luz, a água, o solo ele mesmo.”

A recuperação visual da represa Guarapiranga, pretendida no projeto para produção de uma nova centralidade vinculada ao meio ambiente e lazer, está fundamentalmente articulada a outro aspecto que varre a presença das pessoas do entorno da represa pelas desapropriações. No processo de transformação do espaço de improdutivo para produtivo, o discurso é marcado pela necessidade da VISIBILIDADE. Bensaïd (2008:68) expõe que , “A ‘visibilidade’ tornou-se a palavra mestra de uma sociedade de engodos, espetáculos e aparências.” O meio ambiente, o lazer, o turismo

¹⁹ Entrevista com arquiteta responsável pelo projeto de revitalização da Orla da Guarapiranga em 06 de maio de 2011.

somente se realizam na medida em que estão mediados pela *visibilidade do espaço* e percebidos por meio da paisagem.

Como os álibis que compõem o discurso espacial são aqueles elementos críticos dentro da produção do espaço capitalista, a legitimidade dada a eles passa pelo “interesse coletivo” em detrimento dos moradores residentes nos lugares da cidade. Por isso, a técnica da Prefeitura afirma que essa política em curso trará os seguintes benefícios,

“O ganho que a cidade vai ter é o ar mais limpo, é menos poluição, é a área de lazer enorme e maravilhosa. A região ganhou muito. Ficou 20, 30 anos sem ninguém olhar pra cá e de repente a gente está olhando e trazendo este tipo de equipamento sofisticado. Parque, a gente pensa que não, mas no desenvolvimento urbano é... dá dignidade a essas pessoas.”

“A gente trabalha com utopia e eu acho que aqui a gente conseguiu implantar um pouquinho de utopia. É triste porque eles não cuidam, eles não dão o valor que a gente gostaria, tem um pouco de depredação, vandalismo, mas é a educação ambiental que vem junto, a gente vai por insistência.”

“E agora o último que a gente tem é o Parque Atlântica. Então estes parques estão em áreas totalmente assoreadas da EMAE. Ai achamos tão bonito que começamos a pensar, porque não faz a orla inteira. Foi aí que começou o processo de desapropriação.”

Tal “dignidade” mencionada como objetivo desenhado na prancheta dos técnicos ao tentar dar *visibilidade* por um discurso espacial a essa nova centralidade prestes a se formar na cidade e dar continuidade aos eixos de valorização, simultaneamente, corrobora para colocar na *invisibilidade* as pessoas que viveram nas últimas décadas naquele lugar, ao afirmar que “ninguém olhou” para essa porção da cidade.

Uma política de espaço como essa impõe uma estratégia de produção de uma centralidade pautada na valorização do lugar e expulsão daqueles que não estão “adequados” aos recentes espaços-tempos impostos por essa estratégia. No entanto, essa estratégia não se realiza sem conflitos. Por isso, o discurso espacial torna-se instrumento essencial para o avanço das estratégias de valorização. Os mecanismos econômicos se articulam com os mecanismos políticos arrasando a vida daquelas pessoas no lugar com a justificativa do “interesse coletivo”. Como esclarece Lefebvre (1973:88),

“Como todas as instituições, o discurso e a linguagem são polivalentes: eles veiculam necessidades e desejos, poesia e ideologia, símbolos e conceitos, mitos e verdades, mas também as condições de poder (estatal), os seus símbolos e as suas palavras-chave. Contribuem, portanto, para reproduzir as relações de produção”

Tal empreendimento do poder público reatualizou as formas de segregação socioespacial abarcando não somente os moradores beneficiados pela regularização fundiária, como também imóveis particulares e áreas de clubes antigos, ao substituir essa morfologia pelo complexo de parques.

Porém, podemos considerar que as consequências dessas ações se realizam ainda mais perversamente àqueles que lutaram por continuar em uma área mais valorizada como essa parte da represa Guarapiranga, já que os esforços contínuos e o enfrentamento da representação do espaço da favela foram constantes ao longo da vida daqueles moradores.

Emergem, no processo, o “conformismo e resistência” dos moradores do lugar. As contradições permeadas por ambiguidades estão inscritas na fala da liderança da favela que, ao mesmo tempo em que concorda com o projeto de revitalização da orla da Guarapiranga, faz uma crítica profunda da política de espaço. Seu depoimento denuncia o discurso espacial pautado no meio ambiente, mas conjuntamente aponta as implicações de uma área de proteção ambiental,

“O Eduardo Jorge é um cara foda, o cara é ambientalista, o cara não é ecologista, o cara é ambientalista. Ele não vê casa, ele vê árvore, ele vê fauna, ele vê flora. Ele não quer saber de moradia. Ele é ambientalista. A árvore tem que tá no lugar da moradia. Essa é a concepção dele. Ali eu quero uma árvore, foda-se aquela favela. É essa visão. O ecologista não, ele associa a questão do meio ambiente com a ocupação do solo com a moradia. Pensa como adequar, adaptar estas duas situações. Moradia e meio ambiente. O Eduardo Jorge não!, Ele pensa só em árvores. E ele é um cara assim, sistemático. Então quando a gente começou a discussão dos parques então ele bateu pesado com uma palavra chamada **visibilidadade**. Não adianta fazer um parque ecológico se você não tem visibilidadade. Então vou fazer uma ciclovia aqui, a ciclovia vai passar justamente aqui onde nós estamos. Aqui vai passar a ciclovia, e esse parque é aberto pra população. A população chega na rua ali e não vai ver. E a ideia é ter visibilidadade para o reservatório. Então como a gente vai chegar com a ciclovia aí e passar por trás das casas, ninguém vai passar no túnel. Então tem que desocupar. Então eles queriam trazer a remoção até aqui.”

“Agora é visibilidadade. A fase agora é do pessoal passar ali e falar, olha que represa maravilhosa. Que reservatório maravilhoso. Não é pra atender a comunidade aqui, é pra atender São Paulo, porque São Paulo não tem praia. Então, eles querem que tenham essas coisas e aqui eles pretendem tirar o bairro inteiro pra fazer um tipo de parque do Ibirapuera dois.”

O relato é bem emblemático quanto à busca da **visibilidadade** para ancorar a produção da centralidade de lazer na região, arrastando, mais uma vez, a uma renovada frente de negócios com o urbano a partir da valorização da raridade. Esse discurso

revela uma contradição espacial, aquela referente à apropriação e domínio do espaço ao se esboroar o direito à moradia e legitimar o meio ambiente como interesse coletivo.

Os moradores da Nova Guarapiranga se defrontam com a atual política de espaço a partir da desapropriação de casas com título de concessão. Segundo a liderança, serão desapropriadas 68 casas (Foto 33) que receberam o título de concessão de uso e algumas das quais estão situadas em área privada e não adquiriram nenhum respaldo por meio de titulação (Foto 34).

Além dessas casas, estão sendo removidas residências de propriedade privada e parte do Golf Club situado ao lado do loteamento. Essas remoções darão lugar ao Parque Atlântica, último a ser incorporado ao projeto para permitir a continuidade da faixa de ciclovias que interliga os demais parques do complexo da orla. Como expresso pela Prefeitura, a área na qual se instalará o Parque Atlântica terá o campo de futebol (já existente), playground e pista de caminhada. A inserção do Parque denota como as decisões técnicas, via planejamento, são elaboradas sob a diretriz da *invisibilidade* daqueles que lá vivem. Como pudemos relatar na primeira fala da técnica, foi a partir da observação sobre o projeto desenhado dos parques, internamente aos gabinetes dos projetistas, que surgiu a ideia de interligá-los pela ciclovias. Para tanto, o custo relacionado a esse procedimento é a remoção de muitas famílias, que vivem há mais de 20 anos ou até há cinco décadas, como alguns moradores do antigo loteamento.

Foto 33 – Casas localizadas à esquerda serão desapropriadas para a implantação do Parque.
Ribeiro, F.V. maio/2010.

Foto 34 – As últimas casas à esquerda não obtiveram títulos por ser área particular.
Ribeiro, F.V. maio/2010.

No entanto, a finalidade do projeto se revela em um momento da entrevista com a técnica responsável,

“Foi criado um novo eixo, qualquer governante gosta de criar a sua marca, ele faz uma ponte, faz um viaduto. No caso do Kassab também, ele está fazendo o metrô, mas ele foca muito nesse projeto, é a menina dos olhos dele. Ele está investindo muito nisso porque é a criação de cartão postal. É um cartão postal novo da cidade em uma área que sempre esteve aí. Além de toda a parte ambiental que a gente está trabalhando, a parte política está se aproveitando e mostrando, olha só! Parece que ele que fez a represa. É uma política realmente de criação de novos marcos. E trazer lazer para essa população, essa população não tem pra onde ir, o parque mais próximo era o Ibirapuera (...). Com a história do metrô é chegar aqui em 30 minutos do centro.”

Esclarece-se a produção de uma nova centralidade na porção sul da cidade de São Paulo, revelando como a periferia vai sendo incorporada aos mecanismos de valorização do solo urbano. Esse conjunto de desapropriações não é um fato isolado em São Paulo. As margens da Billings, como também a própria margem esquerda da Guarapiranga estão marcadas pelos decretos de utilidade pública do poder público municipal²⁰. As consequências para os moradores que vivem nas margens da represa da Guarapiranga são profundas e aqueles que, por anos, lutaram para conquistar melhores condições de vida exprimem a perplexidade diante do projeto.

Em entrevistas realizadas, os moradores destacaram o projeto de revitalização da orla da Guarapiranga. Eles nos relataram a dificuldade das informações, exclamaram sua sensação de injustiça pelo governo que lhes prometeu a segurança da casa e, neste momento, retorna a possibilidade de expulsão. Emerge para a análise também o conformismo diante da situação, pelo fato da transformação radical da morfologia.

“Eles disseram que aqui vai ser um parque parecido com o do Ibirapuera. Se vai ser um parque tipo Ibirapuera, então a gente tem

²⁰ “A implantação de diversos núcleos de parques nas orlas das represas Guarapiranga e Billings deve restabelecer a faixa de Preservação Permanente nos dois mananciais, de extrema importância para o abastecimento de água da cidade e também da região do ABC. Apesar da riqueza em volume hídrico, a qualidade e a disponibilidade de água nestes mananciais vêm sofrendo os efeitos diretos da ocupação desordenada de suas margens. Assim, a criação de parques para preservação e proteção do patrimônio natural e da biodiversidade da região se tornam essenciais, além de propiciar áreas de lazer para a comunidade.

O traçado da área proposta para desapropriação e implantação destes parques foi delimitado após a realização de vistorias em campo e sobrevôos sobre as regiões, considerando as áreas desocupadas e de maior concentração vegetal. A preservação dos remanescentes naturais da cidade, aliada à redução dos índices de ocupação irregular e de impermeabilização do solo, resulta na redução de ocorrências de desastres naturais, representados por alagamentos e deslizamentos de terra.” PMSP. Prefeitura declara a utilidade pública de áreas de manancial na Zona Sul. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/noticias/index.php?p=49566>. Acesso em: 12 de julho de 2012.

que se contentar que a gente vai sair tudo.”²¹

“To falando que a gente sente tristeza depois de tanta luta, tanto sofrimento, tanto né? a gente tem que abandonar tudo e sair. Aqui é onde a gente se encontra com os amigos. Todo mundo aqui é quase da família porque a gente começou nisso junto e a gente se sente família aqui. E a gente ficou surpresa quando a gente soube da notícia que tinha que sair. Mas fazer o que? (...) A Prefeitura não veio aqui [para dizer que iriam sair], mas ela veio aqui e disse que a gente não ia sair, né? porque a gente podia ficar tranquilo porque se até melhorou as casas. Eu pelo menos melhorei a minha porque a minha não tava pronta ainda. Ai a partir disso melhorei minha casa.

(...) Tenho. Um papel que eles deram dizendo. Eles falaram que a gente poderia melhorar as casas, que agora que gente era dono e não ia sair, né. E de repente, de três meses pra cá, a gente soube que ia sair. Se teve alguma reunião eu não assisti. Mas a gente ficou triste, muito triste porque depois de gastar o que não tinha e melhorar a casa pensando que ia ficar de repente a gente tinha que sair. Eu sou sozinha, eu moro sozinha, sou uma pessoa que luto.”²²

A titulação do lugar representou para os moradores o momento no qual culminaram as lutas pela moradia por um período de quase três décadas. Ter a urbanização e a regularização da favela, vistas como melhorias no lugar de morada, praticamente criava uma satisfação por permitir usufruir do trabalho empregado na casa e da prática da resistência que permeou a maior parte dos moradores. Significava a possibilidade viver em um bairro com maior infraestrutura. Seria a ocasião na qual não ficariam mais apreensivos pela expulsão a que sempre estiveram ameaçados, como também pela possibilidade de ampliar os usos que se faziam da casa. Esse conflito revela a casa como valor-de-uso para seu habitante e a expulsão dela significou uma perda do uso da casa tão duramente conquistado.

Os projetos que atingem a vida dos moradores é bem traduzida por Delgado (2010;47),

“De pronto, alguien, en algún sitio, decide algo que cambiará la forma y la vida de un barrio. Primero se lo declara ‘obsoleto’, luego se redacta un plan perfecto, se elaboran unos planos llenos de curvas y rectas, se hace todo ello público de manera atractiva – dibujitos y maquetas – y se promete una existencia mejor a los seres humanos cuya vida va a ser, como el lugar, remodelada. A continuación se proponen ofertas de realojamiento – que siempre perjudican a quienes no podrán asumir las nuevas condiciones que indirectamente se les imponen –, se encauzan dinámicas de participación – orientadas, de hecho, a dividir a los vecinos afectados – y después se continúa sometiendo a ese pedazo de ciudad a un abandono que ya lo venía deteriorando, para disuadir a las víctimas-beneficiarios de la transformación de su urgencia e inevitabilidad.”

²¹ Entrevista coletiva com moradoras de Nova Guarapiranga realizada em 06 de junho de 2010.

²² Entrevista com uma das moradoras de Nova Guarapiranga realizada em 22 de junho de 2010.

O impacto na vida daqueles que produziram o lugar é apresentado na visão dos envolvidos em mais uma expropriação na constituição de uma centralidade. Julgam até que ponto a regularização fundiária tivera efeitos.

“(...) ele era nosso presidente, a gente lutava junto com ele, ele sabia onde ir buscar a coisa, nós ia junto. Mas foi luta, luta, luta pra dizer assim, esmorecer. A gente não esmoreceu, chegar no ponto de fazer nossas casinhas. E agora?

(...) **Agora é que nós vamos desfrutar porque até aqui pode-se dizer que só foi enterro mesmo, luta pra morrer.**

(...) Daqui pra frente a gente ia desfrutar ou vamos desfrutar, queremos desfrutar. Ai chega a historia que nós temos que sair.²³ Onde tá o coração destes? A gente agüenta? Não agüenta.

F. Esse papel vale de alguma coisa depois de tudo isso?

J. Isso ai a gente não tem muita certeza porque se deu, garantiu e tá tirando, então, e o papel?

(...) então como a gente vai confiar nas pessoas? Quem somos nós? Nós sabemos que nós somos fora da lei. Mas eu me sentia fora da lei até receber aquele papel. Se eu recebi aquele papel eu já tava me sentindo dentro da lei. Entendeu? De repente chega a lei e manda tirar.”

“O que eles estão colocando que houve um momento de todo mundo receber a documentação lá na mão do Prefeito, onde todo mundo aquela descarga de “enfim vencemos” e, no final, não durou nem um ano e ai apareceu esse projeto ecológico onde derrubou por terra toda essa conquista de 26 anos. Então, o pessoal entrou no emocional...”

As afirmações apontam o papel do Estado na prática urbana. O mesmo Prefeito que sancionou o título, ao empreender um projeto de produção de uma nova centralidade econômica baseada em outros setores, expropriou os moradores titulados. Isso nos revela que, na cidade capitalista, tanto proprietários e não-proprietários estão submetidos às consequentes expulsões para ceder à transformação do espaço improdutivo para o produtivo.

Considerado como uma estratégia de valorização do espaço, legitimado e justificado pelo discurso espacial do meio ambiente e lazer, se homogeneíza o espaço atribuindo-lhe as condições que o recolocam no circuito da produção. Simultaneamente, ao recobrar uma determinada unidade da propriedade fragmentada para a realização da política de espaço, chega-se à fragmentação do espaço social e que, na produção do lugar, foi tecida ao longo das práticas realizadas no entrelaçamento do vivido daqueles moradores. Conforma-se nessa experiência um exemplo da crise urbana como impossibilidade da apropriação do lugar produzido.

²³ Grifos nossos.

A fragmentação do espaço, ao nível da vida dos moradores, é relatada por uma das moradoras que se localiza no perímetro traçado para a primeira desapropriação. O uso no lugar é explicitado juntamente com a violência da expulsão.

“(...) eu não gostaria de ir pra um lugar que eu não conheço, o fato de eu não querer sair daqui não é porque não tem outros lugares que pode ajudar na mesma coisa. E essa parte que sair daqui[se refere aos moradores] eu ainda não sei se a gente vai pro mesmo lugar. E as pessoas são estranhas. Como eu moro sozinha eu acho que é difícil pra mim.

(...) fico isolada porque pras pessoas de idade hoje em dia já é difícil. A gente morando no meio de quem a gente conhece, a gente aqui que se conhecesse a quase 30 anos e é como se fosse família. Avalia um lugar estranho que a gente não conhece as pessoas? Qualquer lugar que é dado por que seja já é estranho. As pessoas já tem outro jeito de agir e que às vezes a gente nunca viu. Por incrível que pareça aqui o povo tudo é humilde, mas são pessoas trabalhadoras, pessoas que luta pra sobreviver.

(...) você sabe porque lutamos, porque precisamos e estamos juntos até hoje, quer dizer, cada um na sua casa, mas sempre ligado, conversando, querendo ajeitar mais, melhorar mais as ruas, as casas, tudo pra chegar a um ponto desse. Se eu fizer mal a esse homem eu quero mal pra mim, se eu fizer mal a essa mulher eu quero mal pra mim. Então eu sou uma pessoa que não quero mal a ninguém. Se nós diz que é pra lutar junto é pra lutar junto. Tem uma reunião seja onde for por um que ta lá nós estamos juntos.”²⁴

Os moradores, diante do processo de desapropriação, apresentam a frustração de uma luta pela remoção, expondo a consciência deles diante dessa estratégia. A consciência adquirida no conflito, ao nível do vivido e que se situa ao percebido, mesmo imerso em representações do espaço, retoma os aspectos da injustiça.

“Ai que tá o erro dos políticos. Esses lugares de represa, de meio ambiente tem que ser respeitado e eles mesmo tem que ser respeitado. Eu não me envergonho de morar nesse lugar, vergonha é pra o governo e pra eles que ficam fazendo coisas errada, não é? Que não devia de aceitar. Não pode por casa, não pode por luz, não pode por água, nós não vamos fazer nada. Quem tem que ter vergonha é o governo. Graças a Deus eu sou honesta, criei meus filhos com honestidade, todos eles trabalha, graças a deus, não tenho vergonha disso não...”

“Quando fui pro nordeste, lá uns 8 ou 9 anos atrás já existia essa lei de desapropriação porque aqui nunca tinha ouvido fala, e lá já ouvi falar tudo isso, inclusive, terra que era do meu irmão e que tinha sido do meu pai. Meu irmão tava lá trabalhando e eles tiraram, vendeu pra eles lá. E vendeu e indenizaram e ficaram com as terras. E eu já sabia que tinha essa lei e que tava fazendo tudo isso em todo lugar do mundo.”

“Eu acho assim, na minha opinião, se eles tirarem a gente daqui, nessa

²⁴ Entrevista realizada em 22 de julho de 2010.

minha maneira de pensar, é mais pratico pra gente conseguir um lugar pra gente morar. Eles darem um lugar pra gente morar. Uma casinha, um apartamentinho, uma coisa assim, é isso que eu acho. É uma garantia. É um pouco mais prático. Entendeu?”

As novas formas de segregação socioespacial, pautadas no discurso ambiental, colocam novamente os moradores que receberam concessão em mais uma trincheira de luta pelo espaço. Mas, na prática da luta revelam-se os preconceitos e a força da propriedade privada, que ora é instrumento para conformismo na luta ao contrapor bairro e concessionários ora o título de concessão, forma diferenciada de propriedade, transforma-se em objeto de negociação para que os moradores da Nova Guarapiranga não sejam removidos somente através de míseros valores de indenização. Esse movimento é claramente observado através da fala da liderança,

“Agora, a desapropriação vai ter muita briga. Esse governo é maldito, eles vão querer fazer proposta ai que não vamos querer, não vamos aceitar, vão ser propostas que não vem de acordo com nossa luta. Porque pra eles tanto faz se nós nos matamos aqui 26 anos. Então, eles vão fazer propostas técnicas e às vezes não é vantajosa pra nós e vai ter briga. Prepare-se que vai ter briga.”

“Se fosse só o caso da concessão, a gente ia pra briga. Se fosse só as moradias aqui a gente ia pra briga pra valer, jurídica sei lá o que. O problema que existe o bairro envolvido. O bairro tem mais casa que vai sair do que nós. Então, são pessoas que pagaram por muitos anos sua propriedade e eles agora vão sair, ser ressarcido, mas vão sair. Nós nunca pagamos nada, mas adquirimos o direito de posse, mas mesmo assim a situação deles não deixa de ser diferente, porque eles dedicaram uma vida para pagar a propriedade deles ai e hoje tão ai recebendo uma indenização pra começar de novo.”

Além de salientar a provisoriedade do morador, em lugares mais valorizados na cidade, seja ele proprietário ou não, a propriedade privada do bairro se torna a justificativa para o conformismo dos moradores da Nova Guarapiranga. Porém, concomitantemente, o título se transforma em instrumento fundamental de negociação no processo de desapropriação. A concessão de uso aparece como instrumento da luta.

“Vocês não entendem isso. Isso foi uma grande jogada política minha, porque se eu não faço a jogada política para dar a documentação aqui, nem deu tempo pros caras pensar no assunto. Ta me entendendo? Quando eu fui lá na [secretaria de] Habitação e falei, eu quero que a primeira comunidade seja urbanizada e regularizada seja primeiramente a Guarapiranga. Então eu não dei tempo, eu pressionei politicamente e não deu tempo do pessoal pensar no assunto. Porque se desse tempo pra pensar no assunto talvez eles não dessem. Porque eu sabia que a gente tinha que se garantir de alguma forma porque tinha um perigo iminente. Então a gente tinha que se garantir. Então esse documento veio pra se garantir. Mas eu sabia que podia se ter os

acidentes de percurso aí. Por isso que a gente se garantiu. Porque se nós não tivesse a documentação, nós tava sendo tratado como invasores. Aí na negociação nós não ia ter força, nos ia ficar a mercê das decisões governamentais e seria pior porque aí eles iam jogar na cara que quem mando vocês invadirem uma área, entendeu? **Com esse documento nós não somos mais invasor. Nós somos concessionários da área que a gente ocupa, porque nos temos uma benfeitoria. Como ele deu uma concessão por tempo indeterminado.** Mas na cláusula 10 deixa claro, porque tecnicamente ele tinha que fazer isso, deixa claro que se por ventura tiver que usar o espaço todo num caso de desapropriação, ele tem que dar outra moradia. Isso não vale só pra nós, vale pro bairro, pra qualquer situação de desapropriação. Agora, nossa discussão é pior, porque nós não entramos na desapropriação, nós entramos na negociação. A concessão entra na negociação. O documento garante uma moradia.”

Do ponto de vista do Estado, há um conflito entre HABI e a Secretaria do Verde. Representantes da Secretaria do Verde afirmam que há um problema nos processos de gestão de programas em determinadas secretarias ao justificarem que uma área onde se localiza a Nova Guarapiranga não poderia ter sido regularizada, acusando que a Superintendência de Habitação do Município cometeu um erro ao outorgar os títulos à Nova Guarapiranga. Desse modo, eles sustentam a desqualificação do direito à moradia. Os representantes ligados à Secretaria do Verde demonstram claramente o não reconhecimento do direito à moradia àqueles que não tiveram condições de adquirir uma propriedade e necessitaram ocupar as áreas ditas de proteção ambiental. Essa tensão é revelada em entrevista com a responsável pela revitalização da Orla,

“Então, o que acontece, é um problema da Prefeitura. A Secretaria de Habitação não conversa com a Secretaria do Verde. Na verdade não é que não conversa, na verdade nosso programa estava acontecendo e por força do [não compreendido] essa foi uma das favelas a ser dada essa concessão. Não vou entrar no mérito, tem erros aí de licenciamento, é uma área que não pode ter este tipo, ela está dentro de uma área de APP. Então, teoricamente, não poderia ter sido feita, alguns problemas aí que a gente releva. Só que estamos desapropriando para implantar a ciclovia, nós vamos desapropriar a área particular e ali é área municipal. Então, como eles têm direito a essa concessão, então vamos dar, porque eles vão entrar também naquela parte de desapropriação, vão receber algum valor desocupando a área.”²⁵

Por outro lado, temos o conflito instaurado entre a realização dessa política e a remoção dos moradores, inicia-se uma fase de embates. A liderança de Nova Guarapiranga afirmava que não permitiria que a Prefeitura apenas concedesse “bolsa-aluguel” ou a entrega de moradias distantes do lugar de que estavam sendo removidos.

²⁵ Entrevista realizada em 06 de maio de 2011.

No entanto, as moradias que fazem parte do perímetro de concessão, mas que no processo de execução da obra do parque necessitam ser retiradas o mais rápido possível (4 unidades no núcleo I e 6 unidades no núcleo II) para implantação da ciclovía, tendo um tempo menor de negociação, provavelmente irão para tal programa. Diante disso, a força das negociações está disposta pelo instrumento da concessão. Como posto em uma das entrevistas realizadas com a liderança,

“L. Na pqp não pode mais porque no programa de governo do Kassab, eu entrei no programa de governo, e uma das questões que combati pesado foi isso. Eu falei que era inconcebível que se você tem raízes numa comunidade, mesmo que seja área de risco, você não pode deslocar ela pra uma área de outra região. Você desmonta todo um processo, sabe? Que o pessoal já tem ali o socioeconômico, trabalha a escola, tem tudo ali. A gente desmontou isso no programa de governo do Serra, do Kassab. Então, hoje isso já não é mais permitido o deslocamento de uma família da zona sul pra zona leste.

C. Então estas 6 moradias correm o risco de irem pro bolsa aluguel?

L. Corre o risco. Nós não vamos deixar. Os caras vão ter que se virar. Se nós deixar vai criar uma brecha pra eles fazerem isso sempre. São 6 e lá embaixo são 4 e aí são 10 que passam a obra. (...) Morreu duas pessoas aqui, vítimas dessa história toda, as pessoas de idade. Teve uma senhora aí que não agüentou uma vida inteira aqui, não queria sair porque se apegou (...)

“Então, aqui, a diferença nossa que tem concessão pras favelas que tão em área de risco e que tão com processo de remoção é que onde tá com processo de remoção a Prefeitura que diz o que vai fazer pra elas. Eu decidi pra vocês a bolsa aluguel até tal moradia.”

É o título de concessão de uso que atualmente não permite a efetivação do Parque Atlântica. Ele se transformou no instrumento para as negociações em torno da solução habitacional. Porém, na articulação de forças entre os sujeitos envolvidos no conflito, em outubro de 2011, os moradores atingidos não estavam mais em busca de uma unidade habitacional. Agora negociavam um valor de indenização para os imóveis e uma alternativa àqueles que possuíam mais de uma família nas residências.

A proposta encaminhada pela liderança, representando a Nova Guarapiranga, era o pagamento de uma indenização de R\$ 120 mil para cada família que vive dentro dos imóveis titulados. Porém, mesmo com a indenização do poder público sobre o título de concessão, os valores praticados pelas indenizações provavelmente não proporcionarão a compra de outro imóvel na mesma região e são grandes as chances de transferências para lugares distantes ou alocação em outras favelas. O conflito está em movimento.

“Então será que valeu a pena todos esses anos que lutei pra melhorar, pra dar legalidade, pra tá dentro de uma qualidade de vida que não prejudique o manancial, tudo isso, entendeu? **De repente um projeto ecológico pro capricho de visibilidade tira tudo...** O nosso futuro

também é incerto porque se nós temos um terço saindo os dois terços é uma questão de tempo. Porque toda a desapropriação ela é feita por quarteirão, então as duas desapropriação que foi feita pegaram dois quarteirão. Eu já percebi que nós somos o terceiro quarteirão. A dificuldade nossa do terceiro quarteirão é que ele implica entrar na avenida Robert Kennedy[atual Atlântica] lá, tirar os comércio e tirar até a outra rua que tem no outro bairro lá. Então eu acredito que é uma terceira etapa, porque não tem lógica você ter dois terços de visibilidade e um terço impedindo a visibilidade. Os governos trabalham assim, eles não trabalham numa paulada só. Eles trabalham desmontando aos poucos. Agora, o conhecimento que eu tenho é o seguinte, sei que a gente vai pro conjunto habitacional onde muitas pessoas não se conhecem, não tem aquela habilidade, aquela união de todos.”

A política de espaço – construção do complexo Guarapiranga - revela que o espaço não é neutro, ao contrário, ele é central para as políticas de valorização da cidade e produzem implicações profundas ao nível social, ao vivido. Do ponto de vista econômico, após a execução de parte do projeto e a transformação da morfologia espacial, as áreas da região tiveram uma ampliação do valor praticado no ato de compra-venda. De acordo com o técnico da Prefeitura ,

“Deu impacto, houve valorização na região. Ali no parque da Barragem quando a gente inaugurou o parque estava entregando uns apartamentos no outro lado da rua. Os apartamentos, nos últimos andares, estavam 80 mil reais na época do lançamento. Quando entregou a chave estava valendo 120, hoje ele esta por 160 a 180 mil. Houve também a valorização imobiliária da cidade como um todo, mas essa região ali na frente do parque houve uma valorização sim absurda, bem grande mesmo. Não sei te quantificar a porcentagem, mas teve sim.”

Esse registro revela uma consequência do ato da desapropriação. Em um processo como esse, os valores da indenização praticados, mesmo sendo de mercado, correspondem a um momento pretérito da valorização, desse modo, aqueles que, mesmo possuindo a propriedade privada por meio do mercado formal de terras, não terão a garantia de compra de uma nova casa na região. A segregação socioespacial é generalizada para proprietários e não-proprietários. Como nos foi relatado,

“Eu tive uma reunião com o pessoal do bairro, e eles falam assim, a gente já sabe que brigar contra o meio ambiente é perder. Mas eu quero colocar uma coisa aqui que eu quero que você leve pra discussão. A casa aqui valorizada em 200 mil reais com a desapropriação congelou e lá do outro lado do bairro super valorizou. Então, os caras falaram assim, vou sair daqui e vamos comprar do outro lado da Robert Kennedy. Vamos pegar o dinheiro e pegar aonde a gente quer, só que os caras já super valorizaram, na casa de lá que valia o mesmo valor daqui, agora vale o dobro. O que vale duzentos

aqui, lá vale 400. Leva uma super valorização já. A especulação já tá a mil. A especulação já está a mil por aqui.”

O processo que apresentamos, imerso em profundos conflitos de luta pelo espaço, nos leva a considerar que há uma luta para manter a segurança da posse, senão ela é esboroadada diante da produção de uma nova centralidade ditada pela acumulação de capital e pelo movimento da totalidade da cidade.

Como tendência do processo, a ZEIS, na qual foi demarcado o perímetro de Nova Guarapiranga e deveria realizar a função social da propriedade ao garantir o uso para habitação de interesse social, se desmorona. A “urbanização da favela” e a regularização também são corroídas com o avanço da valorização e desfazem o objetivo precípua da luta pela segurança da posse que é fazer com que os habitantes da cidade não sejam expulsos de lugares que são incorporados aos circuitos mercantis mais dinâmicos. Mostra-se, sobretudo, que na cidade capitalista “tudo que é sólido se desmancha no ar”

No entanto, devemos considerar que é o título de concessão promulgado que ainda permite as negociações com o poder público, inclusive impedindo até hoje a realização da obra do parque Atlântica. Apenas esse fato já o valida diante da cidade subjugada ao valor-de-troca. A resistência está presente numa luta diária contra a reatualização dos mecanismos de expropriação. O espaço de conflito está aberto e a negociação está sendo realizada, mesmo marcada por um profundo drama das famílias que lá vivem.

Assim, Nova Guarapiranga nos aparece na pesquisa como um processo em que se revela a permanente luta das pessoas para se manterem habitantes na cidade. A permanência no lugar implica a todo o momento transgressões e resistências, pois os mecanismos de expropriação são inerentes à produção do espaço capitalista. Portanto, a situação do lugar em relação à cidade está intimamente ligada à realização/manutenção efetiva de uma reivindicação. Estar localizado na continuidade do eixo de valorização é um desafio, porque as estratégias de metamorfose da morfologia para integrá-la a circuitos avançados dos negócios urbanos estão constantemente sendo reelaboradas.

As Transgressões no Lugar

Abatia e a Consolidação da Permanência

Podemos afirmar que Abatiá é um dos lugares nos quais a regularização fundiária teve êxito com a permanência dos moradores. Atribuímos esse fato principalmente à situação do lugar em relação à cidade, já que este não está inserido nos processos mais dinâmicos de valorização do solo urbano. Na morfologia da região não estão sendo levadas a cabo políticas de espaço que reforçam centralidades econômicas.

As relações dos moradores e a Conquista da Regularização

A história de luta pela segurança da posse em Abatiá está associada à organização dos moradores do loteamento San Isidro face à necessidade de regularização dos lotes privados. Como explicitado no capítulo 1, a comercialização dos lotes se inicia nos anos 1980 e, ao longo do tempo, o projeto aprovado se modifica tornando-se irregular.

Após alguns anos, o processo de compra-venda impõe aos moradores do loteamento privado a busca pela escritura da casa própria, entretanto, a condição de irregularidade será um empecilho. Este desafio posto àqueles que ali vivem será o estopim para surgirem as reivindicações pela regularização da porção privada.

Como primeira tentativa de solucionar o problema, os moradores contrataram advogados para, judicialmente, exigirem a legalização. Entretanto, segundo a liderança local, estes advogados usavam da “boa fé” dos moradores e apenas solicitavam o pagamento dos honorários sem encaminhá-los efetivamente a uma solução. Por outro lado, a situação se transformava em um instrumento de uso político clientelista ao ser objeto das promessas de candidatos em época eleitoral, mas que também não resultavam num equacionamento do problema.

Em 2001, diante de frustradas tentativas de regularização dos lotes privados, empreende-se outra organização dos moradores. Em contato com a Associação Comunitária Parque Veredas, os moradores iniciaram as articulações com movimentos sociais que também estavam à procura da legalização dos loteamentos. A partir dela, estabeleceram contato com o deputado Alcides Amazonas do PC do B e a equipe de advogados atuantes nesse tema. Desse modo, começaram os trabalhos para levantamento da situação fundiária e deram prosseguimento ao processo em Resolo.

Com esse impulso, os moradores de Abatiá, vistos como aqueles circunscritos à parte pública, começaram a participar das reuniões dos proprietários dos lotes privados, para igualmente exigirem o direito à segurança da posse, já que no intercâmbio de informações eles souberam da nova legislação (Estatuto da Cidade e MP 2220/2001) que os auxiliaria na garantia da moradia. Esse processo é relatado por um morador “*A gente começou a correr atrás [...] Quando a Marta entrou, o pessoal começou a falar que ia dar esse papel [...] Como eles estavam na Associação a gente foi participar das reuniões também.*”²⁶

Assim, inaugurou-se um período de constantes reuniões junto à equipe de advogados, a Secretaria Municipal de Habitação (Resolo e Habi) e os moradores da parte privada e pública. Era preciso levantar o histórico fundiário, verificar os meandros legais para os termos da legalização e comprovação da comercialização. Para aqueles da área pública, a prova da ocupação se realizava por meio dos documentos (carteira do posto de vacinação, prestações de lojas, comprovante de matrícula de ensino dos membros da família) que comprovassem 5 anos de moradia no lugar.

A reivindicação era a legalização do loteamento, no entanto, havia os passivos deixados pela imobiliária correspondentes aos lotes considerados como garantia de realização da implantação do projeto de acordo com a aprovação da Prefeitura. Por isso, era também necessário discernir o uso dos moradores e as responsabilidades daquele que comercializou os lotes.

De acordo com os processos administrativos²⁷ consultados na Prefeitura, em 2004 Resolo inicia a regularização dos lotes, mas ingressa com processo judicial requerendo do proprietário da gleba parcelada os valores correspondentes às obras que haviam sido previstas no projeto e que tiveram que ser executadas pelo poder público. Como os lotes que serviam de hipoteca à Prefeitura foram comercializados, cabe ao antigo proprietário pagar, em valores reajustados, por esses serviços. Atualmente, o processo segue na procuradoria municipal com o escopo de pagamento da hipoteca à Prefeitura pela imobiliária responsável pela comercialização. Quanto aos moradores, houve a conquista da regularização e puderam registrar os imóveis privados.

Do ponto de vista dos moradores de Abatiá (área pública) e que particularmente nos interessa, uma primeira conquista foi a demarcação do perímetro das moradias como zona especial de interesse social – 1 no Plano Diretor Estratégico de 2002.

²⁶ Entrevista de um morador de Abatiá. Concedida em 28 de abril de 2012.

²⁷ Verificar em bibliografia os processos consultados.

Embora, imediatamente não tenha sido incorporada à primeira fase da regularização, esse ato colaborou com a inserção, a posteriori, nas 108 áreas da segunda fase, pois a transformou em prioridade quanto às ações de regularização fundiária. Ademais, os critérios da segunda fase adotavam a primazia da área com melhores condições de infraestrutura e habitabilidade, questão na qual Abatiá, mesmo sendo uma área pública, é considerada mais beneficiada. A morfologia se assentou num lugar sem a formação de uma área de risco e acompanhou traçados semelhantes ao das casas privadas.

Em 2008, parte dos moradores recebe o título de concessão de uso. Dos 34 imóveis existentes apenas 27 adquirem a outorga dos termos. Para estes, o título se compõe em concessão de uso especial para fins de moradia (CUEM), representando um avanço no que se refere à legislação urbanística, pois esta é considerada um direito subjetivo (Foto 35). Significa dizer que o título não depende de uma prerrogativa do poder público, mas prefigura na esfera dos direitos. Eles, ainda, se dividiram em uma segunda categoria, entre coletivo (11 imóveis) e individual (16).

Foto 35 – Documento de Outorga do Título com a Planta de Lote de Abatiá
Ribeiro, F.V. março/2012.

MAPA 6
ABATIÁ - PERÍMETRO DA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL
Localização
2012

Legenda

 Abatiá

Dos moradores que obtiveram a documentação, a busca atual está voltada para as condições de terem os títulos registrados nos cartórios. De acordo com as conversas e entrevistas realizadas com os moradores, eles não sabem o motivo de não poderem obter a escritura, apenas mencionam a necessidade de autorização da Prefeitura.

Ao questionarmos esses moradores quanto ao aumento das despesas com eletricidade e abastecimento de água, eles relataram que não houve diferença alguma do antes ou do depois da regularização, já que esses serviços já estavam implantados na época. Posteriormente, houve um aumento da conta de água pelo fato da implantação da rede coletora de esgoto, mas que não onerou as famílias de modo significativo. Isso reforça a argumentação da permanência no lugar, pois as contas já estavam incorporadas ao orçamento familiar.

Um dos aspectos de destaque refere-se à visão dos moradores sobre a gestão que lhes concederam o título. Para alguns, o título somente foi possível pelo empenho do governo anterior (Marta Suplicy), já que a mobilização e organização dos residentes se fizeram muito antes do decreto de 2008. Portanto, a gestão seguinte (Gilberto Kassab) apenas formalizou um trabalho iniciado antes. Outros apontam que somente conseguiram o título devido à proposta do governo atual e não mencionando os trabalhos da primeira gestão. Diante disso, denotamos as diferentes percepções do processo de conquista.

A morfologia espacial e social do lugar e da região

Diferentemente de Nova Guarapiranga e de Maria Cursi, Abatiá e a organização dos moradores em torno das articulações com os proprietários dos lotes privados e a Associação de Moradores alcançaram a regularização fundiária e até hoje permanecem com as moradias sem a constatação de nenhuma venda após a titulação ou qualquer outro conflito que os ameacem.

Consideramos que o lugar se produziu numa porção da cidade na qual poucos investimentos foram realizados pelo processo de urbanização distante da centralidade na periferia de Itaim Paulista, e diminutas são as intervenções previstas no Plano Diretor Regional. Em abundância, temos as demarcações de ZEIS revelando uma concentração da produção da morfologia precária. Esse conjunto de fatores não impulsiona uma metamorfose da morfologia espacial para integrá-los às estratégias dos agentes de

mercado, mas revelam a produção da periferia em sua precariedade ao negar o uso da centralidade pela impossibilidade de morar em lugares mais centrais.

Por isso, observamos que Abatiá se diferencia pouco morfologicamente da região, embora permaneça o típico padrão de luta pelo espaço (Foto 36 e 37) na produção do lugar.

Foto 36 – Os dois perímetros de Abatiá
Ribeiro, F. V. março/2012.

Foto 37 – A morfologia de Abatiá.
Ribeiro, F. V. março/2012.

A morfologia do lugar está consolidada com a presença de usos mistos, com residências servindo como lugar de trabalho, com casas de área útil correspondendo em média de 90m². Há algumas ainda muito precárias, como pudemos verificar em trabalho de campo e confirmado nas informações da Prefeitura com a metragem mínima de 27m².

Atualmente, o olhar para a paisagem desigual, onde se insere o lugar, revela uma porção da cidade empobrecida, com muitas favelas e autoconstruções dos trabalhadores (Foto 38). Poucas são as áreas de lazer e quando elas existem se transformam em ponto de uso e tráfico de drogas (Foto 39 e 40), como relatado por um morador ao falar sobre o uso da praça que também fazia parte da área institucional do loteamento San Isidro: *“Essa praça é pra fumar maconha. Não respeita criança, continua fumando, não tem respeito com a gente, então a gente entra pra casa.”*

Os lugares de lazer para a juventude próximo à Abatiá são o CEU – Centro Educacional Unificado do poder público municipal e o Clube da Comunidade Parque Veredas II com a gestão da Associação de Moradores do Parque Vereda, que após uma luta para conseguir um terreno público abandonado construiu essa infraestrutura para atender os adolescentes que queriam praticar esportes (Foto 41 e 42).

Foto 38. Paisagem na qual está inserido o perímetro que possui concessão de uso.
Fonte. Ribeiro, F.V., agosto/2010.

Foto 39. Áreas de Lazer no entorno do lugar.
Fonte. Ribeiro, F.V., agosto/2010.

Foto 40. Áreas de Lazer no entorno do lugar – campo de futebol socite.
Fonte. Ribeiro, F.V., agosto/2010.

Foto 41. Áreas de Lazer no entorno do lugar – campo de futebol.
Fonte. Ribeiro, F.V., agosto/2010.

Foto 42. Infraestrutura no entorno do lugar.
Fonte. Ribeiro, F.V., agosto/2010.

Foto 43. Infraestrutura no entorno do lugar.
Fonte. Ribeiro, F.V., agosto/2010.

A morfologia espacial é produzida pelas relações tecidas no lugar e pelas determinações do movimento da urbanização. Nesse sentido, as precarizações, vistas primeiramente pelas casas, possuem um conteúdo referente a uma morfologia social

revelando o conteúdo periférico não apenas no âmbito da localização, mas, sobretudo, em um espaço social produzido pelo não acesso à riqueza.

A construção das moradias é um processo longo devido aos baixos salários das famílias. Os relatos dos moradores de Abatiá revelam o emprego do salário para aumentar os cômodos e os esforços dos pais e filhos para finalizar o lugar de morada. Tal processo também é praticado pelos moradores de San Isidro, que de modo muito semelhante também empregam os recursos adquiridos para a realização da casa própria como lugar de segurança para a família.

Os dados socioeconômicos de Abatiá e do loteamento San Isidro demonstram uma situação de inserção precária na cidade. Segundo informações do HABISP (2008), quase 50% dos moradores da área privada (San Isidro) são caracterizados como de alta vulnerabilidade social²⁸ e apenas 26% estão na faixa de baixa vulnerabilidade. A renda média dos moradores de San Isidro é de R\$ 418,15²⁹ e esse loteamento possui 96% de sua área como zona especial de interesse social – ZEIS – 01. Do total das 443 construções, apenas 79,2% têm abastecimento de água e 45,03%, esgotamento sanitário.

Em Abatiá, por ser um perímetro pequeno com uma superfície de 4.745,92 m², há um total de 34 imóveis (32 ocupados, 1 vazio e 1 em construção) em 25 lotes, sendo a média da metragem deles de 89,26m² e como lote mínimo 27,65m². O uso é predominantemente residencial, mas há dois com uso misto. O padrão construtivo dos edifícios é de alvenaria. Do ponto de vista da infraestrutura de saneamento, 93% têm abastecimento de água, 52% têm esgotamento sanitário, 70%, rede elétrica domiciliar e 100% têm coleta de lixo.

Os moradores de Abatiá, predominantemente, possuem mais de 15 anos de ocupação do imóvel (44,12%). Uma parcela menor entre 10 a 14 anos (23,53%) e apenas um ano cerca de 20,59% denotando uma ocupação consolidada.

No que se refere ao quadro da faixa etária, os moradores são jovens na maioria com idades entre 18 e 24 anos (46,15%), seguidos pelos de 45 a 59 anos (34,62%). Associada a isso temos a origem dos moradores (Gráfico 03), com a maioria já nascidos em São Paulo indicando a consolidação da família na produção do lugar. Os demais são provenientes da maioria dos estados pertencentes à região nordeste, com destaque para a migração de Pernambuco.

²⁸ Estas classificações são dadas segundo critérios da Prefeitura Municipal de São Paulo de acordo com metodologia traçada junto a Fundação Seade. Não estamos de acordo com o conceito de vulnerabilidade social usado em muitos trabalhos ligados à ciências sociais.

²⁹ O salário mínimo a partir de março de 2008 era de R\$ 415,00.

Gráfico 03 - Origem dos Moradores - Estados Brasileiros - 2008

Fonte: HABISP – HABI – SEHAB. Dados do Cadastro Socioeconômico enviados pela equipe de regularização fundiária. 2010.

Em relação à renda no período de 2008 (Tabela 13), a média está concentrada entre os 3 a 5 salários mínimos (94,74%) e apenas 25% são considerados trabalhadores formais; 8,82%, autônomos; 10,29%, desempregados e 47,06 são donas de casa e estudantes. Nesse universo, as chefias de família é exercida em sua maioria pelas mulheres (73,08%). Com essa situação, HABI considerou Abatiá como de baixa vulnerabilidade.

Tabela 13 - Abatiá - Número de Moradores e Renda - 2008

Quantidade de Moradores	Renda Familiar	Renda Percapita
6	R\$ 635,00	R\$ 105,83
4	R\$ 630,00	R\$ 157,50
4	R\$ 830,00	R\$ 207,50
3	R\$ 930,00	R\$ 310,00
3	R\$ 880,00	R\$ 293,33
2	R\$ 415,00	R\$ 207,50
2	R\$ 415,00	R\$ 207,50
5	R\$ 1.700,00	R\$ 340,00
2	R\$ 800,00	R\$ 400,00
4	R\$ 900,00	R\$ 225,00
5	R\$ 1.500,00	R\$ 300,00
1	R\$ 1.290,00	R\$ 1.290,00
4	R\$ 380,00	R\$ 95,00
4	R\$ 800,00	R\$ 200,00
5	R\$ 2.000,00	R\$ 400,00
1	R\$ 596,00	R\$ 596,00
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00
3	R\$ 415,00	R\$ 138,33
3	R\$ 1.000,00	R\$ 333,33
5	R\$ 950,00	R\$ 190,00
3	R\$ 1.120,00	R\$ 373,33
2	R\$ 1.100,00	R\$ 550,00
2	R\$ 1.575,00	R\$ 787,50
4	R\$ 1.200,00	R\$ 300,00
4	R\$ 714,00	R\$ 178,50
1	R\$ 415,00	R\$ 415,00

Fonte: HABISP – HABI – SEHAB. Dados do Cadastro Socioeconômico enviados pela equipe de regularização fundiária. 2010.

No quadro, observamos a morfologia social dos moradores de Abatiá. Obter um título de concessão de uso do lugar de morada teve uma importância relevante na vida dos moradores que, a todo o momento, se viam diante da contingência de serem despejados pelo poder público por ações de reintegração de posse. Mesmo que a racionalidade do “ter” esteja incluída na realização da vida, ela é vista como o possível para a reprodução da família sem o contínuo medo de ser expulsa. Como um morador afirma, “*Antigamente a gente tava amarrado, se você não mora no que é teu, você não pode dizer que é teu [...] Hoje em dia a gente tem mais segurança pra investir.*”

Uma das mulheres, chefe de família, faz o seguinte relato sobre a conquista do título, “*Não há coisa mais maravilhosa de chegar depois do trabalho na minha casa e saber que é minha casa. Eu não to incomodando ninguém e eu tenho um canto pra deixar os meus filhos. Minha vida tá completa porque meu sonho era ter minha casa.*” Essa declaração aponta a importância da casa, principalmente em uma sociedade em que a desigualdade extrema faz dela o meio mais seguro para a reprodução da família. A família, mesmo com todos os dramas e redefinições do mundo contemporâneo, ainda resiste como o lugar da identidade do indivíduo e o sentido da vida perpassa o estabelecimento da segurança dela, pois como Sader argumenta, “*Contraposta ao anonimato das relações de troca e da burocratização dominantes na vida urbana, a família é sede de relações que valorizam cada pessoa.*” (1988:101).

A casa representa o orgulho da conquista de muitos anos de trabalho e ao mesmo tempo o lugar de descanso após a longa jornada de trabalho. Em campo, constatamos a satisfação dos moradores ao mostrarem as casas que construíram, o projeto que tinham no princípio da ocupação e o uso de cada cômodo para usufruto da família. Ela, a moradia, resume anos de luta para permanecer morador na mesma medida em que revela a exploração e espoliação dos trabalhadores da cidade.

Em Abatiá, uma das frases de um morador é emblemática quanto ao sentido dado à conquista e que perpassa não somente este lugar, mas os demais estudados nesta pesquisa. Ele diz: “*Você sabe que sua família está garantida. Vender não! Tenho coragem de arrumar mais.*” Isto é, para a maioria dos moradores a casa, mesmo submetida ao valor-de-troca, está referendada no uso, por isso, a lógica do investimento em melhorias se sobrepõe ao processo de venda.

Claro está que outras contradições aparecem na relação lugar-cidade, já que Abatiá, como lugar de moradia, está distante das centralidades onde se localizam o

trabalho, o ensino superior ou demais equipamentos melhor estruturados e que também dão condição para a reprodução da vida. Mas, a ocupação realizada por meio da luta pelo espaço e a resistência às constantes ameaças de expulsão que compuseram o processo de produção do lugar nestas duas décadas ganharam outra dimensão com o título de concessão.

A Permanente Luta pelo Espaço Experiências em Maria Cursi

A Favela Maria Cursi está em um processo contínuo de luta pela moradia, mas diferentemente de Nova Guarapiranga, após várias tentativas do poder público de remover os moradores, a resistência ainda garante a permanência no lugar e, atualmente, usam do título de concessão de uso (CUEM e CDRU) como instrumento para exigirem a participação ativa nos projetos que envolvem a intervenção na morfologia.

Esta resistência empreendida no lugar também advém da produção dos espaços de sociabilidade na qual se gestou uma identidade entre os moradores, politizando o cotidiano. A partir das práticas que envolviam os espaços e também convergindo positivamente a um contexto de efervescência das organizações populares da zona leste, houve o encontro com moradores de outras favelas que estavam se aglutinando em torno do Movimento de Defesa dos Favelados – MDF.

Esse movimento social, como já apontamos no decorrer da exposição, é de fundamental importância dando uma inflexão na organização de Maria Cursi e emergindo o espaço de conflito. Ele surge no ano de 1978 e se articulará predominantemente nas favelas da zona leste. A elaboração da matriz discursiva esteve baseada na influência dos setores mais progressista da Igreja Católica (Teologia da Libertação) e participação de agentes pastorais e dos padres que aglutinavam muitos dos moradores em favelas.

Segundo Gohn (1991), o MDF possuía uma estrutura que procurava servir de apoio às lutas dos favelados com a assistência por meio de um departamento jurídico, uma arquiteta para avaliação dos projetos de urbanização e também um setor de saúde no qual se realizavam trabalhos de cunho preventivo. Outra característica relevante do movimento era a perspectiva de autonomia, não se vinculando a nenhum partido político. Ainda posto pela autora, o movimento estava mais próximo da Frente Nacional do Trabalho e da Arquidiocese de São Paulo.

Atualmente, o MDF expõe que o objetivo dele é “*Resgatar, defender e promover a cidadania dos favelados, na sua dimensão política, artística, pedagógica e religiosa mediante o tripé: Presença, Resistência e Solidariedade.*”³⁰ Como relatado,

“O MDF ajudou também a desenvolver uma consciência de identificar entre os favelados, de forma a que eles deixassem de ter vergonha ou medo de ser favelados. Passou-se para uma atuação que enfatizava os direitos, assim como a mobilização própria do favelado para reivindicar seus direitos, sem intermediários. É interessante observar que o MDF sempre teve uma posição de luta pela autonomia do Movimento e de grande desconfiança dos políticos a ponto de, em 1980, por exemplo, proibir os políticos de entrar nas favelas sem autorização.” (Gohn:1991:113)

Esses processos de conscientização elaborados alcançam até nossos dias com esclarecimentos sobre as políticas que envolvem a questão da moradia e principalmente para aqueles residentes nas favelas. Como em um dos depoimentos da liderança de Maria Cursi, está claramente posto como a transformação das políticas habitacionais, em sua maioria, se tornaram grandes negócios e não contemplam os mais precarizados. Ela explicita como o direito se torna o alibi de políticas ao dizer:

“Mas o que é difícil é na questão da moradia em si, nós não temos um projeto que dá condições do pobre, que é assalariado, sair da favela. Vem o Minha Casa Minha Vida, é pra mim, que ganho um salário? Eu posso ir lá e financiar uma casa pra mim? não! Então, tá sendo pro pobre? Tá sendo pras pessoas que mora nas favelas? É sair da favela e ter seu lugar próprio? Não. Se você for ver qualquer apartamento de um quarto, eu consigo? não! Eu não consigo com a minha renda entrar num projeto e parcelar, que seja CDHU, que seja algo social... eu to falando da questão de sair da favela, porque as pessoas saem? Aquele que tem condições é claro que ele quer sair, quer um espaço maior, ele quer morar num lugar e que tenha um lazer. Agora se você pensar que fulano mora a 20 anos na favela, se você for fazer uma avaliação da vida dele, ele nunca teve condições de sair da favela.”

Ainda como produto do espaço de sociabilidade, no qual se realizou a politização do cotidiano, o embate para desconstruir as representações espaciais em torno da favela e do favelado configuram uma das características mais relevantes no espaço de conflito. Na descrição de um diálogo entre um morador e um deputado o confronto é claramente exposto:

“Um dia eu falei isso para um deputado que falo que nós era aproveitadores. Os favelados se aproveitavam da condição de pobreza pra morar na favela pra não pagar os impostos, pra não pagar água,

³⁰ Movimento de Defesa dos Favelados. Disponível em: < <http://www.mdf.org.br/quem-somos/nossa-missao.htm>>. Acesso em: 28 de novembro de 2012.

pra não pagar luz e olhei pra ele e disse que ele estava totalmente errado, que nós que moramos na favela, a gente não mora lá porque quer, não foi uma opção, foi uma coisa que quando a gente chega aqui, quem chega aqui também nunca chega pensando que é pra sempre. Você acha que é um tempo e que daqui um tempo você vai conseguir sair da favela e eu falei pra ele que tem muitos culpados de existir tantas favelas e de existir tanta gente nas favelas e os culpados são eles. São aquelas pessoas que tiram o direito da gente morar em outro lugar.”

Foto 44 – Comunidade onde se realizavam as reuniões com os moradores em Maria Cursi
Ribeiro, F.V. 18 de junho de 2012

Diante dessa perspectiva, o encontro entre o Movimento e os moradores de Maria Cursi, os levou à busca da segurança da posse como reivindicação de maior destaque. Como trabalhavam que a terra é um direito a todos, a concepção deles estava atrelada à possibilidade da posse coletiva e não individual. Como salienta Gohn (1991:113), esse tema era de extrema polêmica entre os moradores das favelas, que, muitas vezes, pleiteavam a conquista de maneira individual.

Nessa direção, os moradores de Maria Cursi se aglutinaram em torno da segurança da posse e vão reunindo, por meio dos espaços de sociabilidade, as forças para somar-se ao espaço de conflito construído pelos movimentos sociais que perfilavam na cidade. As práticas socioespaciais em torno dos processos de

conscientização da condição dos favelados eram fundamentais para cimentar a ideia do direito à moradia. Como exposto abaixo:

“Ai a gente foi como igreja e dentro dessa coisa como igreja, ai a gente se engajou mais dentro do movimento. Ai começamos a trazer o movimento pra falar da questão da conscientização. Fazer conscientização. Mas como? Que direito nós temos morando na favela? O papel do MDF no início foi muito de formação, formar lideranças. E dentro disso sempre baseado na igreja também. Como iniciar lendo um texto da bíblia, explicando a bíblia dentro da realidade nossa.”

No bojo desses espaços, também se exigia a prática socioespacial da participação, ao se compreender que para superar a condição de precariedade própria da produção da morfologia da favela era preciso não apenas o saber técnico, mas também o conhecimento daqueles que a viviam. Além disso, está claro para eles que qualquer intervenção trará remoções de uma parte dos moradores, por isso, a participação também é uma prática imprescindível para esclarecer e negociar as condições.

“Mas aquela urbanização com a participação da população, que a gente pudesse opinar, levar nosso conhecimento da favela pra dentro desse projeto. Pra contemplar essas famílias e aquelas que não forem contempladas dentro da Maria Cursi sair daqui pra um lugar definitivo.”

A luta primeira se fazia a partir da segurança da posse, pois pelo menos ao se garantir a permanência no lugar se poderia exigir intervenções do poder público como a “urbanização da favela”. Nessa perspectiva, na gestão Luiza Erundina, Maria Cursi, mesmo com implicações em seu sítio ao configurar riscos de escorregamento e enchentes, esteve na lista elaborada para conseguir o CDRU. *“Na época da Erundina era a posse da terra e depois de ter a posse da terra lutar pela urbanização.”*

A luta segunda era pela “urbanização da favela”. Diante disso, o movimento foi o elo entre os moradores que pensavam numa solução para os problemas decorrentes da produção da morfologia e técnicos que, em conjunto, podiam construir alternativas de intervenção com o menor impacto na vida dos habitantes. A opção encontrada era fazer um grande muro de contenção na extensão de toda a favela para que pudesse suportar o peso das casas e evitar possíveis desabamentos. Todavia, os custos da obra seriam bem elevados e essa relação econômica a inviabilizava de acordo com o poder público.

“Mas pra fazer esse projeto é preciso fazer em todo entorno da favela um muro de contenção ou um muro de arrimo pra fazer a sustentação das casas de cima, que quando se mexesse dentro do corgo as casas não viessem abaixo. Ai se pensando no muro de contenção, é muito caro.

No entanto, se contrapunha ao processo de remoção, que também empreenderia custos elevadíssimos para efetua-la. *“Uma obra muito cara pra Maria Cursi, se pensar na remoção de 250 famílias ou de abrir uma viela ou uma rua no meio da favela. Isso já ficaria caríssimo.”*

O problema em torno dos possíveis acidentes pela conformação da morfologia se estruturou como álibi para o discurso espacial pautado na questão técnica. Maria Cursi segue na luta pela “urbanização da favela,” porém, com alternativas que incorporem a participação dos moradores, bem como, esclarecimentos muito precisos sobre o destino daqueles que provavelmente terão que ser remanejados.

Tentativa de Metamorfose da Favela

Antes mesmo de conseguirem qualquer garantia de permanência no lugar, pelo fato de estarem presentes numa centralidade na periferia, as tentativas de remoção foram sendo empreendidas sobre o lugar através de políticas de espaço. No período da gestão Paulo Maluf, propuseram transformar Maria Cursi num Cingapura. Essa política de espaço tratou da proposta firmada para habitação no âmbito da cidade. Tratava-se de uma verticalização de muitas das favelas de São Paulo, mas que se localizavam justamente em porções da cidade que lhes proporcionavam visibilidade. De acordo com o Instituto Pólis (2002:29),

“O Projeto Cingapura tornou-se a marca, o carro-chefe da ação social dos governos malufistas, uma nova referência que se caracterizou por graves problemas nos custos unitários, denúncias freqüentes de irregularidades nos contratos das obras e na relação conflituosa com a população. (...) De uma maneira geral, os movimentos de moradores das favelas enfrentaram muitas dificuldades diante do projeto Cingapura. Ao longo das duas gestões malufistas, tiveram como saldo desfavorável o agravamento do processo de desestruturação de suas organizações e articulações. A implantação do projeto Cingapura dava prioridade à visibilidade do próprio projeto, implantado em locais de grande circulação de veículos, preferencialmente na parte mais visível de cada favela.”

Ela se ancorava numa clara proposta de transformação da moradia para os trabalhadores inseridos precariamente associados às tramas da mercantilização e, desse modo, abrindo às construtoras, empreiteiras, escritórios de projetos, etc, um ramo de uso do dinheiro público para a realização de lucros. A intenção era utilizar do discurso do direito à moradia para legitimar ações para efetivar o seu contrário. Simultaneamente, ao modificar a morfologia da favela e acarretar a expulsão dos moradores também

proporcionava a valorização de São Mateus, assim, outros negócios acerca do urbano se consumariam.

A Maria Cursi é selecionada para ingressar também nesse tipo de política, mas fará uma importante resistência frente à metamorfose da morfologia. Conforme declarações de moradores, ela se torna parte integrante devido a acordos políticos entre os comerciantes de São Mateus e Maluf para que os primeiros o apoiassem na eleição municipal. Isso reitera a condição de centralidade na periferia de São Mateus e as estratégias, nessa escala, das expropriações dos moradores. Como narrado por uma das lideranças,

“Nessa época ele tinha feito um acordo com os comerciantes de São Mateus, que eles iam eleger o Maluf e se comprometia em tirar a Maria Cursi do centro de São Mateus.” (...)

“Ele não cumpriu aquilo que prometeu, que era a retirada da favela Maria Cursi porque ia melhorar a estética de São Mateus e também a violência porque quando se tira a favela se tira a violência do bairro”

Maria Cursi se enquadrava nas condições eleitas para tal projeto, como estar localizada numa porção da cidade na qual alguns sujeitos intencionavam sua saída, estava num local de muita visibilidade – entroncamento entre a Avenida Maria Cursi e a Mateo Bei – e a organização dos moradores manifestava a busca de melhorias para ela. Na narração de um dos moradores, há o resumo da realidade que se configurou para eles na época.

“Pra gente permanecer aqui nós tivemos que lutar e lutar muito. Nós lutamos contra a Prefeitura, um projeto de cima pra baixo sem nossa participação. Ficamos sabendo através da televisão que a Maria Cursi estava no projeto Cingapura. Através da televisão que a gente ficou sabendo. Nós não tinha importância nenhuma para Prefeitura morando aqui há 20 anos. Ele achava que tinha o direito de chegar e dizer: tem projeto e vou derrubar amanhã e vocês saem. Então, foi uma luta muito grande pra resistir a esse projeto, mas ao mesmo tempo que a gente resistia ao projeto Cingapura, a gente apresentava um projeto de urbanização. Não queremos permanecer nesta forma. Então tá, ele não oferecia um nome, um endereço, que você ia ter nome, que ia ter endereço, que você ia ser cidadão. Então tá, nós queremos ser cidadão, mas de outra forma. Pra isso não é só o Cingapura. Então, apresentamos um projeto de urbanização, a gente quer o projeto de urbanização, mas com a participação da população, aonde a gente possa participar da elaboração desse projeto e da execução também. Então, foi toda essa luta de resistência, conseguimos resistir. Mas dizia que Maria Cursi tem que sair porque existia alto risco porque vai ter deslizamento porque vai ter não sei o que. Nós sabemos que todos os problemas que Maria Cursi tem.”

A identidade dos moradores construída ao longo dos anos nos espaços de sociabilidade e a consciência conquistada sobre a relação deles com o bairro, lhes permitiram gestar as formas de luta pelo espaço. O espaço de conflito estava posto e o embate sobre a execução do projeto estava em pleno vapor.

O primeiro passo era recolher as informações sobre o Plano Piloto do Cingapura. Esta estratégia de luta se fez em articulação com o MDF. O projeto fora inicialmente implantado na antiga favela Zarchi Narchi, em área objeto de estratégias de valorização com a saída do presídio do Carandiru e a perspectiva de implantação de equipamentos nos quais atribuiria outra função à zona norte - Santana.

Entretanto, a entrada de pessoas que não fossem residentes era proibida. De acordo com depoimento, isto era vetado para impedir o conhecimento dos efeitos da implantação do projeto, ou seja, levando às últimas consequências o domínio sobre o espaço. O percurso da busca das informações e as dificuldades são expostos abaixo:

“Então, começamos a ver junto com o movimento, o que era o projeto Cingapura. Descobrimos que eram prédios, que eles iam construir apartamentos de 42 m², que seria dividido pra dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço. E já tinha um projeto que era o plano piloto, que era lá na Zarchi Narchi. E aí começamos a falar com a Maria Cursi e buscar algo lá fora pra trazer pra Maria Cursi. E conhecer o que tava lá. Aí a gente foi na Zarchi Narchi. Era proibido a entrada de pessoas lá. Era muito difícil você entrar, tinha guarda. E guarda que tinha lá era ex-presidiário.

Não deixava conhecer o projeto, porque quando você conhecia o projeto, você não ia aceitar o projeto. E lá foi o primeiro, ele trouxe o projeto, ninguém se organizou e implanto. Aí quando nós fomos lá, e entramos escondido lá dentro dos prédios, conversamos com alguns moradores, mas ninguém queria dar entrevista. Aí conseguimos uma conterrânea nossa lá, que não só deu entrevista, mas deixou a gente filmar, como também deu contas de água, de luz pra que a gente pudesse tirar xerox e mostrar pra Maria Cursi. E era contas absurdas. Muito alta as contas. E a gente fez tudo isso escondido, sem o guarda saber que a gente estava lá dentro da favela.”

Quando descobriram o teor do projeto, e foram desconstruindo os discursos em torno dele, começaram a tecer as novas estratégias de luta pelo espaço, agora se articulando com os moradores de Maria Cursi para transmitir as informações colhidas e, por meio da prática socioespacial da participação, promover ações de debate para deliberar se o aceitavam ou não.

No interior do espaço de conflito, foram conversando com os moradores a partir de pequenos grupos e, assim, discutindo como o projeto havia sido executado na zona norte. Após esse trabalho de esclarecimento, houve um plebiscito para haver a escolha

final. Então, os resultados foram publicizados através de um jornal. O processo é descrito da seguinte forma:

“Então a gente começou a trabalhar com as pessoas assim, trabalhar como: fazer pequenos grupos de 8 e de 10, sentar, fazer reunião por viela. Então, a gente começou a organizar. Foi convocada toda a favela, falamos com todo mundo em pequenas reuniões, explicando o que era o Cingapura, mostrando o que era o Cingapura. Depois de tudo isso a gente fez um plebiscito. Que era uma votação onde as pessoas tinham o direito de escolher se queria o Cingapura ou se a gente ia resistir ao projeto Cingapura e queria urbanização. Então, 472 famílias falaram que não queria o projeto Cingapura e preferia a urbanização com uma participação nossa dentro desse projeto. Seis pessoas disseram que queria sim o Cingapura. E o restante tava ausente e não votou. E dentro disso aí chamamos uma reportagem pra gente colocar tudo que fez. Foi o Estadão e saiu na mídia, saiu na televisão.”

A pressão, por parte do poder público, bem como dos sujeitos sociais do bairro que queriam a retirada de Maria Cursi, se acirrava, com estratégias que tentavam desconsiderar as deliberações da organização dos moradores. Num episódio muito emblemático revela o confronto da luta no espaço de conflito, as representações do espaço e o uso das desigualdades como forma de submeter a tal projeto.

As lideranças de Maria Cursi haviam sido chamadas pelos comerciantes e políticos da região a participarem da comemoração da seleção dela para o Cingapura. Em um típico processo autoritário, de uso da coerção política, o convite havia sido feito a apenas duas pessoas. Todavia, como a convocação tratava de um tema interessante a todos que viviam nela, as lideranças estenderam o convite aos outros moradores. Foram mais de 200 residentes de Maria Cursi presenciar a celebração.

Segundo as entrevistas realizadas, o ato de comemoração se transformou num momento violento de uso dos estigmas que envolvem a representação do espaço da favela, ao mesmo tempo em que os moradores denunciavam as estratégias dos sujeitos que queriam expulsá-los. Esse momento está descrito abaixo:

“então, aí eles falaram sobre o projeto Cingapura. Que a gente era muito burro porque quem nasceu pra ser favelado vai continuar sendo favelado porque não aceitava o projeto. Então, que eles oferecem o céu e a gente quer continuar no inferno. Que dava enchente na Maria Cursi, que dava deslizamento. Eles falavam tudo e nós ali sentados e não dava a vez pra nós falar. A gente ouvindo eles falar coisas absurdas da Maria Cursi. E falo que a gente era baderneiro, que a violência da região era causado pelos moradores da favela, que são bandidos, que assaltam, e a gente tudo caladinho lá. Aí teve uma hora que a Maria Cursi começou a se levantar e chamar meu nome pra ir falar. Aí levantei e fui lá na frente, pedi o microfone, eles não me deram, eu peguei o microfone na mão do Chocolate e falei tudo que

era. E tava a rádio Harmonia que era daqui da região de São Mateus presente. E denunciei o projeto Cingapura, falei que o Valter não conhecia a nossa realidade. Aquele coronel que falava tão mal de São Mateus não conhecia a nossa realidade, falei da quantidade de trabalhadores, da quantidade de comércio que temos dentro da favela, quantos anos moramos aqui e quem enriqueceu São Mateus. Então, se fizemos tudo isso agora porque íamos ser jogados tudo fora sendo que eles estavam na posição que estavam porque nós oferecemos. E falei, nunca fomos pra shopping comprar nada, nunca fomos pra outro lugar, todo nosso dinheiro foi investido em São Mateus, hoje que vocês tem tudo em São Mateus não acha que os 500 e poucos moradores da Maria Cursi não presta mais em tá em São Mateus. Mas vamos ficar porque daqui não vamos sair.”

“Ele vinha chegando com uma cara de bonzinho, e ele falou rasgado: A Maria Cursi não quer ir pro céu, então que ela vá pro inferno.”

Para fazer frente às representações do espaço, as quais afirmavam que a favela era uma reunião de marginais, eles resolveram se valer de mais uma estratégia: uma pesquisa evidenciando a relação entre aqueles que reproduziam tal representação e os moradores. Na medida em que a fizeram, revelaram como as rendas dos salários dos habitantes de Maria Cursi se fixavam na centralidade na periferia e produzindo uma consciência de que a riqueza gerada no bairro era atribuída à presença deles.

“E também a gente tinha muito essa questão que eles pegava a questão dos comerciantes, jogava os comerciantes contra nós e nós contra os comerciantes. Diziam que os comerciantes da área querem que saia. Então, o que é que nós fizemos, um levantamento dessas pessoas que moram na Maria Cursi, onde eles compra, onde investe seu dinheiro, quem está devendo. Teve uma época que nós fizemos um levantamento nas Casas Bahia, nós era o que mais comprava lá e não tinha ninguém que devia lá nas Casas Bahia. Então, nós enriquecemos São Mateus. Quando essa favela se formou São Mateus não tinha nada. Hoje eles tem loja, eles tem banco, eles tem mercado, eles tem tudo. A gente lutou por água, a gente lutou por luz, a gente lutou por hospital, e agora joga a gente fora.”

A luta pelo espaço deveria acontecer em muitas frentes para arcar com as recorrentes investidas de expropriação dos moradores escamoteados por propostas “duvidosas” de moradia. A resistência ganhava novas formas ao se produzir conduzida pelas descobertas decorrentes de acontecimentos no vivido dos habitantes de Maria Cursi. Podemos crer que muitas delas até o momento não se efetivaram no lugar pelas relações de vizinhança constituídas, que mesmo perpassadas por conformismos, também sustentam a rede de resistência produzida em décadas de luta. De certa forma

resistem às investidas deste teor: cooptações de moradores por meio do uso da inserção precária.

“E isso de tentativas de entrar na Maria Cursi já tiveram muitas. E eles já fizeram muito esse trabalho do individual. De passar por cima das lideranças, de passar por cima dos movimentos e pegar alguém lá na comunidade, de lá dos fundos, tanto que tiveram uma vez que chamar o pessoal daqui da Maria Cursi pra poder ir lá na Subprefeitura fazer inscrição que ia ganhar moradia. Nem o movimento e nem as lideranças estavam sabendo. Então, nós descobrimos isso e nós fomos assim mesmo sem ter sido convidada. Quando nós chegamos lá a gente exigiu explicação, então vocês vão dar moradia porque vocês estão chamando essas pessoas e tão dizendo que vocês vão fazer o cadastro, que elas vão ser atendidas num tipo de moradia, que tipo de moradia? Em que local vai ter essa moradia? E quem vai ser atendido? Ai então eles jogam as famílias contra as lideranças.”

Para as lideranças de Maria Cursi, a luta contra o Cingapura representou uma das mais difíceis para permanecerem no lugar. O resultado foi a permanência e a retomada da luta pela segurança da posse e urbanização da favela, para, desse modo, superarem as condições de precariedade.

A conquista da segurança da posse

Apenas na gestão Marta Suplicy, Maria Cursi ingressará em algum tipo de política pública. É nesse período que algumas das reivindicações se concretizam, como a construção de alguns muros de arrimo para dar sustentação às casas (Fotos 45 e 46), bem como, a regularização fundiária de interesse social. Este processo esteve circunscrito à primeira fase, se distinguindo das duas anteriores.

As dúvidas sobre a concretização da segurança da posse perpassavam a todo momento a questão do lugar como área de risco, por isso, os muros se tornavam imprescindíveis para ao menos se considerar a possibilidade de ingresso de Maria Cursi ao programa, que em 2002, começa a utilizar os novos instrumentos do Estatuto das Cidades e da Medida Provisória 2220/2001. No conjunto de medidas, ela é primeiramente incorporada como uma zona especial de interesse social (ZEIS) para que, formalmente, se constituísse uma área destinada como prioritária para intervenções de interesse social.

Maria Cursi já estava presente na primeira lista elaborada no período Luiza Erundina, fruto da luta que empreendiam em conjunto com outras favelas da cidade e por meio da organização do MDF. Por esse motivo, ela esteve desde o princípio como possível lugar a ser regularizado, pois um dos critérios adotados na primeira fase era

considerar todas aquelas que estiveram indicadas e estudadas para o Projeto de lei 51/90.

Foto 45 – Muros de contenção conquistados na gestão Marta Suplicy
Ribeiro, F.V. 18 de junho de 2012.

Foto 46 – Muros de contenção conquistados na gestão Marta Suplicy
Ribeiro, F.V. 18 de junho de 2012.

Entretanto, os desafios em torno dos iminentes riscos da produção da morfologia se contrapunham à implantação do programa no lugar, resultando em uma pressão da organização de Maria Cursi para que ela estivesse prevista. Logo, nas tramas para garantir a segurança da posse e as insistentes políticas de remoção dos quais fora alvo a favela, para o movimento era preciso, primeiro, assegurar a permanência e, por sua vez, também isso comprometeria o poder público a intervir no lugar. Assim, transformando o título de concessão em instrumento para futuras lutas e para a própria conquista de “urbanização da favela” conforme os ditames elaborados na prática participativa.

Novamente, o espaço de conflito se produz e os argumentos são confrontados utilizando-se de muitas estratégias, seja no jogo de discursos espaciais, seja nas relacionadas com a consciência herdada da formação da matriz discursiva dos movimentos. A fala de uma das lideranças nos concede observar a dimensão desse processo.

“Então, não entraria num projeto de documentação porque ela era de alto risco. Ai quando ela [técnica da Prefeitura] falou isso numa assembléia, ai nós, eu e o Oswaldo levantamos e falamos que nós não aceitava a Maria Cursi ficar fora porque isso queria dizer que se a gente estava em alto risco nós estaria condenado a morrer aqui. Por isso, ele não inseria em nenhum projeto porque nós estaria em alto risco e nós apresentamos várias outras alternativas, como nós temos direito a entrar nesse pacote, nós temos direito de conquistar a documentação, nós temos 30 e poucos anos morando lá. A gente já temos direito à moradia, à terra, como na época da Erundina com noventa anos, que era pra ter passado. Ai a gente começou a questionar e pressionar eles. Nós vamos entrar e depois pensaremos como faremos com a Maria Cursi. (...) Ai veio todo um processo novamente, de fazer um levantamento, trouxeram engenheiro, trouxeram arquiteto, trouxeram tudo e fizeram isso tudo e nós aqui pegava eles. A gente conversava e mostrava, a gente contava a história, a gente não vamos desistir da Maria Cursi, não vamos abrir mão, nós vamos entrar, se vocês não fizerem por bem a gente vai fazer pro mal. Nós vamos porque é um direito nosso. Então, foi uma luta, foi uma pressão, nós fizemos pressão pra entrar porque eles saberia dando a documentação pra nós, taria dando uma arma pra nós, que é essa arma de lutar, de se organizar e lutar e saber que aqui Maria Cursi não sai porque, porque a Maria Cursi é muito visada pela questão da valorização. Nós estamos no centro de São Mateus numa área que é caríssima, perto de tudo, nós temos tudo aqui. Então, essa área tem muito valor. É uma área tão valiosa, dá pra quem? Favelado? Se a gente pode investir em uma coisa muito maior.”

Após a articulação entre os moradores organizados em Maria Cursi, com várias visitas à Prefeitura para exigir a incorporação dela, como também, por meio do

movimento consultando técnicos que pudessem auxiliar com alguma avaliação sobre o tema, eles conquistaram a regularização. Todavia, o mesmo processo que permitiu o ingresso de famílias à posse da terra, por outro lado, trouxe, pelas condições da morfologia, a não conquista do título a todos, produzindo uma diferenciação no espaço ao nível legal.

A condição para que ela entrasse na primeira fase era titular aqueles que não estavam caracterizados em uma situação tão grave em relação aos prováveis riscos. Como salienta a técnica da Prefeitura que participou do processo,

“Então, a gente acabou colocando a área no programa por conta..., ela atendia os critérios para receber a concessão para ser regularizada e a porção que tinha de risco, que a gente detectou que tinha de risco, não inviabilizava essa regularização, que a gente fez foi uma análise: se grande parte da área precisasse ser removida por conta de risco ou alguma coisa, não, não dá para regularizar, agora se for uma situação de risco que você consegue resolver com algumas obras pontuais, então tudo bem, ela poderia ser regularizada. Então, ela ficou na regularização por conta disso.

(...)

Todos aqueles que não estiveram nessa área que a gente detectou que fosse de risco [recebeu título]. (...) Então, aqueles que a gente viu que não estavam em situação de risco, a gente deu a concessão e o que estava não.”

Desse modo, podemos afirmar que mesmo diante de uma diferenciação interna à favela, um objetivo se alcançou: a garantia da permanência no lugar. Na tabela 14 e Gráfico 04, observamos que mais da metade dos imóveis existentes foram contemplados pelas concessões, mas uma parte significativa não. Geralmente, a população que não teve a outorga dos títulos autorizada está assentada sobre o córrego que passa por toda a extensão de Maria Cursi.

MAPA 7
MARIA CURSI - PERÍMETRO DA REGULARIZAÇÃO
FUNDIÁRIA DE INTERESSE SOCIAL
Localização
2012

Legenda

Maria Cursi

Num universo de 465 imóveis avaliados, 274 receberam a concessão e 191 foram considerados, em sua maioria, em situação de risco. No que tange às concessões, Maria Cursi aparece com um saldo positivo quanto à perspectiva de efetivação de um direito, já que 104 imóveis obtiveram o CUEM coletivo e 37 individual e 44 CDRU coletivo e 89 individual. Do ponto de vista da concepção do MDF, a atribuição de títulos coletivos ratificou a ideia da terra como direito de todos.

Tabela 14 – Distribuição dos Títulos de Concessão – Maria Cursi - 2004

Termo	Tipo	Tipo Autorizacao	Termos Outorgados	Termos Não Outorgados	Nº de Termos
CDRU	COLETIVO		44	37	81
CDRU	INDIVIDUAL		89	51	140
CUEM	COLETIVO		104	60	164
CUEM	INDIVIDUAL		37	10	47
Sem Informação	COLETIVO		0	20	20
Sem Informação	COLETIVO	COMERCIAL	0	1	1
Sem Informação	INDIVIDUAL		0	9	9
Sem Informação	INDIVIDUAL	COMERCIAL	0	1	1
Sem Informação	INDIVIDUAL	INSTITUCIONAL	0	1	1
Sem Informação	INDIVIDUAL	SERVIÇO	0	1	1
Total			274	191	465

Fonte: Superintendência de Habitação Popular (HABI) - PMSP. Dados de 2004. Cadastro da Favela Maria Cursi.

Gráfico 04 – Proporção dos Termos Outorgados e Não Autorizados (devido ao córrego/área de risco) – Maria Cursi - 2004

Fonte: Superintendência de Habitação Popular (HABI) - PMSP. Dados de 2004. Cadastro da Favela Maria Cursi.

Pela ótica da morfologia espacial de Maria Cursi, podemos verificar que ao referendar a posse, os anos de trabalhos convertidos na moradia foram legitimados. Muitas vezes, as áreas são maiores que aquelas propostas pelas políticas habitacionais,

como no caso do Cingapura, que proporcionava apartamentos de 32 metros quadrados. Segundo, o relatório da Prefeitura de São Paulo (Gráfico 05), na época da regularização Maria Cursi apresentava 70 casas entre 50 a 100m², 55 entre 40 a 50m² e 46 entre 30 a 40m².

Gráfico 05 – Tamanho dos Lotes Titulados – Maria Cursi - 2004

Fonte: Superintendência de Habitação Popular (HABI) - PMSP. Dados de 2004. Cadastro da Favela Maria Cursi.

No que se refere à morfologia social (Gráfico 06), a renda dos chefes de família era predominantemente de 1 a 2 salários mínimos (123 chefes), seguidos por aqueles que ganhavam até 1 salário mínimo (108). Porém, uma grande parte (126), não declarou a informação.

Gráfico 06 – Renda dos Chefes de Família – Maria Cursi - 2004

Fonte: Superintendência de Habitação Popular (HABI) - PMSP. Dados de 2004. Cadastro da Favela Maria Cursi. Obs. Salário Mínimo em 2004 - R\$ 260,00. Lei nº 10.888, de 24.06.2004.

Um passo de destaque e que se diferencia muito das outras áreas em que houve o processo de regularização foi a possibilidade de registro de Maria Cursi. Ela se inscreve entre as 38 (primeira e segunda fase) que alcançaram o último estágio. Se por um lado Maria Cursi possui um problema no que se refere aos riscos do sítio no qual se instalou,

a condição de ser um perímetro delimitado pelo viário, portanto, área pública, proporcionou a não possibilidade de impedimento do cartório de imóveis do registro. Queremos dizer, que ao levar a concessão a registro, não era possível descrever uma discrepância entre as dimensões do terreno e do lavrado em cartório e, por isso, não lesando nenhum proprietário particular. Nesse sentido, a Prefeitura pode abrir matrícula do perímetro, superando aqueles entraves entre o que a planta particular do loteamento descrevia e o fático. Na explicação da Prefeitura,

“A gente tem um procedimento de abertura de matrícula que foi concluído. O documento só pode ser registrado depois do momento que esta área tem matrícula. Então, aquilo que te falei, via de regra, nenhuma área pública tem registro. E que essa área tem uma particularidade porque ela não confronta com nenhum imóvel particular. Ela só confronta com ruas, então, é poder público. (...) Não está lesando um terceiro.”

Foto 47 – O córrego em Maria Cursi
Ribeiro, F.V. 18 de junho de 2012.

Mudanças após a regularização

Sobre as mudanças após o processo de regularização, as afirmações nas conversas entre os moradores podem ser resumidas neste depoimento. “*Quando você me pergunta o que mudou após a documentação. As pessoas acabaram se sentindo mais seguras, de achar que não vão sair mais daqui*”. Como em Nova Guarapiranga e Abatiá, os moradores começaram a investir em suas casas, melhorando o acabamento ou verticalizando a moradia. Sobre as transferências, as respostas também seguiram a mesma linha para os dois lugares pesquisados, a de continuar na mesma proporção que antes da documentação.

Entendemos que o aspecto mais relevante sobre Maria Cursi e a sua regularização esteja na consciência de como ela pode servir como instrumento de luta para permanecerem no lugar, mesmo que muitos moradores, segundo as lideranças, ainda não tenham compreendido o peso dele.

“Essa área, eles não podem derrubar e construir uma praça ou posto de saúde e, então, tudo que se fizer aqui na Maria Cursi tem que ser voltado a moradia.”

“Só que muita gente, acho que não entendeu o que realmente esse documento representa. Pra muita gente talvez seja um comprovante de compra e venda de um barraco, ou outros talvez, leram e não entenderam qual o direito que nos dá porque ele nos dá direito, a gente não pode impedir a Prefeitura de entrar aqui dentro porque a partir do momento que deu aquela documentação a Prefeitura também se compromete de fazer melhoria aqui dentro.”

A persistência da luta e o uso da segurança da posse como instrumento

A luta pela moradia não se encerrou na conquista da segurança da posse. Ainda restou a luta por um projeto de “urbanização de favelas” que permitisse sanar os riscos e suprimir as precariedades da morfologia. Desse modo, ao conquistar o título, tentaram estabelecer o uso do contrato como forma de atrelamento para que obtivessem a urbanização.

Em trabalho de campo nos era afirmada essa nova etapa da luta, mas também davam indícios de que algumas intervenções já poderiam ter sido feitas, como por exemplo, parte dos muros de contenção. Como relatado abaixo, a gestão Marta Suplicy

havia reservado recursos para empreender a obra que, todavia, não se executou por falta do projeto³¹.

“Você tem que conhecer a realidade. Vá lá, vai ver como é Maria Cursi. Ai, então, a partir do momento que isso acontece, senão fizer o muro de contenção pra segurar as casas porque nós temos casas na avenida, pra poder fazer qualquer trabalho dentro, nem que seja manual, dentro da favela, não segura. Isso já é estudo, isso já foi falado pra nós. Esse muro de contenção. Essa é nossa briga. Nesse governo Kassab, nós não conseguimos. Sabemos que veio dinheiro, sabemos que esse dinheiro saiu. A HABI não enviou para a Subprefeitura. A Subprefeitura disse que não recebeu.”

“Então, quando a Marta saiu, ela deixou um dinheiro que era pra ser investido nessa continuidade dessa obra aqui. Só que depois a gente foi correr atrás e o que eles explicaram pra nós que o dinheiro tinha vindo, estava na conta. Eles não tiveram capacidade de apresentar, de elaborar um projeto, de apresentar e fazer tudo e mandar pra lá e a gente perdeu o dinheiro, por incompetência o tesouro recolheu o dinheiro. Por incompetência deles a gente perdeu o dinheiro. Então, é uma das coisas, eu mando, eu não tenho interesse nenhum e o dinheiro voltou e até hoje não sabemos aonde foi parar esse dinheiro da Maria Cursi. Mas também até hoje nós não tivemos mais a continuidade do muro.”

Está claro que as intervenções em Maria Cursi, como uma “urbanização de favelas”, fará com que parte dos moradores tenha que deixar suas residências, contudo, a organização exige, na elaboração do projeto, os termos das remoções a serem realizadas, bem como, garantir o mínimo delas. *“Nenhum projeto feito na Maria Cursi ficará livre de remoção, mas nós falamos pra ele que vai ter remoção, vai! Mas queremos saber quantas famílias vai ser removida, pra onde vai essas famílias e quais as condições que eles vão ter de pagar.”*

“o título nos dá esse direito. Eles não podem chegar aqui derrubar a favela sem a nossa permissão. Ele não pode retirar nenhuma família daqui da favela da área de risco, colocar em outra favela, em outra área de risco. As famílias que saírem daqui tem que sair pra lugares que eles vão pagar, mas que seja definitivo, não outra favela. Então, se você começar a ver o documento, ele vai te dando o direito e nós sabemos desses direitos, a gente luta e eles não podem fazer da maneira como eles querem. E se eles vir pra cima, a gente tem como entrar na justiça e garantir o nosso direito porque isso tá registrado, está assinado e a gente sabe disso. Ai então eles dizem assim, nós sabemos que não é qualquer coisa pra Maria Cursi e não é qualquer coisa pra Maria Cursi. Tem que ser um projeto que vá atender todas as famílias.”

³¹ Entramos em contato com a Subprefeitura de São Mateus, no departamento de habitação, mas a responsável não se dispôs a relatar o tema.

O título, em conjunto com as relações de resistência estabelecidas no lugar, sustenta o permanente espaço de conflito. O contrato, que muitas vezes aparece como um processo de normatização ao igualar os desiguais, é subvertido. Esta igualdade jurídica e articulações entre sujeitos que lutam pelo direito à cidade, contêm fissuras, por mais que tendam a reproduzir a dominação sobre o espaço. O uso, explicitado pela apropriação do lugar, ganha outra dimensão, pois, mesmo com desigualdades nas forças políticas, o espaço de conflito está aberto, não sendo fácil o ingresso das políticas de espaço nesse lugar. Por isso, é possível expressar a seguinte afirmação:

“Ele [poder público] vai ter que negociar e a negociação tem que ser boa. Então, a arma nossa é essa. É organização, é negociação, é participação e é uma coisa que a gente não vai abrir mão desse espaço porque esse espaço a gente conquistou e nós temos mais que o direito de estar aqui.”

A condição do uso do título nas confrontações em torno da terra não está somente situadas em relação às públicas. Fernandes (2007:53) pondera sobre a importância da regularização fundiária e situa como ela se transforma em instrumento para a luta da terra urbana, inclusive as privadas:

“... a existência de títulos torna-se importante, quando surgem conflitos, seja devido as confrontações jurídicas entre os ocupantes e os proprietários originais, seja por conta de disputas entre vizinhos, ou por disputas domésticas e familiares, ou ainda em função de fatores externos, tais como a realização de obras públicas de vulto que podem tornar as áreas ocupadas mais atraentes para o mercado imobiliário oficial, em detrimento dos interesses dos moradores originais. Além disso, devido a mudanças constantes nos contextos políticos locais, em muitas cidades brasileiras onde programas de regularização não estão sendo devidamente implementados, diversos casos de remoções pelas autoridades públicas tem sido registrados. Programas de titulação são, cada vez mais, criticados por razões ambientais, pelo fato de que muitas das áreas ocupadas estão localizadas em áreas ecologicamente frágeis ou inadequadas. Em outras cidades, os programas de regularização são diretamente afetados pelo impacto socioespacial do tráfico de drogas. Em muitos casos, há uma intensificação da pressão dos mercados imobiliários – formal e informal – devido a diversos fatores externos.”

Atualmente, a luta está focada nesse processo e o uso do título é que, de certo modo, se transforma em instrumento de impedimento de intervenções que sejam de “cima para baixo”, ou seja, sem incorporar, tanto na elaboração como na execução, a participação dos moradores no projeto. O caráter de instrumento de luta adquire mais importância, pois ao conquistá-lo, Maria Cursi alcançou status de prioridade de intervenção. Um desdobramento das contradições espaciais emergem. Ao tornar-se

prioridade para ações de intervenção na morfologia espacial que pode facilitar o processo de conquista da urbanização, também abre perspectivas de uso dessa condição para serem empreendidas pelo poder público políticas com caráter emergencial, desconsiderando o tempo necessário para a realização da prática da participação.

Essa perspectiva se concretizou a partir do ingresso de Maria Cursi no concurso intitulado *Renova São Paulo*. Primeiramente, cabe salientar, brevemente, a conjuntura advinda desde 2009 na Prefeitura de São Paulo.

No ano de 2010, houve o lançamento do Plano Municipal de Habitação – 2009-2024 – que apresentou o “ousado” objetivo de equacionar o problema relacionado ao tema nesse período compreendido. Sob um enfoque, considerado por nós como tecnocrático, se produziu um sistema de cruzamento de informações para lançar uma priorização das intervenções intitulado Habisp, como já expusemos no capítulo anterior (Capítulo 2). Ele se sobrepôs por toda a cidade. Ao lançar mão desta faculdade, transformou o espaço urbano num grande palco de intervenções e varrendo os processos de negociações na elaboração dos projetos e seleções de áreas. Esses dois momentos, no conjunto do Plano, estiveram a cargo da prática urbana legitimada pela estrita técnica, direcionando ações ditas participativas após a feitura de alguma proposta elaborada sem diálogo pretérito.

Nesse cenário, é elaborado também o projeto *Renova São Paulo*. Ele trata de um concurso para escritórios de arquitetura e urbanismo tendo por escopo

“seleção das melhores Propostas de Arquitetura e Urbanismo para as áreas denominadas ‘Perímetros de Ação Integrada – PAI’, para a Requalificação urbana e Habitação de Interesse Social, tendo como finalidade a contratação de equipes multidisciplinares, coordenadas por arquitetos, para consolidação das Propostas premiadas em primeiro lugar em cada lote, consistindo na elaboração de Plano Urbanístico, Estudo Preliminar, Projeto Básico, projeto Executivo e Projeto Legal, a serem aplicados no Programa de Urbanização e Regularização de Assentamentos da Secretaria Municipal de Habitação – SEHAB”³²

Como Maria Cursi preenche os requisitos do sistema Habisp, sendo classificada como área que carece de urgente intervenção, ela é incorporada à estratégia do concurso. Como relata uma das técnicas da Prefeitura,

“É uma área que apresenta uma situação de córrego no meio dela, não tenho certeza se é só córrego ou encosta, mas tem uma situação de

³² Edital de Concurso Público nacional de Projetos de Arquitetura e Urbanismo – Concurso nº001/2011 – Renova SP – PMSP e SEHAB.

risco que esses moradores não foram titulados, inclusive essa área está fazendo parte do concurso Renova São Paulo.”

Assim, em 2011, da época do concurso, Maria Cursi estava na descrição do perímetro de ação integrada – Aricanduva 5, tornando-se objeto para os escritórios que quisessem, por meio da prancheta e dos recursos técnicos, desenhar um projeto para ela. Segundo o edital do concurso, os critérios não contavam em nenhum momento com a relação dos moradores e o lugar, ou seja, não pressupunha o diálogo. Quando questionamos um dos técnicos sobre esse procedimento, ele apenas nos justificou que, num concurso, como não há a contratação e, por isso, os trabalhos dos escritórios não são remunerados, não era possível exigir a ida a campo para construir um diálogo com os moradores.

Essa exposição esclarece a prática autoritária do Estado ao massificar, por meio da técnica e das justificativas econômicas, o impedimento da participação na elaboração de projetos gestados nas lutas urbanas. Para tanto, o discurso espacial baseado na técnica se configura como a mais eficaz forma de ordenar aquilo que, na “aparência”, é aleatório. A produção do espaço é ocultada e a *ilusão urbanística*, como desenvolvido por Lefebvre (2002:140), se consuma. Para o autor,

“o pensamento dos tecnocratas oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias. Eles não percebem, em primeiro lugar, que todo espaço é produto, e, em seguida, que esse produto não resulta do pensamento conceitual, o qual não é, imediatamente, força produtiva. O espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante.”

Assim, o espaço como produto das relações contém o germe da resistência, já que este arcabouço conceitual, ao ser posto em prática sobre este mesmo espaço ao nível do lugar, se colidirá com as relações espaço-temporais presentes. No caso de Maria Cursi, pelo histórico de produção do lugar, tais políticas são denunciadas no espaço de conflito. Os mecanismos dela são denunciados, como relatado por liderança quando perguntada a respeito da avaliação do *Renova São Paulo*:

“A Prefeitura vem com um projeto pronto. Ela conhece o que a família precisa? o que a família quer e necessita? Ela vai reconhecer todas aquelas raízes das famílias que criou dentro daquela casa? Ela vem e pronto. E a comunidade não aceita, tem que discutir junto. Ai ela vai perder dinheiro porque primeiro deveria conversar com as

famílias e a comunidade e aí não perdia tanto tempo e nem dinheiro público.”

O espaço de conflito ainda persiste e a luta também. Até a finalização do trabalho de campo, a Prefeitura nos informou que no resultado do concurso, as propostas para Maria Cursi não atenderam os critérios exigidos e, assim, não foi aprovado nenhum projeto. Por isso, Maria Cursi mesmo se constituindo como uma área prioritária ingressará nas políticas do próximo quadriênio proposto no Plano Municipal de Habitação – *“Teve projeto que entrou no concurso, mas os projetos não foram aprovados, então, ela vai de novo em um novo concurso que vai ser feito.”*

Relações entre as práticas do Estado e da Participação

Nos relatos dos moradores de Maria Cursi, é bem explícita a possibilidade do uso do título como instrumento de luta em uma ocasião de conflito com o poder público que aprofunda relações autoritárias. Como demonstrada na fala abaixo, há a denúncia de como a ação do Estado se realiza sobre o lugar da vida, bem como, a subversão do uso do título.

“Pra eles [técnicos], tipo assim, eu falei pra você que esse título é uma pedra no sapato deles porque esse governo, o governo que é Estado, ele não senta pra conversar, entendeu, ele não senta pra conversar com você. Ele quer o que, tipo ditadura, cheguei vou fazer e ninguém vai impedir e vou fazer de qualquer maneira. Porque o título é uma pedra no sapato deles porque se ele chegar impondo essa condição, nós vamos pra justiça porque nós temos o título e nós vamos pra justiça e ele não quer isso. Então, ele queria que fosse da forma dele, cheguei vou fazer, vocês vão ter que sair, dou 6 contos, que é o que eles dão, se você quiser você vai embora, senão, se você não quiser você não fica e é assim. É por isso que o título é importante.”

A resistência diante desses projetos apresentados pelo poder público é bem complexa, principalmente por transformar a moradia no instrumento de convencimento da remoção por meio da representação do espaço elaborada. Os meandros que envolvem a chegada àquilo que é o objeto de superação de parte da inserção precária não são esclarecidos. O que se evidencia é a utilização da precarização e da pobreza para fazer delas a justificativa de qualquer ação autoritária. Como muito bem relatado pela liderança de Maria Cursi, vemos a dimensão destas práticas.

“Então, você vê, eles passam um slide, uma coisa linda, vou te dar uma moradia com dignidade, vou te dar um parque, vou te dar uma praça, vou te dar um monte de coisa porque você não tem nada,

porque você não tem nem como respirar dentro de casa. Ai gente diz: toma cuidado, isso não é pra todo mundo, será que o projeto tá no papel? Então, é como diz assim, você tá tirando o meu sonho, você não tá deixando eu sonhar. Então, é complicado, ai então, vem esse conflito. Quando você trabalha com um governo que não quer trabalhar com a população, eles te joga contra a população. E muitas vezes, a população tem uma reação muito drástica.”

“O que a gente fala é: o olhar para o tipo de projeto, porque as vezes a Prefeitura tem essa dinâmica. Agora, faz esses concursos com arquiteto de renome pra urbanização, com aqueles prédios grandes, bonitos e com elevador e tudo mais, só que a demanda original que seria beneficiada não vai agüentar pagar isso tudo porque vai onerar, eles vão vender e quem vai ficar é outro perfil.”

A estratégia para permanecer é garantir a prática socioespacial da participação. Isso significa dizer que ela deverá estar presente ao longo de todo processo de elaboração dos projetos que proponham modificar a morfologia. A participação consiste no esclarecimento dos processos que serão realizados, as condições daqueles que provavelmente terão que ser remanejados, para que possam resistir a possíveis expropriações não perceptíveis na representação espacial contida em projetos que chegam prontos. Para alguns moradores, a participação é abordada da seguinte forma:

“Quando você tem essa participação de poder opinar e ver de dentro tudo aquilo, ver como o técnico pode ser implantado. Outra coisa participativa é quando você participa da decisão da remoção de famílias. Aonde eles vão? Aqui tem tudo, tem médico, tem escola, pra onde eles vão tem isso? Eles vão ser contemplados com creche, com escolas. Para mim participar é isso, é você participar das decisões da vida das pessoas nesse sentido, valorizando ele como humano, não como objeto, ele tá levando os seres humanos que tem sentimento, que tem valores. Participar é isso, é participar da elaboração, eles tem a visão técnica, mas a gente tem a visão de quem mora aqui. Será que nós precisamos de uma praça de 15 metros? (...) É vc participar do projeto como um todo que não apenas um imóvel, mas é a questão do indivíduo como um todo.”

As experiências da luta pelo espaço

As consecutivas conquistas oriundas da luta pela moradia, além de garantirem a segurança das famílias no lugar produzido, ainda alcançaram espaço para lazer e encontro dos moradores. Como podemos ver abaixo (Foto 48), eles fizeram um bloqueio entre a Avenida Maria Cursi e a Mateo Bei, para que desse modo, assegurassem uma rua para festas. Também, com a permanente luta, estão afirmando a participação deles na produção da riqueza do lugar, ao vetar a retirada da morfologia.

As palavras de Bensaid (2001:34) nos concedem aproximarmos do significado da resistência, principalmente sobre aquela que é imprescindível para realizar a vida, aquela referente à luta pelo espaço,

“Resistir es en primer lugar, y muy simplemente, no ceder, aún cuando la situación sea comprometedora, aún cuando la postura sea mala, aún cuando no esté acorralado en una posición de debilidad o de impotencia tal vez pasajera. Resistir implica reconocer tu debilidad, admitir la relación desfavorable de fuerzas, sin aceptarla, sin suscribirse a ella, y sin resignarse a ella.”

Na voz dos que resistem podemos observar a luta que ainda persiste.

“Não sei até quando nós vamos continuar com toda essa resistência porque nós já estamos um pouquinho cansados. Mas a gente, sempre quando a gente pode, na meta nossa, nós vamos resistir, nós não vamos aceitar, vamos fazer uma contra proposta e vamos negociar, eles recuam porque eles não querem negociar e eles sabem que não é qualquer coisa pra Maria Cursi, que eles não enganam a gente. Eles sabem que a gente tem apoio de movimento, que a gente tem apoio aqui na favela. A gente se organiza, a gente fala com as pessoas, a gente convoca, se é pra defender eles dizem, eu não vou não, mas eles me dão apoio,”

Foto 48 – Bloqueio à Avenida Mateo Bei garantindo a rua para as festas dos moradores de Maria Cursi Ribeiro, F.V. 18 de junho de 2012.

Das Contradições Espaciais

A luta pela segurança da posse transformada em política institucionalizada e desenvolvida ao nível do lugar, nos expõe as contradições espaciais que envolvem a produção do espaço urbano. Se por um lado revela que na conquista da legalização para o uso estão implicadas as determinações da troca, por outro, mostra que as estratégias de dominação do espaço acarretam uma retração das possibilidades de apropriação do espaço pela conquista da segurança da posse. Isso nos faz conhecer que viver na cidade capitalista significa um constante processo de persistência às estratégias de expropriação, ou seja, a transgressão e a resistência estão presentes a todo momento como práticas socioespaciais obrigatórias contra o processo de segregação socioespacial.

A produção do espaço urbano se transforma em condição central de reprodução da sociedade e as contradições gestadas no seio dela se transmutam em espaciais. *“As contradições do espaço ‘exprimem’ os conflitos dos interesses e das forças socio-políticas; mas esses conflitos tem efeito e lugar **no** espaço, tornando-se contradições **do** espaço.”* (Lefebvre: 2006: 46). No seio das contradições espaciais, envolvidas na transformação de uma reivindicação para a política, podemos destacar alguns desdobramentos que consideramos mais relevantes nos planos econômico, político e social:

a) Ao nível econômico:

- A moradia diante do título poderá tender a uma maior possibilidade de mercantilização como superação à representação do espaço da favela (sair da favela significa romper com estigmatizações);
- Possibilidade de fragmentação do imóvel devido ao aumento do valor para que promova uma maior renda, por meio do aluguel e venda, para suprir as necessidades da família;
- Com a legalização dos imóveis da favela, há a liberação de parte da retenção dos valores dos imóveis da região;
- O título, quando o lugar se insere nas tramas da valorização que remonta a novos conflitos diante à futuras remoções, pode possibilitar maior indenização às famílias;

- Quando porções da cidade são incorporadas às centralidades econômicas reatualizando políticas de valorização, a determinação econômica pode conduzir a um esboroamento da conquista;
- A defesa da propriedade privada da terra para garanti-la como um ativo econômico, isto é, um atributo fundamental para as engrenagens da economia, pode proporcionar o impedimento das aberturas de matrículas das áreas públicas para a concessão ser registrada;
- A política de regularização em si torna-se um nicho para empresas privadas que se especializam no tema.

b) Ao nível político:

- Mesmo que a luta referente o uso e o direito, pode trazer em seu bojo a reprodução das relações autoritárias contínuas e decorrentes de nossa formação social, como as relações clientelistas e de favores. Isso pode referendar a sociedade da cidadania consentida e não a de direitos;
- Poderá haver um reforço da representação do espaço da favela para que o Estado implemente a política subtraindo o papel daqueles que a reivindicaram, pois impõe um discurso competente que deslegitima a ação social;
- Tenta-se impor critérios que perfilam apenas na lógica tecnocrática, novamente, atuando como uma estratégia de segregação política ao excluir a participação da sociedade;
- Os critérios elaborados pelos movimentos sociais podem se esboar justificados por um discurso espacial baseado em álibis técnicos que tenham por conteúdo os elementos da crise urbana, como a pobreza e a do meio ambiente;
- Poderá, após o esboroamento da conquista, legitimar a ideia de descrença de luta pelo espaço.

c) Ao nível social:

- A reivindicação conquistada pode não ser atribuída a uma luta pelo espaço, mas a um benefício dado pelo poder público, ratificando o exercício da cidadania consentida;

- Poderá ocorrer a precarização do lugar de morada pela fragmentação do imóvel, já que persiste a desigualdade na cidade;
- No desmanche da conquista, poderão ocorrer os rompimentos dos laços de sociabilidade produzidos em conjunto com o lugar.

O Mito da “Gestão Equivocada da Cidade”

Como posto até o momento, as razões pelas quais os pesquisadores atribuem e também qualificam tanto as “irregularidades” no uso do solo urbano e os limites da política de regularização fundiária de interesse social, adjetivando-a como “curativa”, estão assentados no fato dos “equívocos” oriundos de um planejamento e uma gestão da cidade. Ou seja, essa argumentação situa a possibilidade de superação dos limites apresentados por ela mesmo vigorando a produção das relações atuais. Isso significa, novamente, que o cerne da questão está na convicção do rearranjo da organização espacial. Podemos considerar as ideias expressas abaixo como um resumo desta visão (Fernandes: 2011: p. 16, 18 e 19)

“El proceso de acceso informal al suelo urbano y la vivienda es, en parte, el resultado de factores relacionados con la configuración del ordenamiento espacial. La situación actual refleja lo que se ha venido a denominar como “la incapacidad estructural de las administraciones públicas de los países de América Latina, especialmente a nivel local, para garantizar un acceso suficiente a suelos económicos y con servicios públicos y/o unidades de vivienda en áreas urbanas.”

“Los asentamientos informales son consecuencia tanto del carácter excluyente del marco normativo referente al desarrollo del suelo, como de la naturaleza burocrática de los sistemas de gestión urbanística y de suelos, que son arbitrarios y no incluyen una verdadera participación popular. En muchas ciudades de América Latina, la obtención de una licencia de subdivisión de suelo puede tardar hasta cinco años.”

“En suma, la combinación de criterios técnicos no realistas, de obligaciones financieras, de exigencia de garantías inflexible, de prolongados procedimientos para la obtención de licencias, de reglas contractuales formalistas, de prácticas de registro obsoletas y de mecanismos ineficientes para la resolución de conflictos ha producido un contexto legal altamente prohibitivo que contribuye al desarrollo inmobiliario informal. Los pobres carecen de los recursos legales, financieros y de otro tipo necesarios para defender sea sí mismos y preservar su derecho al suelo, y han sentido el impacto de una legalidad excluyente más que otros grupos sociales.”

Tal perspectiva, do ponto de vista da pesquisa, é considerada como uma das facetas do que denominamos de um mito da gestão “equivocada” da cidade. Como

salientamos no percurso da exposição, os processos de produção do espaço são decorrentes das relações econômicas, políticas e sociais desenvolvidas na sociedade e apenas na mudança qualitativa delas se produz um espaço com novas determinações. Nessa direção, a contribuição da geografia reside no fato de compreender que a mudança qualitativa nos processos que dizem respeito ao avanço da urbanização, não consiste na organização do espaço dado pelo planejamento e gestão, mas sim, na produção de novas relações que promovam a superação das contradições engendradas no seio da sociedade.

A ideia contida na perspectiva da gestão, como solução dos limites para uma política que trata justamente do núcleo central da reprodução do capital no Brasil (terra), reforça a prática urbana promovida pelo Estado. Traz como consequência argumentos de que, por meio da ação do poder público, é possível mudar a relação de desigualdade. Além disso, reitera de certo modo, a condição de exclusão da sociedade como protagonista das mudanças.

Atribuímos a ideia de “mito”, pois ela sustenta as ideologias que escamoteiam as contradições espaciais em favorecimento da ação do Estado, muitas vezes permeada pelo autoritarismo. Na ótica de um país da periferia do capitalismo, a pressão sobre o Estado continua com grande validade, contudo, não é por meio dele que se superam as questões atualmente identificadas quanto aos limites da segurança da posse.

Na medida em que se constrói uma reflexão, na qual se intenta desvelar as contradições espaciais, abrimos as possibilidades de revelar as estratégias que reproduzem e mantêm as relações de produção sob as amarras da propriedade privada. Ao mesmo tempo, queremos repor o acento da transformação das relações que produzem o espaço nos processos sociais de resistência da sociedade. O salto está nas contínuas resistências que, no subterrâneo, vão engendrando relações que muitas vezes não estão ao alcance de nossos olhares.

Parte III

Terceiro Termo: A Apropriação do Espaço

CAPÍTULO 4 - DA SOCIEDADE SEM DIREITOS AO DIREITO À CIDADE: NA BUSCA POR UMA ESTRATÉGIA URBANA

*“'Mudar a vida', 'mudar a sociedade', isso não quer dizer nada
se não há produção de um espaço apropriados”¹*

No movimento da tríade entre segregação socioespacial-resistência- apropriação do espaço que alicerça a exposição desta pesquisa, o terceiro termo se situa como estratégia teórica e prática na compreensão da noção do direito à cidade. Esclarecemos que a apropriação é o termo que supera a contradição dos dois anteriores. Todavia, no plano da realidade, a apropriação socioespacial não se efetivou, mas passa por um processo de deterioração com a precarização do uso da cidade. Como segregação e resistência se produzem dialeticamente um no outro, a apropriação do espaço contém a passagem para a possibilidade de superação das fragmentações socioespaciais e contradições do espaço postas pelo processo de produção do espaço urbano capitalista. No entanto, se a apropriação do espaço aparece como superação, a reflexão circunscrita nesse último capítulo se propõe a um percurso que revele o momento de crise urbana em que vivemos e possa situar uma contradição espacial central e que perpassa toda a exposição da tese: a apropriação e dominação do espaço.

A reflexão aqui proposta se situa na perspectiva de problematizar a produção do espaço pautado na deterioração da apropriação dele em favor de um aprofundamento das estratégias de dominação. Esta tendência aponta à urgência de retomarmos o sentido da noção de apropriação e localizá-la no processo de urbanização contemporâneo.

Por isso, contém a exigência da sociedade pensar um projeto de cidade, mas à luz de uma análise da sociedade do capitalismo periférico, que não se constituiu numa de direitos. Assim, as conquistas advindas das lutas urbanas pelo espaço e as contradições em que elas estão inseridas nos expõem a medida de sua importância no questionamento da crise urbana ao recompor espaços de conflitos em que transitam as experiências de sociabilidade. As lutas em torno da segurança da posse – direito à moradia, mesmo numa transformação das concepções elaboradas pelos movimentos sociais, ainda retêm oportunidades de conflitos que gestam uma consciência sobre a produção do espaço urbano capitalista.

¹ Lefebvre, Henri, **A produção do espaço**. Tradução Equipe de Sergio Martins – UFMG.p.49.

Num contexto de um país que transitou de uma sociedade sem direitos em que vigora a cidadania consentida para uma sociedade urbana pautada no consumo, aprofundando ainda mais o conteúdo desse tipo de cidadania, os processos de resistência repõem a questão da dominação do espaço. Restituem o negativo do processo de segregação ao denunciarem, na ação e prática socioespacial, os níveis que tornam o espaço, bem como sua produção, instrumentos imprescindíveis para a reprodução.

Nessa direção, o desafio inicial da resistência é a busca de construção de direitos em uma sociedade desigual. A luta pelo espaço é uma luta pelos direitos primeiramente. Porém, salientamos que na compreensão da contradição entre apropriação e dominação do espaço, a conquista dos direitos, como aquela referente à moradia, não pode ser confundida com o direito à cidade.

Por fim, ter a noção de apropriação do espaço como terceiro termo da tríade nos dispõe a apontar um conteúdo do direito à cidade, não o restringindo às relações que atualmente produzem o espaço social. Uma estratégia urbana não está somente assentada na história de curta duração, mas na perspectiva de produção de um projeto de cidade que supere as relações sociais que produzem este espaço segregado. Isto é, o direito à cidade não está embasado somente na conquista dos direitos básicos, mas os pressupõe. Isso significa dizer que, na busca de uma sociedade de direitos, quando esta está constituída, nos lança na construção do direito à cidade como possibilidade de usufruir da centralidade urbana, da possibilidade da superação da fragmentação das relações, da possibilidade do uso improdutivo. Portanto, o desafio está em construir no possível as bases para o que aparece como impossível.

Nesta pesquisa, esse momento de reflexão sobre o direito à cidade se refere à compreensão de que a luta pelo espaço é permanente em uma produção do espaço urbano, sustentada pelas determinações capitalistas, se realiza em vários níveis. Ela ocorre ao nível formal e institucional, mas, sobretudo, se concretiza efetivamente ao nível social, com mudanças profundas nas relações sociais que poderão produzir um espaço diferencial.

Do ponto de vista do Brasil, a luta pela segurança da posse, inserida no universo do direito à moradia, nos concede a oportunidade de refletir sobre o papel desta experiência relacionada à historicidade produzida. O teor dessa resistência reside na negação dos contínuos processos de expropriação, na explicitação de como o espaço urbano é mercantilizado, na denuncia da prática do Estado que tende a transformar o

espaço em instrumental e, principalmente, nos abre a possibilidade de refletirmos a respeito das continuidades da reprodução da desigualdade e dos privilégios, mesmo num contexto considerado como democrático.

Assim, neste último capítulo, nos debruçamos sobre uma reflexão que considere a importância das resistências transfiguradas em lutas pelo espaço para a formação dos espaços de conflitos. E, sobretudo, apontar um entendimento a respeito do significado dessas lutas em um país da periferia do capitalismo em que o autoritarismo frequentemente adquire novas roupagens, com destaque para um avanço da instrumentalização do espaço.

Os termos da Cidadania Consentida

No segundo capítulo, afirmamos que vivemos numa sociedade em que vigora uma lógica pautada na reprodução dos privilégios e não da concretização de direitos. Esta ideia merece ser esmiuçada para que possamos desenvolver a compreensão de que, nas últimas décadas, houve a continuidade de uma sociedade sem direitos favorecendo a reprodução do capital. A modernidade do país se fez sob a constituição da transformação daquilo que seria um direito para um objeto de consumo. Constatamos isso quando a moradia de direito se transforma em mercadoria, a cidade de direito se torna objeto de compra e venda, e, assim, o espaço improdutivo vai se esboroando na cidade capitalista.

Essa passagem está profundamente atrelada à produção do espaço social determinada pela reprodução do capital. Por isso, nos centramos na noção de cidadania consentida e suas contradições internas como mediação à compreensão das continuidades e descontinuidades que a sustenta.

Milton Santos já salientava os termos de nossa cidadania. No raciocínio exposto pelo autor a ideia central estava vinculada à elaboração brasileira do não-cidadão. Isto se referia a um processo ligado ao veloz ritmo temporal das mudanças estruturais que impingiam uma urbanização acelerada e concentradora com a supressão de direitos básicos, uma expansão do consumo de massas acompanhada por um modo de vida calcado no egoísmo como lei superior, resultando, como apresentado pelas palavras do próprio autor com, “*Em lugar do **cidadão** formou-se um **consumidor**, que aceita ser chamado de **usuário**.*” (2002:25). Seabra (1996:78), também ressalta e justifica essa transformação ao mencionar que “*A gestão total do cotidiano como objetivação da*

industria cultural e de estratégias políticas do Estado, sobretudo no aspecto mercadológico, ao definir um plano de embate no próprio cotidiano, fez nascer o usuário mais citadino que cidadão.”

Na constituição da sociedade urbana determinada pela lógica do consumo as ideologias e representações sobre o espaço também adquirem profundidade. Atravessada pela racionalidade do consumo, cooptada, regulada, normatizada, a vida cotidiana dos moradores das cidades vai se desconstruindo e se refazendo sob os auspícios de uma produção que homogeniza o espaço por meio da homogeneização das relações. Esse processo somente se realiza por meio de estratégias que impõem uma abstração sobre a prática socioespacial. Os novos “modelos” de viver na cidade, os estigmas e criminalização dos lugares onde residem os pobres, a imposição da forma, a incitação da violência e seu uso para o controle absoluto sobre os lugares vão dando a medida para uma produção do espaço alicerçada na tendência a um absoluto controle. Como esclarece Carlos (2011:34), *“Tal espaço tende a constituir-se em sistemas, porque a reprodução no mundo moderno não se faz ao acaso, uma vez que é o resultado do mundo da mercadoria, aparecendo, portanto, como programa do capitalismo e do Estado que organiza a vida cotidiana porque organiza a sociedade de consumo.”*

Na composição de relações que sustentam tal realidade, um sistema de valores se tece sob argumentos de toda ordem, como tentamos explicitar por meio dos discursos espaciais. Mas, esse sistema não está desconectado das raízes de nossa formação, ao contrário. O sistema de valores, que reforça a vida cotidiana homogênea, possui continuidades advindas de relações espaço-temporais pretéritas carregando o germe da configuração da desigualdade, ao mesmo tempo em que provoca a ruptura de outros elementos para superar algumas das barreiras formadas. Para Lefebvre (1991:82), esse processo constituiu o que ele denomina de *cotidianidade*.

Nela, se impõe uma organização ao nível do vivido através de um sistema de álibis que vão construir o sistema de valores. E, ademais, a homogeneização se realiza produzindo um ideal de vida a todos, tentando incutir à sociedade um desejo de ser consumidora resultando na contradição entre aqueles que podem ou não realizá-lo. Dentro disso, a fragmentação está posta, pois pela desigualdade da distribuição da riqueza dada pelo fundamento da propriedade privada, regulam-se os acessos, principalmente aos lugares da cidade.

No enfrentamento da contradição, os sujeitos que operam e concentram a riqueza exercem poder econômico e político para seguir na reprodução da desigualdade. Atuam no sentido de impor a sociabilidade fragmentada ao controlar econômica e politicamente os usos do espaço e do tempo na cidade. As consequências são “*Na cidade, sobretudo na grande, os cimentos se dissolvem e mínguam as solidariedades ancestrais. Ali onde o dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagerismo crescentes.*” (Santos:2002:29). Mas um dos efeitos mais devastadores e que legitimam tais estratégias é a naturalização de processos sociais gestados.

Para aprofundarmo-nos sobre esta naturalização dos processos sociais nos apoiamos na ideia de cidadania consentida. Os termos de seu desenvolvimento no Brasil estão situados nos argumentos desenvolvidos por Telles (1992 e 2001) que expressam como a formação social brasileira esteve pautada na naturalização das hierarquias sociais reproduzindo as desigualdades.

A autora, ao se debruçar sobre a questão da pobreza e cidadania no Brasil, esclarece que elas são partes constituintes de uma sociedade na qual os direitos não fazem parte da vida social devido à não inserção delas à esfera da igualdade e da justiça. No entanto, a sociedade brasileira, além de ter a vontade de ser moderna se efetivou como tal (modernização conservadora) e, nesse caminho, a persistência da pobreza se manteve sendo utilizada para seguir com práticas autoritárias.

Para tanto, Telles argumenta que houve a transformação da pobreza em natureza, isto é, se escamoteiam as desigualdades e naturalizam-se as relações e hierarquias das classes sociais justificando relações assistencialistas e as intolerâncias sociais, pois a implantação do progresso se realizava submetendo as relações até então constituídas. Essa submissão se efetivava também pela produção de um aparato que autora denomina de simbólico que impunha a imagem do pobre como rude, estranho e não condizente ao novo período pelo qual ingressava o país. O resultado é a produção de uma visão sobre o povo como desprovido dos “*atributos da razão, da moralidade e da autonomia*” (1992:61).

Dessa maneira, se configura uma cidadania restrita, em que direitos apenas se inscrevem num campo de concessões de alguns poucos (principalmente na figura do Estado) sobre a grande maioria, já que no pensamento e práticas hegemônicas construídas, somente aqueles “qualificados” poderão participar de um campo de atuações e decisões. Nas palavras de Telles, “*a justiça social brasileira não foi*

concebida no interior de um imaginário igualitário, mas sim no interior de um imaginário tutelar que desfigura a própria noção moderna de direitos, formulados que são no registro da proteção garantida por um Estado benevolente.” (Telles:2001:29)

Acrescentamos que isso gesta um relevante conteúdo das representações espaciais incorporando aqueles termos que dão peso aos assistencialismos e intolerâncias como álibis para dispor do espaço da forma como convém aos sujeitos hegemônicos. Podemos considerar que, nessa direção vai, se produzindo o discurso competente (como discurso espacial), de acordo com os termos de Marilena Chauí, em que se destitui muitos sujeitos da possibilidade de participação e decisão e legitimam outros conforme o jogo de poder. O uso das representações do espaço reforça essa prática sobre o espaço, como atualmente na insistente qualificação da tecnocracia em detrimento da participação da sociedade nas decisões sobre a cidade. Por isso, Adorno (1990:15) afirma que,

“Na historia social da constituição das relações industriais capitalistas em São Paulo há inúmeros exemplos de situações de permanente desrespeito aos direitos do trabalhador que não se devem apenas ao caráter selvagem da exploração econômica em sua etapa de acumulação originária, mas, antes de tudo, à permanência de uma cultura que pressupunha laços de dependência pessoal, desqualificava os despossuídos de sua condição de cidadãos, custava a laicizar e a racionalizar as condutas e naturalizava a desigualdade social com fundamento em critérios extraídos da dominação patriarcal.”

É nessa lógica da cidadania consentida pelo Estado, construída em torno das particularidades de nossa formação social, principalmente de um autoritarismo e patriarcalismo, que o direito à moradia esteve por muitas décadas situado no âmbito da assistência social. Conforme isso se configura, se deslegitimam igualmente os conflitos da sociedade diante da questão. Implica na impossibilidade de superação das relações privadas sobre o público e expressa a continuidade das marcas autoritárias mesmo em novos formatos. Assim,

“Através do código hierárquico as desigualdades sociais são transfiguradas em diferenças que estabelecem uma ordem de reciprocidades ao revés dos valores modernos da igualdade e da justiça, pois remetem à obediência e respeito, tutela e proteção nas relações entre ‘superiores’ e ‘inferiores’, neutralizando as iniquidades existentes na trama das relações sociais.” (Telles:2001:61)

Ao nos referirmos ao papel do Estado e sua prática urbana, pelo menos no tema em que estamos tratando nesta pesquisa, não há como não observar a lógica da tutela sobre o processo atual de regularização. Os processos de priorização de áreas para

realizar as políticas de intervenção, a construção de discursos espaciais que contêm a deslegitimação dos moradores nas decisões, a desqualificação dos movimentos sociais diante a implantação das reivindicações conquistadas, a perpetuação dos clientelismos e relações de favores que estão no corpo da produção espacial, delineiam a continuidade do uso daquilo que deveria estar na esfera dos direitos e se torna elemento da cidadania consentida ainda em vigor.

Na medida em que, na década de 1970/80, inicia-se uma recusa desse tipo de cidadania e a sociedade começa a exigir direitos, surge o confronto com as novas determinações mundiais, como desenvolvemos nos capítulos anteriores. Esse fato, ao mesmo tempo em que colocou as contradições em outro patamar, também esteve contra-restado às relações autoritárias agora mais aprofundadas por uma extensão do mundo da mercadoria que na implosão-explosão da cidade marca a sociedade urbana.

Segundo Telles, nos tempos atuais, após toda a efervescência das décadas de 1970/80 e muitos dos processos que acentuaram a crise urbana com o avanço de uma urbanização pautada na nova pobreza, engendrava não somente desmontes de direitos conquistados. Havia também uma ação de deslegitimação de caminhos políticos possíveis, como a luta por direitos e pela cidadania. Nas palavras da autora,

“o desmanche, ora em curso, para usar os termos de Schwarz, não diz respeito à demolição de direitos que, aqui em terras brasileiras, nunca chegaram a se consolidar como referência de uma ‘norma civilizada’ nas relações sociais. Mas é o desmanche de um horizonte e de um conjunto de referências a partir dos quais a cidadania era (e ainda é) formulada como uma aposta política possível.” (Telles:2001:140)

Somada a essa perspectiva e também considerada como uma das determinantes das relações sociais, a produção do espaço urbano é produto das contradições da sociedade brasileira com suas especificidades. Se esse tipo de produção se torna fundamental para o avanço e superação das barreiras dos processos de acumulação produzindo um espaço mundial, ao se realizar ao nível do país, arrasta muitas das formas de subordinação dos moradores inseridos precariamente ao longo da historicidade brasileira. Por um lado, na mercantilização do espaço e da cidade, as práticas autoritárias do Estado se acentuam em prol dos setores da economia e muitas vezes são transvertidos em um discurso de crescimento. Por outro, o aprofundamento das desigualdades, da segregação socioespacial e dos impedimentos à riqueza produzida socialmente, impõem estratégias de manutenção das relações de produção. Assim, se esboçam a relação contraditória, a apropriação e a dominação do espaço.

A cidadania consentida colabora de sobremaneira para a imposição da tendência da produção do espaço no Brasil. Ela acentua a crise urbana. Nela, se pressupõe o autoritarismo do Estado patrimonialista, a reprodução dos favores e do clientelismo minando as solidariedades. Mesmo passado as experiências de politização da vida cotidiana por meio dos espaços de sociabilidades em que se recolocam novas questões a serem enfrentadas, nas mudanças em todos os níveis nas décadas seguintes, a formação de um espaço abstrato produzido pelas representações acerca dele levou à permanência dos conteúdos desse tipo de cidadania. Há uma continuidade desse processo no avanço da urbanização contemporânea especificamente brasileira.

Simultaneamente, um de seus aspectos da permanência da cidadania consentida é a retração e coerção dos espaços de conflitos. Tais espaços se produzem a partir dos conflitos entre as diferentes estratégias dos sujeitos e redundam na emergência dos conflitos espaciais revelando contradições. Nos espaços de conflitos a resistência adquire maior expressão na cidade, as representações espaciais e seus discursos, o autoritarismo em uma dimensão ao nível público supera a esfera do privado. No espaço de conflito, há o embate entre o concebido e o vivido. Mas, principalmente, é nele onde se transforma no local espaço-temporal das experiências de conscientização dos moradores sobre a qualidade da resistência diante das cadeias lógicas impostas sobre eles e que vão empobrecendo a vida na cidade.

A retração do espaço de conflito é reforçada pelo esgarçamento das relações sociais que na intensificação da fragmentação espacial impede a reunião para a constituição de identidades concretas, pautadas não apenas por relações mercantis, mas, sobretudo, por uma sociabilidade que não nega a presença do outro e não o veja como estranho.

Embora com reiteradas estratégias de sufocamento dos espaços de conflitos eles emergem. A vida cotidiana na cidade, cada vez mais empobrecida, faz produzir sua negatividade (resistência), mesmo absorvida por muitas ambiguidades. Talvez possamos compreender a situação atual dos movimentos sociais pela perspectiva dessa reatualização das práticas que reforçam e restituem a cidadania consentida em um momento novo da história, no qual o consumo cooptou grande parte da vida e a nova pobreza alcançou patamares gigantescos.

Podemos considerá-la como um ponto de partida para se entenderem as continuidades que atravessam a vida social e política da sociedade brasileira, principalmente na compreensão dos desafios atuais entre a passagem das reivindicações

dos movimentos sociais para a transformação delas em políticas públicas, bem como construir uma reflexão sobre a retração dos movimentos e organizações sociais que estiveram como protagonistas na denúncia dessa sociedade sem direitos.

Portanto, a dimensão que Telles nos propicia compreender em sua análise sobre pobreza e cidadania, é de como elas não apenas estão no plano do material, mas principalmente, servem a um processo de controle político e social que reforça uma pobreza para além da materialidade, principalmente, sustentam a dominação do espaço. Martins também aponta este processo ao considerar as reflexões de Lefebvre (1996:19),

“O fato de que a humanidade do homem se objete nas realidades que ele cria e que ele se cria na mediação de tais objetivações abre um abismo entre ele e sua obra, condição da demora entre a criação da possibilidade da sua humanização crescente e essa mesma humanização. A pobreza, nessa reinterpretação de Lefebvre, ganha um significado bem diverso da concepção limitada de pobreza material que era característica da época do Marx. A pobreza é pobreza de realização de possibilidades criadas pelo próprio homem para sua libertação das carências que colocam aquém do possível. Numa sociedade e num tempo de abundância possíveis, inclusive e especialmente abundância de tempo para desfrute das condições de humanização do homem, em que a necessidade de tempo de trabalho é imensamente menor do que era há um século, uma das grandes pobreza é a pobreza de tempo.”

O contínuo exercício da cidadania consentida se perpetua com maior acento num período de consolidação de uma sociedade de consumidores na qual a transformação dos direitos, que não chegaram nem a se concretizarem, se consubstanciam em mercadorias. A nova pobreza acompanhada do esboroamento de espaços de conflitos devido retração dos espaços de sociabilidade, repõe o questionamento da continuidade dos termos da cidadania consentida, bem como nos exige o esforço de não tratarmos a cidadania como um direcionamento político perdido. A ótica é reconstruir o significado da cidadania. Aqui procuramos colaborar, por meio da compreensão da produção do espaço, situando que a permanência da cidadania consentida ratifica a cisão entre apropriação e dominação do espaço. Isso adquire maior importância na análise da luta pelo espaço direcionando a busca por uma nova cidadania e repondo questões da problemática urbana no plano do pensamento como da prática sob a orientação da formação de um país da periferia do capitalismo.

A luta pelo espaço possui como centro essa construção pela nova cidadania. Pensada na pesquisa como aquela referente ao direito à moradia e, especificamente, à segurança da posse, são práticas socioespaciais que contêm a potência de produzir

espaços de conflitos mesmo que permeadas pelos limites atrelados à lógica da cidadania consentida. A qualidade delas reside nessa resistência inerente e que pode ou não se transformar em profundos questionamentos sobre os termos da urbanização.

Diante disso, apontamos que dentre os passos possíveis para se pensar os termos da nova cidadania é de nos debruçarmos sobre o significado dessa contradição entre apropriação e dominação do espaço e as lutas atuais produzidas, mas, sobretudo, termos como direção que estas últimas são o germe para a constituição da prática socioespacial que abram e potencializem as fissuras existentes nas tendências lógicas e hegemônicas. Como posto nas palavras de Padua (2012:126) “*A nova cidadania consiste em fazer as decisões práticas descerem ao nível do vivido, ao âmbito da participação direta, ou seja, tirar do Estado o monopólio das tomadas de decisão.*”

A busca da nova cidadania, tanto no plano do pensamento como da prática, também nos orienta a pensar os termos do direito à cidade.

A Apropriação e Dominação do Espaço

Na tendência lógica da produção do espaço urbano especificamente capitalista, os espaços-tempos pouco a pouco integrados e aqueles precariamente integrados vão sendo impregnados de estratégias com a finalidade produtiva. No plano do econômico se traduz na tentativa de superação de barreiras da acumulação e sua maximização, no plano político se nega os espaços de conflitos e ao social há o impedimento do uso, sobretudo ao acesso à cidade .

Na perspectiva de uma cidadania consentida e na importância que a produção do espaço possui atualmente, ao transformar o espaço em instrumental mediado pela perpetuação das relações assistencialistas e clientelistas, há um aprofundamento da cisão entre apropriação e dominação do espaço, no qual a apropriação é submetida ao domínio resultando no alargamento da crise urbana. Se antes apropriação e dominação eram processos simultâneos para transformar a natureza por meio do trabalho em recurso para a vida, a qualidade deste último muda e, desse modo, as implicações sobre ele direcionam a uma cisão.

A cisão é posta por Damiani (1999:126) como uma contradição do espaço no sentido de compreender que estes termos em nossa época se realizam deteriorando-se “*domínio, sugerindo devastação; apropriação, definindo empobrecimento das relações sociais*”. Esse processo se realiza na e pela produção do espaço que define por meio da

propriedade privada as coerções e impedimentos dos acessos. Como Seabra (1996:71) sugere “*A crítica radical implicada no conceito de apropriação esclarece a propriedade, no limite, como não-apropriação, como paródia, como caricatura, como restrição à apropriação concreta.*” E acrescentamos, ela esclarece o domínio do espaço. Nela está contido o núcleo da expropriação dos moradores da cidade, pois “*a apropriação esta sempre em vias de expropriação.*” (Seabra:1996:77). Assim, se constitui uma sociedade de consumo na qual a politização do cotidiano se ressent e abre para uma normatização profunda.

Essas deteriorações vão se avolumando na constituição de uma sociedade urbana reduzida às determinações do consumo e fundamentalmente para aquela sem direitos. A sociabilidade determinada a cada dia pelas relações fundamentadas na propriedade privada da riqueza reduz em fragmentos os espaços-tempos calcados em solidariedades e, o uso, ato da apropriação, se torna normatizado e regulado pela contínua integração à cotidianidade.

Como bem apresenta Bensaid (2004), estamos na era da mercantilização e privatização do mundo. Isso engendra um modo de vida, uma sociabilidade, que incorpora e determina o ato da apropriação. Para o autor, isso gera uma crise social, sobretudo, porque proporciona uma concorrência entre todos corroendo os laços de sociabilidade. Como exposto por Carlos (2011:42) “*A apropriação enquanto atividade essencialmente humana, realizada em torno do ser humano, e nele engloba o corpo, seus sentidos, sensibilidades, necessidades, sonhos.*” Essa apropriação se faz reduzida nos limites impostos pelo domínio do espaço com as estratégias para o avanço da lógica de mercado e, portanto, uma homogeneização das relações sociais, degradando a solidariedade.

Na medida em que a degradação da apropriação está em curso, seu par dialético, a dominação, avança ao mesmo tempo em que deteriora seu sentido original. Se antes a dominação se relacionava à necessidade da humanidade em obter da natureza as condições materiais para sobreviver, hoje, ela se reduz às estratégias de privatização da riqueza produzida e, em destaque, do espaço urbano e da cidade.

Na ótica da produção do espaço, este processo atinge profundamente os espaços públicos, como os de conflito, que vão também se reduzindo à privatização que segue avançando a todo vapor. No Brasil, de acordo com a formação social em que o público e o privado se mesclam, a relação entre domínio e apropriação do espaço se conduz sob marcas ainda mais profundas. As insistentes construções políticas e sociais que

continuamente impedem e deslegitimam grande parte dos moradores da cidade nas decisões, como explicitamos no exercício da cidadania consentida, traçam com mais vigor a degradação da apropriação.

Do ponto de vista das resistências, na produção do espaço, as implicações sobre a apropriação diretamente redundam no esfacelamento de condições que possam sobrepujar a tendência hegemônica. Assentada no fato de que a lógica da mercantilização determina a sociabilidade e, por sua vez, o percebido, os direitos relativos à possibilidade de apropriação da riqueza produzida socialmente é igualmente escamoteada, transformando uma racionalidade que exige que temas como moradia, educação e saúde devam ser mediados pelo ato da compra.

Nessa visão, se formam declarações que reforçam a repreensão daqueles que lutam pelo espaço como direito e criam barreiras sobre as resistências dos moradores expropriados. A ocupação de terra, as lutas por direitos, a exigência da participação da sociedade nas políticas públicas, vão sendo rechaçadas como um ato que rompe com a “moral” dada pela mercantilização. Simultaneamente, a apropriação atravessada pela propriedade privada gera e reforça a dominação sobre o espaço. Ai reside a importância das práticas da resistência, pois no momento da reivindicação por itens essenciais, ademais de denunciar a expropriação, há também o questionamento da racionalidade atualmente atribuída à privatização.

Embora, a tendência seja a intensificação do domínio do espaço submetendo a apropriação, as experiências em torno de lutas como a que nos debruçamos na pesquisa permitiu compreender o quanto elas são determinantes para a aquisição da consciência diante os sucessivos processos de expropriação na e da cidade. Ianni (1982:29), ao discutir os processos de alienação em Marx, repõe o papel das experiências da vida cotidiana que poderá promover a compreensão das hierarquias nas quais a sociedade está submetida. Claro que ele trata especificamente sobre os operários, mas consideramos que isto também é uma reflexão significativa quando temos uma intensificação da proletarianização da sociedade. Como ele menciona,

“Á medida que socializam as suas experiências comuns, no contexto das suas relações de trabalho e das suas experiências de vida cotidiana, os operários compreendem de modo cada vez mais claro o caráter alienado e antagônico da sua condição. (...) a classe operária não se constitui apenas porque o regime capitalista se desenvolve; ela se forma na medida em que luta contra as relações de alienação em que se acha inserida. É no curso dessa luta que ela acaba por identificar toda a hierarquia dos seus inimigos, até compreender o

Estado burguês como núcleo do regime em que funda a sua alienação.”

Ao nível do vivido, observamos os ganhos na experiência com a luta pela segurança da posse, que enfrentava o “império draconiano” da propriedade privada da terra como condição de realização da vida. Os moradores confrontavam-se com as camadas de normatizações da vida urbana, seja pelas leis, seja pelo ato da violência das remoções, seja pela repreensão da sociedade alicerçada nas representações espaciais. As experiências de luta pelo espaço imersas nos jogos de uma produção do espaço alienada em que a produção socializada e apropriada privadamente se realiza sob o aprofundamento da dominação sobre o espaço, aparecem como momentos possíveis de reconhecer desigualdade diante da situação na cidade.

As lutas reivindicativas estão situadas nos limites da sobrevivência, principalmente por proporcionarem uma experiência coletiva e trazerem possibilidades de, ao reconhecer-se no outro, ao nível do vivido, aproximarem-se da consciência da injustiça. Tal consciência se efetua no insistente embate com as estratégias de domínio.

Afirmamos que o papel relevante das ações, como as lutas urbana pela segurança da posse, mesmo sob as armadilhas dos títulos e dos contratos estabelecidos com o poder público, bem como da cotidianidade pela qual a sociedade urbana se submete, reside na construção ou retomada de sociabilidades que articulem uma apropriação que supere a lógica da mediação da mercadoria.

Ao perguntar a lideranças e moradores sobre a importância de participarem e conquistarem a concessão de uso, muitas são as respostas, já que elas estão de acordo com os atuais processos que os lugares passam. Em Nova Guarapiranga, alguns deixaram explícito a sensação da injustiça pela expulsão para construção de um parque, mas mencionavam que eles não eram “fora da lei” pois sempre trabalharam. Já em Abatia, descobriram que havia leis que auxiliavam na luta pelo espaço e a partir delas acionaram os mecanismos para permanecer no terreno ocupado. Em Maria Cursi, a experiência dos espaços de sociabilidade e o encontro com o MDF para a luta pela segurança da posse abriu caminhos para se desmontar representações sobre o espaço da favela.

Todavia, uma aprendizagem se fez ao longo da conquista e que atualmente os colocam diante de outros desafios. Como explicitado abaixo, participar da conquista de uma reivindicação ao longo de cada momento significou para alguns a superação da lógica privatista e da sociabilidade imposta pelas determinações da troca que fragmenta

as relações sociais ao fragmentar o espaço. Laços foram reforçados e representações espaciais foram desfeitas.

“Pra eu te falar o que representa: Pra mim foi uma coisa muito boa, aprendizado, crescimento, humanização. Sabe, você se sentir mais humana, você sentir presente na vida do outro, você trazer o outro a você. Nessa questão da liderança construí muitos amigos, conheci a favela com os moradores. Conhecer não só de organização, mas conhecer seus problemas. Acompanhar essas famílias que tinha filhos com problema com droga. Então, ensinar a fazer curativo, ajudar a dar banho em recém-nascido. Ajudar na higienização dentro da favela. Conscientizar o direito de cada um, como mulher, como pessoa, como cidadão. Então, acho que foi um aprendizado. Eu acho que cresci com a Maria Cursi. E hoje eu posso te dizer que morar na favela me tornou uma pessoa melhor.”

“Na minha eu ganhei muita experiência, muitos amigos e também inimigos. Até a visão pessoal da gente. Até quando... ela perguntou da vinda da gente pra favela, sabe que eu achava da favela, que a favela só morava gente doente (...) aí eu vi que a favela não era nada daquilo que eu pensava e que o pessoal falava. Eu nunca tive vergonha do lugar onde mora. Onde você mora: na favela Maria Cursi.”

Harvey (2005:217) também acena sobre como estes tipos de movimentos vão se realizando como a via possível para superar muitas das estratégias que a cada dia se sobrepõem com maior força,

“Os movimentos em torno dos direitos humanos, do meio ambiente e das condições da mulher ilustram as possíveis vias pelas quais a ação política pode ser construída (assim como algumas das armadilhas para tais ações), para ligar, por um lado, a microescala do corpo e do pessoal, e por outro, a macroescala do global e do político-econômico.”

Pelo olhar sobre a realidade de um país da periferia do capitalismo, em que as relações de desigualdade entre classes continuamente são apresentadas como naturais pela não construção de uma sociedade de direito e reforçada pela lógica do consumo e da concorrência, as lutas urbanas, mesmo atravessadas pelas determinações autoritárias ainda não devem perder a cidadania como noção política que evidencia a dominação sobre o espaço. De acordo com Telles (2001), *“das práticas de cidadania que se faz a passagem da natureza para a cultura, tirando o outro do indiferenciado e inominado, elaborando sua(s) identidade(s), construindo o(s) seu(s) lugar(es) de pertencimento e integrando-os por inteiro nesse espaço em que a experiência do mundo se faz como história.”*

Na busca pelo direito à cidade

Ainda que pese o fato das contradições em torno do processo de produção da cidade e da resistência, é nesta que residem os elementos que levam à não realização plena das lógicas hegemônicas. Os conflitos aparecem em muitos lugares e as experiências para alcançar o sentido de injustiça aparecem nos interstícios das cidades.

Assim, a luta pela segurança da posse ademais de ser considerada uma prática somente circunscrita a uma reivindicação isolada, traz em seu bojo a denúncia das expropriações, das explorações, das expulsões revelando que no avanço da urbanização a segregação socioespacial se generaliza.

Embora as reivindicações e os processos de luta pelo espaço nos revelem e denunciem a produção da desigualdade e da segregação socioespacial, eles ainda contêm muitas contradições espaciais. As contradições engendram novas reivindicações, mas atreladas aos mecanismos próprios da produção e reprodução do espaço. As relações sociais que promovem a superação do empobrecimento da apropriação ainda estão profundamente presentes. Os desafios postos pela nova pobreza e no contexto da cidadania consentida estão no corpo da proletarianização da sociedade urbana aprofundando a crise urbana. As vozes dissonantes dos movimentos ingressam num período no qual a criminalização se espraia, as representações do espaço tanto para venda dele, quanto para o controle sobre ele, são agudas. Isto é um dos sinais que aponta a intensificação da desigualdade.

No entanto, o âmbito do direito à cidade compreendido como uma mudança significativa nas relações sociais para dessa forma repor as condições de produção de um espaço em que a apropriação se realize em sua plenitude ainda carece de longo caminho. Para Lefebvre (2010:134) “*O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (a atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.*”

A intenção de expor o terceiro termo como apropriação do espaço significa repor que estamos mergulhados numa profunda crise e que as reivindicações são base para questionamentos delas. A apropriação do espaço – ainda não realizada - aparece como projeto fundante para uma nova cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Ela está no horizonte – diz Fernando Birri. – Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para caminhar: para que eu não deixe de caminhar.”¹

A luta pela segurança da posse e sua transformação em política de regularização fundiária nos fornece algo mais do que um processo de institucionalização de uma reivindicação. Ela revela o esforço e os desafios dos moradores da cidade em reproduzirem as suas vidas em meio a generalização da segregação socioespacial. Expõe as transgressões e resistências que se avolumam, mesmo que estejam imersas em ambigüidades ainda mais profundas decorrentes das atuais mudanças estruturais da economia. As transgressões e resistências são o possível de uma sociedade que segue reproduzindo o autoritarismo em todos os planos e não se efetiva os direitos. Este fato resulta em camadas de injustiças que cada habitante sofre no cotidiano de suas vidas.

A paisagem desigual e a morfologia diferenciada são formas produzidas e que corroboram com a reprodução das injustiças carregando em si um modo de vida pautado na segregação socioespacial generalizada. Elas são produzidas conforme o aprofundamento da sociedade de consumo e que se consolida a cada dia num país da periferia do capitalismo. No trajeto de pesquisa, foram elas o ponto de partida e agora são o ponto de chegada, na medida em que procuramos desvelar as relações que as produziram e como estas formas ganham representação na sociedade.

Na idéia da exposição por meio de uma tríade (segregação socioespacial-resistência-apropriação do espaço) também se buscava revelar não apenas processos presentes, mas esteve orientado por um projeto de reflexão sobre a superação das relações que atualmente produzem o espaço, ao denunciar a impossibilidade da apropriação do espaço pela precarização do uso e também de acesso à cidade fundamentada na propriedade privada. Era por em evidência as contradições uso e troca e apropriação e dominação do espaço denunciando que elas são intrínsecas às relações permeadas pela racionalidade capitalista. Por isso, mesmo na conquista de reivindicações, fundamentais para os moradores de favelas, como a segurança da posse, a luta pela moradia e pelo espaço é permanente, pois as relações de desigualdade que fundam nossa sociedade de classe se conservam.

¹ Eduardo Galeano. **Janela sobre a Utopia**. In: Palavras Andantes de Eduardo Galeano, p. 310.

Apontamos que os limites das políticas públicas, principalmente aquelas diretamente relacionadas às intervenções sobre o espaço, não são apenas fruto de um planejamento e gestão da cidade. Esta visão está atrelada a interpretação de que o espaço é somente um objeto a ser organizado, um vazio a ser preenchido, uma forma sem conteúdo e disposto conforme os objetivos dos sujeitos implicados na sua organização geométrica. Na pesquisa, a intenção foi a de questionar este sentido posto ao espaço e evidenciar que o cerne da questão é a compreensão de sua produção e reprodução no mundo contemporâneo. Nesse sentido, procuramos por meio da produção do lugar, explicitar as estratégias, tanto dos moradores, como do poder público, para colocar em relevo o conflito inerente nas relações para produzir o espaço. São estas relações, sempre em movimento, que dão a qualidade contraditória do espaço e compreendemos que somente na transformação delas podemos produzir um espaço diferencial, isto é, aquele que possibilite a apropriação em seu sentido pleno. Se há “limites”, eles se localizam justamente inerentes a este tipo de produção.

A pesquisa não pretendeu servir de um emaranhado de sugestões para superar os limites das políticas públicas, mas objetivou ser uma reflexão para ser debatida junto à sociedade, pois acreditamos que as mudanças que superarão as relações atuais e que produzem tais contradições espaciais, se farão através da organização daqueles que diariamente se confrontam com o empobrecimento da vida na cidade. Para este caminho, em que também estamos envolvidos como cidadãos, se realiza com passos que tentam desmistificar as ações estatais e as ideologias que encobrem os fundamentos da produção capitalista do espaço.

Nessa direção, pretendemos que as reflexões postas ao debate (e que com a certeza sabemos que carecem de mais desenvolvimento) tenham contribuído para o entendimento de um aspecto da problemática urbana, aquela relacionada às lutas urbanas num país da periferia do capitalismo e, desse modo, instigar a compreensão do papel da produção do espaço nesses processos.

São nas lutas urbanas como estas, pela segurança da posse, que não deixam apagar as possibilidades de refazer os caminhos e reelaborar consciências para a busca de um horizonte marcado por uma utopia.

BIBLIOGRAFIA

- A BARCELONA LA PARTICIPACIÓ CANTA. Fevereiro, Barcelona, 2008. Disponível em: < http://straddle3.net/participacio/080220_participacio_canta_0.2.pdf>.
- ALFONSÍN, Betânia de Moraes. **A política urbana em disputa: desafios para a efetividade de novos instrumentos em uma perspectiva analítica do direito urbanístico comparado – Brasil, Colômbia e Espanha.** tese de doutorado, IPPUR, Rio de Janeiro, 2008.
- ALFONSÍN, Betânia. **O significado do Estatuto da Cidade para os processos de regularização fundiária no Brasil.** Porto Alegre, s/d.
- ALFONSIN, Betânia; e FERNANDES, Edésio. **Direito à Moradia e Segurança da Posse no Estatuto da Cidade: Diretrizes, instrumentos e processos de gestão.** Belo Horizonte: Editora Fórum, 2004.
- ALFREDO, A. **A luta pela cidade na metrópole de São Paulo : do projeto à construção da Avenida Água Espraiada.** 1999, 189 p. (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.
- ALVES, Glória da Anunciação. **O uso do centro da cidade de São Paulo e sua possibilidade de apropriação.** São Paulo: Labur Edições/GESP/USP, 2007. Disponível em: <<http://www.gesp.fflch.usp.br.htm>>.
- ARANTES, O.; MARICATO, E.; VAINER, C. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2000, 192 p.
- ARANTES, Pedro Fiori. **O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas,** dissertação de mestrado, Faculdade Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, São Paulo, 2004.
- AYUNTAMIENTO DE BARCELONA. **Plan de Vivienda de Barcelona: 2008-2016,** 2008. Disponível em: <http://www.bcn.es/habitatge/esp/bcn_pla_pla.shtml>.
- BAITZ, Ricardo. **A propriedade contra a posse e a propriedade.** Geousp – Espaço e Tempo, número 22. São Paulo, 2007.
- BAITZ, Ricardo. **A propriedade e a sustentabilidade em áreas de mananciais: problema econômico, ambiental ou social?,** Simpgeo-SP, UNESP, Rio Claro, 2008. Disponível em: < <http://www.rc.unesp.br/igce/simpgeo/322-331ricardo.pdf>>.

BAITZ, Ricardo. **Uma aventura pelos elementos formais da Propriedade**: nas tramas da relativização, mobilidade e abstração, à procura da contra-propriedade, tese de doutorado, DG-FFLCH-USP, 2012.

BANCO MUNDIAL. **Política urbana y desarrollo económico**: Um programa para el decênio de 1990: Un documento de políticas Del Banco Mundial. Washington D.C, 1992.

BENACH, N.; TELLO i ROBIRA, R. **En los intersticios de la renovación**: estrategias de transformación del espacio y flujos de población en Barcelona. Revista de Geografía, Barcelona, n. 3, pp. 93-113, 2004. Semestral.

BENSAID, D. **Cambiar el mundo**. Madrid: Catarata, 2004, 171 p.

BENSAID, Daniel. **Resistencias**. Ensayo de Topología General. España:El Viejo Topo, 2001.

BIER, Alice Gail. **Crecimiento urbano y participación vecinal**. Madrid; Centro de Investigaciones Sociologicas, 1980.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, 342 p.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Buenos Aires; Siap, 1975.

BRITO, Monica Silveira. **Modernização e tradição**: urbanização, propriedade da terra e credito hipotecário em São Paulo na segunda metade do século XIX. tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 2006.

BURGOS, Rosalina. **Periferias urbanas da metrópole de São Paulo**: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. tese de doutorado, DG-FFLCH-USP, São Paulo, 2008.

BUSQUETS, Joan. **Barcelona**: la construcció urbanística de una ciutat compacta. Barcelona; Ediciones del Serbal, 2004.

CABANES, R., GEORGES, I., RIZEK, C. S. e TELLES, V. da S. (orgs.). **Saídas de emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011, 478 p.

CALDAS, Nisimar Martinez Perez. **Os novos instrumentos da política urbana**: alcance e limitações das ZEIS, tese de doutorado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, São Paulo, 2009.

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000, 400 p.

- CAPEL, H. **Capitalismo y morfología urbana en España**. Barcelona: Círculo de Lectores, 1990, 151 p.
- CAPEL, Horacio. **La morfología de las ciudades: sociedad, cultura y paisaje urbano** de Horacio Capel. Barceloan: Círuclo de Lectores, 2002.
- CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do Espaço Urbano**. São Paulo: Edusp, 2008, 272 p.
- CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Contexto, 2001, 368 p.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004, 154 p.
- CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996, 150 p.
- CARLOS, A. F. A., DAMINAI, A., SEABRA. O. L. S., **O espaço no fim do século: a nova raridade**. Geousp Abordagens. São Paulo; Contexto, 1999.
- CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. (orgs.). **Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo: Contexto, 2005, 159 p.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo; Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A segregação como fundamento da crise urbana**. In: Panorama da Geografia Brasileira nº02, org. silva, J. B., Lima, L. C., Dantas, E. W.C, ANPEGE, Editora Annablume, 2006.
- CARVALHO, Elza Maria Braga. **O vão entre a cidade fática e a cidade legal: o processo de regularização fundiária em São Paulo**. dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, São Paulo, 2002.
- CAVALCANTE, Gustavo Carneiro Vidigal. **Uma concessão ao passado** trajetórias da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Sociologia-FFLCH-USP, São Paulo, 2006.
- COHRE. **Especial sobre la tenencia de la tierra**. Boletín Derecho a La Vivienda e en la Ciudad en la America Latina, 2009.
- DAMIANI, A. L. **A cidade (des)ordenada: concepção e cotidiano do conjunto habitacional Itaquera I**. 1993. 358 p. Tese (Doutorado em Geografia) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 1993.
- DAMIANI, Amélia Luisa. **Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo**. In: Carlos, A. F. C. & Oliveira, A. U., Geografias de São Paulo: Representação e Crise da Metrópole. São Paulo; Contexto, 2004.
- DAMIANI, Amélia. **A crise da cidade: os termos da urbanização**. In: Carlos, A. F. A.,

- DANDREA, Tiaraju Pablo. **Nas tramas da segregação o real panorama da polis.** dissertação de mestrado, FFLCH – Sociologia, São Paulo, 2008.
- DAVIS, Mike. **Planeta Favela.** São Paulo; Boitempo, 2006.
- DE SOTO, Hernando. **O mistério do Capital.** São Paulo; Record, 2001.
- DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa:** Fraude y miseria del ‘Modelo Barcelona’. Madrid; Catarata, 2010.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 215 p.
- ENGELS, F. **A questão da habitação.** Belo Horizonte: Aldeia Global Editora, 1979, 76 p.
- ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008, 388 p.
- FARIA, Camila Salles de. **A integração precária e a resistência indígena na periferia da Metrópole.** dissertação de mestrado, Departamento de Geografia – USP, São Paulo, 2008.
- FEDERACIÓ D’ASSOCIACIONS DE VEINS DE BARCELONA. **Quaderns de Carrer** n: 15 anys. Barcelona, 2007.
- FERNANDES, Agnes. **Instrumentos de política fundiária** – o técnico e o político na questão do uso do solo, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP, São Paulo, 1993.
- FERNANDES, Edésio. **Do Código Civil ao Estatuto da Cidade** algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. URBANA, jan. 2002, vol.7, no.30, p.43-59. ISSN 0798-0523.
- FERNANDES, Edésio. **Políticas de regularização fundiária:** confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas, s/d. Disponível em: <<http://cinder.artissoftware.com/wpcontent/uploads/file/DocumentosFortaleza/Fernandes.pdf>>.
- FERNANDES, Edésio. **Regularización de asentamientos informales en America Latina.** Lincoln Institute of Land Policy; Cambridge, 2011.
- FIX, Mariana. **Parceiros da Exclusão.** São Paulo; Boitempo, 2001.
- GARNIER, J. P. **Contra los territorios del poder:** por un espacio público de debates y... de combates. Barcelona: Virus Editorial, 2006, 173 p.

GARNIER, Jean-Pierre. **Del derecho a la vivienda al derecho a la ciudad: ¿De qué derechos hablamos... y con qué derecho?**. Coloquio apresentado na Universidade de Barcelona. Barcelona, 2010.

GARNIER, Jean-Pierre. **Planificación urbana y neoliberalismo en Francia**. Colóquio apresentado na Universidade de Valladolid. Valladolid, 2011.

GARNIER, Jean-Pierre. **Trenta objeciones**. Geocritica. Barcelona, 2010. Disponível em:

GARNIER, Jean-Pierre. **Voies et moyens pour le retour d'une pensée critique « radicale » de l'urbain**. Coloquio apresentado Journées de la Fondation de recherches marxistes. Madri, 2011.

GEORGE, Pierre. **Geografia da Desigualdade**. Barcelona: Oikos-TAU, 1983.

GESP – Grupo de Estudos Sobre São Paulo. **Relatório de Pesquisa CNPq: A reprodução do espaço como reprodução**. São Paulo; 2010. Disponível em: <<http://www.gesp.fflch.usp.br.htm>>.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo; Loyola, 1991.

HARVEY, D. **Los límites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990, 469 p.

HARVEY, D; SMITH, N. **Capital financiero, propiedad inmobiliaria y cultura**. Barcelona: Museu D'Art Contemporani de Barcelona; Servei de Publicacions de La Universitat Autònoma de Barcelona, 2005, 78 p.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo; Hucitec, 1980.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26a. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, 220 p

IANNI, Octavio. **Marx**. São Paulo; Ática, 1982.

IMPARATO, Ellade. **A possibilidade de regularização fundiária na área da reserva do Guarapiranga**: o caso de Nova Guarapiranga I e II, Artigo publicado na Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico nº 20 - Out/Nov de 2008.

INSTITUTO PÓLIS. **A perspectiva do direito à cidade e da reforma urbana na revisão da Lei do Parcelamento do Solo**. São Paulo; 2008.

INSTITUTO PÓLIS. **Habitação**: Avaliação da política municipal. São Paulo; 2002

INSTITUTO PÓLIS. **Manual de Regularização Fundiária**. São Paulo; 2006.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, 202 p..

KOWARICK, Lucio. **Escritos urbanos**, Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1993.

KOWARICK, Lucio. **As Lutas Sociais e a Cidade**, São Paulo; Paz e Terra, 1994.

- LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo**: estudo de Geografia Urbana. Rio de Janeiro : Instituto Brasileiro de Geografia, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971, 354 p.
- LEFEBVRE, H.. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea” do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. Belo Horizonte: 2006, mimeo.
- LEFEBVRE, H.. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999, 178 p.
- LEFEBVRE, H.. **Capítulo IV - Psicologia das classes sociais**. Geosp, São Paulo, n.17, pp. 21-41, 2005.
- LEFEBVRE, H.. **De l’Etat**. Paris: Unión Générale d’Éditions, 1976-1978, 4 v.
- LEFEBVRE, H.. **De lo rural a lo urbano**. 2ª. Ed. Barcelona: Ediciones Península, 1973a, 268 p.
- LEFEBVRE, H.. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008b, 192 p.
- LEFEBVRE, H.. **La presencia y la ausencia**: contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 2006, 305 p.
- LEFEBVRE, H.. **La survie du capitalisme**: la re-production des rapports de production. Paris: Éditions Anthropos, 1973b.
- LEFEBVRE, H.. **La vida cotidiana en el mundo moderno**. Madrid: Alianza Editorial, 1972, 255 p.
- LEFEBVRE, H.. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991, 145 p.
- LEFEBVRE, H.. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1979, 141 p.
- LEFEBVRE, Henri. **A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial: causas e efeitos**. São Paulo; Editora Documentos, 1968.
- LEFEBVRE, Henri. **A re-produção das relações de produção**. Porto; Escorpião, 1978.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo; Ática, 1991.
- LIMA, Daniela Batista. **Do medo da violência à ‘condominização’ das cidades brasileiras**: sobre as conseqüências sócio-espaciais da modificação da legislação federal de parcelamento do solo urbano. dissertação de mestrado, Escola de Arquitetura – UFMG, Belo Horizonte, 2008.
- LIMA, Sergio de Souza. **Processo de urbanização e política urbana**, In: Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro; CEDEC/Paz e Terra, 1985.

- LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fonte, 1997, 359 p.
- LÓPEZ, Isidro; RODRIGUEZ, Emmanuel. **Fin de ciclo**: financiarización, territorio y sociedad de propietarios en la onda larga del capitalismo hispano (1959-2010). Madrid: Observatorio Metropolitano; Traficantes de Sueños, 2010.
- LOPEZ, Miguel Martinez. **Okupaciones de viviendas y de centros sociales**: autogestión, contracultura y conflictos urbanos. Barcelona; Versus Crônica, 2002.
- LÓPEZ, Miguel Martinez; ARGILÉS, Ramón Adell (coords.). **?Dónde están las llaves?** El movimiento Okupa: prácticas y contextos sociales. Madrid; Catarata, 2004.
- MARICATO, Ermínia. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis; Vozes, 2011.
- MARICATO, Ermínia. **Questão fundiária urbana no Brasil e o Ministério das Cidades**, texto disponibilizado no site do Labhab – FAU – USP, 2005. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/maricato_questaofundiaria.pdf>.
- MARQUES, Eduardo; TORRES, Haroldo (org.), **São Paulo**: Segregação, Pobreza e Desigualdades Sociais. São Paulo; Senac, 2005.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2003. 140 p.
- MARTINS, J. de S. **Capitalismo e tradicionalismo**: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975, 161 p.
- MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis; Vozes, 2003.
- MARTINS, Jose de Souza. **O Cativo da terra**. São Paulo; Hucitec, 1998.
- MARTINS, Jose de Souza. **O poder do atraso**: ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo; Hucitec, 1994.
- MARX, K. **A origem do capital: acumulação primitiva**. São Paulo: Global, 1981.
- MARX, K. **Elementos Fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse) 1857-1858. México: Siglo Veintiuno, 1977, vol. 1 e 2.
- MARX, K. **Formaciones económicas precapitalistas**. México: Siglo veintiuno editores, 2004, 119 p.
- MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1983, (vol. I).
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 119 p.

- MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente**: Movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis; Vozes, 2001.
- MIELE, Sávio de Freitas. **O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo**. dissertação de mestrado, , DG-FFLCH-USP, São Paulo, 20.
- MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E PUC – SÃO PAULO. **Relatório Final de pesquisa** conflitos coletivos sobre a posse e a propriedade urbana e rural. Série Pensando o Direito, projeto PNUD, São Paulo/Brasília, 2009.
- MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Regularização Fundiária**: referências conceituais. Brasília, 2007.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec; Polis, 1984.
- OLIVEIRA, Francisco. **Acumulação monopolista, Estado e urbanização**: a nova qualidade do conflito de classes. In: Contradições urbanas e movimentos sociais. Rio de Janeiro; CEDEC/Paz e Terra, 1985.
- PADUA, R. F. **Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo**. São Paulo, 2007. 159 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2007.
- PADUA, Rafael Faleiros de. **Produção e consumo do lugar**: espaços de desindustrialização na reprodução da metrópole. tese de doutorado, DG-FFLCH-USP, São Paulo, 2012.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. **Balanço das ações da PMSP para a área habitacional** – Gestão Marta. São Paulo, 2004.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Habitação, **Plano Municipal de Habitação – 2009-2024**. São Paulo, 2010.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995, 476 p.
- RIBEIRO, Fabiana Valdoski. **A produção do lugar na metrópole paulistana**. São Paulo: Labur Edições/GESP/USP, 2007. Disponível em: <<http://www.gesp.ffiich.usp.br.htm>>.
- RIQUER, Borja de. **Franquismo, Transició i democràcia**, In: Risques, M., Duarte, A., Riquer, B. e Rosich, R., Historia de La Catalunya Contemporànea. Barcelona, 2006.
- ROBIRA, R. T. **Áreas metropolitanas**: espaços colonizados. In: CARLOS, A. F. A.; ROBIRA, R. T.; QUIROZ, H. (eds.). **Ciudad y diferencia**: género, cotidianeidad y alternativas. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2009, 288 p.

- ROCHA, A. S. da. **Centralidade e periferia na Grande São Paulo**: abordagem crítica sobre o morar na periferia da metrópole. 2000. 117 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2000.
- RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo: Contexto, 2003, 72 p.
- ROVIRA, Núria Benach. **La economía simbólica de la ciudad**: Barcelona como ejemplo. Barcelona, 2009.
- ROVIRA, Núria Benach. **Producción de imagen en la Barcelona del 92**. Estudios Geográficos, núm. 212, Barcelona, 1993.
- SANTOS, Raphael Bischof dos. **Limites e potencialidades das políticas de regularização fundiária de assentamentos precários**. dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, São Paulo, 2009.
- SEABRA, O. C. de L. **Territórios do uso**: cotidiano e modo de vida. Cidades: Revista científica/Grupo de Estudos Urbanos, Presidente Prudente, vol. 1, n. 1, 181-206, jul. a dez. 2004.
- SEABRA, O. C. de L. **Urbanização e fragmentação**. 2003, 397 p. Tese (Livre Docência) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2003.
- SILVA, Fernanda Pinheiro da. **A lei do capital**: uma possibilidade de compreensão da dimensão jurídica da produção do espaço urbano e a investigação da ação de reintegração de posse da favela Real Parque. Trabalho de Graduação Individual, DG-FFLCH-USP, São Paulo, 2011.
- SPINAZZOLA, Patrícia Cesário. **Impactos da regularização fundiária no espaço urbano**. dissertação de mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/USP, São Paulo, 2008.
- SPOSATI, A. (org.). **A pesquisa sobre segregação**: conceitos, métodos e medições. Espaço & debates, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 87-109, jan./jul. 2004.
- TALLER CONTRA LA VIOLENCIA INMOBILIARIA Y URBANÍSTICA. **El cielo está enladrillado**: entre el mobbing y la violencia inmobiliaria y urbanística. Barcelona; Bellaterra, 2006.
- TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte; Argymetvm, 2010.
- TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e Cidadania**. São Paulo; editora 34, 2001.

TELLES, Vera da Silva. **A cidadania inexistente**: incivilidade e pobreza: um estudo sobre o trabalho e família na Grande São Paulo. Tese de Doutorado. FFLCH. São Paulo; 1992.

UNIÓ TEMPORAL D'ESCRIBES. **Barcelona Marca Registrada**: un model per desarmar. Barcelona; Virus Editorial, 2004.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: S. Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2007.373 p.

VOLOCHKO, Danilo. **A produção do espaço e as estratégias reprodutivas do capital**: negócios imobiliários. dissertação de mestrado, DG-FFLCH-USP, São Paulo, 2007.

VOLOCHKO, Danilo. **Novos espaços e cotidiano desigual nas periferias da metrópole**. tese de doutorado, DG-FFLCH-USP, São Paulo, 2012.

Legislação Consultada:

Federal:

LEI Nº 6.766, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.

LEI No 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

Medida Provisoria nº 2.220 de 04 de Setembro de 2001

Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

LEI Nº 11.977, DE 7 DE JULHO DE 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei 11952/09 | Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009 Conversão da Medida Provisória nº 458, de 2009 Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

Medida provisória nº 514 de 2010

Estadual

Lei nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006. Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga, e dá outras providências correlatas.

Municipal

Decreto nº 50.481 de 10 de março de 2009. Declara de utilidade pública, para desapropriação, imóveis particulares situados no Distrito da Capela do Socorro.

Decreto nº 49.498 de 16 de maio de 2008. Regulamenta a Lei nº 13.514, de 16 de janeiro de 2003 e a Lei

Processos Consultados:

Resolo – 1979 -0.0234950 – Entrada com pedido de autorização do loteamento San Isidro.

Resolo – 1983 – 0.004130-3 – Modificação de loteamento.

Resolo – 2004 – 0.094.009-0 – Regularização fundiária e processo de pagamento de hipoteca.

Sites Consultados:

www.prefeitura.sp.gov.br

www.polis.org.br

www.gesp.fflch.usp.br

www.cidades.gov.br

www.cedec.org.br

www.cebrap.org.br

www.ibge.gov.br

www.seade.gov.br

www.usp.br/fau/depprojeto/labhab/

www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/

www.mdf.org.br

www4.pucsp.br/mostracomunitaria/projetos/escritorio_modelo

www.correiodadania.com.br

www.brasildefato.com.br